



**Francisco Gouvea de Sousa**

**Proclamação e revolta:  
recepções da República pelos sócios do IHGB e  
a vida da cidade (1880 – 1900)**

**Tese de Doutorado**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História da PUC-Rio como parte dos requisitos parciais para obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Ilmar Rohloff de Mattos

Rio de Janeiro  
Dezembro de 2012



**Francisco Gouvea de Sousa**

**Proclamação e revolta:  
recepções da República pelos sócios do IHGB e  
a vida da cidade (1880-1900)**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Prof. Ilmar Rohloff de Mattos**

Orientador  
Departamento de História – PUC-Rio

**Profª Maria Tereza Chaves de Mello**

Departamento de História – PUC-Rio

**Prof. Rodrigo Turin**

Departamento de História – UNIRIO

**Profª Márcia de Almeida Gonçalves**

Departamento de História – UERJ

**Prof. Valdei Lopes de Araujo**

Departamento de História – UFOP

**Profª. Mônica Herz**

Vice-Decana de Pós-Graduação do  
Centro de Ciências Sociais  
PUC-Rio

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2012

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, do autora e do orientador.

### **Francisco Gouvea de Sousa**

Graduou-se em Música em 2005 pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Mestrado em História pela PUC-Rio em 2008 sob orientação de Ilmar Mattos, sendo bolsista CAPES. Bolsista CNPq e FAPERJ Nota 10 enquanto Doutorando.

#### Ficha Catalográfica

Sousa, Francisco Gouvea de

Proclamação e revolta: recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880-1900) / Francisco Gouveia de Sousa ; orientador: Ilmar Rohloff de Mattos. – 2012.

233 f. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2012.

Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2. História social da cultura. 3. IHGB. 4. Historiografia. 5. Vida da cidade. 6. Proclamação. 7. Revolta. I. Mattos, Ilmar Rohloff de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História III Título

CDD: 900

À voz anônima da Rua:  
O Vento

## Agradecimentos

Ao fim de um percurso, especialmente daqueles que na verdade não terminam, fica claro que não se caminha sozinho. Vou agradecer aos que estiveram comigo de forma pessoal para indicar um traço que acredito ser fundamental no campo intelectual: a formação deve ser para a vida.

Ao Professor Ilmar Mattos, agradeço pela orientação, generosidade e as conversas que não se limitaram à pesquisa específica da Tese, pois o percurso é o da formação e o do Professor. Esta é uma das teses fruto de sua orientação, assim como minha formação se constrói com a sua amizade.

À Professora Márcia Gonçalves, agradeço pela participação na Banca de Qualificação e no aceite ao convite da Banca de Doutorado. Foi em um curso seu na UERJ, sobre a biografia enquanto questão, que li um ensaio de Georg Simmel, **Indivíduo e sociedade nas concepções de vida dos séculos XVIII e XIX**, pelo qual passei a compreender a atividade que me proponho.

Neste ensaio, Simmel reafirma uma questão constante em suas reflexões: o indivíduo se percebe como uma totalidade; enquanto que a sociedade também se manifesta (pelos e nos próprios indivíduos) como totalidade. Existe uma tensão constitutiva entre aquele que é suposto de ser uma parte (o indivíduo) que pretende ser um todo em si. O olhar para si do indivíduo, sobre suas questões e angústias próprias, é tido pela sociedade como egoísmo. A sociedade, que se realiza no indivíduo, pretende que suas partes tenham um propósito que lhe sirva. O caso, porém, é que este olhar para si, seja da arte, pensamento ou ação, não traz ao indivíduo um benefício propriamente. O que Simmel opera é um deslocamento no entendimento do que é egoísmo, é no mergulho sobre o que lhe é próprio que o indivíduo descobre o humano. O olhar para si abre para um olhar para a humanidade. Egoísmo é ter da sociedade o que se quer apenas para si.

Ao professor Ricardo Benzaquen, agradeço pelo curso ministrado sobre Simmel que me serviu, em muito, ao longo da Tese. Assim, como seus cursos que

participaram da minha formação no Mestrado e Doutorado. O Benzaquem é uma referência constante aos que passam pela PUC-Rio, aliás, não só para a história.

Ao Prof. Valdei Lopes, que também participou do Exame de Qualificação desta Tese com muitas sugestões e comentário incorporados, e ao Prof. Rodrigo Turin, agradeço pela participação na Banca de Doutorado. Ambos fazem parte de uma geração pela qual tenho admiração. O olhar para si, no caso da história – que implica um convívio por vezes constrangedor com uma alteridade (o passado) que não conforta e muitas vezes afronta – não é simples nem evidente. Faz bem ver, porém, que é possível e dá frutos.

À Prof. Maria Tereza Chaves de Mello, agradeço igualmente à participação na Banca de Doutorado. Sua atenção à vida da Rua, as palavras e vozes da cidade como forma de compreensão da política, materializa uma postura que me parece fundamental ao olhar, seja para o passado, seja para o presente. Política não é a vida do governo ou de suas formas.

Minha formação na PUC se deu graças às aulas e ao convívio de diferentes professores. O Prof. Edmilson Rodrigues, com que fiz mais de um curso, compôs a transição mais feliz e direta ao mundo da história; que, em suas aulas, vão além do que o campo acadêmico chama para si. A Prof. Eunícia Fernandes esteve também neste movimento de transição e formação, suas palavras na Defesa da Dissertação me acompanham.

O Prof. Marcelo Jasmim, com sua pesquisa e inquietação sobre o que é a ação, trouxe para mim a convicção de que a vida política não é um assunto que limita a vida intelectual – tal como quem assume que o pensamento serve, ou deve servir, apenas ao pensamento. A política é um desafio, talvez um dos principais.

O corpo da PUC é formado por um conjunto de funcionários que, especialmente no caso do Departamento de História, dão prazer ao convívio. Agradeço a Edna Timbó por sua atenção e dedicação a nós alunos.

Ao CNPq e a FAPERJ, na verdade as pessoas que lá trabalham, agradeço pelas bolsas que permitiram dedicação exclusiva a pós-graduação.

Não são apenas por aulas que nos formamos.

A minha turma de Doutorado teve caráter de turma. Existiu um convívio nos primeiros anos que, depois, fez falta. Gêssica, Antonio, Ana, Renata, Amanda, Glória, Mannuella, Daniel e Sérgio. É bom quando o encontro ao acaso se realiza como encontro.

Sérgio Barra foi se tornando, no nosso ritmo que é próprio, amigo. No princípio, graças a um eixo: éramos e somos orientados do Ilmar. Daniel Pinha se tornou amigo de longa data. Tivemos um grupo de discussão sobre autores oitocentistas que me rendeu várias ideias e, espero, futuros. O Daniel compartilha a vontade de ser professor, é bom ver suas aulas, é bom ser seu amigo.

Fabiana Dias (Mestre em História pela UERJ) e Suellen Oliveira (Doutoranda pela UFRJ) formaram comigo um grupo de discussão sobre o IHGB durante um ano. Este Tese certamente é fruto destes encontros.

O percurso não é apenas na academia, nem poderia ser.

Quando eu fui à escola, na verdade, eu ganhei foi uma família. Bernardo, João, Carvalho, Leo e Breno são amigos desde a primeira infância sem os quais eu não me compreendo.

Quando eu havia desistido, eu encontrei uma Senhora que mora em uma casa onde a porta abre para dentro: Awre Iyá! Awre Egbé! Olorum Modupé!

Não existe muito como dizer o que se sente e que se deve a família. Eu ganhei um nome, um corpo, uma memória que não é só minha. Aos meus pais eu agradeço por mais do que poderia. Minha irmã Rosa, Rodrigo e Joaquim (meu sobrinho) me ensinam que família não é presente, nem passado; mas futuro. O amor não tem limites por vocês.

Tios, tias, primos, sobrinhos novos e que já estão por aqui faz tempo; talvez não leiam estas palavras, pouco importa, vocês estão em mim mais do que um autor está, de fato, no que escreve.

Eu não conto quanto tempo estou com a Isadora, embora eu sempre conte o tempo para voltar a estar com ela. Isa, não sei mais acordar sem você. A palavra escrita é a certeza da presença no futuro.

## Resumo

Sousa, Francisco Gouvea de; Mattos, Ilmar Rohloff de. **Proclamação e revolta: recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880 – 1900)**. Rio de Janeiro, 2012. 233p. Tese de Doutorado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

As formas de compreensão do passado são heranças que a história mobiliza e revê. *Proclamação e revolta* são, neste sentido, como molduras recorrentes na escrita da história e na compreensão política que esta escrita engendra. Esta Tese investiga uma produção e um momento propício à crítica destas molduras: as recepções da *proclamação* da República entre os sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, quando uma expectativa de futuro – a continuidade do Império em um terceiro reinado – se esvaia. Neste momento de constrangimento com a perda do futuro, o passado se tornava referência para a compreensão do presente, as palavras usadas para escrever *memórias históricas* entravam em cena nas falas sobre o que se dava. A *anarquia* dos anos regenciais parecia ter retornado para parte dos sócios do IHGB que lamentavam a *perda* de D. Pedro II. Ao mesmo tempo, foi quando outros sócios puderam ver a República como viram a Independência: como *proclamação*. Apesar do conflito e tensão entre estas recepções, um traço lhes é comum: a vida ativa era compreendida sem que fosse necessário se envolver com ela. Como *proclamação* a história era senhora de si e o homem encaminhado pelos fatos. Como *anarquia* a vida ativa era a *revolta*, uma imagem turva, sem personagens ou densidade própria. A cidade, porém, afirmava sua densidade. Ao contrário do *ruído* da *anarquia* ou da apatia da *proclamação*, o *vintém* e o *encilhamento* aconteciam fora do Instituto, em meio a um debate sobre um elemento que se tornava cada vez mais relevante: a moeda. Se os sócios do IHGB falavam em *proclamação* e *anarquia*, não desconheciam as mudanças da cidade e, justo por isso, optavam por se manter longe dela, uma postura que compartilhariam com os governos civis na República. Que história é essa, autônoma e distante dos homens, é o que se investiga.

## Palavras-chave

IHGB; historiografia; vida da cidade; proclamação; revolta.

## Abstract

Sousa, Francisco Gouvea de; Mattos, Ilmar Rohloff de (Advisor). **Proclamation and revolt: receptions of the Republic by members of the IHGB and the city life (1880 – 1900)**. Rio de Janeiro, 2012. 233p. Doctorate Thesis – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The frames of apprehension of the past are heritages which the history use and criticize. *Proclamation* and *revolt* are common frames in the writing of history and in the political understanding that it disposes. The present Thesis focus on a production and a moment particularly good to criticize those frames: the reception of the Republic *proclamation* by the members of the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; when the expected future – the continuity of the Empire in a third reign – vanishes. At this moment of hesitation caused by the lost of the expected future, the past became the reference to understand the present. The words once used to write history became part of the voices about the present. The *anarchy* of the first years of the Second Reign seemed to be back to those who regretted the *lost* of D. Pedro II. At the same moment, other members of the IHGB could see the Republic by the same frame they understood the Independency: as a *proclamation*. Despite the conflict and tension between those receptions, they share one trait: the active life was understood without any need to engage with it. As *proclamation* the history was irresistible, the man where lead by the facts and not by their own actions. As *anarchy* the active life was just one more *revolt*, a blurred image without characters or density. However, the city claimed its life. As the opposite of the *noise* of the *anarchy* or the apathy of the *proclamation*, the *vintém* and the *encilhamento* happened outside the IHGB in the middle of an ongoing debate about an old object that started to become fundamental to the society: the money. If the members of the IHGB talked about *proclamation* and *revolt*, they realized the city changes, but they choose to stay apart, a position they shared with the civil governments of the Republic.

## Keywords

IHGB; historiography; city life; proclamation; revolt.

## Sumário

1. Introdução	12
2. Da perda ao reencontro	31
2.1. Dois Momentos	31
2.2. Distinção e Modéstia	40
2.3. A <i>perda</i> e o distanciamento	54
2.4. Um passado para a República	71
3. Horizontes e molduras	93
3.1. O passado enquanto anarquia	99
3.2. A escrita de Moreira de Azevedo	106
3.3. A <i>lei</i> , a <i>voz</i> e o <i>ruído</i>	119
3.4. A regência como moldura da República	123
3.5. A Proclamação como moldura	127
3.6. Sobre a Proclamação	147
3.7. A República como proclamação	150
4. A palavra e a cidade	155
4.1. Reincidências de um vocabulário	155
4.2. O vintém e o peso da moeda	176
4.3. “Sociedades comerciais novas e antigas” e o encilhamento	190
4.4. Dois momentos uma mesma <i>administração</i>	202
5. Conclusão	207
6. Bibliografia	221

*A ação, na medida em que é livre, não se encontra nem sob a direção do intelecto, nem de baixo dos ditames da vontade – embora necessite de ambos para execução de um objetivo qualquer – ela brota de algo inteiramente diverso...*

Hannah Arendt, *O que é liberdade?*

# 1 Introdução

“Olhamos em torno de nós e [...] logo um dos primeiros sentimentos despertados em nós é o de quereremos saber o que foi essa região onde nos achamos e porque modo chegou a presente situação”<sup>1</sup>. Com essas palavras um letrado chamado Tristão de Alencar Araripe justificava, em 1894, o interesse pelo passado, dando um contorno específico a este interesse: Tristão de Alencar Araripe resumia a pergunta sobre o passado ao querer “saber o que foi essa região onde nos achamos”. Este letrado, assim como outros sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual fez parte e onde publicou o texto citado, estava comprometido justamente com a construção e a divulgação de um *sentimento nacional*, um movimento de dar forma ao passado, como veremos ao longo desta Tese, por um conjunto de molduras como *proclamação e revolta*. O Instituto Histórico (a partir daqui IHGB) participou ativamente desta construção de um passado para a *nação*<sup>2</sup>.

O IHGB, fundado em 1838 ao longo das regências, integrou o movimento de dar corpo a uma construção política: a nação. Seu desenvolvimento se deu ao lado de uma forma própria de experimentar o tempo, na qual o caráter cíclico do aprendizado pela exemplaridade passava a conviver com “uma aguda percepção da finitude”<sup>3</sup>. A construção da *nação* abria como questão a necessidade de pensar o novo – a construção do Brasil por uma *cor local* e com referências próprias – e, a partir dele, a transitoriedade. A necessidade de definir o passado partia de uma vontade de lançar bases para um futuro em aberto, no qual a exemplaridade poderia entrar em cena, como no caso das escritas biográficas que deveriam instruir a juventude<sup>4</sup>, porém, a

---

<sup>1</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. **Indicações sobre a história nacional**. 57 (90): 259, 1894.

<sup>2</sup> Como referência e um trabalho que inaugurou o campo do qual esta Tese faz parte, ver: GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.1, p. 5-27, 1988.

<sup>3</sup> ARAUJO, Valdeí Lopes. **A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813 – 1845)**. São Paulo: Ed. Hucitec, 2008, p. 187.

<sup>4</sup> Sobre a escrita biográfica no IHGB, ver: OLIVEIRA, Maria da Glória. **Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011.

partir desta atenção específica a um tempo novo que deveria se afirmar com a construção da nação.

O assunto desta Tese, no entanto, não são estes primeiros anos da *nação* e do IHGB, que resultaram de uma convivência íntima entre os sócios do Instituto Histórico e D. Pedro II, mas um outro momento: o da Proclamação da República. A questão inicial que interessa a este texto é a experiência que os sócios deste Instituto, diretamente ligado ao Império e ao Imperador, viveram com a República: a perda do futuro e o esvaziamento da expectativa de continuidade do Império em um terceiro reinado. Esta geração de 1870 do IHGB experimentou de forma intensa o que o historiador Valdeci Lopes chamou de “uma aguda percepção da finitude”. Sem saber o que esperar do futuro e do presente republicano, a postura básica destes letrados foi a defesa do Império como passado nacional, enquanto que o presente era comentado pelas palavras antes utilizadas para a escrita da história. Em meio ao constrangimento da perda do futuro, a história orientava a ação e percepção destes homens.

O percurso da Tese é indicar o quanto a recepção da República, ou melhor, as recepções da República, foram mediadas intensamente pelas formas de compreensão do passado. As molduras, como *proclamação* e *revolta*, pelas quais os sócios do Instituto davam unidade aos eventos, ao passado nacional, foram mobilizadas quando a República se afirmava.

Se a história é o resultado de um conjunto de escolhas tomadas em um certo momento, a questão é que uma vez que a história foi desenhada e incorporada, ela deixa de estar no âmbito da escolha daqueles que a compartilham. Estes elementos comuns aos que compartilham um passado não são apenas construções, mas heranças que aparecem como referências para a compreensão, como um horizonte<sup>5</sup>.

No movimento de construção de um passado para a *nação*, os sócios do IHGB engendraram formas específicas de compreensão da ação, que resultam em uma restrição do que pode ser visto enquanto político. Ao tornar presente uma história, a

---

<sup>5</sup> O debate entre Koselleck e Gadamer (1997) é a referência principal da qual partimos ao falar de *horizonte*, embora não seja meu objetivo, aqui, percorrer todos os âmbitos deste debate. O sentido da categoria aparecerá, sobretudo, no correr do texto. De uma forma geral, assumimos os comentários da historiadora Luísa Rauter Pereira em sua reflexão sobre a posição gadameriana na qual se define horizonte como: “o âmbito de visão que abarca e encerra tudo o que é visível a partir de um determinado ponto” (Apud: PEREIRA, 2011, p. 251).

escrita destes letrados elegeu um conjunto de marcos que constituem a *história nacional* – como, por exemplo, o ‘dia do fico’ na Independência do Brasil – e, ao mesmo tempo, tornam-se referências à compreensão da ação<sup>6</sup>. *Proclamação e revolta* são casos típicos destas formas de compreensão. Para usar um exemplo que retomaremos ao longo da Tese, vale perguntar o que acontece quando as ações políticas do período regencial são chamadas de *revoltas* ou se caracteriza este período como marcado pela *anarquia*.

Dentro do caso específico desta Tese, da escrita da história dos sócios do IHGB de 1870, o resultado de se caracterizar o período regencial como *anarquia* é enquadrar a ação fora do âmbito e do controle do Estado – uma descrição ampla do que foram as ações ao longo das regências – como sem sentido, algo a ser evitado. É como se a escrita da história materializasse, como um dos modos de compreensão da política, um imbricar entre vida ativa e *desordem*. Aquilo que é *desordem*, mesmo quando visto e discutido para ser evitado, aparece como alheio à produção conceitual; embora, como veremos no capítulo 2, existisse um vocabulário para agir sobre ela.

Este caso específico, a compreensão das regências como *anarquia* – uma herança do oitocentos ainda presente –, é um dos pontos que motiva esta Tese a este objeto, a escrita da história dos sócios do IHGB de 1870 e suas recepções da República. Os limites da Tese são, então, do fim do Império à “República dos

---

<sup>6</sup> Ao problematizar a compreensão da ação herdada dos oitocentistas, partimos da leitura de Hanna Arendt feita ao longo de um curso ministrado pelos Profs. Marcelo Jasmim e Eduardo Jardim. Foi neste curso que entrei em contato com a investigação de Marcelo Jasmim sobre o conceito de ação, especialmente no mundo contemporâneo, investigação composta – em diferentes medidas – por uma história deste conceito. Como parte deste movimento de indagar sobre o que é ação, a Tese de Renata Schittino (2009) formula um conjunto de questões fundamentais ao que se quer discutir, especialmente no que poderia ser chamado de uma apropriação crítica de Heidegger, o que no argumento de Schittino aparece quando a autora enfatiza a forma como Hanna Arendt enfrenta o *isolamento* que resulta da tematização do *ser* em Heidegger. A ação aparece justamente como tema que coloca em destaque a face política da experiência do homem no mundo. No argumento desta Tese, na forma como iremos lidar com a *ação*, existe uma segunda apropriação crítica fruto do curso citado, pois Hanna Arendt mantém em sua reflexão sobre a ação um procedimento caro a Heidegger, o de destacar a formulação de uma certa vida do conceito no mundo Antigo (em seus ensaios sobre a técnica e sobre a origem da obra de arte, este procedimento é constante em Heidegger) como se só fosse possível tratar da ação de maneira plena por uma imersão na vida da *polis*. A *ação* como pensada por Arendt, como sendo do âmbito do efêmero, do que aparece e neste movimento dispersa – ou seja, não convive com conceitos que pretendam ter formulações universais ou perenes – poder-se-ia dizer do âmbito da *presença*, é a referência inicial, o ponto do qual partimos para lidar com a *ação*, sem, porém, assumir que tenha existido um momento privilegiado no passado para pensar o que seja a ação. Na verdade, o objeto principal desta Tese – as escritas da história dos sócios do IHGB – se presta mais a conhecer o que encobre a ação, o que a esconde e apaga, do que o que permite conhecê-la.

conselheiros”<sup>7</sup>. O argumento central é que na compreensão destas recepções da República e na leitura destas escritas, fica explícito um certo vocabulário político, no qual figura uma imagem de duas faces que se complementam formando uma identidade específica, especialmente quando se trata do século XIX, mas que acaba resvalando quando se fala em Brasil. De um lado, a vida ativa é lida como *anarquia* e *revolta*. De outro, o consentimento é lido como apatia.

Existe uma posição sem saída para olhar a vida ativa nesta imagem, como se esta chamasse atenção em demasia para si, com densidade própria e autônoma frente à vida do Estado – como no caso do *vintém* (capítulo 3) – ela é a *revolta*. Na verdade, não é necessário nem olhar de perto para se nomear: o nome, a moldura do evento, esta posto antes da observação. Assim, pode-se não saber nada sobre a *revolta do vintém*, por exemplo, mas a moldura – a *revolta* – produz uma sensação de reconhecimento sobre algo que, na verdade, é totalmente desconhecido. A forma como o silenciamento da ação se dá nas recepções da República e nas escritas da história segue justamente esse procedimento: produz-se uma forma de enquadrar a vida ativa sem que seja necessário se contaminar por ela.

Por outro lado, quando não há *ruído*, quando existe uma paz, esta não é consentimento, mas apatia. O caso mais evidente desta segunda moldura é o da Proclamação da República. Para este olhar, a República é fruto de uma ausência de vida política que tem como um exemplo recorrente uma apropriação da fala de Aristides Lobo como o faz José Murilo de Carvalho: “o povo que pelo ideário republicano deveria ter sido protagonista dos acontecimentos, assistira a tudo bestializado, sem compreender o que se passava, julgando ver talvez uma parada militar”<sup>8</sup>.

Mais do que um apenas um entendimento sobre a República, esta interpretação da fala de Aristides Lobo materializa um certo olhar, é uma referência para expor os limites de compreensão da ação política que, pela escrita da história, se tornou uma moldura disponível para a compreensão. Uma vez lida no passado, esta

---

<sup>7</sup> Entre outros ver: SEVCENKO, Nicolau. **A literatura como Missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 58-72.

<sup>8</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 9.

imagem do *bestializado* se torna disponível em qualquer situação, no mínimo pela comparação.

O caso, porém, não é tentar excluir as heranças, elas já estão aí, compondo o horizonte. A questão, nesta Tese, é mostrar seus limites e contornos, tornando-as perceptíveis. O percurso da Tese, neste sentido, é mostrar o quanto as recepções da República entre os sócios do IHGB mobilizaram molduras que nas escritas da história já estavam em jogo. O ponto é expor o quanto a escrita da história diz para além da escrita da história. Assim, a Tese se inicia com as recepções da República, com a experiência da perda do futuro, para reler tais recepções pelas próprias escritas da história dos sócios do IHGB. Se o quadro geral da Tese é este, vale indicar, pelo menos em linhas gerais, a particularidade destes sócios do IHGB e da sua geração.

### **Sobre a geração de 1870 no IHGB**

A “geração de 1870” é uma expressão recorrente na historiografia, que pretende dar conta de um conjunto de homens que viveram um momento no qual, seguindo a frase emblemática de Sílvio Romero, “um bando de ideias novas” circularam. Este caráter de “novidade” deve ser visto com certa ponderação, pois faz parte do próprio movimento geracional, e especificamente de Sílvio Romero, associar a sua postura e o seu ideário ao novo, em uma contraposição às gerações anteriores. O que confere certa personalidade a esta geração é, como indica a socióloga Ângela Alonso (2002), um conjunto de oportunidades – quando a ampliação do acesso ao mundo das letras e mobilidade *financeira* são indícios relevantes – que antes eram limitadas e, neste momento, tornavam-se mais flexíveis. Da variedade dos letrados que se destacam desta geração, como o próprio Sílvio Romero, Machado de Assis e Capistrano de Abreu – para falar de nomes consagrados e de projetos e produções distintas – o que há em comum é esta expansão de oportunidades. Os letrados citados também indicam um outro marco desta geração: um movimento de autonomia dos campos.

Da leitura da Tese de Daniel Pinha (2012), compreende-se que Machado de Assis assumia uma autonomia de literário, na qual a *nacionalidade* poderia ser um

*instinto*, um estímulo inclusive na formação de um *pecúlio*, mas não uma medida da produção literária. Daniel Pinha argumenta, em sua leitura da produção crítica machadiana, que esta não submissão ao critério nacional como juízo do literário é um dos marcadores desta busca pela autonomia do literário. A literatura não estava restrita às *letras nacionais*, dirigia-se para si, para o homem.

Por Daniel Mesquita (2010), compreende-se que Capistrano de Abreu em alguma medida também partia de um *pecúlio*, da referência de Varnhagen como um ponto do qual poderia produzir sua escrita. A incorporação da herança é mais do que um simples traço de Capistrano, é um movimento de produção da autonomia da história como campo específico e em busca de referências próprias. A definição do que era ou não história nas escritas que lhe antecederam era uma forma de definir o campo no qual Capistrano de Abreu pretendia atuar e pretendia construir.

Entre esses dois letrados consagrados, aparece o movimento dessa geração de compor a história e a literatura como campos distintos e autônomos. Com a República, o IHGB não só perdia o privilégio que tinha de falar diretamente com o Imperador, uma condição singular para a produção letrada, como via nascer diferentes expoentes e produções que não tinham necessidade ou interesse em se manter dentro do Instituto.

Se existia uma ampliação da participação na vida letrada nessa geração, no caso do IHGB o que se viu até a República foi o inverso, foi uma constante preocupação de controle daqueles que ingressariam no Instituto. Se existiu uma ampliação das chances de atuação na vida letrada para essa geração, o IHGB se manteve o quanto pode em uma espécie de modelo anterior de vida letrada.

Apesar de o Instituto ter aberto, na República, suas portas a sócios sem nenhuma produção letrada de destaque, mas com *meios financeiros* de manter o IHGB ativo quando este não contava mais com o suporte do Estado, a geração de 1870 do IHGB produzia reafirmando esta distância entre a vida de “fora” que se ampliava e o que estava “dentro”, mostrando que aqueles que produziam, conviviam e liam a Revista do IHGB eram homens *distintos*. Em uma ambiência marcada pelos ritos da monarquia e pela presença constante do próprio Imperador, que participava das sessões do Instituto, a *distinção* não era uma mera formalidade, mas um elemento

estrutural da forma de governo e das sociabilidades que lhe davam vida. Estes letrados gozavam de uma espécie de contato íntimo com o monarca; ali, D. Pedro II podia exercitar seu gosto pelas letras, e os sócios do IHGB o saudavam por isso.

Este clima próprio do Instituto se manteria na República. Mesmo sem a presença do monarca, o IHGB ainda era um espaço de homens *distintos*. Aliás, os novos sócios com *meios financeiros* para sustentar o IHGB, que no início da República ingressaram no Instituto, ingressavam justamente em busca de *distinção*.

No que diz respeito as possibilidades de escrita da história, o que existe de específico a essa geração é a possibilidade de escrita da história do próprio Império, pois o passar do tempo justificava que assuntos como a Independências ou as regências, que antes não eram alvo de investigação pela *proximidade*, se tornassem temas de diferentes *memórias históricas*, algo que não acontecia nas gerações anteriores do Instituto.

Neste sentido, vale destacar que existe uma ampla produção recente, especialmente em Dissertações e Teses, sobre os primeiros anos do Instituto a qual esta Tese não tem como fazer justiça sem sair de seu percurso. O que se pode dizer, apenas para demarcar este traço específico do momento do IHGB que esta Tese investiga, é que se nos primeiros anos prevaleceu um debate e uma censura de como se deve escrever a história nacional, a partir de 1870 outras escritas da história sobre o passado recente do Império foram sendo apresentadas nas sessões e depois publicadas.

Estas escritas da história da geração de 1870 do IHGB foram menos freqüentadas assim como os anos iniciais do Instituto na República também não foram objeto de investigação nesta produção recente sobre o IHGB. A exceção desta produção acadêmica recente é a Dissertação<sup>9</sup> e a Tese de Hugo Hruby<sup>10</sup> que se tornou um interlocutor para este trabalho, assim como a produção de Lúcia Pascoal e de Angela de Castro Gomes.

---

<sup>9</sup> HRUBY, Hugo. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra: a História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)**. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2007.

<sup>10</sup> HRUBY, Hugo. **O século XIX e a escrita da história do Brasil: diálogos na obra de Tristão de Alencar Araripe (1867-1895)**. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2012.

Lúcia Pascoal Guimarães mostra quantitativamente o aumento desta produção de escritas da história a partir de 1870 no IHGB, porém não chega a se debruçar sobre estas *memórias históricas*. Na verdade, o argumento principal da autora em **Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial**, de que o Instituto teria produzido pouca história escrita e não teria cumprido sua vocação principal, tendo feito mais *coligir* documentos – usando a expressão do estatuto do IHGB – e assim produzir uma *memória* para a *nação*, pode ser repensado a partir da leitura destas escritas da história que tratavam, naquele momento, sobretudo das regências e da Independência.

Embora os sócios do IHGB não tenham produzido uma história geral do Brasil – a obra de Varnhagen não foi incorporada ao Instituto –, esses letrados não deixaram de escrever *memórias históricas*, narrativas de casos pontuais que, quando postas lado a lado, apresentam as formas de compreensão do passado disponíveis para eles.

Considerar tais *memórias históricas* como relevantes na produção do IHGB não implica, porém, dizer que foram em alguma medida decisivas, mas que compunham um tecido periférico que irrigava o vocabulário político. Os sócios do Instituto e suas escritas não precisam disputar um local na historiografia brasileira para que se perceba o quanto suas produções firmaram formas de compreensão do passado, e por ele, da política. O que me parece fundamental não é afirmar a centralidade dessa produção, nem uma disputa entre cânones; muito pelo contrário, é como um tecido periférico que essa escrita irrigou e penetrou nas formas de compreensão do passado.

De forma análoga, o sentido político que nos interessa na experiência da perda do futuro e na escrita da história não é propriamente o da formação da República enquanto processo histórico. Não nos propomos a uma leitura histórica da política como ordenação do tempo em um processo no qual se chega a uma Primeira República de feições próprias circunscritas a um período e a uma vida plena do governo, enquanto órgão principal que supostamente condensa e resume a vida política de uma época. O método, o percurso, é, sobretudo, atentar para as veias capilares desse passado, para as palavras pelas quais as escritas da história dos sócios

do IHGB silenciavam a vida ativa, as ações na cidade, que, ao contrário de vozes, eram vistas apenas como *ruído*. O caminho é atentar para uma sociabilidade e produção que começava a se tornar periférica, mas nem por isso deixa de ser representativa. O IHGB é um exemplo de um pensamento conservador que vai compor as diferentes vozes em disputa na Primeira República, porém não é um órgão principal desse momento.

Na República, o IHGB se tornou um local de *distinção*, onde homens com *capital* foram se associar para se elevar. Mesmo com a aproximação de Prudente de Morais a partir de 1895, o IHGB não gozaria da mesma condição que tinha no Império. Porém, não é por se manter como um elemento periférico que o instituto não teve substância; talvez seja justamente o inverso. Talvez seja em um nervo menos exposto, em menor tensão e disputa, que certas palavras e ações que orientavam a vida política tenham expressão mais clara.

Para olhar para esse tipo de elemento, esta Tese parte, em diferentes momentos, da produção do sociólogo Georg Simmel. Trata-se da busca pela compreensão dos casos singulares que não se limite à singularidade dos casos em questão, o que poderia ser chamado, a partir de Simmel, de uma compreensão filosófica da cultura. A consideração ao caso particular e às sociabilidades que dão forma às grandes organizações sociais aparecem como assunto caro a Simmel na seguinte passagem, fundamental para a compreensão de como esta Tese pretende lidar com a escrita da história e com a República:

Além daqueles fenômenos perceptíveis de longe, que se impõem por toda a parte devido à sua abrangência e importância externa, há um número imenso de formas menores de relação e de modos de interação entre os homens, em casos singulares aparentemente insignificantes, mas que são representados por estes casos singulares em uma medida nem um pouco desprezível, e que, na medida em que elas se movem por entre as amplas formações sociais, por assim dizer oficiais, realizam na verdade a sociedade, tal como nós a conhecemos. A limitação dos primeiros equivale aos inícios da ciência do interior do corpo humano, que se limitavam aos grandes órgãos, claramente circunscritos: o coração; o fígado; o pulmão; o estômago; etc., e que desprezou os tecidos inumeráveis, popularmente não nomeados ou não conhecidos, sem os quais aqueles órgãos mais nítidos jamais poderiam ter resultado em um corpo vivo<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> SIMMEL, Georg. **Soziologie**. Apud: WAIZBORT, Leopoldo. As aventuras de Simmel. São Paulo: Editora 34, 2000, p. 93.

Embora os sócios do IHGB tenham atuado na diplomacia republicana e neste sentido tiveram lugar nas construções republicanas, suas escritas da história não tiveram o mesmo peso. O IHGB serviu a República como uma base documental para uma diplomacia pautada no *uti possidetis* (o domínio sobre o território dependia de uma comprovação documental da ocupação da terra em questão) e como espaço de formação e sociabilidade de letrados que poderiam trabalhar na diplomacia. As escritas da história destes homens foram, porém, vasos capilares e não um grande órgão.

A forma como estas escritas serão lidas é o do caso singular, um fenômeno que não é perceptível de longe, nem exatamente o órgão principal daquela formação social – como o foi a corporação militar na República –, porém tendo a consciência de que sem estes fenômenos “aqueles órgãos mais nítidos jamais poderiam ter resultado em um corpo vivo”.

A referência a Simmel é fundamental, ainda, para se destacar o quanto a forma de sociabilidade tem peso na produção deste Instituto. É comum em estudos sobre o IHGB se esquecer que a palavra impressa foi falada, lida em uma sessão. A presença da performance é uma marca da escrita da história do IHGB que não deve ser menosprezada. Nas páginas da revista do IHGB, onde sua produção era divulgada, a cada *memória histórica* lê-se “apresentada no dia...”. O uso da palavra se dá nessa sociabilidade e deve ser entendido naquela ambiência. A performance, na realidade, antecedia o texto impresso, e o texto traz marcas da oralidade.

Nesse sentido, sobretudo importa que na sociabilidade específica do IHGB entrava em cena uma postura que não era só sua. Interessa como a vida letrada, ao se autoafirmar como letrada, encobre toda uma vida ativa situada na cidade, o que estes letrados negavam e diziam ser “os ruídos dos interesses desencontrados”<sup>12</sup>. Era uma postura de descaso com o que se dava na cidade. Um olhar para o qual todas as *turbas* são desencontros, onde nenhum homem na Rua tem face, personalidade e, principalmente, voz. E, ao mesmo tempo, todo *partido político* está sob risco de ser dominado pelas *paixões*. Os sócios do IHGB não negavam apenas a Rua, o *partido político* também estava sob o risco de domínio da *paixão* (capítulo 2).

---

<sup>12</sup> MELLO, José Alexandre Teixeira de. **Relatório do Secretário**. Revista do IHGB. 53 (82): 561, 1890.

Essa compreensão da vida ativa, presente tanto nas escritas sobre as regências quanto nas sessões regulares do IHGB que se deram no início da República, reafirmam o que na sociabilidade do IHGB é evidente: os homens que estão “dentro” são *distintos* e capazes; “fora” há o *ruído*. Apesar de a *distinção* ser uma marca própria do IHGB, esta oposição entre “dentro” (a *razão*) e “fora” (o *ruído* e a *paixão*) não é algo que lhes é exclusivo. Campos Salles, para dar um exemplo, participou da construção da “política dos governadores”, como forma de viabilizar uma *administração* imune à vida da cidade e dos *partidos*. Não sem razão existe um vocabulário em comum, pelo qual é possível negar a vida ativa e construir um governo que não se abre para a cidade.

Na proximidade entre o IHGB, especificamente a partir da sua escrita da história, e o Estado republicano em construção e em movimento, existe um conjunto de palavras a partir das quais era possível agir sobre a vida ativa sem se contaminar ou se abalar por ela. Um vocabulário para o qual não importava conhecer quem estava ou o que acontecia, pois se era uma *revolta* sabia-se como agir.

Interessa-nos esse olhar para o qual tem mais importância o que dá unidade ao que se percebe do que o evento propriamente, como se em um quadro a moldura tivesse mais importância do que a própria pintura. Em seu ensaio sobre a moldura, Simmel faz ver que existem elementos que conferem unidade, mas que não se confundem com a unidade que se destaca. A imagem básica é a do quadro, que tem na moldura um limite para o olhar, aquilo que faz com que facilmente se perceba onde começa a pintura e onde está a parede. A moldura não poderia, assim, chamar mais atenção do que o interior do quadro. O ensaio, porém, não se limita a esta imagem, a imersão no caso singular abre para que se compreenda que existe naquilo que aparece enquanto unidade algo que lhe é exterior, mas lhe dá contorno. A unidade depende de algo que não está nela, assim como a moldura compõe, mas não faz parte do quadro. Muda-se a moldura, o quadro é o mesmo, apesar de a impressão que este causa poder ser absolutamente diversa.

É nesse sentido que chamamos *revolta* ou *proclamação* de moldura, pois elas não definem propriamente o que acontece em uma narrativa. Por exemplo, o efeito que produzem é dar unidade ao que se pretende narrar. Existe um início e um fim,

uma duração e, principalmente, uma forma, pois nomear de *revolta* já impõe algo, independente de que se esteja falando da “revolta do vintém” ou da “revolta da vacina”. A questão é que estas molduras são, por vezes, mais fortes que o interior do quadro: a *revolta* enquanto delimitação de um evento tem mais força do que a ação. Ao invés de destacar, esse tipo de moldura encobre.

Assim, para os letrados do IHGB, as *revoltas* eram semelhantes independentemente do quão distintas fossem as ocasiões e personagens. A *revolta*, enquanto moldura que destaca um evento, tinha mais força do que as vozes ou atores que nela agiram. A voz da Rua ou do *sertão*, independente do que falasse, era *ruído*.

O presente era composto pela reincidência de cenas diferentes (de *revoltas*) que não se precisava conhecer para saber o que eram, pois a moldura era a mesma, o que fica explícito desde o nome que a elas era atribuído. Assim, para esse olhar, Canudos aparece como semelhante às *revoltas* que marcaram as regências<sup>13</sup>.

É um dos objetivos desta Tese compreender o sentido político simultâneo à experiência da perda do futuro, desse olhar que orientou recepções da proclamação da República entre os sócios do IHGB, da forma como eles a perceberam e o que estava em jogo nessas recepções.

O argumento central da Tese é que essas recepções partiam de um horizonte que pode ser compreendido por uma investigação da escrita da história que os mesmos letrados haviam escrito antes da República, como se na própria historiografia

---

<sup>13</sup> Dizia o sócio do IHGB Aristides Milton, sobre Canudos, em 1900:

A mesma tendência revolucionária que, desde 1822 até 1848, trouxeram pendente da sorte das armas o futuro do Império e, predominando ora aqui, ora acolá, celebrizara esse quarto de século por uma agitação constante e lutas fratricidas de pungitiva lembrança, havia ressurgido na plenitude de sua funesta energia para perturbar o regime, que em 1889, tinha sido inaugurado (RIHGB: 1900, p. 5).

Esta citação deixa clara a associação entre *revoltas* de naturezas absolutamente diversas por todas serem lidas enquanto *desordens*. O argumento específico desse texto é que não se deveria culpar a República pela *desordem*, pois esta também era presente no Império, um argumento que tomava parte certamente numa disputa. Dizia Milton que nenhuma forma de governo era responsável pela *psicologia social do povo*. A causa da revolta não era a República – como queriam os monarquistas contra quem Milton se contrapunha – mas o *povo*, liderado por um *insano extraordinário*. Mais do que esta intenção e contexto particular ao discurso de Milton, para esta Tese a citação interessa como forma de mostrar como pelo olhar para o passado se estruturam molduras pelas quais se compreende e se age no presente. As formas de compreensão herdadas não nascem de reflexões conceituais, mas de leituras de casos específicos que se tornam paradigmáticos. Aristides Milton não compara Canudos a uma *desordem* específica, mas a impressão que as *regências* geram por si.

do IHGB estivessem os recursos pelos quais a República, como reincidência de molduras, seria compreendida. Os tecidos periféricos, por vezes, trazem consigo sua própria matéria.

Esse argumento nos leva, então, da reação sincrônica à Proclamação da República a escritas da história anteriores, especialmente da década de 1870 a 1890, como forma de compreender o vocabulário e as estratégias pelas quais os sócios do IHGB operariam na República, mostrando-se como estando “fora”, como se fossem apenas observadores; sem, no entanto, deixarem de ser *fiéis à pátria*. É no sentido de uma autocompreensão como exterior ao processo de formação da República que trataremos a produção desses letrados como uma recepção.

Não iremos nos manter, então, apenas ao contexto de enunciação dos discursos e de suas motivações imediatas na República, mas também nos ateremos ao sentido do vocabulário, ao horizonte, o que ganha forma em uma investigação das escritas da história anteriores. A historiografia desses mesmos letrados será o material pelo qual iremos compreender as recepções da República e, assim, lidar com o tema inicial – a perda da expectativa de futuro – e com a dimensão política dessas recepções. Se os sócios do IHGB não são “grandes órgãos” da República (talvez apenas na diplomacia tenham sido), as palavras pelas quais operavam não lhes eram exclusivas. A vida da linguagem não se limita a um grupo, nem a um presente.

O objetivo principal da Tese é: partir das escritas da história que se iniciam em 1870 como referência para compreender as recepções da Proclamação da República no correr da década de 1890; e, em um segundo momento, expor ao que esta produção se opunha, mesmo que parcialmente.

## **A organização dos capítulos**

Neste percurso, o primeiro capítulo apresenta a expectativa de continuidade do Império em um terceiro reinado, assim como o forte vínculo entre IHGB e o Imperador. A comemoração dos cinquenta anos do IHGB, em 1888, será o ponto pelo qual a expectativa será apresentada, apesar da República já ser uma sombra.

Quando a Proclamação da República acontece, uma primeira recepção se dá justamente como frustração da expectativa de futuro que se materializa na *perda* do protetor imediato do IHGB, D. Pedro II. O presente republicano era comentado indiretamente em meio às falas das sessões do Instituto, nas quais se lamentava a perda do Imperador e da família real. Foi nessa ambiência que o presente aparecia como *anarquia*. Essa não foi a única compreensão do presente, porém.

Na revista do IHGB se dava outra recepção. Não eram discursos em sessões, mas escritas da história, nas quais a República não aparecia como um presente marcado pela *perda* e pelo *ruído*, mas como um passo necessário para a *Nação*. Essa escrita contrasta com a primeira imagem da República entre os sócios, ao compor um passado que justificasse a República. O passado, enquanto experiência, aparecia como forma de naturalizar o presente via uma teleologia e, assim como a Independência, a República aparecia como uma *proclamação*. Esta segunda recepção da Proclamação da República é onde termina o primeiro capítulo.

O segundo capítulo trata, então, da produção historiográfica desses mesmos homens antes da República, pois:

[...] a natureza e os limites do vocabulário normativo disponível em qualquer época dada também contribuirão para determinar as vias pelas quais certas questões em particular virão a ser identificadas e discutidas<sup>14</sup>.

Se a compreensão inicial das recepções é sincrônica, o que acontecia naquele momento e qual a postura dos sócios do IHGB naquela situação, esta compreensão se desdobra em uma investigação do “vocabulário normativo disponível” o que conduz a uma investigação diacrônica. Se a intenção e a postura dependem de quem fala, as palavras que estão no mundo, em grande parte, vêm do passado. Quem fala não dispõe de um controle sobre o vocabulário, mas sobre a intenção da fala.

Esta dimensão pragmática da linguagem é uma referência que se mantém constante e por si já se abre para uma investigação dos usos anteriores das palavras em jogo nas recepções vividas entre os sócios do IHGB. O percurso que se dá do primeiro capítulo para o segundo capítulo, porém, não se limita a esta compreensão pragmática da linguagem, parte do caminho feito por Gumbrecht em **As funções da**

---

<sup>14</sup> SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 12.

**retórica parlamentar na Revolução Francesa:** uma inicial compreensão pragmática da linguagem – o que, partindo de Schultz, Gumbrecht chama de “motivo-para-quê” – onde aparecem com força o ato e intenção da fala, que se desenvolve em uma investigação sobre um “motivo-por-que”, uma ampliação da situação pelo passado que a compõe. É nesta ampliação do passado que investigo o horizonte, enquanto o fundo no qual uma dada ação ou obra tem silhueta e particularidade<sup>15</sup>.

O objetivo principal desta Tese é, nesse sentido, demonstrar como a escrita da história expõe as formas de compreensão herdadas do passado; expõe, assim, um horizonte. No caso específico da Tese a questão central é: como a escrita da história feita ao longo do Segundo Reinado, que tratou, sobretudo, da Independência e das regências – da *proclamação* e de *revoltas* –, ofereceu recursos às recepções da República. Existem, pois, dois pólos nessas escritas que devem ser comentados: as regências; e a Independência.

Nas *memórias históricas* sobre as regências, enquanto momento que materializa o que esses letrados compreendem por *anarquia*, o vocabulário em jogo aparece em seu sentido político de forma mais evidente, expondo os sentidos das palavras pelas quais a República aparecia, inicialmente, como *ruído*. Nesse

---

<sup>15</sup> Se Gumbrecht não fala em horizonte, sobre este ponto vale comentar brevemente a introdução de Paul de Man a **Toward an Aesthetic of Reception** de Hans Robert Jauss na medida em que ele dá uma definição e centralidade ao *horizonte* como categoria. Paul de Man vai apontar, em Jauss, horizonte como em movimento: “Assim como o fundo anônimo de uma percepção é geral e indiferenciada em relação à percepção individual que está em primeiro plano e em silhueta contra ele [o horizonte]; o trabalho em particular, no momento de sua produção, destaca-se na sua singularidade a partir da cinza coletividade das ideias e ideologias. Expectativas pré-conscientes ou subconscientes são sempre coletivas e, portanto, de certa forma, da "recepção". Elas são o resultado de uma recepção por meio da qual o trabalho individual torna-se parte de uma paisagem contra a qual obras novas, por sua vez, vão ter silhueta. (p. XIII)”. Ao invés de ser estático, o horizonte está em movimento. Ele é o fundo contra o qual uma obra específica tem particularidade e silhueta na medida em que esta mesmo obra, depois que “recepcionada”, integra o fundo que dará silhueta a outras obras. O horizonte compreende este movimento de saber sobre qual pano de fundo a ação será compreendida ao mesmo tempo em que sabe que se tornará parte do pano de fundo de outras ações. Embora essa seja uma discussão diretamente ligada a texto ficcionais não situacionais, este sentido dinâmico do horizonte é fundamental para a compreensão do que se quer dizer ao longo da Tese. Na verdade, a referência à Estética da Recepção está mais no âmbito da formação do que propriamente em um referencial teórico mobilizado a todo momento.

Esta indicação, então, tem dois sentidos: 1) apontar para amplitude que o horizonte traz como questão; 2) separar dois tipos de referência que, por vezes, se confundem na escrita de trabalhos acadêmicos como Dissertações e Teses. Nem toda referência está em uso direto no texto, mas faz parte da formação que permite a escrita da Tese. Este segundo sentido tem, ainda, a intenção de não converter o que é da Teoria em método. Nem toda investigação teórica deve ter ou tem sentido utilitário na escrita de um texto.

movimento, essas *memórias* expõem uma antropologia política, pois o que as estrutura e permeia é um mesmo entendimento sobre a natureza política do homem. A imagem comentada no início da introdução, onde a vida ativa é a *desordem* se afirma, em muito, por estas escritas sobre as regências.

A Independência, por sua vez, era a referência de outra moldura: a *proclamação*. Tanto a República, quando lida pela *proclamação*, quanto a Independência aparecem como a *natureza* da *nação*, como sua essência. A história, nesse sentido, ganha forma por um conjunto de acontecimentos que culminam em um evento e, assim, a diversidade da experiência colonial é reduzida à compreensão da natureza *nacional*. O passado se tornava unívoco, e o processo em direção à *proclamação*, seja República, seja Independência, tem o sentido de marcar a irresistibilidade da história. Trata-se, pois, de um tempo linear, “uma aguda percepção da finitude”<sup>16</sup>, na qual cabe à história dar sentido ao passar do tempo e à distância que o tempo produz entre o passado e o presente. Não é, porém, um processo encaminhado pelos homens que dele participaram. A imagem síntese da *proclamação*, o que permite inclusive conter o constrangimento da transitoriedade, é: “os fatos encaminham os homens”<sup>17</sup>; ou que a “ideia estava lá”<sup>18</sup>. Aquela imagem da apatia – a contraparte da *desordem* – comentada no início desta introdução se deve, em muito, à *proclamação* como moldura.

Se o movimento principal dessas escritas e recepções dos sócios do IHGB é produzir um silenciamento da ação, uma moldura de compreensão da política que nega a vida da cidade, esse movimento só será compreendido se o que foi silenciado também for colocado em questão. O terceiro capítulo trata, então, da vida da cidade, trata do que fica encoberto pela *razão* que os sócios do IHGB – e não apenas eles – defendiam. A necessidade deste capítulo é dar substância à postura política do IHGB, para que a investigação sobre a escrita da história não diga apenas algo sobre a escrita da história. No caso, o “vocabulário normativo” partilhado entre os letrados e a vida

<sup>16</sup> ARAUJO, Valdeí Lopes. **A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813 – 1845)**. São Paulo: Ed. Hucitec, 2008, p. 187.

<sup>17</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. **Patriarcas da Independência**. 57 (89): 169, 1894.

<sup>18</sup> Ibid.

do governo compõe uma transição das letras, o mundo da *razão*, para a cidade, local do *ruído* e da *anarquia*.

Existe uma palavra que sintetiza esta *razão* enquanto palavra compartilhada entre governo e letras: a *administração*. Novamente, um elemento secundário que irrigava um conjunto variado de ações políticas exemplifica o movimento de silenciamento da vida ativa, ao mesmo tempo em que mostra uma continuidade importante para o meu argumento: a *administração* se mantém na República um tanto quanto próxima ao que era no Império; aparece como defesa de que a vida saudável do Estado dependia de um espaço autônomo, o domínio da *razão*; dependia de um local que não seria contaminado pela vida ativa da Rua ou pelas *paixões* dos *partidos*. Se o IHGB como espaço das *letras* podia compor este local, o principal era, na verdade, estar a serviço da *administração* e da autonomia do governo em relação à cidade.

Aqui, o contorno dado ao vocabulário nas *memórias históricas* sobre a regência é esclarecedor, expondo uma associação entre *razão*, *lei* e *ordem* em oposição à *paixão*, *partido* e *anarquia*. Ao fim do Império e início da República, a *administração* se opunha ao *partido*, como se a política devesse estar sob o domínio da *razão* e fora do combate *partidário*, o domínio das *paixões*.

Se a *administração* materializa a autonomia do governo, olhar para a cidade mostra que esta autonomia tem uma consequência: uma vida autônoma da cidade, como se em ironia. A expectativa do controle da *administração* não tem sucesso. Dois momentos nos quais a *administração* fracassa claramente devido à limitação da sua compreensão do que está “fora” – no *vintém* – e do que está “dentro” – o *encilhamento* – são referências para ilustrar o que se diz.

Saindo do domínio da *voz* e pondo em questão o que acontece no *ruído*, a “revolta do vintém” é usualmente tomada como índice da crise do Império. Não é o meu interesse. Interessa mostrar a partir do *vintém* como à *administração* escapa a vida da cidade e o que acontece no *ruído*. O debate contra a lei do vintém – a taxação da passagem do bonde proposta em 1879 e em vigor no começo de 1880 – que depois desencadeou um enfrentamento físico entre cidadãos e forças do governo, não se dava

por um discurso pautado na *razão* e no “melhor para todos”, mas na convicção de que uma lei não poderia subverter condições básicas, como o acesso ao “pão”.

Existia uma mudança na compreensão de indivíduo<sup>19</sup>, uma expansão da liberdade individual. Se até então a imagem básica do cidadão era a do *súdito*, aquele que reconhece os elementos de *distinção* e se curva e eleva por eles, começava a aparecer uma outra condição. Ao invés de se estar “a serviço de” – do Rei, da coroa – esses homens que lutaram contra o *vintém* estavam a serviço de si. O juízo da ação do Estado se dava por um juízo particular em movimento no espaço público, o que aparece com muita força em **A república consentida**, de Maria Tereza Chaves de Mello.

Porém, não foi só no que estava “fora”, ou seja, na Rua, que a *administração* e o governo viram suas medidas escapar ao controle, isso ocorreu também em sua vida interna, no controle do valor da moeda, o que ficou conhecido como *encilhamento*. O *encilhamento* pôs à prova os limites das ações do governo republicano quando ele pretendia libertar forças já em movimento ao fim do Império. Em 1880 começava uma permissividade com o jogo de ações, o jogo se tornava uma forma de sociabilidade comum e partilhada na cidade. O próprio nome *encilhamento* vem da corrida de cavalos, onde *encilhar* é a imagem daquele que tira vantagem no jogo colocando a cela em alguém. No início da República, quando o jogo saiu do status de tolerado para ser permitido, a especulação encontrou um solo tão fértil quando pudesse querer. Não me interessa, porém, ler as ações do governo como causalidade do *encilhamento*. Na verdade, a questão é o inverso, é o quanto o *encilhamento* decorreu da vida da cidade, de um elemento que já estava, em um sentido diferente, posto em discussão no *vintém*: o novo papel da moeda. A *administração* pretendia dar conta desse “novo papel da moeda”, mas não cumpriu seu propósito. Esta situação se resolve por um vocabulário que vai dar sentido à crise. Assim, a *inflation* deixar de ser um constrangimento para ser um fator a ser analisado por um pensamento financeiro.

---

<sup>19</sup> AZEVEDO, André Nunes de. **Da Monarquia à República**: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1890. Orientador: Antonio Edmilson Martins Rodrigues. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2003.

Se o *encilhamento* inicialmente constrangeu a *administração*, ao fim serviu a uma ampliação dos direitos dessa, uma reafirmação da necessidade de mediação da vida econômica pela política e da autonomia do Estado em relação à vida da cidade. Este cenário se torna efetivo e pleno ao fim do governo de Campos Salles, que é, também, o último momento republicano que esta Tese pretende discutir.

Com o percurso anunciado, iremos começar a Tese por dois textos de Joaquim Nabuco, nos quais a postura de distanciamento em **O dever dos monarquistas** (1895) se modifica no reconhecimento de que **A República é incontestável** (1902). Esses dois discursos de Joaquim Nabuco são o início da Tese, mostrando um movimento do qual o IHGB fez parte, movimento de surpresa com a República e, posteriormente, de sua aceitação.

## 2 Da perda ao reencontro

### 2.1 Dois momentos

Com a proclamação da República, o futuro até então lido como continuidade de um presente (o Império) aparecia como tempo em aberto, seja para republicanos, seja para monarquistas, marcando um momento de intensos debates e apreensões. A rearticulação entre passado, presente e futuro se daria por diversos caminhos, constituindo um segundo momento quando a Proclamação da República se tornava passado e a história recuperava seu sentido. Este capítulo se inicia pela experiência de um letrado que viveu os dois momentos: o primeiro de constrangimento com a proclamação da República, pois que ela esvaziou a expectativa de continuidade da monarquia em um terceiro reinado; e o segundo momento, quando afirmava que a República era inevitável, e a história recuperava seu sentido.

O dever, porém, dos monarquistas sinceros, quando mesmo a monarquia estivesse morta, seria morrer politicamente com ela. [...] Que influência real têm tido na direção da República os monarquistas que se passaram? Nenhuma, pode-se dizer. A influência que os que restam podem exercer é outra, é toda moral: é guardarem fidelidade aos seus princípios e ao seu passado (NABUCO: **O dever dos Monarquistas**, 1895, 34).

Eu fiz em *O País* a campanha com Quintino Bocaiúva e acabada ela nos separamos, eu para sustentar a Monarquia, ele para pregar a República. Ser-lhe-ia grato estar presente nesse momento, porque sempre foi um sincero desejo seu ver-me reconhecer o inevitável e servir o país sob as novas instituições.

Nós discutimos essa questão da Monarquia ou da República muitas vezes, muito tempo, quando eu escrevia em *O País*, e ele acabou por ter razão, porque previu melhor o curso dos acontecimentos e o verdadeiro desenlace da abolição (NABUCO: **A república é incontestável**, 1906, 21).

A distância entre os discursos de Joaquim Nabuco é clara: 1) em 1895, o compromisso e a escolha pela monarquia implicaram fidelidade a princípios e ao passado, e nesse movimento ele se tornou sócio do IHGB, afirmando um

distanciamento como forma de ação; 2) em 1906, a República era incontestável, “o verdadeiro desenlace da abolição”. O passado chegava ao presente via um processo, e a história havia recuperado seu sentido.

A distância entre os discursos é o ponto de partida, pois a mudança na perspectiva de Nabuco não lhe é exclusiva. Um conjunto de letrados também a experimentou. Independentemente de serem monarquistas ou não, a experiência e construção de um presente como novo enquanto supressão (e controle) de um tempo em aberto é o assunto que nos interessa. As falas de Nabuco, **O dever dos Monarquistas** e **A república é incontestável**, abrem o tema – as recepções da Proclamação da República –, e, ao mesmo tempo, indicam certos traços de ação política implícitos e explícitos em um compromisso, um *dever*<sup>20</sup>.

Como vê, encerrei-me politicamente, há já seis anos, em uma espécie de arquivo, a recolher em livros, em documentos, em retratos, em tradições quase desconhecidas hoje, os traços da original, delicada e a alguns respeito ideal civilização em que pode florescer por tanto tempo a única monarquia da América. É no meio dessa poeira do passado que me vem encontrar sua apreciável carta falando-me do futuro da República. Tudo que eu posso dizer-lhe em resposta será apenas uma repetição daquelas folhas dispersas, não tenho nada que acrescentar aos sentimentos que tantas vezes expressei<sup>21</sup>.

O encerramento político está associado a uma volta ao passado como tentativa de manutenção da memória do Império, na escrita de seu livro célebre **Um Estadista do Império**. No entanto, na distância do presente e no convívio íntimo com o passado, quando Nabuco se encontra sozinho em contato com aqueles que o inspiram, surge um olhar “por meio de papéis dispersos” para a República e para o Império, para o passado, o presente e o futuro. Assim, o texto se desenvolve como contraponto

<sup>20</sup> Vale notar as qualidades gramaticais do conceito, pois *dever* pode ser lido como substantivo de derivação imprópria, assim seria verbo que pelo acréscimo do artigo definido se torna substantivo, *o dever*. Esta mobilidade ou este fazer do verbo um substantivo e também do substantivo produzir um verbo (ou seja sujeito de uma ação e passível de ser investigado), é uma qualidade comum aos conceitos investigados pela história dos conceitos. Por exemplo, embora não seja possível (nem preciso) definir a ordem cronológica, ao longo da Revolução Francesa (nos dizem Koselleck e Hanna Arendt), o termo “revolução” aparece como substantivo, se converte em verbo (revolucionar) e ainda como sujeito e adjetivo (revolucionário). Não se trata, apenas, de um resíduo ou subproduto da ação do homem no mundo (ou uma fonte), a ação se dá pela linguagem (entendida aqui como movimento e jogo). É nesse sentido que insistimos no conceito de *dever* do discurso de Nabuco (conceito que imbrica um passado e ação no presente), o qual ainda tem a particularidade de derivar de um verbo no infinitivo, ou seja, não comporta uma temporalidade definida.

<sup>21</sup> NABUCO, Joaquim. **O dever dos Monarquistas**: carta ao Almirante Jaceguay. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1895, p. 6.

entre as partes: o contato com o Império, com um “ideal de civilização”; e a agitação da política, o presente republicano. Olhar para o passado produzia juízo sobre o presente, e o distanciamento uma forma de ação.

A primeira pergunta do interlocutor que Nabuco se propõe a responder é: a monarquia promove a igualdade entre as raças? Como conciliar igualdade com a ideia de privilégio? A pergunta não foi feita ao acaso: os debates racialistas ganhavam corpo e força nos espaços mais diversos<sup>22</sup>. A resposta partia da experiência da Corte de D. João VI para indicar uma não distinção entre os cidadãos por critérios de cor desde 1808, o que seria o oposto da experiência republicana, especialmente a norte-americana. Na República norte-americana, muitas vezes tida como exemplo para os republicanos do Brasil, argumentava Nabuco, a desigualdade das *raças* é mais forte que em qualquer monarquia. Se os debates de fundo racialista eram recorrentes naquele tempo (assim como em outros), a ideia de privilégio aparece como possibilidade de encantar e enobrecer a população, uma elevação moral pelo contato com o Rei, que fazia todos serem súditos, semelhantes. Privilégio não é, então, entendido pela ideia de interesse, mas pela ideia de virtude. Aquele que tem um privilégio não goza da liberdade em seu sentido moderno, apenas em seu sentido antigo, quando a ação do indivíduo não partia de um juízo autocentrado<sup>23</sup>.

Um Imperador não poderia deixar de ser Imperador, ou seja, não poderia deixar de cumprir um conjunto de ritos e escolhas para se voltar a um interesse

<sup>22</sup> Entre outros, ver: VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

<sup>23</sup> Para uma explicação do que seja liberdade no sentido antigo ou moderno, assim como para a tensão entre indivíduos autocentrados inseridos em um coletivo que, em diferentes graus, tende a ser heterodirigido, não nos voltaremos ao clássico texto de Benjamin Constant, mas ao memorável Romeu e Julieta. Afinal, o enredo básico da narrativa se desenrola pelo entendimento de Romeu e Julieta como nomes e indivíduos neles mesmos, enquanto que Capuletos e Montéquios carregavam um nome para o coletivo que enfraquecia personagens autocentrados. No enredo, os personagens, no sentido forte do termo, são apenas Romeu e Julieta, apenas estes agem por uma liberdade orientada pelo indivíduo, o que chamaríamos de “moderno”, enquanto que os grupos em conflito agiam pela liberdade orientada pelo coletivo, a qual se costuma chamar “antiga”. Sem essa noção moderna de liberdade, sem se voltarem sobre si enquanto algo à parte do grupo, não seria possível a Romeu e Julieta se envolverem. Por sua vez, sem a noção antitética de liberdade, Montéquios e Capuletos teriam se envolvido pelo amor espontâneo do casal como qualquer outra audiência.

A tensão entre as partes, entre indivíduo e sociedade, entre uma parte que ao olhar para si se percebe como um todo, algo nele mesmo, ou seja, a tensão entre indivíduo e sociedade é assunto caro a Simmel (em diferentes artigos) e, pela referência do próprio Simmel, desenvolvida por Nobert Elias (1994) em **A sociedade dos indivíduos**. A relação entre tais formas de se ver e ser indivíduos com as artes tem por referência Costa Lima (2006).

particular. Afinal, sua coroa não deveria o enobrecer ou servir a ele, mas sim ao *povo*, a razão do privilégio era a elevação moral que deveria resultar da presença do Rei. Não é sem razão que Nabuco se via obrigado a justificar as viagens de D. Pedro II, as quais eram indício, ao interlocutor de Nabuco, da decadência e egoísmo do monarca. As críticas ao Imperador e à monarquia eram recorrentes naqueles tempos, porém a possibilidade da elevação do *povo* pela presença do Rei era o ponto pelo qual Nabuco argumentava que, frente ao Rei, todos são cidadãos, ou seja, uma dissolução da desigualdade entre as raças.

É justamente por esse caminho que Nabuco confronta uma segunda questão: o meio americano não é contrário à monarquia? Se o interlocutor falava das outras experiências republicanas na América, Nabuco diz que sim, que de fato a impossibilidade da manutenção perene de rituais e critérios morais na América talvez indicasse que o meio americano é contrário à monarquia, pois esta não poderia persistir em um ambiente sem o cultivo das cerimônias que conferem sentido à monarquia.

Entretanto, a questão não diz respeito a uma ou outra forma de governo: “A verdade é que em um meio onde não existe pressão social é impossível que a forma de governo conserve perfeitos todos os seus característicos, seja ela monarquia, seja, muito menos, a república”<sup>24</sup>. A moral e a “pressão social” são características básicas da vida política antes mesmo de qualquer debate sobre as formas de governo. Esta mobilidade das qualidades do *povo*, poder ser apático ou ativo, é algo que define uma forma de se pensar a política. Aqui começava a se falar na necessidade de o Estado, ou segmentos da sociedade, atuarem na educação política ou, no mínimo, que ocupem um espaço (hoje poderíamos dizer ideológico). Se Nabuco deixava à parte a ação de homens como Silva Jardim e Lopes Trovão, que falavam diretamente à cidade no fim do Império, tratava a República em 1895 justamente pelo vazio desse espaço, silenciando quem quer que tenha falado a “todos”.

Imbricavam-se a “ausência de pressão social” e o “gosto pelo novo”. A facilidade da queda da monarquia não indicava que esta era estranha à América, pois a inexistência de raízes não era mal da monarquia, “não são as instituições que não

---

<sup>24</sup> NABUCO, Joaquim. **O dever dos Monarquistas**: carta ao Almirante Jaceguay. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1895, p. 7.

têm raízes, é o solo que não tem consistência e cujas areias o menor vento revolve”<sup>25</sup>. A ausência de “raízes” se deve, nesse argumento, a um “ilimitado individualismo” que engendra uma “falta de toda e qualquer reação social”<sup>26</sup>. Este mesmo argumento aparece em **Porque ainda sou monarquista**, onde a partir de Spencer, tido como teórico da República, Nabuco afirmava a impossibilidade de uma República em país de pouca “pressão social”. Uma República demanda que o cidadão proteste contra o menor ato de violência, sendo o oposto o diagnóstico da sociedade brasileira. Para Nabuco, a condição nacional básica era a de não opor resistência às ofensas e violências. Interessa destacar que República, aqui, pressupõe uma noção de indivíduo comprometido com a vida pública, em luta por questões da cidade, ou seja, um indivíduo que vive uma noção antiga de liberdade. O *individualismo*, que seria nocivo à monarquia, seria ainda mais insustentável na República, sendo este o caso da República brasileira, no argumento de Nabuco de 1895.

O caso brasileiro seria ainda mais grave pela “neocracia”, o gosto e governo pelo novo. A facilidade com que eram derrubadas as instituições de longa data e força seria proporcional à tendência ao novo. Assim, o governo “dos mais antigos” não tem força devido às iniciativas indisciplinadas dos mais novos. Uma ideia de longa duração não tem força frente a uma ideia nova. “Nenhum terreno pode ser mais próprio do que esse para a cultura da anarquia”<sup>27</sup>. A própria ação militar na proclamação seria impensável, pois para um militar orientado pela ideia de *disciplina* não existiria a possibilidade de se voltar contra quem jurou lealdade. Apenas por uma ideia e *privilégio* da novidade – no sentido moderno do termo – os militares puderam se voltar contra o Império, apenas pela ideia de que “novas” instituições haveriam de ser melhores do que as “velhas”. Ou seja, a ideia de que a sucessão das instituições antigas por novas é algo inscrito na própria história, sendo então irresistível, era contestada ao longo de todo o discurso de Nabuco. A irresistível superação do presente pelo futuro parece equivocada quando Nabuco olhava para aqueles “papéis dispersos” que davam vida à ação dos notáveis do Império. A crítica ao conceito

---

<sup>25</sup> NABUCO, Joaquim. **O dever dos Monarquistas**: carta ao Almirante Jaceguay. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1895, p. 17.

<sup>26</sup> *Ibid.*, p. 18.

<sup>27</sup> *Ibid.*, p. 20.

moderno de história, aqui, remete diretamente à alienação que este pode produzir dos resultados de ações que se legitimam *a priori* por se considerarem novas e por isso superiores. Esse conceito seria orientado por um olhar para o futuro que aliena o presente.

Não pretendo, note bem, que a monarquia pudesse nunca ser entre nós um governo perfeito: todo governo é a imagem da sociedade, sabe-se bem [...]. A diferença para mim entre a monarquia e a república no Brasil é a que se vê entre a velha sociedade comercial e as novas companhias anônimas<sup>28</sup>.

Esse ponto é de especial importância, pois remete ao contexto amplo do diálogo. Nabuco criticava uma forma de economia baseada no anonimato, ou seja, na não associação entre o “uso do capital” (expressão do próprio) a uma causa perene e pública. Para as “novas companhias anônimas”, os investimentos eram proporcionais ao interesse do lucro particular, descolados de qualquer compromisso com o objeto que era alvo de investimento. Se homens como Couto de Magalhães e André Rebouças (este amigo de Nabuco) associavam ao fim do Império capital à ação pela Pátria e ao progresso desta (o *lucro* não significa por si só o *progresso*, era necessário que o capital estivesse em uso como, por exemplo, na construção de ferrovias), Nabuco se encontrava em um momento no qual a economia e o capital se tornavam interesses neles mesmos, criticava agora outro aspecto do “ilimitado individualismo”. A própria vida da cidade experimentava um novo elemento regulador das condições sociais, pois se ao longo do Segundo Reinado o privilégio social implicava em uma condição econômica, Nabuco escrevia em um momento no qual a economia se descolava de condições sociais, começava a se justificar por si e para si. Recentemente, acontecera o *encilhamento* (Capítulo 3).

A questão, então, é que Nabuco pressupunha que qualquer forma de governo ou economia só seria sadia mediante um juízo prático de seus resultados. Uma certa face da modernidade se mostrava na medida em que tal juízo não partisse de um entendimento filosófico, teológico ou histórico, mas do reconhecimento da mobilidade das qualidades humanas, afinal Nabuco falava em *sociologia* sem, no entanto, deduzir ou partir de qualidades universais do homem. As qualidades da

---

<sup>28</sup> NABUCO, Joaquim. **O dever dos Monarquistas**: carta ao Almirante Jaceguay. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1895, p. 22-23.

sociedade não seriam derivadas de proposições, mas de uma vida interna na qual se começava a perceber a nulidade de conceitos estáveis. No entanto, parecia haver um limite no entendimento dessa sociedade, pois nem todos os espaços eram lidos, a vida ativa da Rua permanecia esquecida. Nabuco não incorporava a ação de um conjunto amplo de homens, o que talvez se devesse ao seu *dever* como monarquista. Mas não se pode deixar de destacar que existiram publicistas – como Silva Jardim – que produziam “pressão social” e, embora certamente Nabuco os conhecesse, eles ficaram no silêncio.

O que ficava exposto, então, era um entendimento sobre o *dever*: justamente o compromisso do cidadão com a causa pública, uma orientação pela liberdade antiga. Assim, o centro da questão se volta para saber quem é *cidadão*. Por isso, embora seu argumento esboce em certos momentos o Isabelismo como possibilidade de restauração, seu eixo principal é **o dever dos monarquistas**: “O dever, porém, dos monarquistas sinceros, quando mesmo a monarquia estivesse morta, seria morrer politicamente com ela.”<sup>29</sup>.

Se *o dever* era agir pela *nação*, a resposta dada ao presente republicano, em 1895, foi o isolamento. A contradição aparece quando o compromisso moral pela ação resulta em uma anulação da ação na vida ativa da cidade, pois Nabuco se mantinha restrito ao espaço das letras. Ao fim de seu texto, embora tenha argumentado pelo conceito antigo de liberdade, Nabuco se resguarda sob a defesa moderna de que a fé ou convicção, quando reservadas ao seu espaço privado, são direitos de cada um. Frente à impossibilidade da monarquia e de se dedicar ao espaço público, como a liberdade antiga lhe exigiria, resguarda-se em um *individualismo*. A tensão entre as liberdades se resolveria posteriormente, quando Nabuco voltou a atuar no Estado, não mais como Senador, mas como diplomata, o que forneceu justamente o contexto do discurso **A República é incontestável**, de 1906.

Eu fiz em O País a campanha com Quintino Bocaiúva e acabada ela nos separamos, eu para sustentar a Monarquia, ele para pregar a República. Ser-lhe-ia grato estar presente nesse momento, porque sempre foi um sincero desejo seu ver-me reconhecer o inevitável e servir o país sob as novas instituições.

---

<sup>29</sup> NABUCO, Joaquim. **O dever dos Monarquistas**: carta ao Almirante Jaceguay. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1895, p. 34.

Nós discutimos essa questão da Monarquia ou da República muitas vezes, muito tempo, quando eu escrevia em *O País*, e ele acabou por ter razão, porque previu melhor o curso dos acontecimentos e o verdadeiro desenlace da abolição<sup>30</sup>.

De início se deve dizer que a diplomacia republicana contou com diferentes herdeiros do Império, tais como Rio Branco ou Nabuco. O conjunto de monarquistas que atuaram na República em cargos públicos constrói a hipótese de que o *dever* do qual Nabuco falava não é referência apenas sua, trata-se de um *dever* nacional comum à geração de 1870. Assim, a mudança de perspectiva de Nabuco participa de um quadro mais amplo, porém é válido manter o foco no discurso de 1906 por enquanto, quando Nabuco atuava ao lado de Rio Branco na diplomacia republicana (este é um discurso que presta conta dessa atuação precisamente pela questão da Guiana Inglesa).

Nabuco centralizava novamente seu argumento nas experiências republicanas americanas, porém agora não como crítica, mas como elogio destas e da República brasileira. As relações com os EUA aparecem como força da América como um todo, pois que ela prezava a paz, em oposição ao Velho Mundo, que apenas conhecia a guerra. A América (e com ela a República) seria o futuro, a Europa (e a Monarquia), o passado. Os Estados Unidos, dizia Nabuco, foram referência e inspiração para brasileiros desde a “inconfidência” mineira e a revolução de 1817. Interessa adiantar que essas duas referências (inconfidência e revolução de 1817) são pontos pelos quais se operou uma inflexão, pois eram lidos ao longo do Segundo Reinado como *anarquia* e, ao longo da primeira República, se tornaram provas de um instinto nacional republicano desde outras épocas (Capítulo 2). O que Nabuco esboçava era um entendimento sobre a história nacional na qual se naturalizava a sucessão do Império pela República.

A inevitabilidade da República aparece como argumento capaz de esvaziar todas as críticas e ansiedades frente ao tempo em aberto do texto de 1895. A sucessão das instituições voltava a ser a referência para o tempo, e assim não havia crise aparente, apenas velada<sup>31</sup>.

<sup>30</sup> NABUCO, Joaquim. **A república é incontestável**. Gazeta de Notícias, 19 de setembro de 1906, p. 21.

<sup>31</sup> “Pertence à natureza da crise que uma decisão esteja pendente, mas ainda não tenha sido tomada. Também reside em sua natureza que a decisão a ser tomada permaneça em aberto. Portanto, a

A mudança de perspectiva de Nabuco poder-se-ia dizer radical, pois ao mesmo tempo em que se justificava por um *dever* (o letrado não deixaria de servir à Nação), abre a questão do que estava em jogo e quais atores agiam para que a República fosse lida como *incontestável*. De fato, não se trata de uma mudança circunstancial, nem era a intenção do discurso de Nabuco tratar dessa mudança. A essa altura, a república já era *incontestável* para muitos.

Se Nabuco falou como parte de um coro, se diferentes homens experimentaram esta mudança do *constrangimento* com a República (como em 1895) para o reconhecimento de que esta era *inevitável*, nos dirigimos mais diretamente ao objeto da Tese, a Revista do IHGB e as recepções da Proclamação da República entre os sócios deste Instituto, onde esta mudança também se deu. Porém, antes de entrar propriamente nas recepções, é necessário ter uma noção mínima de onde e como o IHGB estava antes do 15 de novembro de 1889, o que será feito a partir da comemoração de seu aniversário de cinquenta anos.

---

insegurança geral de uma situação crítica é atravessada pela certeza de que, sem que se saiba ao certo quando, ou como, o fim do estado crítico se aproxima. A solução possível permanece incerta, mas o próprio fim, a transformação das circunstâncias vigentes – ameaçadora, temida ou desejada – é certa. A crise invoca a pergunta ao seu futuro histórico” (KOSELLECK. **Crítica e Crise**, p. 111).

## 2.2 Distinção e modéstia

*Distinção e modéstia* são palavras recorrentes nos discursos dos sócios do IHGB e abrem a questão sobre como posturas políticas – especialmente aquelas que ganham forma pelas sociabilidades – se definem por princípios que não partem de uma filosofia política conceitualmente definida, mas pela vida do corpo, pela performance. Nesse tipo de postura, o que se diz importa tanto quanto o como se diz. Vale sublinhar esse ponto porque, por vezes, a vida do corpo é posta de lado em pesquisas sobre o IHGB, o que acaba por dificultar a compreensão do caráter político desses textos, pois este está também na forma como se diz<sup>32</sup>. Por isso, o primeiro elemento que traremos deste Instituto é uma comemoração, os cinquenta anos do IHGB em 1888, que permite a compreensão desta relação entre o que se diz e como se diz.

A comemoração dos cinquenta anos do IHGB, em 1888, nos oferece uma história do Instituto pela voz dos seus sócios e da própria ambiência da instituição, onde se desenhava a expectativa de continuidade da *monarquia constitucional* em um terceiro reinado, e como os *sócios* faziam suas *falas*, nas sessões regulares e aniversárias. O quinquagenário interessa porque uma comemoração costuma ser um ato no qual se reafirmam os compromissos e argumentos que norteiam a vida. Nesse caso, comemorar é exaltar, trazer à superfície o que no cotidiano está presente, mas

---

<sup>32</sup> Nesse sentido, surpreende que, apesar de uma ampla bibliografia discutir os usos e ritos próprios da monarquia, não haja uma apropriação desse tipo de leitura na análise da produção do IHGB. Os ritos que constituem as práticas constantes do Instituto ao longo do oitocentos não são lidos com o devido cuidado. Não se trata de fazer deles um objeto próprio da investigação, mas um caminho para compreender – do ponto de vista de um método de leitura – que a sociabilidade é constitutiva do texto.

sem ser destacado. Porém, tal exaltação não é do volume da voz, nem da ampliação do auditório, mas do investimento nos gestos que a compõem<sup>33</sup>.

O que primeiro chama atenção é que a comemoração do quinquenário não ultrapassa as salas do Instituto e ocupa espaço na imprensa apenas de forma moderada. A comemoração, como reafirmação do hábito desse Instituto, não levou a uma ampliação da audiência, pelo contrário, levou a uma reafirmação da audiência usual do IHGB. No quinquenário reafirmou-se quem era o público do IHGB.

Não por acaso, o primeiro objeto comemorado foi à própria revista que o IHGB imprimia regularmente, o que foi feito em um discurso publicado com o título de “O tomo cinquenta da Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, de Franklin Távora<sup>34</sup>, então 1º Secretário do Instituto. O primeiro **corpo** que os sócios do IHGB elogiam é a Revista.

O caso é que a RIHGB não é apenas uma publicação, mas uma espécie de materialização dos esforços e intenções dos sócios do Instituto. Não apenas nesse discurso impresso na própria Revista de 1887, mas em tantos os outros, sócios do IHGB se referem à Revista como algo que os representa e como prova de seus esforços. Enviar a Revista a instituições de outras nações era a prova da importância do Instituto para o mundo e para a *Nação*, marcando o seu lugar de instituição *civilizada*. Assim, não por acaso, o elogio ao tomo cinquenta era feito por uma narrativa da história do IHGB. Revista e Instituto se imbricavam na fala do 1º Secretário.

Seguindo Távora, este fora fundado “em 21 de Outubro de 1838, por iniciativa particular de dois homens de superior intuição – o marechal Raymundo José da

---

<sup>33</sup> Na quase totalidade dos textos autorais impressos na RIHGB – ou seja, os que não eram *documentos* –, ao lado do título, como parte do cabeçalho, lê-se a expressão “Memória lida no dia”, isso desde *memórias históricas* propriamente até *biografias* ou *ensaios*. Esse dado bastante simples por si só reafirma a necessidade de compreender a ambiência do IHGB antes de compreender o texto propriamente. Pois se as *memórias* eram lidas em sessões regulares, a performance acontecia antes do texto, deixando marcas claras naquilo que era publicado. A *vocalidade* (ZUMTHOR, 1994) destes textos não deve ser menosprezada enquanto referência para a compreensão de seu sentido. *Modéstia* e *distinção* serão chaves para compreender tal performance.

<sup>34</sup> TÁVORA, Franklin. O tomo cinquenta da Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1887, p. XVII-XXI.

Cunha Mattos e o cônego Januário da Cunha Barbosa”<sup>35</sup>. A fundação, porém, não era a referência principal.

Sem se voltar para o contexto das Regências, Távora cita um trecho do *Jornal do Comércio* de 1838 onde se elogia a fundação do Instituto e se a associa à fundação de instituições semelhantes na Europa. Assim, descola-se a fundação do IHGB de seu contexto mais particular inserindo-a em um movimento amplo, a *ilustração* – encaminhamento usual entre os sócios ao tratar da fundação. Porém, embora exista nessa narrativa um movimento geral, uma tendência e direção comum a todas as *nações civilizadas*, a força da história, nesse discurso, não coloca por si só a nação nesta *marcha* – conceito usado por Távora –, aqui a história não é uma força irresistível.

Cunha Mattos e Januário da Cunha Barbosa haviam iniciado o movimento, mas a força não era suficiente, dizia Távora, pois foi apenas com a participação de D. Pedro II na sessão de 15 de dezembro de 1849 que o Instituto se firmaria. A participação de D. Pedro II na sessão é um **motivo** comum nas falas dos sócios – por motivo se entende uma unidade recorrente em falas sobre temas distintos. Essa data foi a escolhida para as sessões aniversárias. A idade do Instituto não era celebrada no dia em que Januário e Cunha Mattos fizeram discursos de fundação, mas no dia em que D. Pedro II participou de uma sessão e nesta firmou seu compromisso com o IHGB, o qual manteria ao longo de todo o Segundo Reinado e mesmo após o fim deste. Assim, no elogio à Revista aparecem dois marcos de fundação, porém em dois planos. Em um primeiro estavam Cunha Mattos e Januário; em um outro, superior, estava D. Pedro II. Algo que veremos ser recorrente, a *marcha* da história e os esforços dos “homens de boa-fé” (expressão comum entre os sócios, como veremos em Moreira de Azevedo) só se realizam plenamente pela intervenção e presença do Imperador. Dito de outra forma, a *constituição* não bastava, era necessário também o *monarca* (capítulo 2). O elogio à intervenção do Imperador na história da *nação* foi, nesse sentido, a forma básica de defender e demonstrar os sucessos da *monarquia constitucional*, dizendo que os homens por si não bastavam, era necessário alguém em um plano superior capaz de intervir, um *Rei*.

---

<sup>35</sup> Ibid., p. XVII.

Esse discurso foi apenas uma introdução às comemorações. O principal era a comemoração dos cinquenta anos, o quinquagenário do Instituto. Para essa data, os sócios do IHGB, tão comprometidos com sua dinâmica regular e própria, propunham-se a uma cerimônia nova. É certo que as sessões aniversárias, realizadas no dia 15 de dezembro, lembrando a participação de D. Pedro II na sessão de 1849, serviam como referência para o que ocorreria, mas a comemoração dos cinquenta anos do IHGB não poderia ser parte da rotina, pelos menos essa era a expectativa que se desenhava.

A sala do Museu Nacional, onde o IHGB havia sido fundado na reunião da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional em 1838 (outra referência constante de fundação do Instituto), serviria à cerimônia e posteriormente a uma exposição, onde os assuntos próprios do IHGB – etnografia, geografia e história – ganhariam corpo em coleções.

Diferentes artigos foram encomendados às províncias da *nação*. O objetivo era claro: fazer conhecer o “estado atual” do Império, pelo menos o quanto mais fosse possível. Não foi a primeira tentativa do Instituto, nem desses letrados, pois na Biblioteca Nacional algo semelhante ocorrera em data próxima.

O caso é que nenhuma das expectativas e planos dos sócios do Instituto se concretizou, assim como o dicionário biográfico de alguns sócios falecidos, que também havia sido planejado e não foi feito. A sala do Museu Nacional estava repleta de móveis e objetos que – pelo que aparece nas sessões do Instituto – não saíam de lá. Ninguém respondeu à solicitação, dizia o então 1º secretário João Severiano da Fonseca, para a elaboração do volume sobre o “estado atual do Império” (RIHGB: 1888, II, 349). Talvez se pudesse supor um descrédito em relação ao próprio Instituto, mas considerando que essa não foi única, mas uma das várias tentativas semelhantes desses letrados, o que essa falta de adesão ao projeto do IHGB – mesmo este tendo o investimento direto e pessoal do Imperador – de centralizar uma produção sobre a *nação* nos mostra é a desconexão entre o centro e as suas partes.

Não era apenas o caso de a *cabeça* (metáfora usada para representar o centro) não ver os *pés*, mas reconhecer que não os via sem esforço e quando os via era evidente que eram feitos de materiais distintos – na história do Instituto é recorrente a

formação de comissões científicas para “conhecer” a *nação*. A geração de 1870 conhecia o resultado do desconhecimento mútuo.

Nas experiências diretas e indiretas da Guerra do Paraguai, que marcaram esses homens, ficou claro que o *sertão* estava mais perto do que se imaginava – no sentido de uma ligação prática da vida econômica e das fronteiras do Estado – e, ao mesmo tempo, mais longe – no sentido identitário (SOUSA, 2004).

Porém, o compromisso com o Império não aparecia apenas pela reafirmação de projetos, pois algo recente e novo os aquecia, uma outra comemoração que ocorrera e concorria no mesmo momento: a “abolição da escravidão”, enunciada em um outro discurso de Franklin Távora, então 1º Secretário, como o “Jubileu do Instituto”<sup>36</sup>. Os sócios do IHGB não deixariam de associar essa “conquista da civilização” aos seus próprios esforços e a uma vitória da *monarquia constitucional*. Perdigão Malheiros aparece como *herói* da “gloriosa vitória”, por seu livro “A escravidão no Brasil”, assim como outros “homens de boa-fé” que agiram pela “nobre causa” foram lembrados. Na prática, a *abolição* acabou concorrendo com o quinquagenário do IHGB. Enquanto o planejamento original para o quinquagenário não era alcançado, a principal comemoração da *abolição* no interior do Instituto – a cunhagem de uma moeda comemorativa – era realizada.

Dentro da limitação de seu orçamento, os sócios do IHGB optaram por investir na celebração da *abolição*. Talvez porque o quinquagenário requeria muito mais recursos, talvez porque contavam com auxílio de seu *protetor imediato*, o Imperador, e tal auxílio não chegou. Talvez porque nos debates que aconteciam fora dos muros do Instituto *abolição* fosse tema mais forte do que um aniversário. Enfim, o quinquagenário não se deu como o esperado.

A comemoração dos cinquenta anos do IHGB, porém, não se constrangia, pelo contrário, associava-se à da *abolição*. Aliás, a temporalidade particular aos aniversários é muito próxima à forma pela qual esses letrados trataram a *abolição*, o que facilitava a aproximação. Um aniversário é o momento quando uma trajetória ganha uma marca. Naquele presente o passado se alarga um pouco mais, pois tem uma nova referência para sentir o passar do tempo. Era assim que a *abolição* era lida,

<sup>36</sup> TÁVORA, Franklin A **extinção da escravidão no Brasil**: o jubileu do Instituto Histórico. Revista do IHGB, 51 (76): XVII-XXVII, 1888.

como um ponto que inaugurava uma nova *idade* para o Instituto e para a nação<sup>37</sup>, sobre o que o então presidente Joaquim Norberto dizia: “Assim fechou-se com a extinção da escravidão o primeiro ciclo do Instituto Histórico; assim abre-se o novo ciclo com a liberdade de todos”<sup>38</sup>.

Pela história, IHGB e *nação* se misturavam em um movimento no qual todo um universo ficava de fora. Projetos variados, que viam a *abolição* como uma parte e não simplesmente algo que se basta por si, foram esquecidos, foram *abolidos*. No solapamento entre passado, presente e futuro, quando o argumento por um tempo novo apaga o aparato conceitual de projetos políticos anteriores – como a associação necessária entre *abolição* e *reforma agrária* –, a comemoração da “conquista gloriosa” e do quinquenário se somavam para um mesmo fim: manter sob controle um mundo em transformação.

É evidente que a *abolição* teve uma projeção muito maior do que o quinquenário do Instituto e que era tema da Rua. Aliás, foram nas lutas travadas nas ruas e associações que ela teve corpo<sup>39</sup>. O quinquenário nem seria destacado se o foco fosse propriamente a *abolição*, o que não deve ser pensado como uma derrota para o IHGB, pois certamente não era objetivo dos seus sócios ter sua voz ouvida por todos os homens sob a tutela do Estado.

Aliás, os constantes debates sobre as indicações para as diferentes categorias de sócio nos fazem ver que: a ideia de que o que ocorre naquelas sessões não é para

---

<sup>37</sup> A ideia de *idade* como referência para marcar períodos distintos – uma antropomorfização do tempo – é recorrente no vocabulário de homens que viveram a formação da *filosofia da história* ao fim do setecentos. Envolve, a maior parte das vezes, a ideia de *amadurecimento*, mais do que propriamente a de *progresso*, como no caso da **Educação do gênero humano**, de Lessing. Lendo esse tipo de *conceito* em uso pelos sócios do Instituto, Manoel Salgado (2007) – e aqui nos apropriamos e reafirmamos seu argumento – trata de um deslizamento entre diferentes concepções de história na produção do IHGB, como se o conceito moderno de história pudesse convier com a *historia magistra vitae*. Nesse encaminhamento, não há um predomínio, mas a disponibilidade de diferentes formas de fazer e pensar a relação entre passado, presente e futuro em sua relação com a história e com a ação.

<sup>38</sup> SILVA, Joaquim Norberto de Souza. **Discurso de Abertura**. Suplemento em homenagem ao quinquenário do IHGB. Revista do IHGB, 51 (78): 12, 1888.

<sup>39</sup> É Ricardo Salles (1994), por uma ampla bibliografia, quem, aliás, coloca com muita precisão que *escravismo* e *liberalismo* não são antagonicos. Apesar de ser uma questão tangencial ao argumento da Tese, não é um elemento que deva ser posto de lado. As possibilidades de compreensão do *liberalismo* dos homens do Segundo Reinado não exclui necessariamente a presença do escravo, pelo contrário, voltando à célebre frase de Bernardo Pereira de Vasconcelos: “A África civiliza a América”.

qualquer um<sup>40</sup>, o que curiosamente ganha forma nas falas em sessões regulares e na comemoração dos cinquenta anos quando o motivo do discurso era a *modéstia*.

São muitas as falas dos sócios em que no início do discurso aquele que fala diz não estar à altura de sua tarefa, expondo a *modéstia* de sua posição – sendo o próprio motivo empregado –, como se estivesse abaixo do tema principal e comum aos diferentes trabalhos: a *nação*. O efeito é, curiosamente, que a *modéstia* transpõe a autoridade da *nação* a quem se curva, destacando a condição especial daquele que fala.

Ao mesmo tempo, em um primeiro sentido do termo, *modéstia* contrasta com o ambiente no qual se deu a comemoração e se davam as sessões regulares. Afinal, não foi por não ter sido como o planejado que a celebração do quinquagenário não teve a *distinção* que se desejava.

O número da Revista que descreve a sessão extraordinária, chamada *Sessão Imperial*, após a menção honrosa “as Augustas presenças de S. S. M. M. I. I. S. S. A. A. Sereníssimas a Princesa Imperial e os Príncipes Conde d’Eu e D. Pedro Augusto”<sup>41</sup>, inicia-se com um texto do 2º Secretário, José Alexandre Teixeira de Mello, descrevendo o salão da festa. Na descrição, aparecem elementos caros ao Instituto. A própria sede do IHGB onde se realizava o evento, o Paço Imperial, era sempre motivo de orgulho para os sócios, pois afirmava a proximidade deles com D. Pedro II, cujo busto estava no salão decorado com flores e troféus. Ao lado dele, representando as ciências, havia bustos de Alexander Von Humboldt e Von Martius. Diferentes volumes da revista do Instituto estavam dispostos aos convidados. Entre esses, Teixeira de Mello destacava “deputações de várias academias e sociedades, entre elas da Academia Imperial de Medicina, Escola Militar, Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, as dos Institutos Farmacêutico e Politécnico, dos Clubes Militar e

---

<sup>40</sup> Essa geração travou diferentes debates sobre o Estatuto do IHGB, levando à reformulação deste. O debate sobre as indicações para sócios fazia parte de uma tentativa de tornar o Instituto mais voltado para a produção *literária*, que deveria ter, no IHGB, um contorno específico. “O Instituto era e continua a ser, na acepção geral da palavra, uma associação de letras; mas, no sentido restrito, que é o que lhe assenta e o caracteriza, os seus fins são especiais. Ele tem a seu cargo estudos que requerem gosto e habilitações que muitos autores de trabalhos literários podem não ter” (RIHGB: 1887, volume II, 327). Ou seja, aumentava a necessidade de comprovação da produção nas áreas de história, geografia ou etnografia para ser aceito como sócio correspondente ou efetivo.

<sup>41</sup> Suplemento em homenagem ao quinquagenário do IHGB, 51 (78): 1, 1888.

Naval”<sup>42</sup>. Além desses estavam o corpo diplomático de Portugal e das repúblicas do Chile e Argentina, reafirmando que pelo Instituto o Império se colocava entre as nações *civilizadas*. Uma audiência que, ao lado da família imperial, o 2º Secretário fazia questão de destacar. Nos corpos e seus gestos estava materializada uma certa postura e ambiência política.

No entanto, quando a cerimônia se desenrolava, a voz aparecia e se expandia. Não se deve apenas pensar nas medalhas, nas vestes ou na decoração apenas enquanto elementos constitutivos desses rituais. A voz também tinha sua materialidade nesse sentido. Saber colocar a voz em um certo tom e dentro de uma ordem própria fazia parte dos gestos nos quais se investia. O controle da voz – que demarcava a distinção entre *palavra* e *ruído* – iniciava-se no controle do gesto, da demonstração de uma formação em uma cultura fortemente marcada pela retórica, na qual o discurso tem seu caráter de performance acentuado.

Mais do que um discurso com uma intenção de movimentar a audiência para uma ação, os discursos do Presidente, Secretário e Orador pretendiam elevar a si e a audiência<sup>43</sup>. *Modéstia* e *distinção* andavam, na verdade, lado a lado. *Modéstia* no tom da voz e na escolha dos assuntos a serem falados, marcando que aqueles que ali falam

<sup>42</sup> MELLO, José Alexandre Teixeira de. **Sessão Imperial** Suplemento em homenagem ao quinquagenário do IHGB. Revista do IHGB, 51 (78): 1-4, 1888.

<sup>43</sup> Os discursos endereçados a movimentar a audiência que estes mesmos sócios do IHGB considerariam dignos se davam no mundo da *política* restrita aos espaços da *representatividade*, onde o gesto e o controle da palavra também eram fundamentais, como se pode ver em **Oito anos de parlamento**, de Afonso Celso, futuramente sócio do IHGB. Porém, os discursos dos sócios do IHGB não se moviam pela retórica na intenção de um convencimento à ação, não havia um plano de ação política a ser construído e defendido pelo uso da palavra, como haveria no Senado. A retórica aqui tem um sentido semelhante ao que Auerbach, em **Mimesis**, destaca em Tácito.

Se Tácito fala de seu personagem – um soldado que pela interrupção da disciplina militar inspira uma revolta – dando-lhe vida e destaque, produzindo seu discurso, o interesse por este é apenas o do sentido moral e pedagógico que se tira do exemplo. Tácito não se interessa por aquele soldado, dito como um “ator menor” que por isso conseguia mobilizar uma platéia “débil”, mas pelo resultado da interrupção da disciplina militar. Todo o adorno e riqueza do discurso desse “certo Percênio” é apenas a forma de Tácito demonstrar o controle da palavra e elevar a si e a audiência com ela. Para ele e sua audiência, é evidente que o discurso é de Tácito, mesmo que sob a voz de um “certo Percênio”, pois um simples soldado jamais usaria a palavra daquela forma. Aqui, a retórica não diz respeito a um convencimento para a ação, mas a uma forma de dar vida ao que se fala, localizando-se em um plano intermediário entre a comédia e a epopeia, sendo que o aprendizado que tira desta é constante e perene, pois o que se aprendia com este caso serviria a qualquer outro: a interrupção da disciplina é nociva aos militares.

Esse sentido pedagógico e de um discurso que pretende elevar – e não convencer – é uma imagem interessante para tratar dos discursos dos sócios em sessões regulares e aniversárias. Pois é nesse contorno, afirmando constantemente o motivo história mestra-da-vida (entre outros), que a retórica organiza o ritmo e a forma das sessões.

estão em um plano mais abaixo do que aquele que permite-lhes falar. Nenhum sócio do Instituto se apresenta como suficiente. Sem a presença do Imperador, não poderiam tratar da *nação* como o faziam. Império, *nação*, *monarca* são referências que estão sempre em um nível mais elevado do que aquele que fala. Aqui, a *razão* tem limites claros, não é capaz de pôr toda e qualquer questão em dúvida, até porque a *monarquia constitucional* não se mostrava como a escolha da *razão* por uma dedução ou indução de conceitos, mas por uma leitura da história (Capítulo 2).

Ao lado da *modéstia*, a *distinção* aparece como forma de mostrar o papel desses homens frente ao que está “fora”, e novamente a ideia de privilégio aparece associada à liberdade antiga, como se homens *distintos* tivessem o *dever* de servir à *Nação*. *Distinguir*, aqui, é reafirmar a distância entre os que estão “dentro” e os que estão “fora”; porém, sempre em uma gradação: cada sócio era investido de condecorações e títulos, de possibilidades de ação que na maior parte das vezes envolviam o uso da palavra.

Se, em 1888, na Rua, D. Pedro II era alvo de sátira e a República era **consentida**, nas vozes dos sócios do Instituto o futuro era o terceiro reinado. Marco nas vozes dos sócios, em suas vidas e documentações íntimas, talvez oscilassem por diferentes caminhos, mas no Instituto o futuro era a *monarquia constitucional*, composta pela “digna família imperial” e pelos homens *modestos* e *distintos* (com exceção da Princesa, as mulheres apareciam apenas como acompanhantes). A questão não é saber o quanto sabiam do que ia ocorrer, ou muito menos compreender a comemoração por uma teleologia que já sabe o que se dá em 1889 e deste ponto compreende 1888. É necessário deixar que os discursos apareçam pela ambiência na qual estão inseridos, e não no processo da História que prevê a Proclamação como inevitável. Vale ver, agora, o que os sócios diziam na celebração do quinquenário, quando aparecia a expectativa da continuidade do Império em um terceiro reinado.

## 1888 – cinquenta anos de IHGB

“Suspendamos a marcha e descansemos para levar retrospectivamente os olhos pela senda aberta aos nossos estudos”<sup>44</sup>. Assim Joaquim Norberto via primeiro a “pré-história que tanta atenção merece presentemente dos americanistas”<sup>45</sup>.

Se o estudo da *pré-história nacional* era interesse do Instituto desde a sua fundação, como a Tese da historiadora Kaori Kodama (2005) destaca com figura de Raimundo José da Cunha Mattos, a mesma autora nos faz ver que, após 1850, arqueologia e etnografia se tornaram assuntos aos quais o IHGB se dedicava explicitamente em seus estatutos e em seu título.

Não por acaso, empenhava-se em constituir um passado no qual a Nação viria a se afirmar por um conjunto de qualidades que decorriam tanto de seu passado colonial, quanto de sua antiguidade ameríndia. Norberto dizia: “muitas tribos foram nossas aliadas, combateram por nós e fundiram-se afinal em nossas populações”<sup>46</sup>.

Naquele momento, porém, um novo elemento tinha que ser enfrentado – embora sempre tenha estado lá. “Uns livres – outros escravos, era a maior desigualdade que podia reinar em um Império que proclamara a sua independência à luz do sol do Ipiranga”<sup>47</sup>. Ao fim de seu discurso, após ter elogiado “Isabel, a Redentora”, o elogio a D. Pedro II se constrói justo pela *abolição*, o fim da desigualdade, a qual “para a glória do Instituto Histórico foi o estudo da extinção da escravidão antecipadamente uma de nossas memoráveis tarefas”<sup>48</sup>. A associação entre comemoração da *extinção da escravidão* e o quinquagenário, possível graças às *memórias* favoráveis à *abolição* publicadas na revista do IHGB, já estava na revista de 1888<sup>49</sup>.

<sup>44</sup> SILVA, Joaquim Norberto de Souza. **Discurso de Abertura**. Suplemento em homenagem ao quinquagenário do IHGB. Revista do IHGB, 51 (78): 5-13, 1888.

<sup>45</sup> *Ibid.*, 5.

<sup>46</sup> *Ibid.*, p. 5.

<sup>47</sup> *Ibid.*, p. 12.

<sup>48</sup> *Ibid.*, p. 12.

<sup>49</sup> Ver o já citado TÁVORA, Franklin. **A extinção da escravidão no Brasil**: o jubileu do Instituto Histórico. Revista do IHGB, 51 (76): XVII-XXVII, 1888.

Norberto reafirmava essa relação de forma muito particular, ao dizer: “Assim fechou-se com a extinção da escravidão o primeiro ciclo do Instituto Histórico; assim abre-se o novo ciclo com a liberdade de todos”<sup>50</sup>. Nesse discurso diferentes elementos, da *pré-história* à *literatura*, convergem como interior de uma *nação* que completava um ciclo com a *extinção da escravidão*, com o quinquagenário. A trajetória do Instituto integrava a história nacional, ao mesmo tempo em que a personificava, atribuindo-se a ambas uma nova idade. Idade esta exaltada na presença do Imperador e, mais importante ainda, como consequência de suas medidas. Idade que não negava, mas enaltecia o Império. Argumento presente no *Discurso* de Norberto e que se reafirmava na *Alocução* do senador Alfredo de Escragnolle Taunay.

Senhor!

Este ano de 1888 tem sido para o Brasil o ano das grandes emoções! [...]

E jamais, em todas as páginas da nossa história laços mais íntimos, nem ligações mais estreitas, prenderam o nobre povo brasileiro, que os experimentava, ao excelso trono em que se assenta a augusta família de V. M. Imperial.

Foi, senhor, o ano da Abolição<sup>51</sup>.

Se Norberto comemorava como evento único a *abolição* e o quinquagenário, o discurso de Taunay se desenvolve sobre uma dúvida em relação à escolha pela República, assunto que Norberto evitava. A abolição aparecia na fala de Taunay como confirmação de que a monarquia era a forma superior de governo. “Para que romper com um passado honroso e nobre, que é a segurança de porvir prospero e glorioso?”<sup>52</sup>. Ou ainda: “Conseguidos os almejados fins poderá a monarquia confiantemente perguntar à república: ‘Que mais quereis? Que horizontes novos mostrais ao patriotismo e ao desinteresse? Apontai-os e em busca deles logo partirei’”<sup>53</sup>.

Não se trata, portanto, apenas de dizer que não existia na *Alocução* de Taunay, como nos discursos anteriores, a expectativa imediata do fim da monarquia. Se em

<sup>50</sup> SILVA, Joaquim Norberto de Souza. **Discurso de Abertura**. Suplemento em homenagem ao quinquagenário do IHGB. Revista do IHGB, 51 (78): 12, 1888.

<sup>51</sup> TAUNAY, Alfredo d’Escragnolle. **Alocução pelo sócio Honorário o Sr. Senador Alfredo de Escragnolle Taunay**. Revista do IHGB. Suplemento em homenagem ao quinquagenário do IHGB, 51 (78): 39, 1888.

<sup>52</sup> Ibid., p. 42.

<sup>53</sup> Ibid., p. 43.

1888 já se dava um amplo debate favorável à República, no qual a própria figura do Imperador era enfraquecida<sup>54</sup>, a República só aconteceria, na fala de Taunay, no momento em que um descendente distante de D. Pedro II:

inspirado nos sentimentos de honestidade e altaneira da sua egrégia origem e estirpe, não se lhe dará de descer os degraus do solo imperial para fazer subir essa mulher simbólica que tanto fanatiza os paladinos de um ideal não raramente enganoso e mistificador<sup>55</sup>.

Mesmo assim, essa “mulher simbólica” se consternaria frente à figura da Imperatriz que “redimiou os desgraçados escravos”<sup>56</sup>. O juízo sobre a monarquia partia de seus resultados, suas provas de excelência. Nesse argumento, escolher outra forma de governo não se justificava na medida em que a monarquia constitucional permitia o progresso sem comprometer a ordem. Se o debate monarquia ou república estava presente nesse discurso, os interlocutores de Taunay não eram os seus contemporâneos, mas os grandes homens do passado.

Sendo Orador, sua função era enaltecer os sócios falecidos. Taunay se dirigia a cada sócio perguntando-lhes se aqueles que ali estavam eram dignos de seu legado. Passando por Januário e Cunha Matos, Gonçalves Dias, Fernandes Pinheiro, visconde de São Leopoldo, Barão de Porto Seguro, dizia: “Vêde, vêde o que temos feito, pesai bem os nossos esforços, avaliai as nossas intenções, as lutas que tivemos que sustentar, o desânimo que foi preciso vencer”<sup>57</sup>. As experiências passadas, por seus “inegáveis bons trabalhos”, podiam orientar o juízo sobre o presente e, caso fossem favoráveis, justificar sua continuidade. Se existia uma distância entre Taunay em relação aos juízes egressos a quem se dirigia, um elemento era capaz de uni-los.

Por circunstâncias que raras vezes se repetem, é o Imperador o elo vivaz que nos prende a vós todos, vós que nas múltiplas situações da vossa existência, já nas letras, já nas ciências, já no magistério, já na diplomacia, já nos mais altos cargos do Estado, desfilastes ante a Sua presença e por Ele fostes julgados na medida do vosso saber e patriotismo.

Pois, bem, o Sr. D. Pedro II é o vosso e o nosso juiz; e atentai bem – o Seu comparecimento hoje entre nós é o sinal mais certo e precioso, mais irrecusável, de que não temos desmerecido na missão que nos foi confiada e soubemos salvaguardar

<sup>54</sup> MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A república Consentida**. Rio de Janeiro: Editora da FGV; Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Edur), 2007.

<sup>55</sup> *Ibid.*, p. 43.

<sup>56</sup> *Ibid.*, p. 43.

<sup>57</sup> *Ibid.*, p. 46.

todos os princípios e tradições que formam o opulento relicário desta nobre Associação<sup>58</sup>.

Taunay, ao fim de seu discurso, integrava passado, presente e futuro pela figura do Imperador. Indicava que este era um juiz satisfeito com toda produção do IHGB “já nas letras, já nas ciências, já no magistério...” que, por fim, atestava a qualidade do próprio Império. Ao mesmo tempo nos faz ver que os letrados que fizeram e faziam parte do Instituto ocupavam um conjunto variado de funções no Segundo Reinado, caso que se manteria na República – o que pode ser visto de forma detalhada em Lúcia Guimarães (1995), sobre o Segundo Reinado, e Hruby (2007), sobre a República.

Tendo em vista que quando uma expectativa de futuro se torna passado, e assim se torna muito simples retirar da expectativa que se perde qualquer força, pelos discursos pronunciados no quinquagenário fica claro que para os sócios do IHGB a proclamação não foi o fim de um processo ou a consumação de uma crise, foi a dissolução de um *horizonte*. Dizia Taunay:

E jamais, em todas as páginas da nossa história laços mais íntimos, nem ligações mais estreitas, prenderam o nobre povo brasileiro, que os experimentava, ao excelso trono em que se assenta a augusta família de V. M. Imperial.<sup>59</sup>

É necessário, assim, antes de chegar à República entender que a *abolição* trouxe um conjunto variado de agitações e expectativas. De início, a historiadora Chaves de Mello (2007) comenta o medo de homens como Silva Jardim de que houvesse um fortalecimento do sentimento monarquista pelas comemorações da *abolição*. Ao mesmo tempo, a insatisfação com o regime por parte daqueles contrários à *abolição* produziu os chamados “republicanos de 13 de maio”, homens que aderiram à república por serem contra a *abolição*. Ao contrário do que os sócios do Instituto sugeriam no jubileu, não se tratava do fim de uma idade. As tensões entre continuidade e ruptura eram evidentes, e os próprios sócios as apontavam. No texto de Franklin Távora sobre a *abolição*, o sócio dizia:

Com a extinção do estado servil, o gentio da história ganhou outro critério. Ele está agora completo com a parte da liberdade que lhe faltava para ser digno de uma nação

<sup>58</sup> TAUNAY, Alfredo d’Escagnolle. **Alocução pelo sócio Honorário o Sr. Senador Alfredo de Escagnolle Taunay**. Revista do IHGB. Suplemento em homenagem ao quinquagenário do IHGB, 51 (78): 47, 1888.

<sup>59</sup> *Ibid.*, p. 39.

que rende culto nas aras da civilização. O nosso historiador terá de hora em diante homens para submeter à análise fisiopsicológica, terá um povo verdadeiramente livre para estudar e julgar nos seus sentimentos e na sua evolução<sup>60</sup>.

A *abolição* não foi, aqui, apenas o fim de uma *idade*, pois os homens, agora livres, continuariam lá, sugeria Távora. O *historiador* haveria de enfrentar essa realidade. A “liberdade de todos”, como diziam na época, para a vida dos discursos, para os usos dos conceitos, não era apenas o fim de uma idade, implicava toda uma mudança. O próprio uso do conceito de *povo* de Franklin Távora agora remetia a todos os homens, enquanto que no Império o usual fosse *povo* remeter apenas aos cidadãos, ou seja, homens livres e politicamente ativos.

A continuidade da *monarquia constitucional* era, nesse contexto, a expectativa de manter certos instrumentos capazes de tecer uma estabilidade nessa nova condição de liberdade. A continuidade da forma de governo aliviava as expectativas de um mundo em mudança. É a partir dessa imagem, do Instituto Histórico como local de produção de conhecimento sobre a nação, que via na *monarquia constitucional* uma expectativa de equilíbrio, que devemos chegar à República e sua primeira recepção. Mesmo que com a *abolição* o *povo* pudesse também ser todos os homens sob a tutela do Estado, manter o Instituto era manter um espaço de *distinção*, um local onde não existe igualdade, apenas o direito adquirido de estar ali. As sessões do Instituto ocorriam com regularidade sem esconder a ansiedade com o novo momento aberto pela *abolição*; até que foram rompidas. Parece que de um golpe toda a nova realidade aberta aos sócios pela *abolição* também ficou para trás.

---

<sup>60</sup> TÁVORA, Franklin. **A extinção da escravidão no Brasil: O Jubileu do Instituto Histórico.** 1888, (51) 76: 19.

## 2.3 A perda e o distanciamento

A primeira postura dos sócios do IHGB com a proclamação foi o distanciamento. Esses letrados se posicionaram como se estivessem “fora” do que se dava. É no sentido de uma autocompreensão como exteriores ao movimento inicial na República que compreendemos suas falas e ações como uma recepção<sup>61</sup>. Nesse âmbito, as falas sobre a Proclamação da República são parte de uma postura consciente de afastamento do que se dava. A primeira fala sobre a República que destacamos é de Joaquim Norberto.

Senhores! Imperioso dever do meu cargo me força a anunciar-vos que jamais nessa cadeira se assentará aquele que durante quarenta anos desempenhou verdadeiramente o título de protetor de nossa associação, elevando-a a face das nações cultas a grande consideração, que goza atualmente. Das atas das sessões de nossos trabalhos e das nossas sessões magnas, celebradas na sua casa com todo esplendor e solenidade, consta, e constará sempre, o que foi o imperador D. Pedro II para com o Instituto Histórico, que lhe retribui numerosos favores com a maior gratidão, por considerá-lo como seu primeiro aluno e por tê-lo sempre como seu desvelado protetor<sup>62</sup>.

Nessa citação, encontra-se um conjunto variado de argumentos que serão retomados ao longo da Primeira República pelos sócios do Instituto. O que se destaca

---

<sup>61</sup> O termo recepção é empregado, sobretudo, por uma produção voltada à literatura chamada Estética da Recepção, diria Costa Lima (2002) ou Gumbrecht (2003), não apenas centrada no leitor, mas “no esforço de evidenciar as condições de formações de sentidos distintos aos respectivos textos (ficcionais) por parte dos distintos leitores e grupos de leitores” (Gumbrecht: 2003,14). A natureza dos textos ficcionais, de serem não situacionais – o sentido não é definido ou sofre interferência de um meio delimitado, de uma situação concreta como o é um texto “político” – conduz a um conjunto particular de questões que não nos interessa diretamente. Iremos ter por referência ao falar de recepção uma referência específica, que se situa como parte da pesquisa da Estética da Recepção, **As funções da Retórica Parlamentar na Revolução Francesa**.

Se **As funções da Retórica Parlamentar na Revolução Francesa** abrem para um uso da Estética da Recepção, pela história, ao lidar com textos não ficcionais, e esta Tese se movimenta por essa referência, não existirá um exercício de fixação de parâmetros teóricos fora do percurso próprio da Tese. O que se pode destacar é que nos voltamos a essa referência e ao tema da recepção propriamente pela necessidade de demonstrar os limites de análise estritamente pragmática da linguagem. Vale, ainda, mencionar que as citações e referências a Koselleck não querem indicar uma sintonia entre História dos Conceitos e Estética da Recepção – embora se pudesse investigar uma base fenomenológica comum no uso da categoria *horizonte*, entre outros exemplos.

<sup>62</sup> SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. **Discurso**. 52 (79): 534, 1889.

do início da citação é o tom definitivo, “jamais”, pelo qual Norberto se refere à *perda* de D. Pedro II – **motivo**<sup>63</sup> usado entre os sócios naquele momento.

O tempo linear foi uma constante nas recepções nas quais se tratava da *perda*. Linearidade, porém, não era só da história, da sucessão de períodos ou de um presente sempre fadado a um dia ser passado, mas, também, do ritmo da vida. A passagem da juventude ao envelhecimento era a referência mais constante entre os sócios para falar da *perda*.

Quando Norberto dizia que D. Pedro II fora o primeiro aluno do IHGB, marcava sua associação ainda jovem ao Instituto. Com o passar do tempo, de jovem se convertia em Pai. As idades da vida de Pedro II não eram, pois, como as de um homem comum, da juventude à maturidade. Apareceria sempre com mais força, a imagem daquele capaz de, por sua presença, impor e fazer crescer aquilo que germina, mas periga não vingar. Assim como no discurso de Távora sobre o número cinquenta da Revista recém comentado – onde os esforços de fundação do IHGB se consolidam no momento em que o monarca participa da sessão de 15 de dezembro, que passa a ser a referência para a comemoração do aniversário do Instituto –, Pedro II era aquele que dava a força necessária para as atividades dos “homens de boa-fé” não se perderem. A imagem da perda do pai – aquele que cria e educa – é a que se tornaria mais constante nesse primeiro momento. Frente a tal perda, cabia, antes de qualquer coisa, a *gratidão*.

Afora o sentido cristão muitas vezes presente (o próprio Norberto associava *gratidão* ao cristianismo), a *gratidão* realçava o “homem civilizado”. Nesse argumento, existe um esvaziamento da forma de governo, do elogio à *monarquia constitucional*, para, na maior parte das vezes, se falar de D. Pedro II como “homem”, até mesmo como Pedro de Alcântara – o que certamente não era comum antes da Proclamação. Esse esvaziamento da forma de governo em favor de fortalecer a pessoa aparece, por exemplo, se compararmos os discursos destes letrados após a Proclamação com o que vimos no quinquenário do IHGB.

---

<sup>63</sup> Compreendendo que os discursos que leremos são orientados por uma formação retórica partilhada pelos sócios, por **motivo** se destaca um elemento recorrente em diferentes discursos – mesmo tratando de temas distintos – reafirmando um universo comum entre os letrados. Não são apenas palavras, mas referências que quando postas em jogo impõem certa direção. Assim, a *perda* conduz à *gratidão*, e ser *grato* se torna um **motivo** básico nos discursos sobre D. Pedro II.

Neste, em 1888, o elogio não se restringia apenas a Pedro II, falava-se da família imperial e da Princesa Isabel. Na Alocução de Taunay, o elogio à “redentora” era a forma básica de afirmar a expectativa e a possibilidade de continuidade da *monarquia constitucional*. A Princesa seria o Terceiro Reinado. O que se vê após a Proclamação, porém, é um constante investimento na figura de Pedro II enquanto “civilizado” ou “ilustrado” e uma menção menos frequente à Princesa (só aparecia quando o discurso tocava a *abolição*). Assim, esvaziava-se o elogio à monarquia – sem deixar de exaltar os sucessos do Império –, o que evitava que fossem entendidos como uma vinculação *partidária* (Capítulo 2). Defender Pedro II era, então, defender a imagem de um líder capaz de representar toda a *nação*, porém não um líder de uma forma de governo, como se fosse uma posição *partidária* (República ou Monarquia), mas consagrado pela *ciência*, pela *razão* e, sobretudo, pela *história*. O juízo sobre este homem partia dos sucessos de seu governo, não mais sucessos da *monarquia* como em 1888, mas da *nação*. Esta imagem de homem *civilizado* aparece, também, em uma segunda imagem presente no discurso de Norberto importante para o Instituto na Primeira República.

Ainda nesse discurso, dizia: “Ao transpor aquele limiar desaparecia o monarca e vinha o aluno sentar-se nesse trono de democracia”<sup>64</sup>. “Aquele limiar” era a sala do Paço Imperial, onde as sessões ocorriam. A transformação do monarca em aluno era o deslocamento da *política* para a entrada em um “mundo de sábios”. Pedro deixava de ser exclusivamente Imperador para ser, sobretudo, um homem da *razão*. O esvaziamento da forma de governo como referência para a imagem que se desejava construir se dava, também, pelo entendimento de que posições políticas não cabiam dentro do Instituto. O que se destacava era que ali vigorava a *razão*, jamais a *paixão*. Essa imagem de espaço neutro servia para viabilizar a preservação da memória do monarca deposto sem chamar ao IHGB a suspeita enquanto *restauradores*, reafirmando que as vozes dos sócios não eram *rúidos partidários*.

Ao mesmo tempo, ao se referir ao prestígio do Instituto entre as “nações cultas”, o discurso abria-se para um uso político do Instituto no novo regime. A associação entre IHGB e diplomacia na Primeira República não é difícil de ver. Rio

<sup>64</sup> SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. **Discurso**. 52 (79): 534, 1889.

Branco e Joaquim Nabuco partiam e operavam de forma próxima a esta instituição, o próprio IHGB se gabaria de ter auxiliado oferecendo documentos em diferentes disputas por fronteiras<sup>65</sup>, ao mesmo tempo em que, quando o Instituto foi chamado a prestar contas de seus serviços à *pátria*, a inserção internacional do IHGB foi um argumento que provava a sua importância, o que se deu sobretudo a partir do governo de Prudente de Morais.

Ainda nos anos próximos a 1889, chama a atenção que nesta conversão do monarca em Pai, aquele a quem se deve ser grato, defendia-se a posição neutra do IHGB. “A política tem suas necessidades intransigentes, não nós que, Vestaes deste templo da História, colaboramos para a posteridade nesta *pacifica sientiae occupatio*”<sup>66</sup>. Norberto deixava claro que elogiar D. Pedro II era ser *grato*, não ser *político*.

João Severiano da Fonseca seguiria Norberto usando o mesmo vocabulário. Fala do *advento* – o uso do termo proclamação da República é posterior – pelas palavras: “imperioso”; “imprescindível”; e, por fim, “fatal”. Em seu discurso D. Pedro II não era um “decaído”, mas um “aposentado”. A ideia de um ciclo de vida que terminava aparecia novamente. D. Pedro II era o “pai”, e a pátria, a “mãe”. A Proclamação aparecia como presente na medida em que o Império se convertera em passado pela dissolução de seu futuro. Não haveria terceiro reinado, não haveria mais Império. O IHGB, porém, sobreviveria à perda do *protetor imediato* e das expectativas de futuro por ser espaço dedicado estritamente às *letras* e à *nação*.

Essa imagem de “meramente letrado” foi inicialmente a maneira de se afirmarem como não restauradores, ou seja, não abrirem mão de elogiar o monarca “sem que queiramos antepor de modo algum à ordem das novas coisas estabelecidas e a que nos curvamos, certo de que o governo do povo pelo povo será uma realidade para a terra”<sup>67</sup>. No primeiro número da Revista publicado sob a República, porém, o que se vê é algo um tanto distinto.

<sup>65</sup> Ver, por exemplo, as relações entre representantes do Estado argentino e o IHGB nas discussões sobre as fronteiras (IHGB: 1890, 409-410).

<sup>66</sup> SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. **Discurso**. 52 (79): 534, 1889.

<sup>67</sup> SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. **Discurso**. 52 (79): 534, 1889.

## Em defesa do Instituto, em disputa pelo passado

O primeiro número da Revista do IHGB impresso na República apresentou a homenagem feita ao centenário de Cláudio Manuel da Costa realizada antes da Proclamação da República, tendo o traço singular de serem discursos e *memórias* lidas no Império, porém impressas na República. O que aparece como referência clara à condição na qual a Revista é impressa é a dedicatória a D. Pedro II, onde reafirma a imagem da necessária gratidão ao monarca ilustrado, porém, agora, com um elemento dissonante, o elogio a Cláudio Manoel da Costa como “primeiro mártir da independência”.

A Revista se colocava em tensão com a imagem de Tiradentes, que diferentes republicanos defendiam, usando-o desde antes da Proclamação da República como prova de que a monarquia tende ao *despotismo*. Nesse número da Revista, o distanciamento e a neutralidade entre os sócios do IHGB eram uma postura, e não uma apatia.

Por sua vez, esse cenário, onde a *nação* está em disputa, onde a própria República entre em jogo, não se limita ao IHGB e pode ser compreendido como sendo constituído por “duas grandes interpretações do Brasil”<sup>68</sup> que a historiadora Lúcia Lippi investiga em sua Tese<sup>69</sup>.

De início, é preciso destacar que Lúcia Lippi traça um quadro amplo, percorrendo até os anos de 1920, expondo uma leitura alternativa a um outro texto que é referência usual para lidar com este momento de formação da República: **A formação das almas**, onde José Murilo investiga as tentativas de formular e divulgar

<sup>68</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense; CNPq, 1990, p. 23.

<sup>69</sup> “Uma destas versões avaliava positivamente o passado colonial e imperial. Acreditava na excelência das nossas tradições, fruto da colonização portuguesa e da ação da Igreja Católica. Para ela, a nacionalidade simbolizava a defesa e a valorização do singular. Daí a repulsa em tomar como modelo a sociedade americana, fruto da colonização inglesa e do protestantismo. Outra interpretação sobre o Brasil via a República como a ruptura necessária com o passado português corporificado no regime monárquico. O ideal de rompimento com a presença lusa na vida socioeconômica do país, ou seja, com o passado histórico, esteve presente nas vertentes republicanas radicais que tiveram papel marcante na vida da cidade do Rio de Janeiro, então capital federal. Os republicanos desejavam integrar o Brasil ao mundo americano, identificado com o regime republicano e com a modernidade” (LIPPI, 1990, p. 23).

símbolos republicanos após a proclamação, segundo o autor, a maior parte delas frustradas. Ao contrário de Carvalho, a república não é tratada pela autora preferencialmente pela referência dos republicanos, mas na disputa destes com monarquistas ainda atuantes.

Nesse sentido, entendendo que não se deu uma tentativa de produzir símbolos para a república, mas uma disputa pela nação, Lippi oferece uma chave de leitura para se compreender que o que se percorre no IHGB se insere em um debate maior. Seguindo o argumento da autora, a república é lida por duas tendências e formas de interpretar a nação, onde o passado ocupa sentidos contrastantes enquanto valorização ou enfraquecimento da República. A autora mostra que a novidade republicana incitou uma reformulação dos discursos sobre a nação, o que os sócios do IHGB não deixaram de experimentar. É evidente que, tendo em vista a própria natureza da instituição, de forma mais controlada do que se dava, por exemplo, na Rua.

Se a intensidade dos debates é diferente, partindo da Tese de Lúcia Lippi, pode-se dizer que há uma centralidade: o lugar do passado e qual passado deveria ser exaltado. Assim, a disputa sobre quem deveria ser exaltado na *conjuração mineira*, se Tiradentes ou Cláudio Manoel da Costa, não era uma disputa trivial e não tinha começado com a Proclamação propriamente.

Joaquim Norberto, ainda no Império, se envolvia em um debate sobre Tiradentes com o periódico *A Reforma*. Usando a própria Revista do Instituto como local de defesa, Norberto reafirmava sua tese de que Tiradentes não era mártir, pois no último momento se convertera, a ponto de perdoar o próprio algoz<sup>70</sup>. Não morrera como homem que lutava pela liberdade da pátria, mas como cristão. Esse debate não foi sem propósito, visto que Tiradentes já era personagem caro aos republicanos, homens que, como Silva Jardim, apresentavam a República como tendência natural na história da *nação* nos debates anteriores à Proclamação e usavam Tiradentes para

---

<sup>70</sup> “Fui por muito tempo entusiasta do Tiradentes. Os mártires atraem as simpatias como os algozes se tornam dignos das maldições populares. À medida, porém, que me instruí na história da malograda conjuração, senti modificar-se e arrefecer-se o meu entusiasmo, e achei-me ante o homem, que em 21 de abril de 1792 já não era o mesmo ardente apóstolo da emancipação política. Os anos, que passaram na masmorra, segregado do mundo – o colóquio com os frades franciscanos, que lhe transformaram as ideias – os conselhos que lhe deram os seus juizes com fementidas promessas – tudo isso transformou o conjurado em um homem eivado de misticismos. **Prenderam um patriota; executaram um frade!**” [grifos meus] (RIHGB: 1881, p. 131).

afirmar que, ao lado de um instinto de independência, havia um instinto republicano desde os movimentos contestatórios da situação *colonial*. Desacreditar Tiradentes era esvaziar o argumento de que o Brasil tenderia à República.

Sem detalhar esse número da RIHGB, o que esta faz ver é que a neutralidade do Instituto era uma ação dentro de uma disputa. A tensão estava em situar a conjuração mineira na Independência ou na história da República. A forma como se dirigia ao passado dependia, sobretudo, do presente.

O contorno dessa ação, porém, era dado pelo o que esses homens entendiam ou podiam dizer como atividades das *letras* ou *ciências* sem incorrer o risco de terem suas ações lidas como *partidárias*, ou seja, monarquistas e restauradoras. Ao mesmo tempo, suas ações cambiavam de acordo com os movimentos externos. Não era apenas incerto o futuro da República, também o eram as relações desta com o Império, se seria passado negado ou incorporado.

Dúvida que aparece em uma sessão regular do Instituto, na qual se pede que não mais se destruam os monumentos “que constituem quase sempre uma das mais sólidas bases da nossa história”<sup>71</sup>. Nessa sessão, se comentam bandeiras e objetos do passado destruídos pelo “falso patriotismo”. Ou seja, havia consciência entre os sócios – alguns desses eventos se deram no Maranhão – sobre os movimentos contrários à manutenção da presença do Império no novo regime. Esta consciência se tornava ação, claro, sempre dentro dos limites do Instituto.

Este se manter “dentro”, característico do IHGB, se afrouxava apenas em certos momentos. Foram propostos projetos variados pelos sócios do IHGB para a construção de monumentos públicos – muitos não realizados. Nessa geração, a ação para “fora” que mais se pretendia eram tais monumentos, perfil que se manteve constante nos anos próximos à Proclamação da República, como notou a historiadora Lúcia Guimarães (2006). Existia a atenção à formação cívica que dependia da exposição e difusão de heróis nacionais.

Em dezembro de 1891, após o falecimento de D. Pedro II, todo um movimento ocorreu em defesa da preservação da memória do “protetor imediato” – embora seu nome não mais constasse na capa da Revista. Para que se tenha uma

---

<sup>71</sup> MARQUES, Cezar A. **Discurso** em 9 de Outubro de 1891. 54 (84): 267, 1891.

ideia: um número da Revista seria dedicada apenas a D. Pedro II, assim como nos anos que seguem serão comuns às discussões e pareceres em sessões regulares sobre biografias do monarca, sendo que muitas delas seriam contestadas. As discussões vão ainda das formas de luto, de sua duração, se era correto ou não ocupar a cadeira de D. Pedro II – mantida sem que ninguém a ocupasse – até a um concurso no qual a melhor biografia ganharia uma medalha. Também eram impressos diferentes documentos e relatos relativos ao monarca. Um desses chama a atenção pelos conceitos que usava e nos dará ideia do que eram tais textos e documentos: era o parecer de Sacramento Blake e César Augusto Márquez sobre **Vultos e Fatos**, de autoria de Afonso Celso – que pelo se tornava sócio do Instituto.

Tratava-se de uma narrativa de parte das experiências de Afonso Celso com Pedro de Alcântara na Europa, após sua deposição. Reafirmando o que expunha o autor, os pareceristas negavam a ideia de que Pedro estava senil. Nesse movimento de exaltação das qualidades pessoais e íntimas do “protetor”, Afonso Celso citava uma conversa:

E igualmente admirável mostra-se em muitas ocasiões, como quando, por exemplo, dilacerado o coração por ver-se expatriado, banido, declara que voltaria ao Brasil, contentíssimo e no mesmo instante em que o chamassem para prestar-lhe serviços; por uma conspiração, porém, nunca. “Conspirar – diz ele então – jamais. Não se coaduna com a minha índole, o meu caráter, os meus precedentes; seria a negação da minha vida inteira”<sup>72</sup>.

Essa imagem da possibilidade do *retorno*, porém da impossibilidade da *conspiração*, ainda mais na voz de D. Pedro II, é um exemplo bem acabado da postura desses homens e das imagens pelas quais compunham uma moldura onde Pedro de Alcântara se perpetuaria, por vezes até mesmo como D. Pedro II. A oscilação na forma de se referir ao “protetor imediato” mostra justamente este jogo no qual se tentava perpetuar o lugar de Pedro II na história, sem fazer disso necessariamente um elogio ao regime da *monarquia constitucional*. Não que explicitassem que seriam contrários ao retorno, porém não seriam eles aqueles a agir por ele, pelo menos não no interior do IHGB. Sua ação se mantinha como anunciada em seus Estatutos.

---

<sup>72</sup> BLAKE, Augusto Vitorino A. Sacramento. MARQUES, Cezar A. **Parecer sobre Vultos e fatos**. 55 (86): 375, 1892.

Desde os primeiros verbos do Estatuto como “coligir” – de sua fundação até os Estatutos de 1890 – o movimento básico do IHGB é adquirir informações sobre a *nação* e mantê-las para si, um movimento de “fora” para “dentro”. O movimento básico de exteriorização, a publicação da Revista, pela natureza do meio escrito, não deixava de ser excludente. Por mais que a audiência do Instituto fosse maior que o número de seus sócios, não existia uma pretensão de ampliação irrestrita do auditório. O que existe é um compromisso em fazer daquele espaço algo que esteja a serviço da nação, ainda nos contornos da *modéstia* e *distinção*. *Modéstia*, pois era uma associação “meramente literária” e *distinta*, pelo controle dos gestos pelos quais se socializavam.

A expansão do Instituto, quando se dava, não era pelo aumento da audiência, muito menos pela mobilização por uma causa, mas pela incorporação de homens capazes de agir por aquilo que ali se discute, como no caso da diplomacia. Por vezes, os sócios agiam na *administração*, mas quando essa função era incorporada à sua prática de sócio do IHGB, eles o faziam pelo argumento da *ciência* – como Couto de Magalhães ou em diferentes produções sobre o “estado atual” desta ou daquela província –, mas jamais por uma convicção *partidária*, o que não impedia que divergissem sobre diferentes pontos – como, por exemplo, se a presença dos jesuítas era positiva ou não. A questão é que o controle da palavra, a postura *modesta* e *distinta*, era fundamental e mantinha esse sentido de que o que acontecia no mundo das letras era apenas seu, era o reduto da *voz*, jamais o *ruído*.

No momento no qual nos detemos, a continuidade do Império como passado era a preocupação central entre os sócios, incluindo, aí, a própria continuidade do Instituto. Afinal, desde 1889 e ainda em 1890, a continuidade do Instituto era alvo de preocupação. Continuidade, naquele mundo (talvez como no nosso), tinha como uma das preocupações fundamentais o elemento que media a *liberdade*: a moeda (capítulo 3). Antes de qualquer coisa, a preocupação básica era com a continuidade ou não do auxílio do Estado às atividades do Instituto.

Para resolver a questão, deixando de lado todo um conjunto de debates sobre as condições necessárias para se admitir um novo sócio, Norberto propõe, com o estímulo de Tristão de Alencar Araripe, um novo tipo de sócio: o Benemérito. Como

se pode supor, a condição desse sócio era a de financiar o Instituto. O que chama atenção na nova categoria é a capacidade do Instituto de mobilizar toda uma atmosfera na qual títulos e gestos ainda tinham validade. Ser sócio do IHGB era se apresentar como homem *distinto*. A República não aniquilava de súbito todo um comportamento e formas de sociabilidade do Império. Os próprios uniformes dos sócios ilustram isso (RIHGB: 1897). Ainda era interessante ser *distinto*, assim como ainda seria útil ser *modesto*, ou seja, manter os serviços à nação em um plano superior, inquestionável<sup>73</sup>.

Isso porque tendo sido vencida essa etapa, volta-se à preocupação de manter o Instituto sem que esse sofra por sua filiação direta à monarquia. Como notou bem Hruby (2007), a tônica dos sócios nesse movimento era a da neutralidade do IHGB que, por sua vez, evidencia a postura política desses homens.

### **A voz e o ruído**

O sentido político da postura dos sócios do IHGB – *razão* e distanciamento modelados pela *distinção* e pela *modéstia* – não aparece por uma *filosofia política*, por uma exposição conceitual. Esse sentido se dá, sobretudo, pelo controle da *palavra*, pela oposição entre o que é *voz* e o que é *ruído*, distinção que está explícita no gesto e no corpo; ou seja, mesmo antes de ouvir o som, era possível saber se era a *voz* ou o *ruído*. Se o traço básico dessa oposição é um jogo de delimitação entre o que deve ou não ser lido enquanto político – assim na Rua escuta-se o *ruído*, enquanto no senado ou nas letras a *voz* –, esta oposição não se limita ao controle das ações apenas – pois tem uma relação direta com a legislação, o *ruído* é, por definição, reprimido (capítulo 2) –, é também constitutiva da própria percepção, pois esta se dá como uma *distinção*<sup>74</sup>.

<sup>73</sup> A continuidade de uma ambiência com traços de *Ancien Regime* não deve ser lida como exclusividade de uma nação que não se modifica. Pelo contrário, sempre se tende à permanência de qualidades contraditórias. Afinal, não apenas o Brasil, mas todo um mundo experimentava essa continuidade, como faz ver **The persistence of the Old Regime**, de Arno Mayer.

<sup>74</sup> Seguindo a indicação de Gumbrecht (2003), o capítulo de Niklas Luhman sobre **sentido**, em sua **Introdução à teoria dos sistemas**, é a referência para o que se diz. A obra tem um duplo valor: 1) como é um curso transcrito, tem um forte caráter de formação, me parece uma indicação muito feliz de Gumbrecht para quem se interessa pelo campo da Teoria e é fundamental indicar ao meu leitor este

A *voz* aparece enquanto *voz* pelo contraste com o *ruído*, ela não tem, nela mesma, uma identidade ou definição própria. O jogo de oposição *voz* e *ruído* é, assim, o próprio modo de percepção do que é política, não haveria um sem o outro. Por mais que os sócios do IHGB desejassem uma Rua sem *ruídos*, a presença do *ruído* não era de todo negativa, na medida em que justificava a própria necessidade de um espaço reservado ao mundo da *razão* e da *ciência*. A posição dos sócios do IHGB decorre, em grande medida, daí, da dependência de uma alteridade para a afirmação de si: a *voz* é o oposto do *ruído*.

Senhores. - Achamo-nos em um campo neutro, onde não entra a política com as suas tergiversações e sutilezas. Lá fora esbraveja de noite e de dia o ruído dos interesses desencontrados e antagonistas; o sorriso que mascara o rancor e o despeito; a frase açucarada que encobre o pensamento; o patriotismo, que é santo e nobre, encarado por prismas diversos. Aqui o silêncio de que medito; a paz e a serenidade de ânimo do que se afadiga por honrar o renome nacional, zelado o renome de seus filhos ilustres e arquivando os fatos memoráveis da história pátria<sup>75</sup>.

Teixeira de Mello estava, nesse discurso, reafirmando a posição do Instituto de manter entre “fatos memoráveis da história pátria” as ações dos homens do Império, porém dando a esse compromisso um caráter mais claro. O problema básico do que ocorre “fora” é o de encarar o patriotismo “por diversos prismas”, visto que o *ruído* é a polifonia. Por oposto, o que ocorre “dentro” é o unívoco. “Fora” a pluralidade de vozes, “dentro”, a *razão* e o uníssono. Esse caráter não deve se resumir apenas a uma estratégia imediata de sobrevivência do IHGB, a uma tentativa de que não fossem lidos como restauradores, pois foi a primeira recepção da Proclamação da República entre os sócios. A Proclamação da República, enquanto algo que irrompe e se impõe como presente, era lida com esta dualidade.

---

tipo de encontro; 2) a posição específica em cada capítulo, embora conectada à sua Teoria dos Sistemas, não advoga a todo o momento a imposição da Teoria. Os capítulos sobre **tempo** e **sentido** são fundamentais para esta Tese, nesse duplo sentido, como referência e como formação para o debate.

O tempo aparece, em Luhman, como um modo de construção de sentido. A *distinção*, que Luhman apresenta como forma básica de gerar sentido, ganha contorno claro no capítulo sobre o tempo, expondo que o tempo não tem como unidade o instante, a unidade das coisas não está na manifestação do fenômeno, mas no suporte que permite que o fenômeno seja percebido. A unidade do tempo é a distinção entre passado e futuro, um imbricar entre o que já aconteceu e a expectativa do que vai acontecer, dando um contorno palpável à expressão “da simultaneidade do não simultâneo”. A unidade do tempo não é o instante, mas a distinção que se dá em um presente em que aparecem simultaneamente elementos não simultâneos: o passado e o futuro. Embora esta nota não trate de todo o argumento de Luhmann, indica uma referência da Tese e a postura do pesquisador que se sabe em formação.

<sup>75</sup> MELLO, José Alexandre Teixeira de. **Relatório**. Revista do IHGB, 53 (82): 561, 1890.

Se, de imediato, os sócios trataram o “advento” da República como “fatal” e investiram na preservação de um lugar para o Império e o Imperador – e por consequência para a produção do IHGB –, antes de qualquer coisa, o mundo que habitava “fora” era a *anarquia*. “Lá” era local suspeito, sempre distante do que acontecia “aqui”, o que não era uma particularidade desses letrados. O uso da palavra na Rua, “o ruído dos interesses”, era e foi lido como negativo ao longo da Primeira República e, ao mesmo tempo, como comprovação da necessidade de que o Instituto permanecesse ativo. O que era evidente na violência que marcou a República da Espada, reafirmava-se no governo de Prudente de Moraes e em Campos Salles: a República faria uso da violência para conter a vida ativa, mesmo quando conquistava certa estabilidade no âmbito do que esses letrados pensavam ser legítimo da *política*: os espaços instituídos pela *representatividade*. Antes de chegar nesse ponto, na regulação da vida do governo com a “política dos governadores”, a vida da cidade por vezes se impunha ao ritmo do IHGB.

O ano de 1893 foi limitado em sua produção e sessões regulares. Nesse ano, não ocorreu sessão aniversária. O governo de Floriano Peixoto foi um momento de afastamento do presente e do próprio Instituto. A “revolta da armada” – embora nomear de revolta não diga lá muita coisa – interrompeu as atividades do IHGB.

Se no ato do “advento” e, depois, durante a “República da Espada”, os sócios se mantiveram afastados, reafirmando constantemente a posição de *neutralidade* própria ao universo das letras, com a conquista da *estabilidade* – que se deu, na perspectiva desses homens, no governo de Prudente de Moraes – o presente voltava a ser tema, especialmente porque naquele momento se dava uma reaproximação com o governo e com a sociedade de forma geral, o que aparece em uma publicação no **Jornal do Comércio** da sessão aniversária de 1894 do IHGB, na qual Prudente de Moraes tomou parte.

O esforço de publicar as sessões do Instituto no **Jornal do Comércio** fazia parte da preocupação de mostrar que o IHGB ainda estava ativo, diziam seus sócios, pois muitos pensavam que ele havia fechado. Ao mesmo tempo, após a participação de Prudente de Moraes na sessão aniversária, tornaram-se recorrentes algumas trocas entre Ministérios e sócios do IHGB. Tanto disputas sobre o território, como no caso

da Ilha de Trindade e Guiana Inglesa, quanto objetos históricos, como a caneta com a qual Deodoro assinara a constituição de 1891, eram alvos de debates, auxílios e disputas. A relação com o governo não era, pois, de uma submissão imediata. Existia um jogo no qual o governo, por exemplo, afirmava a necessidade de publicar uma **Bibliografia geral sobre a geografia**, e o IHGB pleiteava mais recursos e, principalmente, tentava centralizar a produção letrada que se dispersava naquele momento em outras instituições.

Nesse jogo, afirmava-se que a pior fase da *anarquia* já havia passado. Os sócios começavam a falar sobre o que recém tinha ocorrido. Eram falas muitas vezes sem nomes, mas com direção clara. Novamente reafirmando a oposição “lá” e “aqui”, o então Presidente do IHGB dizia:

Hoje, corridos vão os tempos do predomínio da força sobre o direito; da violência sobre a justiça; da guerra, que só destrói e mortifica, sobre a paz que organiza, avigora e consolida os múltiplos elementos que constituem a grandeza e a prosperidade da nação<sup>76</sup>.

Aquino e Castro seguia opondo a vitória pela *força* à vitória da *ciência*, opondo sua posição e o governo atual ao passado recente da República da Espada. A assimetria “lá” e “aqui” mostrava que ao novo governo de Prudente de Moraes os sócios se dedicariam da mesma forma que se dedicaram um dia ao *protetor imediato*. O próprio presidente da República mantinha a cadeira do *protetor* intacta, não quisera sentar-se nela, dando prova de sua *distinção* e *modéstia*, comentava um artigo do **Jornal do Comércio**. O que começa a se esboçar é que em um *sistema representativo* a *nação* não tinha um corpo humano, permanecia nas instituições e – o que depois a República viria a experimentar por várias vezes – na legitimidade do sistema eleitoral.

A postura recorrente entre os sócios do IHGB, de que não se deve comentar o presente, pois é necessária à distância do tempo para saber o que se passou, ficava por vezes de lado. Manoel Francisco Correia, de forma análoga a Aquino e Castro, opunha o momento atual de 1895 à Revolta da Armada, “lamentável acontecimento, o qual veio mais uma vez patentear que o maior flagelo que pode ferir as nações é a

---

<sup>76</sup> CASTRO, Olegário Herculano de Aquino e. **Discurso do Presidente do Instituto**: Sessão magna aniversária. 58 (92) 321, 1895.

guerra civil”<sup>77</sup>. Sua voz, porém, se levantava sobretudo contra os “graves acontecimentos” do sul do país. A “degola” não era possível de ser mencionado em seu discurso devido a sua forma violenta, mas a morte de seu irmão – que em carta se dizia “nem criminoso, nem revolucionário sou”<sup>78</sup> – era assunto que o revoltava. Revolta que se tornava aplauso ao governo que impôs novamente a paz ao sul do país.

Essas experiências, embora diversas, eram próximas em um sentido. Todas ocorriam “fora” daquilo que se experimentava “dentro” do IHGB. Seja a Armada, a “degola” ou “os tempos do predomínio da força sobre o direito” – como Aquino e Castro se referia ao governo de Floriano – ou ainda a vida ativa da Rua, todo o conjunto poderia ser lido como – voltando ao discurso de Teixeira de Mello, em 1890 – o “ruído dos interesses desencontrados”. Gradativamente, estipulava-se uma temporalidade, como se o novo governo civil aparecesse enquanto novo e justo por ter deixado para trás o *ruído*.

Existiam, nos discursos desses letrados, então, duas modalidades de agir e pensar bem claras que aparecem em uma fala de um sócio do Instituto, Manuel Francisco Corrêa.

Senhores. A ciência é cosmopolita, como se faz mister para que ela possa preencher sua missão, saliente nos destinos humanos [...] A serenidade, que é seu essencial atributo, não a ofusca a agitação dos partidos que se digladiam na arena dos comícios e dos parlamentos.

As controvérsias dos sábios, se às vezes se azedam, tal a humana fragilidade! não excitam prevenções, suspeitas, perseguições. Os sábios, como tais, não conspiram.<sup>79</sup>

A síntese básica novamente é “Os sábios, como tais, não conspiram”, algo semelhante à forma como Afonso Celso dizia que D. Pedro II se expressara: “conspirar, jamais!” Já passados seis anos da morte de D. Pedro II, o vice-presidente do Instituto, Manoel Francisco Correia, ainda opunha seu comportamento ao do *conspirador*. Dentro do IHGB não haveria “agitação dos partidos”, não haveria disputa entre Monarquia e República. O IHGB construía para si uma imagem de um espaço onde era possível falar e até mesmo divergir sobre a *nação*, porém sem jamais incitar as *paixões*. *Agir pela nação e conspirar* compreendiam duas formas de agir e

<sup>77</sup> CORREIA, Manoel Francisco. **Discurso** em 19 de Maio de 1895. 58 (92) 318, 1895.

<sup>78</sup> *Ibid.*, p. 321.

<sup>79</sup> CORREIA, Manuel Francisco. **Discurso do Vice-Presidente**. Revista do IHGB, 60 (96): 417, 1897.

pensar opostas. No IHGB, a pátria era encarada por um só prisma, mas, ao mesmo tempo, *a razão* era lida e exposta sem ter por si uma teorização, mas um par, um antagônico: *a paixão* (capítulo 2). Ao mesmo tempo, talvez por não ser ela mesmo alvo de crítica, a *razão* não se dirigia a todo e qualquer ponto, a *nação* e a *lei* não eram objetos de investigação naquele espaço letrado.

Apesar da distância do contexto dos dois discursos citados – o de Teixeira de Mello é de 1890, e o de Francisco Correia é de 1897 – o que se vê é uma complementaridade. Ou seja, de 1890 a 1897, passando pelo governo de Deodoro (1889 – 1891), pelo violento governo de Floriano Peixoto (1891 – 1894) e mesmo no governo de Prudente de Moraes (1894 – 1898), o Instituto mantinha a mesma tônica: a neutralidade. O caso é que a partir desse ponto, sobretudo com o fim da República da Espada, essa ambiência, esse mundo da *razão*, *distinto* e *modesto*, que se curva e trabalha pela pátria, ainda capaz de mobilizar um certo ar de títulos que ainda seduzem homens no novo regime, uma nova aproximação entre Estado e IHGB se deu.

Prudente de Moraes não apenas compareceu à sessão aniversária do Instituto, como os diferentes sócios do IHGB que participavam do Estado republicano se assumiam e se posicionavam, e o argumento da neutralidade passava a ter um novo sentido com essa aproximação. Não era mais uma tentativa de evitar que fossem entendidos enquanto restauradores. O IHGB se apresentava como um espaço onde o par antitético “dentro” e “fora” podia servir à República como serviu ao Império, afinal sempre deveria servir à *nação*, o que fica claro nos variados movimentos de aproximação entre governo e IHGB.

Para a República, o Instituto era uma referência para manter ativas certas relações diplomáticas. O IHGB manteve estreita relação com diplomatas brasileiros – muitos deles sócios do Instituto – e com representantes de diversos Estados, ora apresentados com a Revista, ora com títulos de sócio. Esse papel ganha forma em uma memória apresentada ao então Ministro da Justiça e Negócios Internos.

Satisfazendo o pedido de uma Memória ou notícia histórica acerca do Inst. H. e G. B. desde a sua fundação até hoje, começarei dizendo que é de todo impossível resumir em uma simples notícia, como a que poderei agora dar, a vida inteira do Inst. His.,

**distinta** associação literária patriótica criada há muitos anos nesta Capital pela iniciativa patriótica de eminentes brasileiros<sup>80</sup> [grifo meu].

Olegário Herculano d’Aquino e Castro, então Presidente do Instituto, narrava a *vida* do Instituto, sua fundação pelas iniciativas de Januário da Cunha Barbosa e Raymundo José da Cunha, e a consagrada sessão no qual o Imperador iniciou sua vida no Instituto e graças a qual este não se perdeu, refazendo, assim, o percurso de Franklin Távora em seu elogio à Revista do IHGB em 1887. Na narrativa, Aquino e Castro dava, por uma razão específica, atenção aos documentos que o IHGB dispunha. Dizia o então presidente do Instituto “Nas recentes questões de limites do Brasil com as Guianas Inglesa e Francesa, ocupação da Ilha da Trindade etc. foi de reconhecido proveito a consulta feita aos trabalhos e documentos pertencentes ao Instituto”<sup>81</sup>. Dentro de uma diplomacia ainda articulada pelo princípio do *uti possidetis*<sup>82</sup>, provar a conquista e ocupação pela prova documental era forma pela qual se negociavam e definiam as fronteiras entre Estados. O IHGB era um local privilegiado para acessar esse tipo de documentação. Porém, a diplomacia e a produção do Instituto não se articulavam apenas pelo princípio do *uti possidetis*.

Tem-se feito representar o Instituto por comissões de seu grêmio nos congressos: Arqueológico e Histórico de Antuérpia, em 1866; dos Americanistas de Luxemburgo, 1876; de Veneza, onde primou pela sua escolhida coleção de mapas e obras geográficas, em 1881; na Exposição da Indústria Nacional, em que foi distinguido com um diploma de honra, 1881<sup>83</sup>...

A relação entre o Instituto e sociedades científicas de outras *nações* era outro lado da associação entre diplomacia e IHGB. Para enfatizar esse papel, Aquino e Castro listava os diferentes congressos nos quais o Instituto representou o país. De 1866 até o ano de 1897, a presença do IHGB em congressos internacionais produzia uma lista ampla. Associar-se ao Instituto era uma forma de se apresentar como governo *civilizado e ilustrado*, conceitos que o IHGB sempre chamou para si, e se legitimar frente às outras nações. Por fim, o então presidente do IHGB colocava:

<sup>80</sup> CASTRO, Olegário Herculano d’Aquino. **O Instituto H e G B desde a sua fundação até hoje**. Revista do IHGB, 60 (96): 171, 1897.

<sup>81</sup> CASTRO, Olegário Herculano d’Aquino. **O Instituto H e G B desde a sua fundação até hoje**. Revista do IHGB, 60 (96): 194, 1897.

<sup>82</sup> C.f PEIXOTO, Renato Amado. **A Mascarará da Medusa**: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX. Tese (Doutorado em História) – UFRJ/IFCS, Rio de Janeiro, 2005.

<sup>83</sup> CASTRO, loc. cit.

Ao concluir, não será fora de propósito lembrar: que o Instituto Histórico é uma associação nacional meramente literária; não tem caráter oficial, posto que, em atenção à natureza e importância do fim a que se propõe, tenha até hoje merecido ser auxiliada pelos poderes públicos<sup>84</sup>.

A conclusão é, novamente, o caráter “meramente literário”. A dedicação ao mundo das *letras* aparece para a República como fundamental na fala dos sócios, e é nesse movimento de aproximação que outra recepção da Proclamação, esta sempre favorável à República, curiosamente perde espaço. Diferente do que vimos até agora, a outra recepção da Proclamação dotava esta de enredo, tinha um passado e um sentido.

Ao contrário de sócios como Norberto, que viam a Proclamação como presente, nessa segunda recepção a República era resultado de um passado, algo destinado a acontecer. Se até aqui trabalhamos, sobretudo, com discursos em sessões regulares ou aniversárias, vamos às escritas da história, onde a Proclamação, por vezes, deixará de ser presente para ser lida como fruto de um *instinto*.

---

<sup>84</sup> Ibid., p. 200.

## 2.4 Um passado para a República

Até este momento, percorremos apenas uma das recepções da proclamação da República que tomou parte especialmente nas sessões do IHGB. Tratamos daqueles que a perceberam como *perda*. Uma recepção da Proclamação que Norberto ou João Severiano da Fonseca compunham, em 1890, com palavras como *fatal* ou *irresistível*, apresentando a República como *inevitável*. Em algumas escritas da história, algo aparentemente semelhante se dava. A diferença fundamental entre essas recepções, porém, é sobre a natureza dessa “fatalidade”.

O que comentamos até aqui expõe o *advento* da República como sem enredo. Norberto, Severiano da Fonseca, ou ainda Teixeira de Mello, quando dizia “a paz e a serenidade de ânimo do que se afadiga por honrar o renome nacional<sup>85</sup>”, tinham o Império como passado a ser preservado e a Proclamação como presente; porém, não um presente qualquer, mas um sem um passado que o explicasse, era uma *fatalidade*, uma *perda* que acontecera sem que uma razão a defina, como a *perda* de um pai no ciclo da vida. A partir dessa recepção, se conformava uma visão da República como sem força ou corpo próprio, o que terá recorrências.

Em outras escritas da história, porém, o que veremos é justamente o inverso. Nestas, a Proclamação também aparece como “fatalidade”, porém com um sentido inverso ao da primeira recepção. Nessa segunda recepção, a Proclamação teve antecedentes, foi a culminância de algo e, por vezes, teve ela mesma seu desenrolar. Assim, a Proclamação estava ligada ao passado por uma teleologia, já se encontrava inscrita na história. Até chegar a esse ponto, algumas escritas foram parcialmente indicando o caminho: o de ler a Proclamação como a culminância de um processo.

---

<sup>85</sup> MELLO, José Alexandre Teixeira de. **Relatório do Secretário**. 53 (82): 561, 1890.

Esse é o caso do **Movimento Colonial na América**<sup>86</sup>, de Tristão de Alencar Araripe, apresentado em 1890, publicado em 1893 na Revista do Instituto, no qual a Proclamação da República ganha antecedentes. Pela proximidade, o *advento* ainda oscila entre presente e passado; porém, aqui, diferentemente de Norberto ou de Teixeira de Mello, com um passado e com uma história.

Alencar Araripe opera nessa *memória* com dois planos. No primeiro, trata das *raças*, no segundo, dos eventos da história da América, os quais se inserem em uma “lei”: a da *emancipação*. Essa *memória histórica* faz ver uma das questões tratadas por Turim (2009): o campo da etnografia – apesar de separado da história – vai operar por um *tempo histórico*, influenciando, nesse caso, na escrita da história<sup>87</sup>. No primeiro plano traçado por Araripe, onde as *raças* se movimentam, os *países colonizadores* têm a primazia. Ingleses, espanhóis e portugueses são os agentes da história na América, obedecendo a uma tendência geral de migração do *orient*e para o *ocidente*, que ocorre, segundo Araripe, desde a Antiguidade.

Nesse *movimento*, a *colonização portuguesa* se apresentava como uma “geografia imaginativa” pela qual se definiam as fronteiras do Brasil – a nação deve ter um corpo – e tinha, na *memória* de Araripe, um evento: “nesta extensíssima região está assentada a república federativa do Brasil, que em 15 de novembro de 1889 substituiu o império dinástico organizado em 1822”<sup>88</sup>. Se o tom do letrado já tenciona

<sup>86</sup> ARARIPE, Tristão Alencar de. **Movimento colonial na América**. 56 (88): 91 – 115, 1893.

<sup>87</sup> É importante marcar uma inflexão na etnografia para melhor entender essa *memória* de Araripe. Se os *naturalistas* podem ser inseridos num contexto maior, o *coleccionismo* (POMIAN, 1987) assim como uma primeira produção etnográfica do IHGB (que permanecia na geração de 1870 especialmente na coleção de vocabulários impressos na revista), ao longo do oitocentos uma inflexão se dá da descrição para a estrutura, o que ocorre por uma temporalização. Assim, se na descrição existe uma quase anulação do tempo (as *nações indígenas* eram descritas como se sempre tivessem sido e seriam daquela forma); pelo contrário, o argumento *racialista* inseria a todos num movimento (de ascensão e declínio) no qual vigora um dos contornos possíveis do *cronotopo moderno*, nesse caso, formulador de uma hierarquização. A tensão dessa hierarquização em uma *nação* que se vê composta por diferentes, embora seja questão tangencial ao que se investiga no momento, marcou a geração de 1870 de uma tal forma – inclusive a produção de Alencar Araripe –, que não é possível deixar de comentar o ponto.

Importa ainda destacar o sentido político do conceito de *raça* enquanto forma de afirmar, de maneira muito mais radical, a distinção estabelecida no IHGB entre “dentro” e “fora”. A *raça* – enquanto homogeneização de *etnias* – reafirmava o quão *distintos* eram os sócios do IHGB. Caráter de distinção explícito no corpo de cada letrado, em seu gesto e forma de falar. O discurso racialista era uma forma da *administração* se *interiorizar* ao mesmo tempo em que marcava quem tinha *voz*, no *interior*, no *sertão* – assim como na Rua – havia apenas o ruído. O uso da escrita, no caso da etnografia, reafirmava essa distinção.

<sup>88</sup> ARARIPE, Tristão Alencar de. **Movimento colonial na América**. 56 (88): 92, 1893.

o que lemos até aqui, a dissonância irá ganhar contornos mais claros no segundo plano de sua *memória*.

Neste, interessavam as *tendências coloniais*. Não apenas o *movimento* das *raças*; da história da *civilização* Araripe deduzia um *destino fatal*: “é a lei da emancipação individual na sociedade doméstica aplicada à entidade coletiva, que constitui a associação política”<sup>89</sup>. Araripe verificava e expunha esta *lei* enunciando *movimentos patrióticos*. Assim, em Pernambuco em 1710, Tupac no Peru de 1780, a *conjuração mineira*, a *insurreição das colônias espanholas*, todos apareciam como eventos que comprovavam o *movimento* anunciado: a *emancipação*.

Assim, nestes dois planos, *raça* e *tendência colonial*, a história humana era a história de grupos distintos que se fundiriam – Araripe defendia o poligenismo explicitamente. A  *fusão das raças* obedecia a leis próprias – traçadas pela *Providência*, dizia o letrado – da qual resultaria um outro tipo de homem<sup>90</sup>.

É certo que, até aqui, a dissonância ainda não é ruptura. Tratar de um movimento único na América e associá-lo à ideia de emancipação é algo pouco comum entre os letrados do oitocentos, pelo menos até a República. Afinal, uma das marcas ao se tratar de América, ao longo do Segundo Reinado, é o contraste entre o Brasil ser Império e, os “outros”, Repúblicas. No momento e na escrita de Araripe,

<sup>89</sup> ARARIPE, Tristão Alencar de. **Movimento colonial na América**. 56 (88): 94, 1893.

<sup>90</sup> Esse tratamento das *raças* não é casual e pode ser lido por duas referências, pelo menos. De início, insere-se nos debates racialistas da geração de 1870, desconstruindo – como outros letrados faziam – a imagem de que a *raça* brasileira tenderia necessariamente à degeneração, especialmente pela *mestiçagem*. [Ver, entre outros, **Estilo Tropical** (1991)]. Para Araripe, a  *fusão das raças* não era exclusividade da América, mas caminho irresistível de toda a *humanidade*, do qual resultaria, ao contrário da degeneração, um homem superior.

Ao mesmo tempo, esse tratamento das *raças* lida com as questões abertas pela *abolição* de uma forma específica. Vale retomar, nesse ponto, a fala de Távora sobre a *abolição*: “Com a extinção do estado servil, o gentio da história ganhou outro critério. Ele está agora completo com a parte da liberdade que lhe faltava para ser digno de uma nação que rende culto nas aras da civilização. O nosso historiador terá de hora em diante homens para submeter à análise fisiopsicológica, terá um povo verdadeiramente livre para estudar e julgar nos seus sentimentos e na sua evolução” (RIHGB: 1888, 51, 76: 19). Ou seja, o *povo* com o qual o historiador haveria de lidar não poderia mais ser delimitado pelos critérios vigentes ao longo da *escravidão*. O “lidar com” de Araripe, porém, é um encobrimento da questão, pois, na medida em que situa o movimento das *raças* como um movimento irresistível da *humanidade*, expõe que seria desnecessário tratar a questão específica da nação, a história resolveria, por sua força própria, o “problema”. Assim, ao contrário de chamar atenção para os debates anteriores à *abolição* ou para as tensões do momento, Araripe, pelo uso da história, encobria seu presente. A história enquanto sujeito em si – como elemento autônomo de força própria e irresistível (KOSELLECK, 2004) – encobria o presente. A certeza do futuro e a definição do passado faziam com que a situação “atual” fosse lida como secundária, o importante seria apenas agir a favor do fluxo – o que Araripe afirmava que acontecera com a proclamação da República –, jamais constituir o fluxo.

porém, era possível e talvez desejável pensar a América como um todo independente e republicano. Mas não se deve pensar que seja uma *memória histórica* de traços exclusivamente singulares se comparada à produção do IHGB. Se é um texto em dois planos, o primeiro plano, uma história da humanidade personificada pelas *raças*, não é estranha à escrita no interior do IHGB, algo semelhante ao que sócios como o próprio Taunay ou Norberto faziam – basta lembrar de seus discursos no quinquenário do IHGB. O movimento das *raças* de Araripe é próximo ao exposto por Couto de Magalhães, em seu **Ensaio de Antropologia**<sup>91</sup> (especialmente nos primeiros capítulos), e remete, de forma reduzida, às proposições de Von Martius nas quais o pensar a nação deve ter em vista suas *raças*<sup>92</sup>. É uma *memória* que se insere, dessa maneira, nas produções do IHGB, mesmo que em tensão.

Essa tensão se torna ruptura, porém, devido a um elemento. Não é apenas a forma de tratar a América que contrasta. Em meio às referências a *movimentos* na América, um elemento chamava para si atenção excessiva, não deixando margem para harmonia: a dissonância se tornava ruptura.

Hoje Tiradentes é glorificado como protomártir da liberdade e símbolo da fé republicana [...]. Quanto não valeu na propaganda republicana do Brasil a vitimização do militar obscuro dos tempos coloniais! Condenado e supliciado no patíbulo para reprimir a liberdade, foi depois a sua sombra um fantasma aterrador da realeza. Os serviços póstumos das vítimas de despotismo têm valor incomparável e desafiam a apoteose dos povos ao despedaçarem este jugo opressor<sup>93</sup>.

A forma como Araripe trata Tiradentes faz a ruptura aparecer. Vale lembrar que em 1890, quando Araripe apresentou essa *memória* em sessão regular, eram impressas as comemorações do centenário de Cláudio Manoel da Costa, onde Norberto argumentava contra considerar Tiradentes um mártir. No mesmo ano de 1890, Norberto tentava esvaziar a imagem de Tiradentes, enquanto Araripe assumia o seu uso na campanha pela República. “Um fantasma aterrador da realeza”, uma espécie de jacobino nacional, era a imagem que Norberto justamente combatera no

<sup>91</sup> MAGALHÃES, José Vieira Couto de. **Ensaio de antropologia**: região e raças selvagens. 36 (47): 359-516, 1873. O **Ensaio** seria publicado posteriormente como **O Selvagem**.

<sup>92</sup> Entre outros, ver GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **História e natureza em Von Martius**: esquadrihando o Brasil para construir a nação. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, vol. 7, n. 2, p. 391-413, out. 2000.

<sup>93</sup> ARARIPE, Tristão Alencar de. **Movimento colonial na América**. 56 (88): 103, 1893.

fim do Império, e que muitos republicanos se esforçavam para defender<sup>94</sup>. Ao mesmo tempo, Araripe expunha os debates antes e após a Proclamação nos quais se disputavam os *símbolos* dessa forma de governo, evidenciando o papel de Tiradentes nele. A simples exposição de *símbolos* republicanos era, para muitos sócios do IHGB, improvável.

Ao reconhecer o uso de Tiradentes na campanha pela República, Araripe esboçava uma inclinação favorável à República e, sobretudo, à possibilidade de pensá-la como decorrente de um *movimento* geral. A questão não se limita, então, a esse ponto. Sem dizer que a República seria inevitável ou desejável explicitamente, argumentava um *movimento* – não apenas da *América*, mas da *humanidade* – no qual a *emancipação* teria um outro caráter, não apenas o da *independência*.

Neste, a monarquia aparece como aquela que defende o *privilégio*, no caso Europeu, dizia Araripe, dos *nobres* contra os *proletários*. “No Brasil foi o país da América aonde chegou a fundar-se uma monarquia e a razão foi que nele existia a escravidão da raça africana”<sup>95</sup>. Essa citação, sim, não seria dizível no IHGB do Império. Afinal, Araripe se somava ao coro daqueles que associavam Império à escravidão – já presente desde 1880 na fala dos republicanos – e o fim de um, ao fim da outra. Fim tanto no sentido de finalidade, como de término (argumento que seria recorrente ao longo da escrita da história sobre o fim do Império). A monarquia, então, seria a forma de governo que engendra o *privilégio*, se justificava e permanecia enquanto a escravidão estava lá – justamente o inverso do argumento de Taunay, em 1888, que afirmava que a monarquia pusera fim à escravidão.

“O governo da igualdade é uma aspiração tendente à generalização entre os povos da Terra, sempre adversos ao privilégio social”<sup>96</sup>. O *privilégio* aparecia como nocivo, na medida em que se voltaria para interesses próprios e não para interesses gerais. A República seria o governo de todos, a ausência dos *privilégios* e, sobretudo, o domínio da *liberdade*. Ao mesmo tempo, a crítica ao resumir *privilégio* a uma condição da *monarquia*, deixava implícito a continuidade de um outro tipo de

---

<sup>94</sup> SIMAS, Luiz Antônio. **O Evangelho segundo os jacobinos**: Floriano Peixoto e o mito do Salvador da República Brasileira. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado) – UFRJ, 1994.

<sup>95</sup> ARARIPE, Tristão Alencar de. **Movimento colonial na América**. 56 (88): 113, 1893.

<sup>96</sup> ARARIPE, Tristão Alencar de. **Movimento colonial na América**. 56 (88): 114, 1893.

privilégio: o da propriedade (Capítulo 3). Nesse quadro, a América aparecia como o *novo mundo* da república, da igualdade e da liberdade no seu sentido moderno, em oposição à Europa – onde a violência das monarquias se mantinha graças à imposição por via da violência.

O mais interessante é que essa *memória* não estava isolada. No mesmo ano de 1890, outra *memória* expunha o passado nacional como o passado da República. **Exposição de fatos históricos que comprovam a prioridade de Pernambuco na Independência e liberdade nacional** foi escrita pelo Major José Domingues Codoceira<sup>97</sup>.

Como o título sugere, a *exposição* faz parte das disputas por compor e recompor o passado, no caso, especificamente as datas comemorativas. Esta era uma questão posta em pauta desde as primeiras ações do governo provisório. Dois meses após a Proclamação da República, um novo calendário seria posto em vigência, mostrando a intenção de construir referências próprias para a República desde sua Proclamação<sup>98</sup>.

O que Codoceira argumentava era que deveria ser Pernambuco, e não a “conjuração mineira”, a referência para as comemorações da Independência. Assim como Alencar Araripe, Codoceira expunha datas como referência para a história e para a nação. Datas eram enunciadas. De 10 de novembro de 1710, Codoceira destacava a figura de Bernardo Vieira de Mello, a quem “cabe a glória de ter sido o primeiro que, no solo americano e em Pernambuco, tentou por em prática a

<sup>97</sup> Essa exposição tem a particularidade de ter sido apresentada em sessão ordinário do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, em fevereiro de 1890. O que se pode entender a partir dessa publicação é, primeiro, a circularidade da produção letrada entre os Institutos e, especialmente, uma tentativa de centralização do IHGB. Ao fim de suas Revistas são ordenadas as variadas publicações que o IHGB recebia, entre elas do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, assim como as academias e institutos para os quais a RIHGB era enviada. Por essas referências, pode-se ver uma movimentação entre institutos. Ou seja, o movimento à federação – acompanhado da fundação de diferentes associações e institutos em diversos Estados – não deve ser entendido de imediato e necessariamente como enfraquecimento do IHGB. Afinal, graças a essa circularidade, agora seria possível fazer publicações sobre o “estado atual” dos estados. O IHGB ainda poderia ser espaço de centralização da produção das outras instituições, o que certamente estava em disputa e movimento. A circularidade, especialmente entre instituições de outras nações, era índice da importância da Revista, pela qual o IHGB se fazia representar.

<sup>98</sup> C.f. LEAL, Elisabete da Costa. *O Calendário Republicano e a Festa Cívica do Descobrimento do Brasil em 1890: versões de história e militância positivista*. *História*, São Paulo, v. 25, n. 2, 2006, p. 64-93; OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As Festas que a República Manda Guardar. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 4, 1989, p. 172-189.

independência nacional, e com ela o governo republicano”<sup>99</sup>. Mais à frente, dizia, citando Teófilo Braga: “Era pela forma republicana que o organismo da nova nacionalidade se manifestava nas convulsões revolucionárias de 1789, 1817, 1822, 1824, 1831, 1835 e 1837”<sup>100</sup>. O que Codoceira fazia era colocar as “revoltas” nesse quadro, onde o passado nacional tinha um *instinto* tanto para independência quanto para a república.

### Disputas pelo passado

Nos dois textos, o contraste com o que vimos antes já começa a se tornar claro, especialmente sobre o entendimento da *inevitabilidade* da República. Escrevendo sobre a história da Bandeira Nacional, no mesmo número da Revista que publicava a **Exposição** de Codoceira, por exemplo, Joaquim Norberto percorria o momento da Independência de 1822 até a formação da bandeira que – apesar das tentativas da recém Proclamada República – ainda vigorava, claro que sem as referências ao Império ou à monarquia<sup>101</sup>. Sua *memória histórica* apresentada em 1889 e impressa em 1890 – especialmente em seu *Aditamento*, quando se remete à situação da bandeira após o advento da República – em defesa do Império enquanto passado formador da *nação* esvaziava a República.

Se em Norberto ou Severiano Fonseca reconhecer a República como *inevitável* era uma forma de manter o compromisso com a monarquia, nesse movimento defendiam o Império como passado e a República e sua Proclamação apareciam como presente, presente este visto com suspeita e, por vezes, desgosto – o que se manifestava nas sessões, especialmente ao longo da Revolta da Armada, que interrompera o funcionamento regular do IHGB<sup>102</sup>.

Até aqui apontamos a participação de Norberto mais de uma vez; porém, este letrado logo faleceria. O Presidente do IHGB que lhe sucede, Olegário Herculano de Aquino e Castro, teve maior atuação no período que se percorre. Se ele não fez por

<sup>99</sup> CODOCEIRA, José Domingues. **Exposição de fatos históricos que comprovam a prioridade de Pernambuco na independência e liberdade nacional**. 53 (81): 333, 1890.

<sup>100</sup> Ibidem.

<sup>101</sup> SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. **A bandeira nacional**. 53 (81): 243-266, 1890.

<sup>102</sup> Ver, por exemplo, RIHGB, 1894, v. 2, p. 293.

uma escrita da história, como Norberto, uma defesa do Império enquanto passado a ser preservado, ele o fez em sessões regulares. Sua posição e discurso perante Prudente de Moraes (na sessão aniversária de 1895), opondo o seu governo aos governos recém terminados dos militares, demonstra o descontentamento que se vivia no início da República, dando a ideia de que do fim do Império até aquele momento de 1895 se vivera um período anormal, marcado pela *força* e não pela *razão*<sup>103</sup>. O Império e agora a República teriam e deveriam ser lidos como uma continuidade.

Sua *memória O Instituto H e G B desde a sua fundação até hoje*<sup>104</sup> ainda seria mais clara em sua postura. Pois, era pelo Instituto – ou seja, por incorporar a produção do Império enquanto passado – que a República poderia e haveria de se mostrar como *civilizada e ilustrada* no cenário internacional, não só na diplomacia como também nos congressos dos quais o IHGB participara e ainda participaria. Assim, se Norberto travou – desde antes da Proclamação – disputa com republicanos pelo nacional, Aquino e Castro atuava em uma dimensão mais prática dessa posição, suas funcionalidades. Não tratar o Império como passado que deveria ser negado (como certos republicanos, como os jacobinos, quereriam) e assim o manter como passado da Nação oferecia a esta: a vitória na guerra com o Paraguai; a bandeira; os brasões; o hino (futuramente modificado por Alberto Nepomuceno); e, o que é igualmente importante, um conjunto de títulos e patentes que antecederiam a República, mas nela ainda vigorariam – como as próprias patentes dos militares. A outra face de incorporar tais heranças, porém, seria um enfraquecimento da República, na medida em que todos os sucessos do passado eram associados ao Império.

Segundo os argumentos nos quais o Império é conservado, a Proclamação aparece sem força, sem personagens, sem participação do povo, como se a mudança na forma de governo não alterasse aquilo que realmente era relevante: a *nação*. Nas vozes do Instituto segundo as quais o Império era passado e a República bem-vinda, o que começava a vigorar perante Prudente de Moraes, República ou Império, a *nação*

<sup>103</sup> Dizia Aquino e Castro frente a Prudente de Moraes, em 1895: “Hoje, corridos vão os tempos do predomínio da força sobre o direito; da violência sobre a justiça; da guerra, que só destrói e mortifica, sobre a paz que organiza, avigora e consolida os múltiplos elementos que constituem a grandeza e a prosperidade da nação” (RIHGB: 1895, 400).

<sup>104</sup> CASTRO, Olegário Herculano d’Aquino. *O Instituto H e G B desde a sua fundação até hoje*. Revista do IHGB. 60 (96): 1897.

era a mesma, a forma de governo era secundária frente à postura *modesta e distinta* que se deveria ter. *Modéstia* no sentido de que as convicções pessoais não deveriam prejudicar o compromisso com a *nação* naquele ambiente *neutro, distinção* na medida em que se mantinha uma ambiência onde nem todos – na verdade apenas poucos – poderiam se dirigir à *nação*<sup>105</sup>.

Nesse caminho, a história se dedicava ao passado imperial, suas glórias, percalços e heróis. O caso é que esse passado aparecia como em direção ao Império, sem oferecer para a República um passado que pudesse dar forma à sua proclamação, o que aparece com força, por exemplo, na *memória histórica* de Henri Raffard, **Apontamento sobre pessoas e coisas do Brasil**<sup>106</sup>.

Tal postura, porém, não era unânime. Se Norberto publicara na RIHGB sua história da Bandeira, em 1891, uma *memória histórica* extraída do Jornal do Comércio sobre os **Brasões do Brasil**, falava da necessidade de brasões para cada estado e capital, expunha na disputa pelos símbolos um projeto federalista. Mas é, sobretudo, na disputa sobre qual passado elogiar que a questão se desenvolve.

Se a maioria dos sócios do IHGB se dedicara à defesa e conservação do Império e do Protetor deposto, Codoceira ou Araripe pouco se dirigiam àquele momento, dedicando-se sobretudo aos “movimentos coloniais” e aos movimentos de contestação da monarquia após 1808. Não foram os únicos letrados a fazê-lo.

Argemiro Antônio da Silveira, em sua biografia sobre Líbero Badaró<sup>107</sup>, falava da Proclamação da República como vingança dos mártires que por ela haviam morrido, algo semelhante à forma como Araripe tratara de Tiradentes em seu **Movimento colonial na América**. A República, então, não só tinha passado, como tinha atores e, o que mais o interessava, *heróis*. Antônio da Silveira percorria os anos de 1828 a 1830 mostrando como entre os debates da época – segundo o letrado, entre *imperialistas* (partidários de D. Pedro I e absolutistas) e *liberais* (que defendiam o constitucionalismo) – a defesa pela República aparecia, indicando um caminho para

<sup>105</sup> A continuidade dos gestos e ritos no IHGB mostra a sobrevida de uma ambiência *Ancien Régime*, que não era particularidade do Brasil. Arno Mayer, **The persistence of the Old Regime**, ou **Viena fin-de-siècle e Pensando com a história**, de Carl Shorske.

<sup>106</sup> RAFFARD, Henri. **Apontamento sobre pessoas e coisas do Brasil**. 61 (98): 5-67, 1898.

<sup>107</sup> SILVEIRA, Argemildo da. **Alguns apontamentos biográficos de Líbero Badaró e crônica do seu assassinato**. 53 (82): 309-384, 1890.

se pensar e traçar uma tradição republicana brasileira entre eventos e atores que já faziam parte do passado nacional, muito embora com sentido negativo.

Aristides Augusto Milton compunha uma história semelhante, na qual a República tinha um passado e desenvolvimento próprio, não como *mero acaso*, mas *fruto de uma evangelização* que tinha corpo a partir de uma escrita da história. Sua *memória, A República e a federação no Brasil*<sup>108</sup>, partia das mesmas *revoltas* pelas quais Araripe e Codoceira apresentavam uma tendência à República, e, assim como Araripe, supunha uma *evolução social* como tendência universal que se manifestara no Brasil na deposição da monarquia e proclamação da república. Ou seja, a inevitabilidade, aqui, não quer dizer conformação, como em Norberto – onde o presente com o qual se conforma pode ser pior que o passado –, mas elogio ao progresso. A distância entre o passado e o presente implica, para Milton, uma melhora.

Sua *memória* ainda coloca em questão a ideia de *federação*. Se a República já havia sido proposta em 1710, a *federação* fora defendida por um conjunto variado de homens, alguns deles estadistas do Império. “De modo que, muitos homens políticos do império não se eximiam de dar, por meio de palavra e dos atos, corpo e vigor ao pensamento”<sup>109</sup>. Não havia possibilidade de espanto ou de negar a Proclamação, muito menos de que chegava a hora do Brasil ser *federação*, ideia defendida inclusive por políticos do Império. O passado justificava o presente, e, assim, participando das tensões e disputas que o formavam. A história, porém, não explicitava, mas encobria estas tensões.

Na medida em que a História mostrava uma tendência nacional à federação, tornava-se desnecessário discutir – na própria história – o que era federação. A teleologia desse argumento – certamente endereçado à disputa por ideias distintas de República que concorriam – justificava a federação *a priori*. Já era uma ideia contida na tradição do pensamento nacional, não era, assim, necessário na produção de uma historiografia discuti-la. O lugar da história era o de mostrar o que pertence ou não à *nação*, sem, no entanto, discutir os conceitos que delimitam as feições da *nação* que a

---

<sup>108</sup> MILTON, Aristides. **A República e a federação no Brasil**: acontecimentos na Bahia. 60 (96): 5-33, 1897.

<sup>109</sup> *Ibid.*, p. 17.

História constrói, tais como *federação e república*. Esta busca pela construção de um consenso não é exclusiva a forma como a Proclamação da República foi lida. O uso da história como amalgama do consenso – que não comporta polifonia, mas apenas uma única direção – é justamente o traço básico da Proclamação enquanto moldura (Capítulo 2).

A defesa mais forte da República, nesse sentido, seria ainda a de Tristão de Alencar Araripe. Vale a pena percorrer a produção desse letrado em detalhe também por outra razão. Dos sócios do IHGB que produziram no âmbito mais amplo deste estudo (ou seja, de 1870 a 1900), Alencar Araripe – ao lado de Manoel Duarte Moreira de Azevedo – se destaca. Sua defesa da República, como se verá, teve reincidência ao longo da escrita sobre o período. Embora não se esteja supondo que seja *autor* dessas imagens – ou seja, que tenha sido o primeiro ou o difusor principal destas – fez, no mínimo, parte do coro.

Embora não faça parte desta Tese uma comparação entre as escritas da história que elogiam a República e os discursos dos republicanos dos anos de 1880, pelo menos Silva Jardim já fazia um uso do passado como comprovação da tendência nacional à República ao fim do Império, algo próximo ao que Araripe viria a fazer no início da República.

### **Tristão de Alencar Araripe, entre beneméritos e patriarcas**

Desde o *Adendo* a suas **Indicações sobre História Nacional**<sup>110</sup>, Araripe deixava claro que a República, desde sua proclamação, fora conduzida por homens notáveis, por *beneméritos*. Argumento que fica evidente em sua *memória* **Três Beneméritos da República**.

O povo brasileiro começa a tributar o devido preito à memória de três dos mais eminentes varões, que contribuíram de modo eficaz e decisivo para o estabelecimento das instituições republicanas no Brasil<sup>111</sup>.

Alencar Araripe começava sua *memória histórica* pelas palavras *eficaz e decisivo*. Se seu argumento guarda proximidades com as biografias do Instituto<sup>112</sup>,

<sup>110</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. **Indicações sobre a história nacional**. 57 (90): 343, 1894.

<sup>111</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. **Três cidadãos beneméritos da República**. 60 (96): 385, 1897.

elogiava aqueles a serem reconhecidos como os responsáveis pela República: Manoel Deodoro, Benjamin Constant e Floriano Peixoto. Deodoro “foi o braço potente que, no momento supremo da crise monárquica, deu a necessária força para a consumação do feito glorioso”<sup>113</sup>. Constant atuou junto a uma “mocidade das classes militares [...] inculcando no ânimo de toda ela os generosos princípios da democracia”<sup>114</sup>. Floriano Peixoto, por fim, “foi o gênio da firmeza e do valor que debelou a insurreição inopinada contra a existência da nascente República”<sup>115</sup> e, por isso, o *instinto popular* o designou de “Marechal de Ferro”, aqui com sentido positivo.

“O valor patriótico destes três egrégios cidadãos bem pode resumir-se nos seguintes rápidos conceitos: Manoel Deodoro proclamou a República; Benjamin Constant a doutrinou; Floriano Peixoto a consolidou”<sup>116</sup>. Assim, a Proclamação se desdobrava em três nomes e momentos e se tornava passado por um certo trajeto, do impulso à consolidação via doutrina<sup>117</sup>.

Se estes eram *beneméritos cidadãos*, a proclamação era narrada como consequência da “verdadeira disposição nacional” e não da vontade particular de apenas um ou poucos homens. Os *beneméritos* deveriam ocupar o panteão da memória por ter “contribuído de modo eficaz e decisivo para o estabelecimento das instituições republicanas no Brasil”, mas não apareciam como a **causa** da República.

Sabemos que os ânimos aferrados a ideias monárquicas inculcam a crença de que a República de 15 de Novembro de 1889 foi um ato de surpresa para o espírito público, e de violência para a maioria da Nação.

---

<sup>112</sup> C.f. ENDERS, Armelle. “O Plutarco Brasileiro”. A Produção dos Vultos Nacionais no Segundo Reinado. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 2000/1; OLIVEIRA, Maria da Glória de. Traçando vidas de brasileiros distintos com escrupulosa exatidão: biografia, erudição e escrita da história na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (1839-1850). *História*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 154-178, 2007.

<sup>113</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. **Três cidadãos beneméritos da República**. 60 (96): 386, 1897

<sup>114</sup> *Ibidem*.

<sup>115</sup> *Ibidem*.

<sup>116</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. **Três cidadãos beneméritos da República**. 60 (96): 397, 1897.

<sup>117</sup> Se este percurso é próprio de Araripe, destacar Deodoro, Floriano e Constant se tornou uma constante na escrita sobre a proclamação. O que essa *memória* nos faz pensar no âmbito de uma escrita de linhas gerais da história da República, especialmente ao elogiar Floriano pelo adjetivo “Marechal de Ferro”, é que a conquista da “estabilidade política”, especialmente após Campos Salles (LESSA, 1988), sintetizada na oposição *paixão x administração* (voltaremos a este ponto no capítulo 3) se deu nos anos e na conduta do “Marechal de Ferro”. Foi pela violência que a efervescência política na Rua, do fim do Império e do governo de Deodoro, teve fim. A oposição entre os governos militares e civis, nesse sentido, perde a força e, assim, poder-se-ia falar em uma complementaridade no estabelecimento de uma ordem republicana, representativa, federativa e autoritária – entendendo autoritarismo como o exercício da violência.

Semelhante opinião, porém só poderia originar-se de falsa apreciação dos fatos da nossa história, ou da ignorância deles, no propósito de desacreditar a causa democrática recentemente triunfante. [...] Basta, porém, ligeiro exame retrospectivo dos acontecimentos da nossa história para reconhecer nessa revolução a consagração formal das aspirações nacionais, sempre reveladas e proclamadas desde os tempos coloniais. Éramos colônias e cedo começamos a lutar pela independência da Pátria e pela República<sup>118</sup>.

Alencar Araripe percorria novamente a Confederação do Equador, a Farrroupilha, a Sabinada, as ideias democráticas de 1832, todos *fatos* que confirmavam o “espírito republicano da nossa terra”. O presente republicano, portanto, era consequência de uma disposição natural. Se algum monarquista quis lê-la como *sedição militar*, a história a afirmava como *revolução*, um ponto de inflexão sem volta e inscrito como inevitável desde o passado colonial, afinal a república era uma “aspiração nacional”.

Assim, a República se afirmava não por um olhar para o presente ou para todos aqueles que em um passado recente agiram pela república, ela se afirmava por um passado comum que remetia à *colônia*.

[...] o ambiente do Brasil, vivendo nesse meio esplêndido e contemplando espetáculo tão majestoso, não pode receber impressões mesquinhas e deprimentes que toleram o regime do privilégio, onde o acidente fortuito do nascimento estabelece direito para um ente privilegiado governar cidadãos, **a quem só a razão e a capacidade devem dirigir** (grifos meus)<sup>119</sup>.

O *ambiente* produzia um indivíduo estranho ao *privilégio*. Como no **Movimento colonial na América**, a *monarquia* se apresentava como direito de um só, a república como governo da *razão*. Se o passado nacional se confunde com a beleza de seu meio, não se trata, apenas, de uma reescrita da história, de uma legitimação do evento ou da naturalização de uma verdade, mas da exposição de um certo entendimento, no qual o *instinto do povo* é unívoco em seu passado, presente e futuro. Cabia à *razão e à capacidade* no singular a definição, cabendo à história revelar suas faces, suas disposições. Revelar é, assim, apenas apresentar o que já está. A intenção da escrita da história da República como proclamação, neste sentido, é produzir um consenso no presente, pois aquilo que é definido pela história permanece

<sup>118</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. **Três cidadãos beneméritos da República**. 60 (96): 399, 1897.

<sup>119</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. **Três cidadãos beneméritos da República**. 60 (96): 390, 1897.

se encontra num plano onde letrados, *distintos* e *modestos*, não podiam intervir diretamente. A disputa se dava, sobretudo então, pelo passado.

Para produzir este consenso Alencar Araripe não partia de relações causais das ações do homem no mundo, mas de pontos recorrentes dessas ações. Essa operação, no entanto, não é particular a este texto, e por Araripe se inicia um dos movimentos principais desta Tese: percorrer a recorrência e semelhança entre escritas da história que não tratavam da República para compreender qual vocabulário e quais operações estavam disponíveis nas recepções da Proclamação da República. O mesmo tipo de tratamento que Alencar Araripe deu aos **Três cidadãos beneméritos da República** ele havia dado à Independência, onde a expressão *instinto do povo* ganha um contorno mais definido.

## República, Independência e Proclamação

As grandes causas têm os seus protagonistas, a causa da independência do Brasil foi certamente uma causa nobre e generosa e teve ilustres e egrégios protagonistas; a estes denomino eu Patriarcas da Independência Nacional, denominação que o vulgo iniciou e que a história já tem consagrado<sup>120</sup>.

O argumento, porém, caminha em outra direção. A presença da *grande causa* não traz por si um *patriarca*, seria necessário que “um homem de tal preponderância de forças, que ele por si só trouxesse a efetiva realização do fato emancipador”<sup>121</sup>. A ausência do patriarca não é uma falta, a associação entre *patriarca* e *independência* tinha um sentido negativo, “só em populações ignorantes [...] pode um homem resumir um povo e pensar por ele”<sup>122</sup>. O exemplo de tal homem para Araripe era Solano Lopez, que em uma visão comum aos sócios do IHGB, era um *tirano* (SOUSA, 2004). Ou seja, a ideia de que um homem pudesse conduzir ou resumir a vida de um *povo* era o que se definia por *tiranía*. Assim, sem um *patriarca*, mas *patriarcas*, a história cumpria um papel na formação cívica, um *povo* deveria ter memória de seus *beneméritos*, que não eram a **causa** da Independência.

Quando não existe domínio das pessoas, prevalece o domínio das ideias, o único eficaz e poderoso para decidir das revoluções ou reformas sociais.

<sup>120</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. **Patriarcas da Independência**. 57 (89): 168, 1894.

<sup>121</sup> Ibidem.

<sup>122</sup> Ibid., p. 169.

Foi o que sucedeu no Brasil de 1822<sup>123</sup>.

O argumento se confirma com um testemunho. Alencar Araripe cita o Márquez de Sapucaí:

Sabido é à que ninguém pode arrogar-se a glória, não digo só de ter feito, mas ter apresentado a declaração da emancipação política do Brasil: este ato operou-se tão aceleradamente e por tal unanimidade de votos de todos os brasileiros que pode dizer-se com verdade que **os fatos encaminham os homens e não os homens os fatos** (grifos meu)<sup>124</sup>.

A *ideia*, o motor dos *fatos*, se encontrava desde 1815 com a elevação do Brasil a Reino Unido, e se manifestava em 1817 em uma *revolução patriótica*. Porém, é no enredo da relação entre D. João VI e D. Pedro I que a independência se efetiva. D. João VI reconhecia a independência como inevitável, por isso induzia Pedro à independência. Afinal, a *ideia* já se encontrava no mundo, no *Reverbero* – citado por Araripe – se lia: “a emancipação das colônias segue uma marcha natural e irresistível”<sup>125</sup>. Assim, após a volta de D. João VI ou frente às ações *colonizadoras dos portugueses*, o que se narra são ações inspiradas pela *ideia*, ações que não tinham centro ou protagonista único, “os fatos encaminham os homens”. Araripe destaca três *patrícios beneméritos*: o príncipe D. Pedro de Alcântara, José Clemente Pereira e José Bonifácio de Andrada. Novamente, o trajeto da narrativa se apresenta por três paços, cada um sintetizado por um homem. As semelhanças entre os **Patriarcas da Independência** e os **Três cidadãos beneméritos da República** são muitas.

A escrita da história da Independência operava por sentido muito próximo à escrita sobre a Proclamação da República. Araripe falava em ambas as proclamações como: sem derramamento de sangue; sem um protagonista principal, mas *beneméritos*; sendo fruto de uma *ideia* que havia tomado a *nação* como um todo; um movimento inscrito em uma História Geral onde a emancipação política é uma conquista irresistível, assim como o fim dos governos que se sustentam sobre *privilégios*. Ao mesmo tempo, marcava nomes a serem lembrados, caminhos para a ação cívica no mundo, exemplos de cidadãos, sem que, no entanto, se pudesse supor que um único homem pudesse orientar a história ou a *nação*: era esta que orientava os

<sup>123</sup> Ibidem.

<sup>124</sup> Ibidem.

<sup>125</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. **Patriarcas da Independência**. 57 (89): 172, 1894.

homens. Se na independência os  *fatos*  conduziam os  *homens* , na proclamação da república o  *espírito republicano*  era o resultado “das aspirações nacionais, sempre reveladas e proclamadas desde os tempos coloniais”<sup>126</sup>.

O que se está começando a mostrar é que nas recepções da Proclamação da República existe uma reincidência de formas e palavras que pertenceram a outras escritas da história. Para entender este ponto em Alencar Araripe é necessário, por fim, percorrer sua concepção própria de história, entender que o elogio aos  *beneméritos* , sejam da independência, sejam da república, partia de seu entendimento sobre a função da história, o que aparece em **Indicações sobre a história nacional**.

Nessas  *indicações* , alguns argumentos são importantes para que se torne mais claro em qual medida e por qual caminhos a escrita sobre a proclamação da república se aproxima da escrita da proclamação da independência, fora o evidente compartilhamento do termo  *proclamação* . De início, a história aparece nas **Indicações** como resultado de uma pergunta  *natural* : “olhamos em torno de nós e [...] logo um dos primeiros sentimentos despertados em nós é o de querermos saber o que foi essa região onde nos achamos e porque modo chegou à presente situação”<sup>127</sup>. Em Araripe, o interesse pela história está inscrito na condição humana, o que tem um sentido duplo. Se o  *homem*  quer e deve conhecer a  *história da pátria* , a  *história da pátria*  forma o  *homem* .

O sentido pedagógico da história tem um contorno. Se Araripe reconhece que “todas as ideias do mundo passam”<sup>128</sup>,  *instrução*  e  *justiça*  permanecem como ideias fundamentais em qualquer  *civilização* . Em seu argumento, sem  *justiça*  a  *vida social degenera* . As  *leis*  são necessárias para o controle do homem que, movido exclusivamente por causas particulares, tenderia à desordem. Ao mesmo tempo, a  *justiça*  é impossível sem a  *instrução*  que se realiza por um conhecimento da história, “a história é um meio instrutivo do povo”<sup>129</sup>.

Até aqui, Alencar Araripe se assemelha a tantos outros letrados do IHGB, tal como Januário da Cunha Barbosa que em seu primeiro discurso à frente do IHGB,

<sup>126</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. **Três beneméritos da República**. 60 (96): 399, 1897.

<sup>127</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. **Indicações sobre a história nacional**. 57 (90): 259, 1894.

<sup>128</sup> *Ibid.*, 261.

<sup>129</sup> *Ibid.*, 262.

ainda em 1838, salientava a importância do elogio biográfico na educação cívica<sup>130</sup>. A particularidade está na importância da história e da *instrução* para a vida na república.

Ao cidadão livre que toma parte nas deliberações públicas, **elegendo mandatários**, a quem dá instruções e de quem exige contras, é indispensável a instrução, sem a qual nem saberá deliberar, nem conhecer do bom ou mau desempenho da missão daqueles a quem se confiam os públicos negócios [grifos meus]<sup>131</sup>.

A representatividade exige, portanto, uma *instrução* sem a qual o exercício da cidadania não se realiza corretamente. Que exercício é este? O voto e o juízo dos representantes eleitos. O que pode parecer um desvio do argumento principal, é fundamental e deve ser destacado, pois a República aparece enquanto representativa, ou seja, como tendo a participação política definida por uma ação específica: o voto. Se existe a possibilidade e necessidade de deliberação nos assuntos público, porém, era necessário o governo da *razão*, ou da *administração*, como usualmente se diria ao longo das Repúblicas.

O que Araripe faz, assim, é definir como necessária à participação *instruída* do *cidadão* na *república* sem que, ao mesmo tempo, os assuntos públicos estejam em questão ou em discussão entre os *cidadãos* que tinham sua ação política definida enquanto o voto. A história cumpria um duplo papel: oferece exemplos de *beneméritos* que servem a uma *instrução do povo*; ao mesmo tempo em que *revela* a vocação própria da *nação*, o *instinto do povo* que não é propriamente uma escolha, mas uma verdade, um elemento formador de consenso. Se os *fatos encaminham os homens*, ou se a República decorre de um *instinto*, não há espaço ou necessidade de polifonia, pois o que a operação historiográfica produz, neste caso, é uma verdade com pretensão de se impor como consenso. A história impunha como reconhecer a proclamação, no caso da República, como inevitável.

---

<sup>130</sup> SALGADO, Manoel. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista. In: CARVALHO, José Murilo (org.). **Nação e cidadania no Império**: Novos Horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

<sup>131</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. **Indicações sobre a história nacional**. 57 (90): 262, 1894.

A distinção entre debate e consenso (verdade) fica mais clara em uma diferenciação que Araripe faz ainda nessas **Indicações sobre a história nacional**: “A diferença da história antiga e da história moderna”<sup>132</sup>.

A antiguidade, sem os elementos de crítica e sem a soma de experiências da idade moderna, restringia a sua história às individualidades ou a certa ordem de fatos mais ou menos memoráveis [...]. O espírito moderno não encara a humanidade dentro de tão estreitos limites; ele a quer conhecer em toda a sua plenitude, e para esse fim estuda os fatos de todos os gêneros e analisa-os por todas as faces<sup>133</sup>.

A oposição entre *antiguidade* e *idade moderna*, aqui, não tem os contornos que usualmente se vê, pois *antigo* não é apenas o mundo greco-romano, mas também toda uma história da Europa, incluindo momentos recentes em relação ao texto. Isso porque a *antiguidade* ao se interessar pelas *individualidades* acabava por se restringir ao elogio de *fatos* ou *homens memoráveis*, na maior parte das vezes por feitos de guerra. Assim eram elogiados César ou Napoleão. A *história antiga* se caracterizaria para Araripe como sendo interessada em casos particulares, narrativas de feitos isolados.

O *espírito moderno*, pelo contrário, se dirigiria a uma noção de tempo amplo. Os seus *heróis* eram aqueles que deixavam uma marca positiva para a *civilização*, sendo eles, no argumento de Araripe, os homens que se dedicam à ciência ou que abrem mão de uma noção de autoridade individual, mantendo-se em um nível abaixo da *nação* e da *pátria*, subordinando-se sempre ao “bem comum”.

Existem duas dimensões de tempo no juízo que Araripe faz dessas duas concepções de história. A *história antiga* se dedicava aos feitos da guerra na medida em que tinha uma percepção restrita do tempo, observava apenas o *fato memorável* e ignorava as consequências dos atos e, sobretudo, a linha progressiva que constituía não um fato, mas o engrandecimento da *civilização*. A *história moderna*, pelo contrário, tendo consciência de que o desenvolvimento no tempo é mais importante do que feitos isolados, elogiava as conquistas da *indústria* e da *política*, dizia Araripe: “a indústria com seu espírito cosmopolita conquista sem exclusões; tudo cria sem nada destruir”<sup>134</sup>.

<sup>132</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. **Indicações sobre a história nacional**. 57 (90): 264, 1894.

<sup>133</sup> Ibid., 265.

<sup>134</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. **Indicações sobre a história nacional**. 57 (90): 266, 1894.

Assim, em sua diferenciação entre *história antiga* e *história moderna*, se César ou Napoleão não restituíram o poder às suas pátrias, e conquistando as *glórias da guerra* apenas trouxeram ruína aos seus povos, George Washington fez o caminho oposto: restituiu a autoridade que lhe fora conferida ao fim da crise. “Assim, foi na América que formou-se o modelo perfeito de patriota e da grandeza política”<sup>135</sup>. Araripe argumentava que aquele que deveria ser elogiado e assunto de biografia era o *patriota* que se dedica à *paz*. Sobre os feitos da guerra, dever-se-ia apenas destacar seus efeitos negativos.

Nessa diferenciação, expunha, pela imagem de *antigo*, uma história limitada que se interessa pelos sucessos individuais na guerra, onde o presente europeu, ainda marcado pela monarquia, era contrário à experiência americana, onde vigorava a república. Ao mesmo tempo, deixava claro que, em uma ambiência na qual vigorava uma personalidade sobre a vontade de um povo, em **Patriarcas da Independência** chamava quem fizesse isso de *tirano*, não havia espaço para o *sucesso*. Na diferenciação *antigo moderno* ficava claro que a *monarquia* se inscreveria no *antigo*, enquanto a república no *moderno*.

Assim, sua *história moderna* se prestava a dois usos: enquanto pedagógica, expondo *beneméritos* que servem à *instrução do povo*; e enquanto referência para se delinear e conhecer uma *história do povo* e da *civilização*, que faz aparecer o *instinto republicano* e o *movimento* irresistível de superação dos *privilégios*. Se no primeiro uso da *história moderna* se elogia *heróis*, cujos objetivos são a *paz* e a *ciência* – e que têm consciência de que a *república* e a *nação* estão em um plano superior a eles –, no segundo uso a história formula uma verdade, um consenso, pois, ao contrário da *história antiga*, que se limita ao elogio do feito, a *história moderna* deduz *leis* e revela os princípios da *evolução social*, sendo que o que aparece nesse tipo de procedimento não é a escolha de um indivíduo, mas uma verdade construída pelo conhecimento da história. Dizia Araripe:

[...] o ambiente do Brasil, vivendo nesse meio esplêndido e contemplando espetáculo tão majestoso, não pode receber impressões mesquinhas e deprimentes que toleram o regime do privilégio, onde o acidente fortuito do nascimento estabelece direito para

---

<sup>135</sup> Ibid., p. 278.

um ente privilegiado governar cidadãos, **a quem só a razão e a capacidade devem dirigir** (grifos meus)<sup>136</sup>.

É justo esta dimensão no singular da *razão* e da *capacidade* que faz com que aquilo que a história apresente tenha caráter de verdade – como o *instinto* pela república, por exemplo – como estratégia da formação de consenso para sua audiência na medida em que naturaliza, pela história, a escolha pela República. Se esse traço pode ser visto como uma ação política, uma forma de tentar legitimar a República, a consequência de lançar mão desse tipo de artifício é o silenciamento de toda uma vida ativa que agia pela República e ficava esquecida. A agressão à política se dá nessa anulação da ação, no uso do sentido da história para o esquecimento.

## Do passado para a República

Se a escrita de Alencar Araripe tem particularidades – como sua caracterização de *história antiga* e *história moderna* –, sua recepção da proclamação foi comum a de outros sócios e *memórias históricas* publicadas na RIHGB, caracterizando uma recepção na qual a república decorre de um passado. Retomando as palavras de Augusto Milton, não foi um *mero acaso*, mas *fruto de uma evangelização*. Assim, a história cumpria o papel de revelar um *instinto do povo* republicano, tendo os *movimentos* contrários à monarquia, da colônia ao Império, como provas desse *instinto*. Embora essas escritas fossem em menor volume se comparadas com a recepção comprometida com o elogio ao Império, não se deve perder de vista que o elogio à República se dava pela escrita da história, o que permitia que os textos saíssem do IHGB com maior facilidade do que discursos apresentados em sessões, onde a defesa do Império enquanto passado a ser resguardado se dava.

Assim, o elogio à República, por meio da construção de um passado que a justificasse, não se construía como uma questão particular à *nação*, mas de um

<sup>136</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. **Indicações sobre a história nacional**. 57 (90): 390, 1894.

movimento geral da história, era a *evolução social*. Essa *marcha*, situada em um plano superior às escolhas dos homens, anulava a questão “república ou monarquia”. Nessa recepção, a República não decorria das ações dos homens, o que aparece na medida em que muito raramente se comenta as experiências e referências do passado recente. A República nessas narrativas não tinha como marco 1870 e seu manifesto republicano, mas todo movimento de contestação da monarquia, como em Codoceira ou em Milton. Se na época já se falava em *republicanos históricos*, estes não ocupavam lugar na história da república<sup>137</sup>. O uso político da história era o de construção da verdade e do esquecimento.

Na outra recepção da Proclamação da República, desde as palavras de Joaquim Norberto, no momento em que se anuncia a *perda do protetor imediato*, ganhando contorno mais claro nas ações e discursos de Aquino e Castro – em seu movimento de aproximar o IHGB de uma nova república após 1895, agora com governo civil – afirma-se uma continuidade como se a forma de governo fosse questão secundária. Seja monarquia constitucional ou república, a *nação* era a mesma. Importava, assim, manter-se *neutro*, mantendo as convicções particulares fora do âmbito do IHGB, espaço das letras “onde não entra a política com as suas tergiversações e sutilezas”<sup>138</sup>. Nessa recepção a própria república acaba se situando em um plano inferior ao da *nação*, pois o compromisso com a *nação* deveria estar acima da convicção política. Nesse movimento, o passado a ser memorado era o Império<sup>139</sup>. Assim, a república, subordinada à *nação*, aparecia sem cores próprias, enquanto que os letrados, igualmente *modestos*, mantinham seus gestos de *distinção* herdados do Império.

Estas duas recepções da Proclamação da República fizeram parte de um debate mais amplo. Neste, onde o IHGB ocupa uma parte pouco discutida, fica a questão do papel da história na explicitação de projetos políticos, dizendo de outra forma, quais seriam os usos da história em uma república representativa. Se existe

<sup>137</sup> A expressão se consagrada em 1888 como oposição aos *republicanos de 13 de maio*. De um lado, estariam aqueles que desde 1870 defendiam a república, do outro, aqueles que se converteram à república após a *abolição*, lidos como republicanos de circunstância.

<sup>138</sup> MELLO, José Alexandre Teixeira de. **Relatório**. 53 (82): 561, 1890.

<sup>139</sup> RAFFARD, Henri. **Apontamento sobre pessoas e coisas do Brasil**. 61 (98): 5-67, 1898. Destaco especialmente a *Advertência* que antecede essa *memória* no compromisso de zelar pela memória do Império.

uma ampla bibliografia sobre os usos da história no Império, especialmente no Segundo Reinado e no compromisso com a construção de uma História para a *nação*, pouco se tem estudado os usos da história na condição republicana, onde a *nação*, por mais que muitos sócios do IHGB não o assumissem, tinha contornos muito diferentes daqueles do Império. A questão, porém, não será encarada por uma avaliação do contexto sincrônico, mas por um percorrer do *contexto linguístico* pelo qual se dava.

Afinal:

[...] a natureza e os limites do vocabulário normativo disponível em qualquer época dada também contribuirão para determinar as vias pelas quais certas questões em particular virão a ser identificadas e discutidas<sup>140</sup>.

Deve-se considerar que existia um *vocabulário normativo* preexistente no momento em que os letrados viveram a proclamação da república. Depois das palavras e conceitos pelos quais os letrados compreenderam a república terem sido percorridos – o que será feito pela leitura de escritas da história anteriores –, é que se fará uma avaliação mais clara do uso da história – pois estes usos são limitados e conformados pelo *vocabulário* disponível – e, ao mesmo tempo, as recepções da proclamação serão mais bem compreendidas. Isso porque tratar da recepção nos impõe tratar do *horizonte* que a conformou, mesmo que essa seja uma investigação que não chegue a um resultado rígido e claro.

Seja para compreender o uso da história na república, seja para definir de forma mais precisa as recepções da proclamação da república, percorreremos escritas da história anteriores.

---

<sup>140</sup> SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 12.

### 3 Horizontes e molduras

Até este momento da Tese, por duas falas de Joaquim Nabuco – **O dever dos monarquistas** e **A República é incontestável** – defini uma tipologia: duas recepções da República. Na primeira, de um Nabuco de 1895 envolvido com a escrita de **Um Estadista do Império** e recém sócio do IHGB, a República aparecia por uma comparação com o Império. Desta comparação a República saía sem força, sem raízes no solo nacional, como se forjada pela primazia da ideia de novidade construída pela expectativa equivocada de que o passar do tempo conduz necessariamente à melhora, o que Nabuco chamava de *neocracia*. Segundo essa posição, a República não tem cores próprias, nem apelo entre os brasileiros; pelo contrário, a Proclamação, aqui, aparece como uma cena vazia representada para um público apático; mais do que uma questão da forma de governo, Joaquim Nabuco identificava como problema da sociedade brasileira a ausência de “pressão social”.

Em 1906, porém, já a serviço da República como diplomata, envolvido diretamente com a vida do Estado, Nabuco se mostrava com outra posição. Nesta, a história não era a comparação entre Império e República, mas a confiança de que a permanência da República e o seu sucesso eram uma comprovação de que era **incontestável**. A República aparece agora com uma roupagem própria, sendo *americana*, avessa ao *velho mundo* onde a guerra é uma constante. A *América*, a *república* a qual Nabuco se dirige e elogia é – mais uma vez na história deste continente – um *novo mundo*, onde o *privilégio* – que em 1895 era positivo – não tinha lugar.

As duas posturas frente à proclamação da República então ficam assim sintetizadas: 1) de um lado, o Império aparece como uma sombra que encobre a

República, muito embora não se transformasse em uma ação política direta: essa postura não se converteria diretamente em uma tentativa de *restauração*, em uma luta pela volta de D. Pedro II; 2) de outro lado, temos uma *América republicana*, onde a ideia de *privilégio* deixava de ser lida em seu sentido *antigo* – o *privilégio* como o *dever* do qual Nabuco falava em 1895 – para ser um *privilégio* que devia ser combatido, o domínio de um sobre todos, a *tiranía*.

Essa tipologia inicial foi feita para apresentar o quadro amplo do qual o IHGB fez parte e dar sentido ao interesse que nos dirigiu inicialmente a esse Instituto: a experiência da perda do futuro; a perda da expectativa de um terceiro reinado que se desfaz com a proclamação da República.

A sociabilidade dessa instituição mostrou que a posição política dos seus letrados não deriva de uma *filosofia política* e não se deduz exclusivamente de seus discursos, mas de uma postura, *modesta* e *distinta*. Nesta, importa tanto a forma, o local, o *gesto*, quanto o que se diz. A política estava no corpo e na palavra.

Para esses sócios, ser letrado era se manter *modesto* perante o objeto que tratavam, *modestos* por lidar com a *Nação* que lhes era superior, ao ponto do *dever* impor a anulação de suas convicções particulares. Estas deveriam ser postas de lado para que a *paixão* não ganhasse espaço. Eles deveriam se manter nos domínios da *razão*. É dentro dessa postura – da neutralidade e distância do que está “fora”, do mundo do *ruído* – que se deve compreender a posição política da ambiência letrada do período.

Ao mesmo tempo, por terem o *direito* de se dirigir à *nação*, fica clara a *distinção* daqueles que ali estavam. *Distinção* desde o sentido mais evidente, do *gesto*, do *corpo*, do tom da *voz*, até o *dever* de se dirigirem à *administração* enquanto homens da *ciência*. No IHGB questões sobre o território, as *nações indígenas* e a história eram discutidas sem que, mesmo em divergência, existisse qualquer *ruído*. Os sócios do IHGB sempre se mantiveram em um âmbito de controle da *voz*, de seu volume e, sobretudo, de sua *audiência*. *Distintos* não eram apenas aqueles que falavam, eram também aqueles que ouviam.

No quinquagenário, em 1888, a expectativa da continuidade do terceiro reinado apareceu em uma situação nova: a *abolição*. Esta abria para um conjunto

amplo de questões – como os debates nos quais a *abolição* por si só não seria suficiente, sem medidas como a reforma agrária – que, com a República, acabaram por ser postas de lado, foram *abolidas*. Esse sentido de anulação dos debates a respeito da *abolição* – que os sócios do IHGB não comentavam – talvez fosse positivo para os seus letrados. Todavia, a República não foi, inicialmente, uma zona de conforto para eles.

A *perda* do protetor imediato, entre os sócios do IHGB, levou a uma preocupação direta com a continuidade do próprio Instituto. A postura que os sócios adotaram em defesa do Instituto servia, ao mesmo tempo, como defesa dos próprios, pois tanto o IHGB quanto seus sócios eram vistos com suspeitas nos primeiros anos da República, marcados por diferentes conflitos e por uma atmosfera na qual, mesmo que fosse pouco provável, a restauração era temida.

Assim, afirmar-se como instituição *meramente literária* sem vínculo *partidário*, como se não tivesse uma inclinação política, mas uma dedicação ao “renome nacional”, à *voz*, à *paz* e à *ciência* funcionava como defesa tanto da continuidade do IHGB quanto dos sócios que temiam ser acusados de restauradores.

A primeira recepção da proclamação da República foi feita a partir da posição de *gratidão* em relação ao protetor deposto e, diria Nabuco – que nesse momento se tornara sócio do IHGB – de *dever* pelo “zelo do renome nacional”. A suposta neutralidade era uma ação direta no presente em uma disputa pelo passado. Os sócios do IHGB tomavam parte em um cenário amplo onde, pelo menos na cidade do Rio de Janeiro, Tiradentes pode ser destacado como um exemplo.

Enquanto republicanos o tinham como mártir da República, uma prova de que a monarquia tende necessariamente à tirania, sendo o *privilégio* o governo de um sobre muitos, Joaquim Norberto – entre outros que participaram do centenário de Cláudio Manoel da Costa no IHGB – o apresentava como cristão, como homem que perdoara o próprio carrasco e, no arrependimento, deixava de ser *mártir* da independência.

O caso é que os sócios do IHGB não estavam todos do mesmo lado nessa disputa. Seus sócios não se mantiveram apenas em uma defesa do Império como passado; letrados como Aristides Milton e Tristão de Alencar Araripe escreveram

uma história na qual a República aparece como a verdadeira face nacional e atuaram ativamente em favor dessa República. Tristão de Alencar Araripe substituiu Rui Barbosa como ministro da fazenda. Assim, se de um lado a defesa do Império como passado nacional a ser preservado enfraquecia as cores republicanas, alguns sócios trabalhavam para realçá-las, demonstrando outros usos para a história sob o novo regime.

O uso político da história, no elogio à república como verdadeira face nacional, é a construção da verdade como anulação da escolha. A estabilidade da verdade ao fazer rígido o curso da história limita a ação, eliminando inclusive o próprio passado recente que de fato atuou pela República. A produção da verdade se dá por uma operação historiográfica específica, na qual a *natureza da nação* é definida como uma essência: nessas *memórias históricas* o tempo não constrói a República, o tempo a revela. Porém, nesse movimento, limita a necessidade de pensar o que é a República e o que é a opção pela República.

O que vai ser investigado, neste capítulo, são o *horizonte* e as *molduras* disponíveis às duas recepções da República. Compreender o que constituía o olhar, as *molduras*, observar por quais elementos são constituídas unidades, o que as delimita. Pois algo faz com que dos acontecimentos que se sucedem alguns sejam considerados eventos enquanto outros ficam esmaecidos, sem identidade. Nesse caminho, de volta a usos anteriores do vocabulário que vimos em uso nos anos próximos à Proclamação da República, o horizonte a partir do qual ela foi percebida será compreendido, assim como as possibilidades de uso da história na República, especialmente na formação de molduras para a compreensão da ação.

O sentido de delimitação que o termo carrega – a moldura limita o que o olhar – traz esta questão consigo: os usos da história na República. Vigora em um dado presente um **vocabulário normativo** que circunscreve as possibilidades do dizer – pois aquele que fala não tem controle sobre o vocabulário, mas sobre o seu uso – e, assim, da ação. Para expor o vocabulário normativo, o que faremos é percorrer momentos anteriores ao seu uso. Porém, ao se dirigir àquilo que modela certos acontecimentos como eventos, refaremos o percurso de Gumbrecht, em **As funções da retórica parlamentar na Revolução Francesa**, o que significa uma aproximação

inicial com uma leitura pragmática da linguagem – o que se mostra em um interesse pelo “motivo-para-que” – que se desenvolve em uma investigação sobre um “motivo-por-que”.

Convencione-se entender por motivos de ação apenas os motivos dos quais o ator tem consciência. Nós vimos, porém, que esses motivos-para-que surgem a partir de vivências precedentes e de sua transformação em experiência. É exatamente essa a condição de constituição que Schültz chama de ‘motivo-por-que’. É a partir dele que o nosso conceito de situação, inicialmente direcionado apenas para a situação comunicativa, é ampliado pelo seu passado<sup>141</sup>.

É na ampliação da situação comunicativa por seu passado que por ora nos deteremos. Em certa medida, o percurso já foi experimentado na leitura de Tristão de Alencar Araripe, quando sua escrita sobre a Proclamação da República foi lida por sua escrita sobre a Proclamação da Independência (Capítulo 1). O que faremos neste capítulo é ampliar este percurso, ou seja, percorrer outras escritas para compreender as recepções da Proclamação da República, o que é relevante por terem um vocabulário comum e construir unidades – eventos – por procedimentos próximos.

É necessário destacar que a tentativa de percorrer um horizonte não deve ser entendida como a busca por uma homogeneidade ou correspondência imediata – como se as escritas sobre a Independência tivessem determinado uma recepção da Proclamação da República –, pelo contrário, horizonte é o conjunto variado de possibilidades de sentidos que um passado oferece a um presente. Como esse conjunto não é definível, o que se pretende mostrar é como a escrita da história modela a si própria, na medida em que conforma um horizonte ao mesmo tempo em que conforma uma experiência.

Tratando de um exemplo já lido, poderíamos exemplificar essa proposição a partir das várias leituras de Tiradentes no interior do IHGB. A imagem que Joaquim Norberto fez, ao fim do Império, de Tiradentes, parte de um horizonte próprio. Se para Olegário Herculano de Aquino e Castro era possível, em 1878, apresentar Tiradentes como “protagonista ousado de uma ação grandiosa”<sup>142</sup>, a imagem de Joaquim Norberto de Tiradentes operava em uma disputa, onde ficava claro que as

<sup>141</sup> GUMBRECHT, Hans Ulrich. **As funções da retórica parlamentar na revolução francesa**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003, p. 30.

<sup>142</sup> CASTRO, Olegário Herculano de Aquino e. **Biografia do Conselheiro Manoel Joaquim do Amaral Gurgel**. 41 (57): 267, 1878.

cores da Independência poderiam ser usadas quer pelo Império, quer por republicanos – um *mártir* da luta contra o *despotismo*. Não é sem razão, então, que Norberto vai, nessa disputa, investir na imagem de outro participante da conjuração mineira: Cláudio Manoel da Costa.

Quando Tristão Alencar Araripe relembra, após a Proclamação da República, os usos de Tiradentes na “campanha pela República”, afirmava: “os serviços póstumos das vítimas de despotismo têm valor incomparável”<sup>143</sup>. O horizonte não era mais o mesmo, Tiradentes aparecia, sobretudo, como aquele que desafiava o *despotismo*. A *conjuração mineira* não cabia, sob a República, em uma história da Independência em direção ao Império. O que se deveu – sobretudo – ao uso de Tiradentes por republicanos antes e, o que se fortaleceu, após a Proclamação da República. O que era horizonte, comportando até mesmo uma disputa entre os personagens da *conjuração mineira* – Manoel da Costa ou Tiradentes –, tornara-se experiência, ganhando um sentido restrito: a *conjuração* como passado apresentava vítimas da *monarquia*, passava a ser testemunho da tendência deste regime ao *despotismo*.

O que fizemos por meio deste pequeno exemplo será ampliado nas escritas da história anteriores à Proclamação da República. Neste movimento também iremos tratar de uma produção pouco frequentada, uma vez que os estudos sobre o IHGB se concentram mais nos seus primeiros anos de vida, quando as discussões se centravam mais em como escrever a história, do que na escrita propriamente<sup>144</sup>.

<sup>143</sup> ARARIPE, Tristão Alencar de. **Movimento colonial na América**. 56 (88): 103, 1893

<sup>144</sup> A geração de 1870 do IHGB vai ter uma postura distinta daquela próxima à fundação, quando as discussões centravam mais em como escrever história – como nos mostra a Dissertação de Fabiana Dias em sua análise detalhada dos Programas de História do Instituto – do que sobre a escrita propriamente. Existe um motivo para essa mudança, diz a historiadora Lúcia Pascoal Guimarães: “Sintomaticamente, à proporção que a geração dos fundadores desaparecia, o ‘véu pudico’ que encobria o passado imediato do Império começou a ser levantado” (1995). O afastamento do ocorrido se tornava motivo para falar do que havia acontecido. Ao mesmo tempo, aqueles que participaram não estavam mais lá. A ausência do duplo constrangimento – frente à *paixão* e aos atores que viveram o momento sobre o qual se escreve – se somava ao programa de preservação da *memória* dos *beneméritos*. Lúcia Guimarães (1995), ao avaliar a produção do IHGB, de sua fundação ao fim do Segundo Reinado, destaca justamente como autores de *memórias históricas* Manuel Duarte Moreira de Azevedo, Tristão de Alencar Araripe e o cônego Fernandes Pinheiro, autores cuja produção – com exceção das biografias – terá boa parte percorrida a seguir. Se concordamos com Lúcia Guimarães neste diagnóstico, no qual a autora destaca um aumento da produção de *memórias históricas* nessa geração, discordamos quanto à compreensão desta de que a postura do IHGB foi de se manter apenas em uma ação de *coligir* os documentos para uma *memória nacional*. Não é pelo Instituto não ter

### 3.1

## O passado enquanto anarquia

### A Rua e a voz

O primeiro conjunto de *memórias históricas* a que nos dirigimos trata especialmente das regências. Existe uma razão para essa escolha: a semelhança entre o vocabulário usado nas recepções da República e o vocabulário em jogo nas *memórias históricas* sobre as regências. A semelhança não é aleatória, pois nas *memórias* entra em jogo o vocabulário de que esses homens dispunham para compreender o que eles chamariam em um momento de *anarquia*. O momento no qual República foi proclamada era marcado por incertezas; afinal, era uma *regência*.

O que por vezes se deixa de lado é que a República depõe o governo regencial da Princesa Isabel. Aqueles que viam a República acontecer já estavam em uma regência. A particularidade dessa circunstância, porém, não é compreensível no interior de um Instituto onde a *voz* não reconhece a vida ativa da Rua. Em um momento extremamente vivo, no ano de 1888, o IHGB comemorava seu quinquenário sem se deixar mobilizar pelo *ruído* (capítulo 1).

Fora do IHGB e, assim começamos a pontuar certos debates da Rua – o que é necessário para ter controle do contexto no qual nos movimentamos – não existia, porém, uma linha contínua ou uma postura rígida tal qual a *modéstia* e *distinção* dos sócios do IHGB. Na Rua se dava a ação no seu sentido efêmero. Mesmo debates constantes desde 1880 – como república e abolição – não mantinham uma diretriz única. A vida da Rua é marcada por debates circunstanciais, que, mesmo quando se

---

produzido uma “história geral do Brasil” que se deve compreender as suas ações apenas como um arquivamento. As escritas da história desses letrados ocuparam as páginas da Revista e tem força na sua vida.

pretendiam nacionais – como em Silva Jardim<sup>145</sup> – partem da dimensão particular, específica do local e audiência ao que se dirigem para depois chegar à *nação*. Silva Jardim era hábil em traçar de uma questão particular a necessidade de afirmar a República nacionalmente, em suas falas no Rio de Janeiro ou em suas viagens.

A voz da Rua aparece – em periódicos como **A Gazeta de Notícias** – como interessada por questões particulares, sem se dirigir necessariamente ao “bem comum”, algo bastante diferente da postura dos sócios do IHGB<sup>146</sup>. O que não deve ser entendido como uma fraqueza ou ausência de penetração; pelo contrário, a “revolta” do vintém – gerada pelo protesto contra um imposto sobre o uso do bonde –, de grande mobilização, nasceu de um debate pontual contra a lei que estipulava o novo imposto e, de forma mais geral, da forma excessivamente autônoma que a *administração* vinha agindo na vida da cidade que, por sua vez, respondia em ironia<sup>147</sup>.

Um dos debates específicos, como usualmente aconteciam em jornais, demonstra o que era e como era lida esta condição regencial anterior à República: era constante a tensão provocada pelas *moléstias* do Imperador. Enquanto uns se alarmavam sobre seu estado de saúde, outros exaltavam as suas melhoras, sendo que as duas podiam virar, cada qual ao seu modo, uma ironia<sup>148</sup>.

<sup>145</sup> Sobre Silva Jardim, ver: QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Paixão e morte de Silva Jardim**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967; HARDMAN, Francisco Foot. **Silva Jardim: A República e o Vulcão**. São Paulo: Estudos Avançados, 1998, p. 277-288.

<sup>146</sup> Além da pesquisa na RIHGB, para conhecer a cidade onde a vida dos sócios acontecia, pesquisamos um conjunto de periódicos. No caminho da pesquisa escolhi focar no **Jornal do Comércio**, **O País** e **Gazeta de Notícias**. O **Jornal do Comércio** traz um certo tom de discurso oficial sem perder a polifonia que é a marca principal de **O País**. Em ambos, porém, existe uma espécie de “olhar por de cima” das questões, no qual o “bem nacional” era uma prerrogativa constante, mesmo que às vezes aparecessem outras. **A Gazeta de notícias**, ao contrário, era aberta à cidade, à fala da Rua, ao *meeting* e, o que é muito sintomático, ao anonimato. Era um periódico para ser lido em voz alta, com vocativos e exclamações. Ao longo da Tese, especialmente no terceiro capítulo, esses periódicos aparecerão com mais frequência do que a RIHGB.

<sup>147</sup> Ver, por exemplo, a tensão entre a câmara municipal e o ministério, discutida por Graham (2011).

<sup>148</sup> O uso da ironia nesse momento é um dos elementos pelos quais Chaves de Mello, em **A República Consentida**, demonstra que não foi apenas na juventude militar ou nos clubes positivistas e maçônicas – referências comuns para aqueles que estudam a afirmação e construção da República – que a República se afirmou; mas também na Rua, em um debate cotidiano sobre assuntos pontuais que não necessariamente estavam relacionados diretamente a um projeto político explícito. Foi neste tipo de comportamento que as bases da *direção* que organizara o Império foram enfraquecidas. O riso, nesse sentido, não era o artifício do *bilontra* – como quis José Murilo de Carvalho em **Os Bestializados** – mas um comportamento próprio da ambiência fin du siècle.

O espírito boêmio, os traços de flâneur em diferentes homens que atuavam em periódicos, cafés, festas, letras e ruas, não produz um ambiente sem consciência de seu momento; pelo contrário, a ironia

José do Patrocínio, em sua **Gazeta de Notícias**, insistia em diversos momentos, e com constância a partir de 1887, na necessidade de publicizar a condição de saúde do Imperador, tendo por alvo de crítica diferentes dirigentes do Império, mas com alguma predileção o Barão de Cotegipe. Nas suas falas, D. Pedro II propriamente não era criticado, mas a conduta daqueles que o cercavam. Embora a *monarquia* não fosse necessariamente o alvo, suas bases eram enfraquecidas por críticas às ações do ministério.

Essa discussão sobre a saúde do Imperador, que também aparecia no **Jornal do Comércio**, deixava claro quanto – no mundo da Rua – a vida do Império estava associada a do Imperador e, sobretudo, como a circunstância regencial era lida: um momento instável. Patrocínio chamava sempre de irresponsável ocultar a verdade, como se no caso de uma morte súbita de D. Pedro II uma convulsão social fosse inevitável.

Esse tipo de discussão, em princípio sem uma associação a um projeto político explícito, exemplifica o que chamamos de ação efêmera e sua natureza política que não reafirma necessariamente um projeto para a *nação*, partido ou bandeira a cada passo; mas um compromisso de atenção intensa com o presente.

---

só faz sentido em contraste com algum tipo de compreensão do meio social ao qual se dirige, compreensão esta partilhada entre autores e leitores. A **Estrutura social da República das Letras**, referência que incorporei pela leitura de Chaves de Mello, mostra justamente a formação de um perfil social próprio no universo da Rua, aberto a homens de diferentes lugares, formações e mundos. Não há como nessa ambiência definir ou deduzir a partir das condições sociais herdadas as condições atuais dos homens que viveram sob a regência da Princesa Isabel. Não era por serem filhos de libertos, escravos ou proprietários que se saberia qual comportamento teriam. As disponibilidades do dizer na Rua eram variadas – mesmo que o Estado e certos espaços instituídos de vida letrada como o IHGB o lessem como *ruído* – assim como aqueles que falavam. Era possível ainda que um mesmo homem estivesse em locais de fala variados, dependendo do momento, talvez até, como é comum na boêmia, da hora do dia.

A vida da Rua mantinha os traços da vida ativa, na qual a verdade não é a construção de uma referência estável, onde a política não é a definição de uma conduta perene, mas uma manifestação efêmera de uma presença. Não sem razão, os encontros, os *meetings*, quase sempre terminavam em manifestações na Rua, onde mais importava a impressão do que se dava – a presença – do que o que se dizia, se convertendo, aliás, em debates constantes em jornais desse momento, desde **O país**, que os elogiava, ao **Jornal do Comércio** que mantinha publicações contrastantes, ora criticando-os, ora enaltecendo-os. Os *meetings*, assim, produziam um efeito na Rua, uma ação focada em um momento, um oposto da *voz* do IHGB que se pretendia perene e era endereçada aos *distintos*. A *voz* da Rua falava a quem estivesse ali para ouvir. O que se espalhava enquanto notícia era que ocorreu um *meeting* onde Lopez Trovão falou contra o vintém, sem que para isso fosse necessário todo o esforço de registrar cada detalhe de sua fala.

Esta “ambiência de incerteza” aparecia também em uma questão que movimentava o periódico desde 1887: a *abolição*.

É que o governo só tem um interesse: a escravidão. Por ela cruza os braços perante todos os mais graves problemas da pátria, e a medida que sacrifica o Imperador, atira a Regência ao desconhecido<sup>149</sup>.

O uso da expressão “atira a regência ao desconhecido” é justo o que se quer destacar. A ambiência era uma atmosfera de tensão. A *abolição* era, nos discursos da **Gazeta de Notícias**, uma das medidas necessárias para manter a *ordem* e o *progresso*. Sem fazê-la, o governo “atirava a regência ao desconhecido”. Até 1888, a *abolição* foi um dos motivos de crítica mais direta ao Império. A *abolição* era **motivo** que movimentava a crítica que nascia de comentários inicialmente específicos, seja a uma publicação oficial ou a uma viagem da família real – quando se dizia que a família real estava mais preocupada com viagens do que com a *escravidão* –, que depois assumiam o corpo de uma crítica geral ao Império. De uma forma geral, duvidavam se o Império seria capaz de fazê-la.

A pressão da Rua, onde *abolição* e *república* começavam a se associar enquanto descrédito de que o Império seria capaz de realizá-la, não era; porém, uma surpresa ou quebra necessária com o regime ainda vigente. A crise é prevista para acontecer na sucessão. O que talvez faltasse era um aparato conceitual eficiente para a compreensão da vida da Rua.

O que fica mais claro quando se observa que ao lado da saúde do Imperador, o uso da violência – especialmente da polícia e de homens contratados por ela – gerava uma constante crítica. A violência é impensável em uma ambiência estruturada pela ideia de autoridade. Na vida da Rua, em meio ao que os sócios do IHGB chamariam de *ruído*, as próprias forças do Estado agiam em um sentido contrário ao suposto de se dar em uma monarquia, pois o uso da violência, ao invés da *força moral* do monarca, é um enfraquecimento da coroa como elemento de organização social. A violência minava a autoridade do Rei<sup>150</sup>.

<sup>149</sup> **Gazeta de Notícias**. 29 de outubro de 1887.

<sup>150</sup> ARENDT, Hanna. **O que é autoridade?** In: Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 127-187.

Esta oposição entre violência e autoridade é feita na discussão de Arendt no momento em que a autora marca a distinção entre autoritarismo e totalitarismo. Se por vezes estes conceitos se confundem, diz Arendt, é necessário marcar a distância entre a autoridade e o totalitarismo para a

A moral se transformava em meio a estes e outros debates, passando a ser centrada no indivíduo, e não na condição de súdito. Deixava claro que a sociedade passava a ter uma nova unidade básica; o corpo do Rei deixava de ser, gradativamente, o corpo da *nação*, na proporção que a sociedade passava a ser dos indivíduos. Não que existisse um elemento de igual força neste momento, a questão não é a troca da Coroa pela República, a questão é a mudança de uma cidade de súditos – onde não há liberdade individual extremada, mas o *dever* de *servir* – para uma sociedade de indivíduos.

A crítica moral ao uso da violência da polícia tem sentido explícito, o de impor um limite à ação do Estado no espaço individual. A mesma crítica moral era feita ao vintém. O som da Rua não era um *ruído*, mas uma *voz* que constantemente afirmava mudanças, inclusive no entendimento do papel dos indivíduos e do papel do Estado.

Com isso não se está dizendo que todos se tornaram republicanos. A questão não diz respeito a posições sobre formas de governo, muito menos resultava em um comportamento homogêneo. Mas um conjunto de ações que não foram fracas apenas por terem sido efêmeras. Uma ironia tem a duração do sorriso que ela inspira.

Apenas reforçamos a ideia construída em **A República Consentida** de que pelas tensões cotidianas as bases do Império, a *direção* que o havia constituído, eram corroídas. Ao mesmo tempo, perguntamos se não foram as mudanças na vida da cidade, e não na vida do Estado, o que fomentou estas ações.

A regência da Princesa Isabel era uma estratégia do Império, uma tentativa de amenizar a crise de sucessão que não atentava, porém, para a transformação da vida cidade<sup>151</sup>. A pergunta, neste sentido, não é sobre a crise do Império, mas sobre que tipo de cidade era esta em movimento autônomo e que Estado era esse desinteressado

---

compreensão da crise da autoridade enquanto uma das marcas da modernidade. A autoridade depende de um plano superior em alguma medida inquestionável, porém a razão moderna rompeu com o primado da religião e, em seu movimento de crítica, fez dela mesma um objeto de reflexão. A falta da autoridade conduziu a uma crise que não tem resposta no mundo moderno. O totalitarismo aparece como uma força de contenção desta crise que não a soluciona. A violência apenas reafirma a falta de autoridade e, principalmente, de coerência nas relações sociais. Onde há violência, não há política, não há coerência.

<sup>151</sup> Entre referências possíveis, o texto de Cardoso, **Dos governos militares a Prudente de Morais**, sintetiza muito bem estas transformações da vida da cidade de um ponto de vista amplo, da regência de Isabel até o governo civil de Prudente de Morais.

em conhecer este movimento. A história do Estado em transformação e da cidade em movimento, por vezes, parecem ser histórias paralelas, certamente em contato, mas ainda assim paralelas, no mínimo parece que falavam por vocabulários distintos.

Esta referência à circunstância em que se deu a República, ao período regencial sob a regência da Princesa, coloca em cena, também, uma experiência temporal específica, a qual, diria Koselleck<sup>152</sup>, não extraordinária. Pois um elemento que aparece como cíclico – as crises de sucessão nas monarquias – abria espaço para algo novo. A recorrência não anula, pois, a novidade. Não existe, *a priori*, antagonismo entre tempo cíclico e tempo linear. O exemplo de Koselleck – que se encontra em uma cotidianidade – é o do carteiro que no seu movimento recorrente de distribuir cartas entrega a notícia de um falecimento.

Esta superposição de tempos, o novo sobre o cíclico, é um contorno próprio para o contexto da proclamação, pois toda a vida ativa da Rua que se deu na regência de Isabel era, pelo menos até certo ponto, esperada. As regências e sucessões são, para estes homens, momentos de incerteza. A República nascer deste momento, porém, aparecia como novidade, uma ação inesperada. Permanecia porém esta superposição entre o cíclico e o novo, pois se a República era novidade, o vocabulário que ela mobilizou era uma herança.

Mesmo para aqueles que, como Silva Jardim, diziam que a república era inevitável, que ela se daria no centenário da Revolução Francesa e assim, ao invés de experimentar a perda de um futuro, viveram a vitória; mesmo para estes homens, o que se deu após a proclamação não foi o que se previa<sup>153</sup>. O governo provisório de Deodoro também foi um momento de incertezas.

Poderia-se esperar que a crise de sucessão fosse resolvida pela República, mas o caso é que não ela era apenas uma crise de sucessão, mas uma dissonância, resultado do encontro de vozes em tensão: da cidade; e do Estado. Não é de espantar que a violência continuasse a ser um recurso do Estado. É como se houvesse uma simetria entre os momentos: a regência de Isabel, pela natureza de ser uma circunstância passageira, era suposta de ser instável e assim a distância entre vida do

---

<sup>152</sup> KOSELLECK, Reinhart. **Los estratos Del tiempo**: sobre la historia. Barcelona: Paidós, 2001.

<sup>153</sup> Ver MELLO, Maria Tereza Chaves. A República e o sonho. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 27, n. 45, p.121-139, jan./jun. 2011.

Estado e vida da cidade permanecia sem chamar atenção; o mesmo se pode dizer do governo provisório, que era como uma regência, era suposto de ser provisório. A vida ativa da Rua, porém, não termina com estabelecimento de um governo eleito. Era como se a ambiência regencial se perpetuasse.

Embora regência não fosse uma definição possível na República, as palavras que estavam em jogo no início da República eram aquelas em jogo na regência de Isabel. O caminho para conhecer este vocabulário, porém, não serão os periódicos, que na maior parte das vezes tem este caráter pontual. O caminho para compreender este vocabulário em jogo no início da República (e depois com força em Campos Sales) e na regência de Isabel são, nesta Tese, as *memórias históricas* desta geração de 1870 sobre as regências, onde apareciam justamente: a necessidade de manter a *ordem*; os *partidos* como fomentadores das *paixões*; a *razão* (no singular, necessariamente) como referência à *lei* e ao *Estado*. Assim como tantos outros – que por vezes são lidos exclusivamente como princípios positivistas ou republicanos encobrando continuidades – eram termos já em uso no Império e com sentido claro nestas escritas da história. Se as circunstâncias eram outras, porém, as possibilidades de uso das palavras eram muito próximas.

As *memórias históricas* do IHGB, talvez até mesmo por obedecer aos princípios da instituição e do comportamento *modesto* e *distinto* de seus sócios, expõem este vocabulário em jogo na regência de Isabel e no início da República – vigorando até mesmo o governo de Campos Sales.

### 3.2 A escrita de Moreira de Azevedo

Saindo da ambiência do que os sócios chamavam de *ruído* e voltando à *voz*, realmente a geração de 1870 teve um perfil próprio na produção da RIHGB. “Sintomaticamente, à proporção que a geração dos fundadores desaparecia, o “véu pudico” que encobria o passado imediato do Império começou a ser levantado”<sup>154</sup>. Essa citação, da historiadora Lúcia Guimarães, associa o interesse pelo passado, ainda recente para o Império, a um constrangimento que diminuía “à proporção que a geração dos fundadores desaparecia”, sugerindo que antes havia certo pudor em relação ao assunto.

De fato, como constata a autora, apenas após 1860 o passado recente do Segundo Reinado começava a ser tema das *memórias históricas* dos sócios do IHGB. Não sem razão, além dos constrangimentos que poderiam se dar no caso de certas passagens serem recordadas (como a oposição à maioria de D. Pedro II que alguns sócios do IHGB talvez tivessem feito), o passado recente do Império nem sempre fora harmônico. No caso das *memórias* sobre as regências, a *anarquia* como moldura foi uma constante.

Se em 1831 a nação ergueu-se, sustentou a sua autonomia, protestou pelas liberdades públicas, se o patriotismo expandiu-se, se os brasileiros resolutos, firmes, inflamados de amor pátrio reagiram contra a marcha governamental, também caiu o país em anarquia, e houve conflagração de ideias, de sentimentos que originaram contendas, lutas e sedições<sup>155</sup>.

Essa citação é o primeiro parágrafo de uma *memória histórica* de Moreira de Azevedo, impressa na Revista do IHGB de 1874, que esboça o tom pelo qual esses anos foram narrados nas *memórias históricas* e em discursos de sessões regulares ou aniversárias. O percurso deste capítulo encontra, assim, outro ponto de apoio: os

<sup>154</sup> GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial**. 1995.

<sup>155</sup> AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. **Sedição Militar de julho de 1831 no Rio de Janeiro**. (37) 49: 179, 1874.

olhares sobre 1831 como caminhos para a compreensão de um vocabulário em jogo quando a regência e, com ela, a incerteza estão em cena. Isso porque:

A leitura da história enquanto legitimação do presente, carregada, portanto, de sentido político, é sem dúvida um aspecto importante do projeto historiográfico do IHGB. O historiador, na qualidade de esclarecido, deveria indicar o caminho da felicidade e realização aos seus contemporâneos: fiéis súditos da monarquia constitucional e da religião católica<sup>156</sup>.

Essa qualidade da historiografia do IHGB, que o historiador Manoel Salgado comenta, dá sentido ao interesse por 1831 na produção desses letrados. As escritas da história sobre as *regências* serviam a este sentido *pedagógico*: mostrar a crise que se deu pela perda de um centro político justificava a necessidade de se manter e lutar pela continuidade de um centro. As regências ensinavam o “caminho da felicidade” pelo avesso, pelo que não se deveria fazer ou deixar voltar a ocorrer, de uma forma geral, como evitar o retorno da *anarquia*.

Entre os sócios do IHGB que escreveram sobre esse passado recente, destaca-se Manuel Duarte Moreira de Azevedo como autor de referência. O Dr. Moreira de Azevedo (como assinava seus artigos na Revista) não só foi o sócio que mais escreveu *memórias históricas* entre os anos de 1870 a 1890, como foi o que mais se dedicou ao estudo das regências<sup>157</sup>. O início da leitura de sua escrita sobre as regências dá-se em uma data que Azevedo reafirma em boa parte dos primeiros parágrafos de suas *memórias históricas*.

Em 7 de abril [de 1831] a nação quebrou os últimos anéis da corrente que parecia trazê-la ainda presa ao reino europeu; a monarquia nacionalizou-se, os estadistas brasileiros começaram a trabalhar, tendo só em vista os negócios do novo Império<sup>158</sup>.

<sup>156</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 17, 1988.

<sup>157</sup> “Das 92 monografias impressas no período de 1838-1889, 37 foram escritas por eles [Moreira de Azevedo, Cônego Fernandes Pinheiro e Tristão de Alencar Araripe]. O que em termos percentuais corresponde a aproximadamente 40% daquele total. Fernandes Pinheiro Contribuiu com 15 textos, Moreira de Azevedo com 17, e Alencar Araripe com cinco, durante o período estudado” – GUIMARÃES, Lucia Maria Pascoal. **Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial**. 156 (388): 586, 1995. Entre os anos 1870 a 1890, o passado recente foi comentado por: Manuel Moreira de Azevedo com onze artigos; Tristão de Alencar Araripe com quatro artigos; Alves Sacramento Blake com dois artigos; cônego Fernandes Pinheiro e Pereira de Alencastre com um artigo cada.

<sup>158</sup> AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. **Declaração da maioria do Imperador em 1870**. 42 (58): 5, 1879.

Essa abertura, o dia 7 de abril de 1831, é comum à maioria de suas *memórias históricas* sobre as regências. Nesse sentido, a forma das *memórias* é uma referência importante. Introdução, desenvolvimento e coda é a forma constante. Sendo assim, tomando essa citação como exemplo, o dia 7 de abril de 1831 é um marco inicial, o dia em que algo mudou e nunca mais voltou a ser, o dia em que “a nação quebrou os últimos anéis da corrente que parecia trazê-la ainda presa ao reino europeu”. “Estavam os brasileiros unidos no altar da pátria, e imenso era o regozijo porque nem uma nódoa de sangue tingia o estandarte da liberdade; não se contavam vítimas, e esplêndida era a vitória”<sup>159</sup>. Uma *vitória sem prejuízos*, uma *vitória brasileira*, era assim que Azevedo se referia ao 7 de Abril de 1831, marcando uma distância entre o reino do Duque de Bragança (Azevedo não o chamava de D. Pedro I nessas *memórias*) e o novo momento que começava. Afirmar 1831 era afirmar um “novo Império”.

Os dias que se seguiram a essa data singular, no entanto, não foram de tranquilidade: Moreira de Azevedo narrava *motins*, *sedições* e *revoltas*<sup>160</sup>. Por essas narrativas, Azevedo conferia sentido a esse passado, afirmando ou lamentando escolhas feitas naqueles anos. Assim, além da singularidade conferida ao dia 7 de Abril, essas *memórias*, embora tratassem de acontecimentos pontuais, compartilhavam um contexto, causas e atores. O tema – as regências – assim como os motivos – aquilo que compõe o tema – eram os mesmos. A citação a seguir descreve basicamente todos os **motivos** pelos quais as narrativas de Azevedo têm movimento.

<sup>159</sup> Idem. **Motim político de 3 de abril de 1832 no Rio de Janeiro**. 37 (49): 367, 1874.

<sup>160</sup> Dos diferentes autores que discutem a relação entre história e narrativa, servem-nos de referência: *História e Narrativa*, de Ricardo Benzaquen Araújo (1998); *A questão da narrativa* (1991) e os primeiros capítulos de *A aguarrás do tempo* (1989), de Luiz Costa Lima. Dessas leituras, transparece a ideia de que a narrativa historiográfica oitocentista condensa sua densidade no enredo, no processo, como se sobre o fim não houvesse grandes expectativas, uma vez que este já seria implícito desde o início. A tensão se dá pelas idas e vindas do enredo que envolve diferentes frentes e acontecimentos. O tempo desse tipo de narrativa, então, não é uma medida cronológica das sucessões dos fatos, mas várias camadas nas quais um personagem adormecido pode despertar e mudar o rumo dos acontecimentos sem modificar, no entanto, o fim da história. Um exemplo desse tipo de escrita e de sua relevância para além do debate historiográfico foi indicado por Mattos, desde a introdução de *O Tempo Saquarema*. O texto de Justiniano José da Rocha, *Ação, Reação, Transação. Duas palavras acerca da atualidade* (1855), destaca justamente a necessidade que se deveria ter com o processo histórico, pois mesmo que para o futuro estivesse reservado o progresso, esse princípio não garante ausência de sofrimento desnecessário no presente, ou seja, a necessidade de se ter consciência do presente (se eram anos de *ação*, *reacção* ou *transação*) independia da confiança no progresso. Pensar o tempo como linear não implica ausência de espessura (quantas linhas do tempo podem estar superpostas) e densidade (a forma como o tempo é vivido).

Todos esses elementos, os **partidos exacerbados**, as **aspirações ilegais**, as **paixões violentas**, as **questões de nacionalidade** e a **insubordinação militar** lançaram em diversos pontos do Império a licença, e produziram comoções, sedições e lutas civis<sup>161</sup> [grifos meus].

O que era um comentário sobre uma *sedição* singular, com data e local definidos, se abria como entendimento sobre as regências. Cada um desses **motivos** deve ser percorrido, pois mostram por quais caminhos as regências se abrem enquanto moldura na medida em que conformam um vocabulário que organiza a percepção da vida da Rua e do próprio Estado.

A questão não é propriamente qual o sentido dessa escrita para o seu presente, embora certamente tivesse, mas o que ela modelava e como reafirmava uma herança. A forma como os motivos eram apresentados e postos em movimento nas narrativas expõe mais do que as lições, expõe as possibilidades de uso deste e o sentido político de molduras herdadas. O que não se pode perder de vista é que não faremos uma leitura estritamente pragmática desses motivos, a questão não é propriamente o uso deles na cena específica onde ocorreram, mas como pelo passado se formavam molduras – tal como *motim*, *sedição* ou *paixão violenta* – que orientavam mais do que o olhar para o passado, orientavam o olhar como um todo, inclusive para o presente. A noção de situação, reafirmando Gumbrecht, “é ampliada pelo seu passado”. O passado organiza o horizonte que possibilita uma visão ampla, sobre presente e futuro.

---

<sup>161</sup> AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. **Sedição militar na Ilha das Cobras em 1831**. 34 (43): 276, 1871.

## **As questões de nacionalidade e a insubordinação militar**

Dos diferentes motivos, as *questões de nacionalidade* apareciam pela tensão entre súditos que se compreendiam como *brasileiros* ou *portugueses*. A questão básica era que a *nacionalidade* não comportava esse tipo de cisão. O que se podia ouvir nos **Tiros no Teatro, Motim popular no Rio de Janeiro**<sup>162</sup>.

O enredo inicial dessa *memória* era um evento que Azevedo já lia como fora de lugar: dois militares se enfrentaram. Ambos foram presos, o que seria uma resposta correta. Porém, no meio do tumulto, um dos oficiais escapou, “a fuga desse militar atijou mais a cólera dos turbulentos, e ouviram-se vozes repetidas clamando que se prendera o brasileiro e se facilitara a evasão do português”<sup>163</sup>. A *turba* se enfureceu a tal ponto que se recusava a sair do teatro, sendo expulsa a tiros.

A questão aqui exposta era que não só esta tensão entre *brasileiros* e *portugueses* era prejudicial, mas que a dúvida sobre a quem o Estado defendia, se a *brasileiros* ou se a *portugueses*, era ainda mais grave. O que a narrativa de Azevedo demonstra, sem ser essa sua intenção imediata, é que o Estado não tinha autoridade, não era capaz de mobilizar a todos: a *nacionalidade* ficava excessivamente aberta aos debates da Rua.

A resposta do Estado à *turba* era a violência, o que, por sua natureza, reafirma a ausência de autoridade<sup>164</sup>. A autoridade depende de uma mínima possibilidade de identificação com um elemento comum, algum nível de pertencimento que não pode ser rompido<sup>165</sup>. A questão não é apenas a forma como os homens que estavam no

<sup>162</sup> AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. **Os tiros no Teatro Motim popular no Rio de Janeiro**. 36 (47): 349-358, 1873.

<sup>163</sup> Ibid., p. 353.

<sup>164</sup> ARENDET, Hanna. O que é autoridade? In: **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

<sup>165</sup> O que interessa destacar inicialmente do texto acima citado de Hanna Arendt é a desconstrução do que se convencionou chamar autoritarismo, enquanto medidas violentas tomadas por parte do Estado. O argumento de Arendt é o inverso “a autoridade exclui a utilização de meios de coerção; onde a força é usada, a autoridade em si mesmo fracassou” (ibidem, p. 129). Esse ponto é fundamental para contrastar a experiência das regências descritas nessas *memórias históricas* com a expectativa constante de uma “organização social sem dúvida”, como diria o sócio do IHGB Pinto Peixoto. Tal “organização” seria um exercício da autoridade, enquanto ausência de violência.

Traçando uma história do conceito – e suas várias formulações ao longo do tempo – a definição a que se chega é: “a origem da autoridade no governo autoritário é sempre dessa fonte, dessa força

teatro observavam e compreendiam as ações dos homens do Estado, mas também como o Estado observava os homens em *motim*. A *turba* – e isso é fundamental destacar – não tem face, na visão do Estado e do letrado, sua voz é ruído, não existe outra ação adequada que não o enfrentamento direto.

Se de fato foi assim que se deu ou não o *motim*, para esta análise, isso não é relevante. O que importa é a oposição que Azevedo construía em sua narrativa entre ruído e voz, entre *anarquia* e *ordem*, onde não havia espaço ou chance para a compreensão. Mesmo que se escutasse algo no início – como o protesto contra a fuga do militar *português* –, pelo volume e timbre esse som é distorcido, não aparece enquanto palavra. A *turba* pertence, nas narrativas de Azevedo, ao que está além da margem do que pode ter sentido. Dito de outra forma, não existem palavras para conhecer ou dar vida própria à *turba*.

Não apenas nessa *memória*, como em outras, a tensão entre *brasileiros* e *portugueses* levava ao conflito: “era um motivo para intrigas, rivalidades e ódios o haver nascido no Brasil ou em Portugal”<sup>166</sup>. O problema é que essa animosidade ganhava movimento na vida pública. Na ambiência letrada de um local como o IHGB se poderia discutir o que é *português* e o que é *brasileiro* – por exemplo o que é literatura portuguesa ou brasileira –, na Rua, porém, não se poderia dispor qualquer fonte de disputa.

A *questão da nacionalidade*, enquanto elemento presente no passado, atestava a necessidade de unidade e univocidade da *Nação*. Moreira de Azevedo não se interessa propriamente por aqueles que protestavam, pois eles estavam aí em uma condição secundária. Em primeiro estava a *questão da nacionalidade*. Se algum personagem aparecia em sua escrita, era apenas para afirmar o aprendizado pela história de que a *Nação* não poderia ser – fora do mundo das letras – lida por prismas diversos.

---

externa que transcende a esfera política, que as autoridades derivam sua ‘autoridade’ – isto é, sua legitimidade – e em relação à qual seu poder pode ser confirmado” (ibidem, p. 134). No caso, a *Nação* seria a fonte externa básica pela qual se legitimaria a autoridade. Nesse sentido, o debate sobre o que é a *nação*, ou quem pertence à *nação*, é de todo dissonante à pretensão de fundar um Estado autoritário. “O bem nacional” – neste encaminhamento – seria necessariamente unívoco e superior aos cidadãos, semelhante à forma como os sócios – em sua *modéstia* e *distinção* – se dirigiam ao Imperador e, através dele, à *Nação*.

<sup>166</sup> AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. **Sedição militar na Ilha das Cobras em 1831**. 34 (43): 277, 1871.

Embora tenha sido o motor de conflitos, a *questão da nacionalidade*, que se imbricava com a “ameaça” da restauração, perdeu força após a morte do ex-imperador em 1834. Mas outros **motivos** e atores mantinham as *paixões violentas* vivas.

*Militares* tomavam parte nas contendas, *sedição* era como Azevedo nomeava os movimentos que eles protagonizavam e aqui começa a aparecer uma referência importante para essa escrita: o código criminal de 1830. A forma como Azevedo dá unidade aos eventos é: fazer das definições do código criminal de 1830 uma moldura, dando identidade e limites ao evento que pretendia narrar; porém, na medida em que a moldura tinha mais força que o interior do quadro, os personagens que apareciam na narrativa eram foscos. Azevedo não se interessa pelos militares em *sedição*, as causas das *sedições* eram pouco discutidas.

A força militar indisciplinada, arrogante, crendo ser a espada o cetro da lei, que tudo devia decidir-se pelas armas, pela vontade dos soldados; orgulhosa por ver que desde 1821 satisfizera suas exigências e conspícuo papel representara nos negócios públicos, deixara de ser a depositaria da ordem, da tranquilidade pública; em vez de garantir os cidadãos debelava-os; já não era um elemento de ordem, um sustentáculo da lei, mas um corpo anárquico que alçava a cabeça logo que havia um motim, quanto não era o primeiro a atear o facho da rebelião.<sup>167</sup>

Ao condenar os *sediciosos* e a sua influência nos *negócios públicos*, Moreira de Azevedo aproxima seus comentários do argumento de um sócio muito reconhecido no Instituto. Em consonância com o argumento do cônego Fernandes Pinheiro<sup>168</sup>, a participação militar em ações públicas desaguava, nas narrativas de Moreira de Azevedo, necessariamente em prejuízo para os civis, que passaram a ver os militares como “opressores e despóticos”.

Essa é a chave básica da *sedição*, que afirma que ao se voltar para uma causa movida por uma perspectiva particular, a um entendimento seu, o *militar* fere e oprime o *cidadão*. O militar deveria se manter na disciplina de seu ofício e *dever* assumido com o governo estabelecido, jamais chamar para si a decisão de agir.

<sup>167</sup> AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. **Sedição militar de julho de 1831 no Rio de Janeiro**. 37 (49): 180, 1874.

<sup>168</sup> “Ninguém mais do que nós reconhece e admira a sublime dedicação do soldado [...] desejamo-lo, porém, essencialmente passivo, e como o bastão na mão do cego, submetido à vontade de seus chefes, a quem só e unicamente cabe a responsabilidade de suas ações. Ora semelhantes predicados exigidos pela disciplina são antinômicos com os direitos de cidadão de um país livre, que deve examinar e discutir a suprema direção dos públicos negócios” (RIHGB: 1874, 342).

Os *excessos* praticados pelos militares não tinham, porém, uma causa propriamente. Azevedo, novamente, não apresentava necessariamente o que os *sediciosos* pretendiam, mas como e onde agiram e, principalmente, o que os movimentava, o *ânimo exaltado*, as *paixões violentas* que a imprensa excitava.

A imprensa que desde os últimos anos do reinado do primeiro imperador tornara-se inconveniente, indecorosa, esquecendo a reserva e gravidade dos primeiros tempos, caíra, depois da revolução de 7 de Abril, na licença, no desfaçamento, e de dia para dia mais fel e peçonha foi derramando no corpo social; transformou-se o jornal em pasquim, e substituíram aos argumentos as injúrias, aos raciocínios os insultos; **em vez de educar a imprensa pervertia o povo...**<sup>169</sup> [grifo meu].

Cada *memória histórica* de Moreira de Azevedo, em algum momento, comenta o papel nocivo da imprensa excitando os ânimos. A imprensa sublinhava e divulgava os ânimos partidários para a Rua, “em vez de educar a imprensa pervertia o povo”. A palavra endereçada ao espaço público era lida como fora de controle, na medida em que não se endereçava ao *bem comum*, mas a causas particulares. Uma vez que um jornal defendia uma posição e atacava um outro, este, em resposta, já respondia pela injúria. Sem querer saber ou avaliar essas posições, o que interessava a Azevedo era mostrar como a disputa na Rua necessariamente contribuía para a *anarquia*. Como na *questão da nacionalidade*, não deveria haver espaço para a disputa ou debate.

Moreira de Azevedo reafirmava seu compromisso e postura como letrado *modesto e distinto*, com o uso da palavra como forma de comoção de uma plateia – como era usual em uma cultura permeada pela retórica –, porém não no sentido do convencimento à ação. A voz e a escrita de Azevedo não pretendiam convencer um outro a agir, mas instruí-lo através da exposição do passado. A palavra, quando usado para o movimento, ainda mais quando usada no embate, levava à *anarquia*. A **imprensa** era uma outra palavra central no vocabulário que organizava a escrita sobre as regências, que reafirmava a necessidade de controle do uso da palavra “fora” da vida letrada.

---

<sup>169</sup> AZEVEDO, Manuel Moreira de. *Sedição militar de julho de 1831 no Rio de Janeiro*. 37 (49): 179 – 180, 1874.

### ***Aspirações ilegais, as paixões violentas e os partidos exacerbados***

O uso da palavra para a ação nessas *memórias* era sempre negativo, como se necessariamente levasse ao conflito seu uso no espaço público, logo se convertendo em *ruído*. Essa compreensão sobre o uso da palavra tinha um efeito sobre a compreensão da política, mesmo daqueles que agiam dentro de espaços instituídos, pois a questão não era apenas negar o uso da palavra na Rua, pois a *anarquia* também se formava nos espaços instituídos da política, na vida dos *partidos*, quando estes ao invés de lutar pelo *bem comum* defendiam uma perspectiva própria. Qualquer *voz* que estivesse fora da tessitura do *bem comum* era perigosa. Os *partidos*, justo por usarem a palavra por motivações próprias nesse momento, tendiam às *paixões violentas*, e estas às *aspirações ilegais*.

A razão é clara; a polêmica enceta-se, as personalidades aparecem, o amor próprio se interessa na luta, julga-se fraqueza o deixar de reagir, e muito é se acaso a vida privada e decência são respeitadas<sup>170</sup>.

A partir desse comentário de Evaristo da Veiga, Moreira de Azevedo reconhece que até mesmo o partido moderado (pelo qual tinha alguma inclinação) perdera a *razão*. Transparece, assim, o princípio de que as ações partidárias, por partirem de motivações particulares, carregavam o gérmen da *anarquia*, pois em algum momento entrariam em conflito com as motivações dos outros partidos. “Cada partido, cada facção tratava de exterminar a facção, o partido contrário; era luta de protestantes e católicos, da fogueira e do punhal”<sup>171</sup>. Azevedo atestava a necessidade de uma “organização social sem dúvida” que não permitiria debates no espaço público, apenas em ambientes controlados. Assim, no fechamento de suas *memórias*, Azevedo elogiava a posição inversa: a defesa da *lei* e do *bem comum*.

<sup>170</sup> VEIGA, Evaristo da. Apud: AZEVEDO, Manuel Moreira de. **Motim político de 17 de Abril de 1832 no Rio de Janeiro**. 38 (51): 129, 1875.

<sup>171</sup> AZEVEDO, Manuel Moreira de. **Sedição militar na Ilha das Cobras em 1831**. 34 (43): 277, 1871.

Felizmente no momento decisivo cada deputado esqueceu suas convicções políticas, interesses de partido e ambições, e só ouvindo a voz da pátria, porque era a da razão e da legalidade, levantou valente brado contra o ato do governo; nenhum ousou afastar-se do terreno da legalidade, nenhum ousou tocar a arca santa das instituições pátrias<sup>172</sup>.

Nesse vocabulário, a *pátria* tem uma *razão* própria que pode, ou não, se assemelhar à de algum *partido*. Os *partidos* tendem sempre ao conflito justo por não reconhecer esse caráter geral da *razão*. A *razão* e a *voz da pátria* dependem e se dão pela unidade. Tal *razão* era a *lei*, a *constituição*. A *lei* já teria, assim, uma primazia. Porém ela segue ainda mais, é uma referência ainda mais definitiva. É por ela que Azevedo compreende os conflitos regenciais, assim como os outros sócios do IHGB. *Sedição* ou *revolta* são definições que derivam do código criminal de 1830<sup>173</sup>. O entendimento dos eventos tem por referência, então, um vocabulário que tem origem na *lei*. O que define e enquadra a ação dos homens, especialmente daqueles mobilizados pela *paixão*, é o vocabulário construído pelo Direito – que era, aliás, o curso de formação de Moreira de Azevedo e de outros sócios do IHGB.

A linguagem pela qual as regências eram narradas e compreendidas destituía assim a própria possibilidade de autodefinição dos personagens. Na narrativa, nenhum *sedicioso* apareceria lutando pela liberdade, mesmo que essas fossem as suas palavras. Nenhum *revolto* poderia ser tido como *político*, mesmo que seu projeto fosse evidentemente político. Pois, nesse registro, nesse vocabulário, só é da política aquilo que se movimenta de acordo com a *razão* e com a *lei*. O resultado era que, mesmo nos espaços instituídos, a palavra só tinha vida ativa reconhecida quando se dirigia ao *bem comum*, à *razão* no singular.

Fora de uma Câmara ou de uma ambiência letrada, ou movida por uma motivação *partidária*, a palavra era *ruído* e fomento da *paixão*. Fora de si estes homens tomados pela *paixão* deveriam ser controlados e postos sob a tutela do Estado.

A violência surge como resposta, na medida em que destituídos de voz, destituídos de possibilidade de dizer o que são ou pretendem, a *turba* – como um

<sup>172</sup> AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. **O dia 30 de julho de 1832**. 41 (57): 233, 1878.

<sup>173</sup> Ver, especialmente, a apresentação de: DANTAS, Mônica Duarte. **Revoltas, Motins, Revoluções**. São Paulo: Alameda, 2011.

homem sem face – só pode ser entendida como fora da *lei*. A tutela do Estado se torna violência. Não há, assim, autoridade, pois não há mútua identificação de pertencimento, apenas um sistema clivado dentro/fora.

A intenção dessas *memórias* era, até o que se pode ver, reafirmar o compromisso com a *constitucionalidade*. Ao mesmo tempo, compunha-se um horizonte no qual o passado, as experiências regenciais, se imbricava com a autoridade de um vocabulário originado por um pensamento legal. O passado era vivido por meio desse vocabulário e o reafirmava. Assim, aparecia como moldura, como referência ao olhar para observar outros eventos.

As regências dependiam, enquanto momento marcado pela *anarquia*, de uma conclusão, de um fechamento. Assim como muitos artigos de Azevedo se iniciavam com a referência ao dia 7 de Abril, os finais também eram homogêneos. Após o fim da luta, Azevedo elogiava aqueles que agiram pela *razão*, pela *pátria*, preservando a paz e a integridade do território nacional, muitas vezes abrindo mão de suas convicções particulares. As escolhas da *razão*, *a voz da pátria*, eram aquelas que aplacavam as *revoltas*, conferindo estabilidade a um Império que não contava, ainda, com a presença de um Imperador. Assim, se estas narrativas de Azevedo se iniciavam com uma ruptura (o dia 7 de Abril de 1831), terminavam com elogios às escolhas que colocavam fim às contendas, possibilitando uma continuidade tecida pela ordem monárquica e escravocrata (embora Moreira de Azevedo sintomaticamente não comentasse esse ponto). Afinal, Azevedo elogiava as escolhas que levaram à consolidação do Império tal qual este letrado o reconhecia.

Escolhas feitas no passado, mas revistas e elogiadas no presente (de 1870 a 1890) pela pena desse historiador. Assim sendo, além das *sedições*, *motins* e *lutas civis*, as regências foram palco de grandes atos, “feitos que imortalizam os guerreiros, atos que se chamam de heroísmo”<sup>174</sup>. Os anos de *anarquia*, então, foram anos especiais, ou melhor, cruciais para a história pátria. Foram as *paixões violentas* do momento que deixaram os ânimos exaltados:

[...] mas não nos devemos admirar hoje das lutas em que ardeu o país, dos sentimentos diversos que então preocuparam os nossos maiores, estava a nação em uma **época de transição**, de formação social: a liberdade apalpava os passos no

<sup>174</sup> AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. **Sabinada da Bahia em 1837**. 47 (69): 288, 1884.

caminho que seguia; a nação se levantara, e na energia do despertar experimentava essas convulsões, esses estremecimentos e abalos, que eram o prenúncio da vida, o movimento dos primeiros passos de um país, que sentia necessidade de expandir-se e engrandecer-se [grifo meu]<sup>175</sup>.

Nem os *nossos maiores* nem a *nação* tiveram culpa, pois era uma *época de transição*, uma etapa inevitável da história nacional. Azevedo utilizava um argumento epocal para inserir os anos de *anarquia* dentro de um processo histórico pelo qual as ações do passado se justificam pelo próprio passado, pelas circunstâncias. Não havia motivos para condenar de todo a experiência daquela época; afinal, foram por decisões tomadas nela que o próprio Instituto Histórico foi fundado. Nesses anos, até mesmo os *precursores* do Instituto (Januário da Cunha Barbosa, Raymundo José da Cunha Mattos e Visconde de São Leopoldo) conspiram, porém:

[...] se conspiram não é para abalar os ânimos e revolucionar a sociedade, mas para agitar os espíritos no amor da ciência, e abrir caminho mais vasto e mais amplo aos conhecimentos humanos. São revolucionários, mas agitadores do bem, pugnadores do estudo e da glória<sup>176</sup>.

Assim, começa a transparecer a ideia de que, apesar dos *motins* e *sedições*, uma parcela dos homens daquele momento eram *homens de boa-fé*. Nem todos pertenciam à *turba*. Mesmo a disputa partidária entre exaltados e moderados, motor de várias contendidas, era atenuada, pois “deve o historiador reconhecer que, de qualquer lado havia homens de boa-fé, que bem guiados se não entregariam ao frenesi das paixões, pois só almejavam a felicidade da pátria”<sup>177</sup>.

O *frenesi das paixões* tirava a *razão* desses homens, um *frenesi* intrínseco a uma *época* marcada pelas disputas partidárias. Por esse caminho, a narrativa de Azevedo tornava os *excessos* uma condição do momento, retirando a culpa daqueles *homens de boa-fé*, naturalizando suas ações como condição de uma *Nação* que se levantava. Ao mesmo tempo, nos mostra como as regências operavam como moldura de um tempo, o tempo da *paixão*.

Não é surpreendente, então, que nas narrativas de Azevedo a estabilidade só teria sido conquistada quando se elegeu uma causa única, o Império, o que se deu na

<sup>175</sup> AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. **Os tiros no teatro: motim popular no Rio de Janeiro**. 36 (47): 351, 1873.

<sup>176</sup> Idem. **Os precursores**. 51 (78): 49, 1888. Suplemento em homenagem ao quinquagenário do IHGB.

<sup>177</sup> AZEVEDO, loc. cit.

**Declaração da Maioridade de D. Pedro II**<sup>178</sup>. O fim da *época de transição*, o fim dos *anos de anarquia* foram a antecipação da maioridade e a diluição dos debates partidários, pois, frente ao Imperador e à ordem que por ele se articulava, não havia debate público, uma vez que sua presença deveria concentrar e harmonizar todo debate em um espaço resguardado.

Estas considerações sobre as *memórias históricas* de Moreira de Azevedo – discutidas desde minha Dissertação – servem, aqui, de referência para se compreender como as regências apareciam para os sócios do IHGB<sup>179</sup>. Pelas regências entrava em jogo um vocabulário próprio para a compreensão e a ação frente a momentos de incertezas, de instabilidade, o que esses letrados chamariam de *anarquia*.

---

<sup>178</sup> AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. **Declaração da maioridade do Imperador em 1870**. 42 (58): 5-37, 1879.

<sup>179</sup> Não se pretende por estes comentários definir o perfil de Moreira de Azevedo. Se fossemos focar propriamente nesse letrado, talvez o perfil que fosse aparecer em sua vida ao longo do Segundo Reinado seria o de um *luzia* – o que transparece em suas *memórias históricas* sobre a Independência, onde sutilmente a ação de D. Pedro I aparece como *tiranía* – e, na República, o de um homem interessado pela vida ativa da Rua – vide sua *memória histórica* que é um elogio à revolta do vintém ; porém, o caso é justamente como as regências têm uma força própria capaz de se impor mesmo sobre esse letrado. A moldura é, nesse sentido, tão forte, que controla os traços daquele que preenche o quadro. A questão é o quanto esses homens podiam questionar a forma de governo ou uma dada situação política sem colocar em dúvida a necessidade de uma razão no singular, da lei como elemento de coesão social e como referência ao entendimento da ação política e como ferramenta que destituía formas de ação não instituídas de seu sentido político.

### 3.3 A lei, a voz e o ruído

O vocabulário que aparece em jogo nas *memórias históricas* tem uma referência: a maneira como os eventos foram lidos e tratados nas próprias regências. Moreira de Azevedo não usava apenas o testemunho de certos homens, como Evaristo da Veiga, para demonstrar um controle da fonte e da crítica histórica em seu sentido moderno. A própria visão dos homens daquele momento orientava sua percepção, o que se dava por um caminho específico: a formação de um vocabulário pelo Código Criminal. Tanto os testemunhos quanto o letrado compartilhavam esse vocabulário.

Se **motivos** como *paixões violentas*, *partidos exacerbados* ou *turbas* eram próprios da narrativa de Azevedo, compondo a forma como ele compreendia o passado, algumas palavras, como *motim*, *sedição*, *rebelião*, *revolta*, derivavam do Código Criminal de 1830. A forma como esses eventos foram tratados dentro desta legislação instituída, a definição que lhes era imposta nos anos regenciais, era reapropriada pela definição que o letrado assumia, em 1870.

Moreira de Azevedo mostrava e compreendia as regências a partir desse repertório. Mais do que um simples código, ao formar um vocabulário possível inclusive de ser usado em escritas da história, compunha um *horizonte*, um plano pelo qual se construía uma percepção de mundo. *Motim*, *rebelião* ou *resistência* eram mobilizáveis para tratar tanto do passado, quanto do presente, se fosse o caso.

A escrita da história é uma referência interessante para o reconhecimento desse *horizonte*, ao expor o jogo de um vocabulário que compreende nomes que, como molduras, constroem unidades até mesmo antes da escrita. Os *motins* e *sedições* se destacam antes da escrita, se destacavam no momento em que o letrado escolhia qual assunto tratar. Os temas das *memórias históricas* eram escolhidos dentro dessa compreensão de mundo. Assim, “todos esses elementos, os **partidos exacerbados**, as **aspirações ilegais**, as **paixões violentas**, as **questões de nacionalidade** e a

**insubordinação militar**<sup>180</sup> [grifos meus]”, dizem respeito à forma como eventos são compreendidos, cada um se apresentando como uma moldura pela qual Azevedo era capaz de dar unidade à sua narrativa e estímulo. O vocabulário entrava em jogo na escolha sobre o que sealaria – no reconhecimento dos eventos, na separação entre o que reluz e interessa e o que permanece sem brilho, sem identidade – sendo incorporado no momento da escrita.

A *questão de nacionalidade* demonstrava a Azevedo e à sua audiência os prejuízos de permitir que *nacionalidade* fosse tema da Rua, de ser encarada por “prismas diversos”. Ao mesmo tempo, e essa não era a intenção de Azevedo, mas sua forma de compreensão desses eventos, mostrava que a resposta básica à *turba* era a violência. Não que esta fosse elogiada, mais de uma vez sócios do IHGB afirmaram o perigo de condutas excessivas, e Azevedo estava nesse coro; porém, ainda assim, não existia em suas *memórias históricas* como desfechos de suas narrativas outra resposta que não fosse a violência. Mesmo quando não concordava com seu uso, a discordância era sobre a intensidade da medida, não sobre sua natureza.

O que importa é que a violência acabava por compor a própria percepção do mundo da Rua, como se “lá” a única resposta possível fosse essa. Isso porque se a *turba* não reconhecia a autoridade dos agentes do Estado, o Estado, inclusive os letrados a seu serviço como sócios do IHGB, não dispunha de meios de conhecer a *turba*. A dualidade *dentro* (a voz, a lei e a razão) e *fora* (o ruído, a paixão e a anarquia) se convertia em *amigo/inimigo*. O não reconhecimento conduzia à produção de uma alteridade que tem duplo sentido. Primeiro, legitimava a contenção violenta do *outro*. Em segundo, reafirmava os laços de compromisso, de *modéstia* e *distinção*, entre iguais.

Esse jogo, amigo/inimigo, ao produzir uma alteridade, destituía a própria possibilidade de autodefinição dos personagens. Eles não só não tinham voz, como não tinham projetos ou faces, quem os definia era a lei.

A experiência do passado, as regências, mostrava, pela escrita de Moreira de Azevedo, para sua audiência, que não havia identidade na *turba*, mas sim no que as provocou. Se as *turbas* eram apenas *turbas*, as *memórias históricas* sobre *motins* e

---

<sup>180</sup> AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. **Sedição militar na Ilha das Cobras em 1831**. 34 (43): 276, 1871.

*sedições* tinham causas e essas causas sim tinham identidade. As personagens da cena não eram os homens, as personagens eram: “os **partidos exacerbados**, as **aspirações ilegais**, as **paixões violentas**, as **questões de nacionalidade** e a **insubordinação militar**”<sup>181</sup> [grifos meus].

Assim, ao falar de *sedição militar*, não importava propriamente quais militares ou que projetos e argumentos tinham, mas destacar o papel da imprensa em lhe animar as *paixões*: “em vez de educar a imprensa pervertia o povo”.

É possível, nesse movimento, identificar um pensamento político permeado por uma antropologia. O que Azevedo nos mostra é o quanto a política é vazada por ideias sobre o homem. O que existe de político, em suas *memórias*, não é apenas a defesa da ordem, mas uma antropologia que ficava implícita e que atestava qual é a natureza humana.

Se Azevedo nem sempre destacava, por exemplo, que ideias a imprensa incitava, deixava claro que a *paixão* ganhava a cena porque nesta entrava em jogo convicções particulares, de algum homem ou de algum partido. A palavra endereçada ao espaço público era lida como fora de controle na medida em que não se endereçava ao *bem comum*. A ação era pensada segundo uma teleologia: as causas particulares ou *partidárias* concorriam para que a *anarquia* acontecesse. O conflito era o fim determinado da ação, seu resultado, pelo qual se compreendiam as causas do conflito; que pareciam ser, ao mesmo tempo, uma compreensão sobre o homem.

O que entrava em cena era uma compreensão de um limite que é, para esses homens, um limite humano, como se a defesa de um ponto de vista particular levasse sempre e necessariamente ao conflito. Só se podia falar pela *razão* e pela *lei*. Como consequência, só podia falar quem tivesse a possibilidade de falar por elas.

Moreira de Azevedo se reafirmava como *modesto e distinto*. *Modesto* no reconhecimento de que o assunto central de todo movimento é a *nação*, e este não permite polifonias, nem críticas diretas. Poderiam ocorrer divergências entre os letrados, mas o limite da reflexão era claro: não estava disponível a crítica da *nação* ou da *lei*. Esses elementos se mantinham acima, em um plano superior, cabia apenas se reconhecer *modesto* frente a eles.

---

<sup>181</sup> AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. **Sedição militar na Ilha das Cobras em 1831**. 34 (43): 276, 1871.

Não é à toa, então, que a postura política desses homens aparecia no corpo, na sociabilidade, no vocabulário e não em uma *filosofia política* que dependeria, em algum nível, da razão se impor à política. Falar pela *razão*, para eles, era uma forma de conter a expansão da própria razão. Falava-se pela *razão* para limitar quem poderia e o que se poderia colocar em questão.

O contraste entre a *razão* que impõe uma forma de compreensão da Rua e a vida própria da Rua, que apenas começamos a discutir, era intenso. O caso, aqui, é como o vocabulário articula um *horizonte* – que modela a percepção do mundo – onde a Rua tem uma moldura restrita: a Rua é o cenário do homem fora de controle. De certa forma a moldura acabava sendo mais forte do que a própria cena que ela destacava. *Motim* ou *sedição* tinham mais força, chamavam mais atenção ao olhar do que os personagens que se moviam nessas narrativas<sup>182</sup>.

É justamente nesse sentido que se diz que a *turba* é tolhida de possibilidade de autodeterminação. Ela não pode dizer quem é ou o que pretende. Nem mesmo as diferenças entre os eventos importam na medida em que o que os destaca é que foram *revoltas*. Fica claro a partir dessas *memórias históricas* que o limite do vocabulário para compreender e mobilizar a ação é um limite da política.

---

<sup>182</sup> Ao mesmo tempo, o uso desse vocabulário oriundo do Direito para tratar da vida da Rua tem uma consequência direta na concepção de tempo em jogo nas *memórias históricas* sobre as regências e na regência propriamente enquanto moldura:

As leis devem ser formuladas de modo tão geral que possam aplicar-se repetidamente. É possível que todos os casos particulares se distingam entre si em sua unicidade, mas para a aplicação de leis aos casos particulares há de existir um mínimo de recorrência de modo que se garantisse a justiça. Isto significa que todas as teorias de justiça repousam na relativa duração dos textos legais e de sua reaplicabilidade.

Seguindo a introdução de Elías Palti a **Los estratos Del tiempo**, a citação deve ser compreendida como parte do esforço de Koselleck de produzir uma “crítica da razão histórica” e, assim, das possibilidades de se fazer história e por sua crítica pensar o tempo – enquanto categoria da consciência – historicamente. O tempo, se definido enquanto categoria transcendental antropológica, não escapa à mudança: são distintas as formas de experimentar o tempo.

O que essa discussão diz respeito às *memórias históricas* dos sócios do IHGB sobre as regências é que o “repousar na reaplicabilidade”, característico de um tempo que percebe eventos distintos por um elemento que os aproxima – no caso as leis –, mais do que se dirige ao cíclico, se dirige a fazer com que elementos diferentes se tornem um mesmo elemento. “Repousar na reaplicabilidade” conduz a uma confiabilidade na *ordem* que, para se manter, homogeneíza aquilo que percebe. Nesse sentido, se aproxima de um tempo cíclico, pois não haveria *revolta* ou *sedição* nova – mesmo que se reconheçam as condições particulares de cada uma – seria apenas mais uma *revolta* ou *sedição*, como tantas outras.

### 3.4 A regência como moldura da República

O argumento inicial que nos levou das recepções da Proclamação da República às *memórias históricas* sobre as regências era de que essas recepções foram conformadas por uma herança, por um horizonte, o que foi identificado em um vocabulário – dentro dos limites em que é possível conhecer um horizonte.

O vocabulário em jogo nas *memórias históricas* sobre as regências é semelhante aos comentários de Teixeira de Mello sobre o presente de 1890.

Senhores.- Achamo-nos em um campo neutro, onde não entra a política com as suas tergiversações e sutilezas. Lá fora esbraveja de noite e de dia o ruído dos interesses desencontrados e antagonistas; o sorriso que mascara o rancor e o despeito; a frase açucarada que encobre o pensamento; o patriotismo, que é santo e nobre, encarado por prismas diversos. Aqui o silêncio de que medito; a paz e a serenidade de ânimo do que se afadiga por honrar o renome nacional, zelado o renome de seus filhos ilustres e arquivando os fatos memoráveis da história pátria<sup>183</sup>.

Assim como Joaquim Nabuco em 1895, quando se tornava sócio do IHGB e se dedicava à escrita de **Um Estadista do Império**, Teixeira de Mello se resguardava do presente voltando-se aos “fatos memoráveis da história pátria”. Se para Azevedo o elemento que fomentava a *anarquia* eram as ações partidárias e a vida ativa da Rua, que encaravam a *nação* em uma polifonia, Teixeira de Mello lia o seu presente de forma análoga, o patriotismo (no singular) era “encarado por prismas diversos”, era daí que decorria o “ruído dos interesses desencontrados”. A fala de Teixeira de Mello sobre o seu presente em 1890 poderia ser apresentada pela colocação síntese de Azevedo sobre as regências, “A pedra rolou do alto da montanha e não se sabe onde irá parar”.

O presente de 1890, para muitos sócios do IHGB, era marcado por incertezas sem que houvesse na história algo que lhes pudesse dar a segurança de um futuro

<sup>183</sup> MELLO, José Alexandre Teixeira. **Relatório do Secretário**. 53 (82): 561, 1890.

pacífico. Tanto o IHGB quanto seus sócios estiveram em uma situação tensa ao longo da “República da Espada”.

Seja pela vida ativa da Rua, em ebulição e forte repressão, seja pelo Estado que não mais reconhecia o IHGB como aliado, os primeiros anos de República não foram tranquilos. É como se o vocabulário em jogo na escrita da história sobre o período regencial voltasse à cena, pois se não era possível negar ou resolver o presente, o que esses letrados faziam foi se afirmar como estranhos a ele.

Com o passar dos anos, porém, especialmente quando a República se aproxima do Instituto, o passado regencial começava a aparecer em outro sentido para eles, como horizonte de compreensão da República.

Se, em um primeiro momento, na “República da Espada”, a *anarquia* parecia ter retornado, pois o uso da força militar na vida pública era, para esses homens, uma de suas marcas; se esses primeiros anos foram marcados por incertezas, por *paixões violentas*, e assim as palavras que apareceram nas escritas sobre as regências retornavam dando sentido ao presente; em um segundo momento, com o fim da República da Espada, com a volta da estabilidade política e da relação com o Estado, essas referências presentes nos modos de compreensão das regências se tornavam uma moldura para a República em um outro sentido.

Os anos recentes, desde 1889 até 1895, eram vistos pelos sócios do IHGB como anos excepcionais. Quando o mundo da política se reorganiza e Prudente de Moraes se aproxima do Instituto, os sócios começam a se referir ao passado recente (1889 a 1895) da mesma forma que Moreira de Azevedo se referia às regências: “era uma época de transição”<sup>184</sup>. Dizia o presidente do IHGB da época Olegário Herculano de Aquino e Castro:

Hoje, corridos vãos os tempos do predomínio da força sobre o direito; da violência sobre a justiça; da guerra, que só destrói e mortifica, sobre a paz que organiza, avigora e consolida os múltiplos elementos que constituem a grandeza e a prosperidade da nação<sup>185</sup>.

<sup>184</sup> AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. **Os tiros no teatro: motim popular no Rio de Janeiro**. 36 (47): 351, 1873.

<sup>185</sup> CASTRO, Olegário Herculano de Aquino e. **Discurso do Presidente do Instituto**: Sessão magna aniversária. 58 (92) 321, 1895

A República da Espada se convertia em um momento semelhante às regências, uma “convulsão de uma nação que levantava”. A questão “monarquia ou república” se tornava sem sentido. A imagem das *questões de nacionalidade* que Azevedo usava para tratar da tensão inadmissível, resultado da nacionalidade estar em movimento, ganhava um novo uso. Assim como a oposição *brasileiro/português* era fermento da *anarquia* nas regências, seria direcionar-se ao conflito defender posições como *monarquia* ou *república*. A *nacionalidade* não permitia este tipo de divergência. A posição dos letrados era justamente de excluir esse tipo de tensão.

A monarquia passava a ser incorporada como passado nacional a ser preservado enquanto a República se tornava o presente. Os anos do “predomínio da força sobre o direito” deveriam ser esquecidos, postos de lado como anos excepcionais de um passado turvo. Afinal, se o Segundo Reinado nasceu em meio a uma convulsão, por que a República não poderia ter tido o mesmo nascimento? A construção da República pela força, o uso da violência como recurso da falha da autoridade, a República da Espada era esquecida e colocada sobre a imagem turva de “época de transição”.

A simetria que esses letrados construíam entre aqueles anos se manteria como referência ao estudo desses momentos. São raros os trabalhos que escapam desta imagem: os anos de transição, por terem sido turbulentos, ficam turvos, enquanto só se encontra identidade no período estável quando termina a transição. O problema dessa simetria – entre *regências* e início da República – é que essa imagem turva, essa identidade de momento marcado pela *entropia* – diria Renato Lessa ao falar dos governos militares –, encobre a relação fundamental entre o controle da vida da Rua e o estabelecimento da “política dos governadores” (quando existe um tipo de arranjo na vida do governo, no qual este conquista uma autonomia sobre a vida ativa da cidade). A vida da cidade do Rio de Janeiro não foi definida pela ação no interior da vida do governo, no arranjo entre homens que se percebiam como parte de um mesmo grupo mesmo que em disputa; a vida da cidade foi contida pelo mesmo recurso em jogo desde a regência de Isabel: pela violência.

Todos eram esquecidos: a República da Espada, assim como todos os republicanos que aturaram como publicistas, em periódicos, *meetings* e *clubs*, em

debates sobre a *abolição* e a República no Segundo Reinado, quando os sócios do IHGB diziam que os anos iniciais da República eram “anos de transição”. Ao retomar o seu sentido, a história silenciava o passado recente e, sobretudo, aqueles que de fato agiram e a construíram.

Existe nesse movimento, porém, uma disputa. Enquanto parte dos sócios do IHGB se mantinha nessa recepção da República – onde seu início se assemelhava às regências, como um momento de transição, naturalmente turvo e tenso – outros percebiam a República como o resultado da verdadeira face nacional, como a *revelação* de sua *natureza*. Entre eles, Tristão de Alencar Araripe percorria diferentes eventos do passado como se fossem provas do quanto a República era a natureza da *Nação*. Araripe elogiava Floriano Peixoto, explicitava o quanto a estabilidade dependera dele e de sua conduta como “mão de ferro”.

Curiosamente, o elogio à contenção da vida ativa da Rua aparecia entre os letrados republicanos e contrários ao *privilégio*. Se existe uma distância entre as duas leituras da República, também existem proximidades. Ambas mantêm a dicotomia dentro/fora e dela produzem alteridades e, esse *outro*, a *turba*, tem sempre a mesma resposta quando se manifesta.

### 3.5 A Proclamação como moldura

A escrita dessa história e do elogio da República, de letrados como Aristides Milton, opera com procedimentos que não lhe são exclusivos. O caminho do segundo momento deste capítulo já foi experimentado, porém ao invés de identificar semelhanças entre vocabulários, vamos destacar semelhanças entre procedimentos de escrita da história. Trataremos de um conjunto de *memórias históricas* sobre a Independência para compreender a escrita que elogia a República. A razão inicial é simples: Independência e República foram lidas como *proclamações*. Existe um conjunto de semelhanças, de palavras e comportamentos frente aos dois eventos.

Muitas são as formas, nesse sentido, pelas quais o olhar para a Independência se aproxima do olhar para o presente da República, como o artigo definido no singular (a proclamação) sugerindo uma unidade e narrativa em um só ato de algo que não ocorreria de novo (muito distinto, por exemplo, de *sedições* e *motins*, parte do vocabulário usado para tratar das *regências*). Existe um tempo histórico comum entre a Independência e essa recepção da República. Enquanto as *revoltas* que marcaram as regências poderiam voltar, não existia como possibilidade no horizonte uma segunda proclamação da Independência. Se o momento e o processo não podiam ser recorrentes, a moldura poderia ser e foi. O tempo que a proclamação da Independência inaugura é o da novidade, uma ruptura sem retorno; mas na medida em que se tornava uma forma para a compreensão da história, tornava-se disponível a outros casos.

O que se deve destacar inicialmente sobre essas *memórias históricas* é a diferença do contexto de enunciação. Os sócios do IHGB ao longo do Segundo Reinado tiveram um comportamento muito distinto do que teriam na República. Ao longo do Segundo Reinado, gozavam da presença do protetor imediato em suas sessões, o Imperador, e participavam ativamente da vida do governo.

Existia um consenso entre os sócios sobre o papel do IHGB na *Nação*, na necessária delimitação do território, de conhecer seus habitantes – os *selvagens* – e de preservar documentos, o que uma ampla bibliografia vem apontando. Esse consenso, embora de fato presente, deve ser enfrentado.

O uso do consenso não significa uma não motivação ou simples afirmação do que já é. O elogio ao que já é consagrado é um recurso básico da retórica – uma das formas do discurso *epidíctico* – e, nesta “*impressão da identidade entre o saber dos falantes e dos ouvintes*”<sup>186</sup>, aparecem elementos que, se expostos diretamente, não seriam aceitos pela audiência<sup>187</sup>. Essa é a primeira leitura que faremos do consenso ao lidar com as *memórias históricas* que trataram da Independência: destacaremos certos elementos tangenciais que se fossem o assunto próprio da *memória* seriam transgressores, mas no fluxo de uma escrita e elogio da Independência, eram possíveis. Ao mesmo tempo iremos destacar quais elementos davam unidade ao evento, os procedimentos que depois seriam apropriados para dar um passado à República.

Diferente das *memórias históricas* sobre as regências que foram lidas em conjunto, especialmente porque são compostas por um mesmo vocabulário, as *memórias históricas* sobre a Independência vão ser lidas caso a caso, na medida em que, de cada uma, vou destacar um conjunto particular de elementos. De uma forma geral, as *memórias* sobre a Independência têm mais identidade. O que existe em comum é o consenso do auditório, esta “*impressão da identidade entre o saber dos falantes e dos ouvintes*”.

Muito embora a geração de 1870 tivesse menos restrições para lidar com o passado recente do Segundo Reinado, publicando *memórias históricas* sobre as regências e sobre a independência (Lúcia Guimarães, 1995), o compromisso básico dos sócios de construir um passado para a *nação* (Manoel Salgado, 1988) e o

<sup>186</sup> GUMBRECHT, Hans Ulrich. **As funções da retórica parlamentar na revolução francesa**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003, p. 97.

<sup>187</sup> “Acontece que tal unanimidade preestabelecida costuma encobrir as divergências reais entre os interesses de grupo” (GUMBRECHT, 2003, p. 102). O contexto que faz as considerações de Gumbrecht sobre o discurso *epidíctico* caminharem é muito distante do que se irá ver. Porém, a tematização do lugar do consenso na retórica é, ou deveria ser, assunto para se tratar do IHGB, pois esta é das formas mais recorrentes de discurso. E, uma vez que se considera o consenso como forma e não como simples fruição de uma sociabilidade, outros elementos encobertos podem aparecer.

consenso na tendência desta ser Império permaneciam, o que aparece, por exemplo, na fala de Moreira de Azevedo sobre a *missão do historiador*: “lembrar a era da instituição da lei fundamental do país, recordar os fatos, reviver as notícias desse grande acontecimento político”<sup>188</sup>.

---

<sup>188</sup> AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. **A constituição do Brasil**. 32(39): 71, 1869.

## A constituição do Brasil

Seguindo o tom de exaltação, Moreira de Azevedo fazia seu leitor imaginar o som do hino da pátria em 3 de maio de 1823 nas aclamações da primeira Assembleia, e neste timbre peculiar iniciamos nossa leitura das *memórias históricas* do IHGB sobre a Independência já em um sentido singular: a independência para Azevedo está também na constituinte. Da exaltação, porém, segue outra tonalidade: no dia 12 de novembro de 1823, a primeira assembleia do Brasil era dissolvida. Da exaltação se modula para uma descrição e narrativa indiretas. Moreira de Azevedo se silencia, expondo discursos de D. Pedro I.

Não sem intenção. Apresentar essa *memória* no IHGB incorreria em risco de censura, inclusive pela presença de D. Pedro II, que poderia não ficar satisfeito com a narrativa de atos de seu pai que muitos leram como *tiranía*, ou simplesmente pela associação entre *monarquia* e *tiranía*<sup>189</sup>. A estratégia de transcrever os discursos de D. Pedro I na ocasião da dissolução da Assembleia era uma forma de expor o que acontecera sem chamar para si – pelo menos em um primeiro plano – a autoria. Reafirmar o consenso sobre o papel fundamental de D. Pedro I na independência era forma de tratar de assuntos que, por si só, não seriam cómodos às salas do Paço Imperial, onde as seções aconteciam e as *memórias históricas* eram apresentadas antes de serem publicadas. Assim, quem falava da dissolução da Assembleia e das prisões feitas no período era o próprio D. Pedro I, o que tinha um resultado singular, pois ao mesmo tempo expunha as motivações do então Imperador e mostrava a oposição que este sofria; e isentava Moreira de Azevedo<sup>190</sup>.

---

<sup>189</sup> A ideia de *censura* e *controle* na produção do IHGB foi apresentada por Lúcia Pascoal Guimarães e reafirmada na Dissertação de Fabiana Dias. Enquanto exemplo desse controle, vale citar a *memória histórica* de Tristão de Alencar Araripe sobre a antecipação da maioria, na qual o letrado sugeria que D. Pedro II tinha conhecimento sobre e apoiava o “clube da maioria”. Na publicação da *memória* foi colocado um adendo, de autoria do próprio Imperador, onde este contestava certos argumentos de Araripe, especialmente de que haveria apoiado a “maioria”. Na exposição de D. Pedro II, a “maioria” decorria da “vontade do povo”, não sendo um movimento de apenas alguns, o que era natural em uma construção narrativa nacionalista da formação de seu reinado.

<sup>190</sup> Em suas *memórias históricas* sobre a Independência, existe praticamente um outro Moreira de Azevedo, distinto daquele das *memórias históricas* sobre as regências, o que na perspectiva desta Tese

“As prisões agora feitas serão pelos inimigos do Império consideradas despóticas. Não são. Vós vedes que são medidas de polícia, próprias para evitar a anarquia”<sup>191</sup>. Pela necessidade de conter as *paixões*, D. Pedro I justificava suas ações, ao mesmo tempo em que – o que parece ser importante para a narrativa de Moreira de Azevedo – não se ocultava que tais ações foram entendidas como *despóticas*. As falas de D. Pedro I, expostas nessa *memória*, são como uma parte de um debate que, assim, mesmo que de forma tênue, fazia transparecer a voz que se opunha.

Nesse jogo de vozes, a narrativa da **constituição do Brasil** deixava claro que a Independência política teve um contorno específico por ter sido Império. Pois o que Moreira de Azevedo fazia ver ao reproduzir os discursos de Pedro I era que ser *brasileiro* não era apenas defender a independência. “União e mais união, brasileiros; quem aderiu à nossa sagrada causa, quem jurou a independência deste Império, é brasileiro”<sup>192</sup>, concluía D. Pedro I em sua justificativa das prisões. Independência, então, não era apenas romper com Portugal, era, na voz de D. Pedro I, filiar-se ao Império.

O jogo que Moreira de Azevedo fazia com atos e discursos de D. Pedro I mostrava que um monarca poderia usar a coroa para um fim próprio, o exercício do seu governo, e não para um serviço à *nação*. Mostrava que uma *monarquia*, principalmente sem uma constituição, poderia degenerar em uma *tiranía* – novamente entendida como o governo de um sobre muitos. Essa exposição da corrupção da monarquia no momento de fundação do Império acabava fazendo com que, pelo passado, se afirmasse uma distinção entre *nação* e *Império*.

A distinção, e é isso que nos importa, é disponível graças ao passado e ao consenso sobre a possibilidade e necessidade de tematizar a Independência. Ao mesmo tempo, não seria simples para Moreira de Azevedo expor a distinção entre Império e *nação* por um debate conceitual, não apenas porque isso feriria diretamente o compromisso dos sócios do IHGB com o Imperador, mas principalmente porque uma avaliação dessa natureza facilmente poderia ser lida como uma posição

---

reafirma a importância da moldura – daquilo que dá unidade ao evento que é narrado – enquanto algo, inclusive, do âmbito do horizonte de quem escreve.

<sup>191</sup> AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. **A constituição do Brasil**. 32(39): 73, 1869.

<sup>192</sup> *Ibid.*, p. 74.

*partidária*, ou seja, contrária à postura – *distinta e modesta* – esperada de um letrado. A escrita da história, a exaltação do passado como consenso aparece, assim, como forma de tratar de conceitos e projetos sem chamar para si a ideia de ação *partidária*. É um debate velado, encoberto, é verdade, mas estava lá: para a narrativa de Moreira de Azevedo, pela independência e ações de D. Pedro I, *nação e Império* eram conceitos distintos; e a *monarquia* trazia consigo o risco da *tiranía*.

Para não ferir o consenso entre os sócios por enfatizar ações de D. Pedro I que facilmente poderiam ser vistas como *despóticas*, Moreira de Azevedo se dirige à ação dos conselheiros escolhidos pelo monarca; estes sim, dizia o letrado, capazes de contornar a situação servindo ao *Imperador* e a *nação*. Novamente afirmados como elementos distintos, porém, agora, começavam a se apoiar. Assim, Azevedo resumia:

Diversos povos, para obterem muito menos, têm derramado em ondas o sangue de seus filhos; nós, mais felizes, no remanso da paz, ao som festivo de vozes e hinos de alegria, recebemos de nossos maiores o código da estabilidade social: desde então entrou o Brasil na grande família das nações civilizadas<sup>193</sup>.

A imagem da tensão se desfazia no elogio à Proclamação pacífica, tanto da Independência, quanto da *constituição*. Ao mesmo tempo, a entrada na *civilização* não se dava propriamente em 1822, mas pela constituição em 1823.

O que o letrado faz, ao fim, é uma escrita biográfica dos vários homens que participaram ativamente desse processo, com o sentido de *instruir* sobre os *legisladores da constituição*, algo que Tristão de Araripe, em seu texto **Indicações sobre História Nacional**<sup>194</sup>, muito posterior, consideraria fundamental (capítulo 1).

Do ponto de vista da elaboração da Proclamação como moldura, a síntese dessa *memória*, apesar da tensão provocada pela dissolução da assembleia, é o “remanso da paz”. A entrada na “grande família das nações civilizadas” foi feita sem sangue, sem conflito. A abertura para um tempo novo é o suficiente para dar contorno ao evento.

<sup>193</sup> AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. **A constituição do Brasil**. 32(39): 85, 1869.

<sup>194</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. **Indicações sobre a história nacional**. 57 (90): 343, 1894.

## Prelúdios da Independência do Brasil

De uma forma geral, assim como na *memória* recém comentada, as *memórias históricas* seguem o sentido de narrativas pontuais, o que não significa uma ausência de um tempo histórico moderno<sup>195</sup>. Por vezes, o caso singular ganha sentido por uma narrativa geral, pelo conceito moderno de história<sup>196</sup>. O atuante Cônego Fernandes Pinheiro apresentou em 1874 uma *memória histórica* justamente nessa configuração, na qual o caso específico é lido por um amplo movimento experimentado pela humanidade, por um singular coletivo.

O início da *memória*, era, porém, um bordão recorrente. O letrado considerava que após meio século era “tempo de liquidarmos a verdade e de fazermos cabal

---

<sup>195</sup> Este caráter não deve ser entendido como um traço exclusivo da historiografia do Instituto, mas especialmente sobre o que se compreendia por *memória histórica* e a qual projeto e heranças esses letrados se vinculavam. Estes aparecem no próprio corpo da RIHGB, quando esta publica um conjunto de programas imersos no universo da Ilustração na América.

8. Para escrever a Historia eclesiástica e secular, geográfica e natural, política e militar, enfim uma Historia Universal de toda a América Portuguesa, com mais brevidade se dividirá este laborioso exercício pelos acadêmicos, que à pluralidade de votos forem eleitos, para cada uma das províncias deste continente: porém antes que se lhe encarregue a dita História, que deve compor-se em latim (e sujeitando-se aos preceitos não dá lugar a se averiguarem os pontos duvidosos, e a grande individuação, com que o historiador deve saber todos os fatos, e opiniões para escolher a melhor), se concluirão as memórias históricas, que se devem imprimir na língua portuguesa (**Estatutos da Academia Brasílica dos Acadêmicos Renascidos**. 45 (64): 51, 1882).

Sem assumir que os letrados da geração de 1870 seguiam literalmente esse programa, o programa nos mostra que, em uma referência que não deixava de ser pertinente para o IHGB, a presença de uma escrita pontual não se contrapõe *a priori* a uma *História Geral*. Não se deu entre estes letrados uma ruptura necessária entre duas concepções de história distintas – como argumentam certas leituras de Koselleck ao tratar do desgaste do *topos* história mestra da vida. A ideia da escrita de uma *História Geral* não suplanta necessariamente a possibilidade de escritas de casos particulares. Era possível certa continuidade, era possível que a narrativa pontual pudesse depois ser incorporada à escrita de uma *História Geral*.

É verdade que entre os sócios do IHGB da geração de 1870 o caráter de escrita sobre um assunto específico tinha relação também com a crítica moderna à fonte, que se difundia nesse fim de século e o que os diferencia dos **Estatutos da Academia Brasílica dos Acadêmicos Renascidos**.

Essa referência – de que *memórias históricas* deveriam anteceder a escrita de uma *História Geral* – é interessante para se compreender a profusão de *memórias históricas* no IHGB da geração de 1870, que se dedicou a escritas pontuais. A presença de uma maioria de histórias de casos pontuais não deve ser lida como um desconhecimento ou ausência do cronotopo moderno, mas – como diria Manoel Salgado – da possibilidade de deslizamento entre diferentes concepções de história.

<sup>196</sup> KOSELLECK, Reinhart. **historia/Historia**. Madrid: Trotta, 2010.

justiça a quem for de direito”<sup>197</sup>. A história era um juiz e já era tempo de falar do passado recente do Império.

Em sua *memória*, o primeiro ponto fundamental da narrativa não era, porém, particular ao Brasil, pertencia à História enquanto singular coletivo: era a *revolução francesa*. “Foi o choque elétrico que despertou do seu secular letárgico os timoneiros políticos descuidosos do futuro”<sup>198</sup>, o que era ainda mais verdade, dizia o autor, para os “povos da raça latina”. Aqui se esboçavam algumas ideias que devem ser pontuadas: 1) um movimento novo (e para o novo) com um ponto de inflexão fixo – a revolução; 2) uma necessidade de consciência dessa novidade, alertando “os timoneiros políticos descuidosos do futuro”; 3) a possibilidade de se pensar um destino comum aos *latinos*.

A Revolução Francesa como eixo de uma novidade que arrastava todo o mundo não é traço particular à América. No entanto, em sua perspectiva, o *mundo latino* tinha como resultado desse *mundo novo* a Independência; seria, portanto, algo ainda mais significativo. O cômico, então, não se limitava ao caso brasileiro. Tais ideias ganham corpo pela leitura dos processos de independências na América do Sul.

Ninguém mais do que nós reconhece e admira a sublime dedicação do soldado [...] desejamo-lo, porém, essencialmente passivo, e como o bastão na mão do cego, submetido à vontade de seus chefes, a quem só e unicamente cabe a responsabilidade de suas ações. Ora semelhantes predicados exigidos pela disciplina são antinômicos com os direitos de cidadão de um país livre, que deve examinar e discutir a suprema direção dos públicos negócios<sup>199</sup>.

A independência nos “povos de raça latina” tinha como marca a ação militar e sua permanência, esse era o ponto pelo qual Fernandes Pinheiro construía sua narrativa. As independências eram então lidas por uma marca inicial que as comprometia. Se era evento único, ou talvez justamente por sê-lo, Fernandes Pinheiro se constrangia pela mão que o realizara, cuja marca, ainda no momento em que escrevia, parecia ser determinante. Não havia princípio moral ou força que removesse a mão militar dos negócios públicos na América do Sul, sendo a Independência do

---

<sup>197</sup> PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. **Motins políticos e militares no Rio de Janeiro:** prelúdios da Independência do Brasil. 37 (49): 340, 1874.

<sup>198</sup> Idem.

<sup>199</sup> Ibid., p. 342.

Brasil, uma exceção. Ficava, assim, explícito, um forte elogio à escolha pelo Império e pela *monarquia constitucional*.

O centro dessa *memória histórica*, no entanto, como era usual nesse tipo de fala, não era um destino comum a muitos, mas um caso pontual. Da história que arrastava a todos, se compreendia um ponto específico. O caso especificamente tratado foi um *motim* que se deu pela chegada das notícias das decisões que se tomavam nas Cortes. Tratava-se de um *motim* por uma interrupção da disciplina militar, que se sucedeu pela ação de homens “inexperientes” que recorriam aos militares para resolver assuntos públicos. Era caso interessante a ser tratado, pois mostrava os caminhos pelos quais se podia dar a intervenção militar na política, e assim ensinava como evitá-la. Pedir auxílio aos militares na política era o que caracterizava os homens daquele momento como *inexperientes*; pois, mesmo que a causa fosse a independência, alguém guiado pela *experiência* jamais o faria. O militar não devia ter autonomia, deveria ser como o “bastão na mão do cego”.

Essa *memória* mostra como a *história* aparecia, por vezes, como *experiência*. Alguém que conhecia o passado não apelaria à intervenção militar. O entendimento político do que é correto ou errado não derivava de uma explanação conceitual ou de um projeto explícito, era pela história que papéis e lugares eram definidos, era a história o elemento pelo qual se podia afirmar e formar uma posição política.

Se o início da *memória* é como a narrativa de um *singular coletivo* – por vezes a História, por vezes a *humanidade* – esta marca não anula a possibilidade de sentido exemplar da história, pelo contrário. Fernandes Pinheiro, ao reconhecer que depois da Revolução Francesa um *mundo novo* se abria, redobrava sua cautela e uso da *experiência* como referência à ação. A temporalidade moderna não implicava, necessariamente, o desgaste do *topos* história mestra da vida, reafirmando a ideia do historiador Manoel Salgado sobre um deslizamento de diferentes temporalidades e concepções de história no IHGB<sup>200</sup>.

---

<sup>200</sup> GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: José Murilo de Carvalho (org.). **Nação e Cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 1, p. 93-122.

Enquanto referência que expõe o caráter de moldura da Proclamação, essa *memória* nos mostra que para um letrado, na verdade de uma geração anterior a de 1870, já era disponível deduzir o movimento particular da *nação* pelo movimento da *civilização*. Apesar do sentido básico dessa *memória* ser mais próximo aos das escritas sobre as regências – é como se o cônego escrevesse sobre uma *sedição* – a forma como ele inicia sua escrita mostra um outro sentido da moldura: se o movimento particular deriva de um movimento geral, se a Independência é uma das consequência da *revolução francesa*, a observação do movimento geral é suficiente para a produção da moldura.

No sentido político, quase em dissonância, sobre a Independência, a *memória* advertia que o fluxo da história, mesmo que tendesse a um progresso, devia ser visto com cautela, e esta cautela construída pelo conhecimento da história, pela *experiência*.

Nesse sentido, à história cabia definir a natureza das ações, e não ao debate ou à reflexão conceitual. A política era pensada pela experiência, e o passado era um local de autoridade privilegiado para definir ações.

Além desses usos da história, Fernandes Pinheiro esboçava da introdução ao fim da *memória* outra face da modernidade na escrita da história, algo que Azevedo havia definido em outra *memória histórica*.

## O dia 9 de janeiro de 1822

Aclarar os fatos, apresentar estendidamente os acontecimentos, iluminá-los com reflexões, averiguar as notícias [...] desvanecer os preconceitos, pesar as tradições aproveitando o que nelas houver de racional e sensato, apagar das crenças populares o que for falso e embustado: eis a missão do historiador<sup>201</sup>.

Assim, Moreira de Azevedo definia a “missão do historiador” em 1868, em sua *memória histórica O dia 9 de janeiro de 1822*. A temporalidade moderna mostrava traços na vida e produção desses letrados, assim como uma concepção de crítica que se poderia também chamar moderna<sup>202</sup>. Das escritas lidas na pesquisa desta Tese, essa *memória histórica* é a mais bem acabada.

O assunto da *memória* era um esclarecimento sobre evento que se deu em um ano apreensivo. O início da narrativa era a partida de D. João VI para Portugal no brigue de guerra *Infante D. Sebastião* (corrigindo o comentário de Pereira da Silva, que segundo Moreira de Azevedo havia afirmado a partida no brigue *Infante D. Manuel*) a qual deixa os *brasileiros* constrangidos, pois “tratava Portugal da reconolização do Brasil”<sup>203</sup>. Contra esse movimento de reconolização do *país*, os brasileiros se articulavam em lojas maçônicas, em *clubs políticos*. Contribuía ainda a juventude do Regente, que se via ressentido pelas disposições das Cortes.

O assunto da *memória* era o dia, mais propriamente o que D. Pedro I haveria dito no que mais tarde ficou conhecido como o “dia do fico”. Azevedo parte dos militares portugueses que pretenderam levar D. Pedro a Portugal, do filho do regente que morrera pelos esforços da viagem imposta pelos excessos dos militares portugueses, das Cartas que D. João VI recebera de seu filho e da pressão *popular* para que D. Pedro ficasse. Parte desses pontos e chega a um encontro no qual D. Pedro disse algo distinto do que ecoou posteriormente.

Convencido de que a presença de minha pessoa no Brasil interessa ao bem de toda a nação portuguesa e conhecendo que à vontade de algumas províncias o requer,

<sup>201</sup> AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. *O dia 9 de janeiro de 1822*. 31 (37): 33,1868.

<sup>202</sup> Entre outros, ver: ARAÚJO, Ricardo Benzaquem. *Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu*. Revista Estudos Históricos, vol. 1, n.1, p. 24-58, 1988.

<sup>203</sup> AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. *O dia 9 de janeiro de 1822*. 31 (37): 35, 1868.

demorarei a minha saída até que as cortes e meu augusto pai e senhor deliberem a este respeito com perfeito conhecimento das circunstâncias que têm ocorrido<sup>204</sup>.

De fato, trata-se de um discurso um tanto quanto distinto do que fora publicado no dia seguinte: “como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto; digo ao povo que fico”<sup>205</sup>. Azevedo trata, então, dos constrangimentos produzidos pela publicação das duas colocações. Criara-se um certo alvoroço sobre qual seria o discurso válido e por que razão as versões destoavam tanto, afinal haveria de se supor que aqueles que ouviam D. Pedro no Senado da Câmara (dizia Azevedo) deveriam estar atentos ao que se falava. Azevedo concluía que a segunda colocação (a que ficou para a história) havia sido forjada depois e justificava tal ato. E, assim, a crítica histórica mostrava seu caráter político.

Em seu entendimento – aqui não estamos mais em uma narrativa norteadada pelo passar do tempo, mas em uma análise de uma cena fechada nela mesma – a primeira colocação desagradava às Cortes e não contemplava as expectativas dos *brasileiros*, era um equívoco completo. O equívoco estava explícito, aliás, na própria fala: “convencido de que a presença de minha pessoa no Brasil interessa ao bem de toda a **nação portuguesa** e conhecendo que à vontade de algumas **províncias** o requer” [grifos meus]. D. Pedro I justificava, em nome da *nação portuguesa*, seguir a vontade de “algumas províncias”.

A segunda colocação saía como resposta à primeira e frente às respostas do “povo brasileiro” que se mostrava insatisfeito com essa posição. D. Pedro resolvia, então, reafirmar “o fico”.

Pelo consenso, pelo *dever* de um letrado sócio do IHGB escrever sobre a história nacional, Moreira de Azevedo afirmava uma posição sobre quem teria proclamado a Independência. Nessa *memória*, D. Pedro I era uma espécie de reflexo de forças em tensão. Quem conduziu suas ações foram, ao fim, os *brasileiros*.

Em um primeiro olhar, poderia dizer-se que a força de D. Pedro na proclamação da Independência aparece, nessa *memória*, enfraquecida, pois nem a frase e nem a decisão do fico seriam suas, mas dos *brasileiros*. Não se deve, porém, perder a medida nessa imagem, pois não era D. Pedro I quem não tinha força, mas

<sup>204</sup> AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. **O dia 9 de janeiro de 1822**. 31 (37): 42, 1868.

<sup>205</sup> *Ibid.*, p. 43.

todas as personagens, pois todas viviam de acordo com a força da cena. Moreira de Azevedo compunha a imagem de que “os fatos encaminhavam os homens”. As circunstâncias eram mais fortes que as ações, dito de outra forma, não havia ação propriamente, apenas reação. A história impunha aos homens um curso: era a independência ou voltar a ser colônia. Assim se expunha pela história um certo entendimento político e uma moldura importante para que nos propomos investigar – compreender quais procedimentos e mecanismos produzidos nas escritas da história da geração de 1870 do IHGB permeariam as recepções da Proclamação da República –, o que nos fará investir na imagem de “os fatos encaminham os homens” já comentada na *memória histórica* de Alencar Araripe (Capítulo 1). O que se pergunta é qual o papel dos sujeitos nessas escritas dos sócios do IHGB nas quais a cena tem mais força que as personagens.

O papel seria fraco, poderia dizer-se de início. O esvaziamento da ação, ou do homem como agente da história, mostra uma operação recorrente a uma certa modernidade, na qual a segurança do fluxo da história enfraquece a necessidade de reflexão sobre a ação. Isso porque a dualidade independência ou colônia produzia um contorno tão definido que não havia propriamente espaço para a escolha, encobrendo uma escolha fundamental que foi a independência como Império.

A história conduz a (re)ação na medida em que as circunstâncias têm vida própria e escapam ao controle dos homens. Se a circunstância tem autonomia (como a “decisão das cortes”), esta autonomia decorre de uma hierarquização das condições. Seria mais preciso, nesse sentido, ao invés de afirmar que o sujeito não tem força, dizer que existe uma hierarquia entre as condições, como se certos pontos fossem inalteráveis e a partir deles seria possível discernir o sentido da história.

A questão, assim, é que a produção de sentido depende desse ponto imóvel – o fato – para se construir. A inevitabilidade da Independência não deriva apenas de uma tendência universal às *nações*. A teleologia aqui não se constrói por um motor imóvel necessariamente, se a independência aparece como *inevitável* o que a faz assim, para os sócios do IHGB, é a dualidade independência ou colônia e a certeza de que as cortes portuguesas não cederiam a pressões daqueles que orbitavam o mundo instaurado pela Corte quando esta transmigrou para o Rio de Janeiro.

O ponto fundamental foi a ação das cortes. Esse era o motivo básico da Independência, presente na maioria das *memórias históricas* sobre a Independência com mais ou menos força, especialmente naquilo que aparecia como “fato”.

Assim, se, por vezes, os letrados supunham a independência como *inevitável*, construindo uma teleologia a serviço do consenso, os procedimentos pelos quais afirmaram essa *inevitabilidade* é o que está sendo destacado. O evento ganhava sentido pelo contraste e hierarquia entre  *fatos* e reações. Não havia *ação*: a posição das cortes era um *fato*; cabia aos *brasileiros* reagir. Se o *fato* fosse questionado, o esquema todo desabaria.

Desse *motivo* básico da escrita sobre a Independência aparece um modo de percepção e escrita da história no qual o sentido deriva e depende da produção de uma hierarquia. É verdade que a *memória* de Azevedo coloca os homens em movimento na cena, problematiza o que foi dito, o sentido das falas e das ações; porém, ao fim, a cena pesa mais que as personagens e a moldura, a proclamação acaba sendo mais forte que o próprio letrado.

## Biografia do Conselheiro Manoel Joaquim do Amaral Gurgel

Considerando a importância que Olegário Herculano Aquino e Castro viria a ter após a Proclamação da República como Presidente do IHGB e, principalmente, pelos procedimentos com que operou, vale a pena ler sua biografia sobre do Conselheiro Manoel Joaquim do Amaral Gurgel<sup>206</sup>, que em seus traços gerais se aproxima muito das *memórias históricas*. Nessa biografia aparece o procedimento mais próximo àquele que daria corpo à recepção da Proclamação da República como sendo o resultado de um *instinto nacional*, comprovado por um passado republicano (capítulo 1).

O uso do passado tem um sentido explícito nessa biografia: “a glória dos beneméritos que morrem brilha como um farol, mostrando o caminho àqueles que têm alma e coração, com valor bastante para seguir suas pisadas”<sup>207</sup>. Esse sentido exemplar, porém, não vem de uma virtude a ser tida como modelo para a ação, algo comum a certas escritas biográficas<sup>208</sup>. Se a postura do Conselheiro Manoel Joaquim do Amaral Gurgel nos anos próximos à Independência interessa a Aquino e Castro, é o seu papel na Independência o que o destaca. Não é uma virtude sua que lhe faz ser especial, mas seu lugar na *história*. Essa *biografia* se assemelha às *memórias históricas* lidas até aqui nesse sentido, é apenas pela *independência* que a biografia acontece, o que Aquino e Castro organiza em seu texto da seguinte forma:

Em mais de um ponto prende-se intimamente a vida pública de Manoel Joaquim à história de S. Paulo; aos sucessos, sobretudo, que precederam e acompanharam a declaração da independência soube ele ligar seu nome com distinção e nobreza<sup>209</sup>.

<sup>206</sup> Olegário Herculano de Aquino e Castro. **Biografia do Conselheiro Manoel Joaquim do Amaral Gurgel**. 41 (57): 237-376: 1878.

<sup>207</sup> CASTRO, Olegário Herculano de Aquino e. **Biografia do Conselheiro Manoel Joaquim do Amaral Gurgel**. 41 (57): 242: 1878.

<sup>208</sup> MADÉLÉNAT, Daniel. **La biographie**. 1. ed. Paris: PUF, 1984. Littératures modernes.

<sup>209</sup> CASTRO, Olegário Herculano de Aquino e. **Biografia do Conselheiro Manoel Joaquim do Amaral Gurgel**. 41 (57): 255: 1878.

As virtudes *distinção* e *nobreza* não são exclusivas de Manoel Joaquim, nem inatas; na narrativa, aparecem apenas pela circunstância da independência. É a circunstância que forma o “grande homem”. A importância do *benemérito* aparece pelo seu lugar na história e seguindo esse princípio, Aquino e Castro se afastava da vida particular para falar dos “traços gerais” do momento.

Seu tratamento da independência é um pouco diferente do que se viu até aqui, se a posição das cortes aparece como *motivo* básico para se ler a independência como irresistível, a oposição que decorre desta não é colônia ou independência apenas. Seu texto se constrói pela oposição *liberdade* ou *absolutismo*. Assim, falando de 1821 dizia:

Ainda era acanhado o desenvolvimento das ideias políticas e governamentais nesse tempo; havia exuberância de vida e de patriotismo no seio da população; mas ainda se fazia sentir a mão pesada do absolutismo, comprimindo a liberdade e opondo a força à franca manifestação do pensamento<sup>210</sup>.

A tensão, acirrada com a decisão das cortes portuguesas de “fazer voltar o Brasil à ignominiosa condição de colônia”<sup>211</sup>, era a tensão entre *liberdade* e *absolutismo*. Nessa biografia, o passado se abria como uma oposição, marcando que *absolutismo* não era apenas uma degeneração da forma de governo monarquia, mas uma postura de coação das possibilidades de ação dos cidadãos. Em seu texto, o uso que se dá ao *absolutismo* tem um sentido amplo “comprimindo a liberdade e opondo a força à franca manifestação do pensamento”, podendo ser usado, assim, para tratar de outros casos. O elogio àqueles que participaram da Independência, mesmo como consenso, abria espaço para uma crítica ao uso da força. É verdade que o próprio IHGB atestava que esta não era uma qualidade do Segundo Reinado, por se considerar um espaço aberto à “franca manifestação do pensamento”, porém, ainda assim, a biografia disponibilizava pela independência um uso do passado como crítica, o que se relacionava com um segundo uso.

Nessa biografia, a independência aparece como fruto de um processo confirmado pelo passado:

<sup>210</sup> Olegário Herculano de Aquino e Castro. **Biografia do Conselheiro Manoel Joaquim do Amaral Gurgel**. 41 (57): 256: 1878.

<sup>211</sup> Ibid., p. 259.

Aconteceu que em caminho de Santos para S. Paulo Sua Alteza recebeu despachos do governo de Portugal e participação do que se passava nas cortes de Lisboa; chegavam ao mesmo tempo às comunicações da princesa real e de José Bonifácio, dando notícias dos decretos das cortes, chamando o príncipe imediatamente a Portugal e anulando as medidas por ele tomadas em bem do país que governava; este **fato** vinha a ser assim **causa ocasional da imediata proclamação da independência, que em verdade se prendia a uma longa série de acontecimentos anteriores; a independência era uma transformação preparada pelo progresso da sociedade**, pela força da opinião e pela influência das ideias que se desenvolviam com o andar dos tempos, apresentando aos olhos do observador um resultado **previsto e necessário**.

**Enganar-se-ia quem pensasse que era obra do momento** [grifos meus]<sup>212</sup>.

O enredo anterior, do qual a independência era consequência, não era exposto por uma narrativa, mas por pontos de referência. Olegário citava a *conjuração mineira* e destacava Tiradentes como *mártir, vítima do absolutismo*. Se decorria de “uma transformação preparada pelo progresso da sociedade”, porém, não era necessário expor o processo dessa *preparação*. A confirmação se dava pela recorrência de tentativas de independência. Os eventos – como a conjuração –, assim, eram as referências para determinar a face da *nação*. Se os eventos tinham traços que os diferenciavam, eles apareciam enquanto eventos justo por serem lutas de independência. A Proclamação era, ela mesma, uma moldura que, ao olhar para o passado, fazia certos acontecimentos terem cor – uma cor nacional única – apesar de suas diferenças. A história, nessa operação, revelava a essência da *Nação*. O tempo revelava a natureza, mas não a construía. Não seria, então, sem sentido levar em consideração a vigência desse tipo de afirmação das características nacionais para se pensar como esses homens viveram a Proclamação da República.

Ao mesmo tempo, a forma como a face da *nação* é desenhada nesse procedimento, no movimento de tratar a independência (e posteriormente a República) como resultado de um processo anterior confirmado por eventos pontuais, tornava disponível apresentar a independência como *necessária e prevista* sem trazer a superfície os debates e tensões do momento. “Estava enfim consumada a grande obra da nossa regeneração política”<sup>213</sup>. Ao mesmo tempo, a diversidade da experiência colonial era anulada na produção de um passado no singular: o Brasil

<sup>212</sup> Olegário Herculano de Aquino e Castro. **Biografia do Conselheiro Manoel Joaquim do Amaral Gurgel**. 41 (57): 267: 1878.

<sup>213</sup> Ibid., p. 270.

colônia. O que existia, enquanto passado, era uma unidade espacial (o território nacional) e temporal (o que ocorreu antes da Independência) e a recorrência de uma moldura: cada luta contra a condição colonial (no singular) era prova de um *instinto nacional*.

Não se deve assumir que esse é apenas o resultado de uma escrita da história pouco desenvolvida ou rudimentar. A escrita se desenvolve dessa forma por uma referência própria e, principalmente, pelos limites de um vocabulário que, por sua vez, não limitava apenas a escrita da história. É justamente a dimensão política do vocabulário que compunha essas escritas da história o elemento pelo qual se poderá discutir quais os usos da história para a República de 1889.

## Duas palavras sobre D. Pedro I na época da Independência

Em 1893, outra *memória histórica* sobre a Independência fora impressa, a última que vou discutir, por uma razão: ela dá um sentido claro à compreensão do uso político da coroa na perspectiva desses letrados. O texto era de José Maria Pinto Peixoto, um letrado pouco conhecido. A *memória* tinha sido escrita em 1862 e, como tantas outras, por se terem passados quarenta anos do *fato*, o letrado supunha que o historiador poderia conter as *paixões* e narrar o que se passou. Seu texto se construía pela constatação recorrente de “os fatos terem encaminhado os homens e não estes àqueles”<sup>214</sup>. Assim, novamente a *ideia* estava entre os *brasileiros*, porém com um traço novo: “seja por interesse, ressentimento ou vaidade nacional ou mesmo moda”<sup>215</sup>. *Moda*, explicaria o autor, porque não podia supor uma educação política generalizada na população, e assim introduzia o argumento de que havia sido D. João VI quem armara a condição para a independência e D. Pedro I a efetivaria por essa abertura. D. João VI foi quem criou as instituições liberais que fizeram florescer os homens que agiriam pela independência. Porém, apesar desses traços *liberais*, se Pinto Peixoto cita o mesmo conjunto de publicistas que Alencar Araripe e Moreira de Azevedo percorreram, o elemento forte que aparece ao lado de D. Pedro I é um elemento feminino.

Um falecido amigo, e dos mais dedicados do Imperador D. Pedro I, um dos poucos que o acompanharam em sua viagem a São Paulo e cuja fidelidade na desgraça merece ser honrada à par da de Las Cases, afirmou-nos, há onze anos em Lisboa, que os conselhos e diligência da Imperatriz Leopoldina foram também um valioso auxílio para a independência e sua consolidação<sup>216</sup>.

O conselho à D. Pedro I era citado: “o pomo está maduro, colhe-o já, senão apodrece!” A leitura do evento se fazia por uma análise do amadurecimento do povo. Pela voz da Imperatriz apresentava-se a inevitabilidade da independência enquanto

<sup>214</sup> PEIXOTO, José Maria Pinto. **Duas palavras sobre D. Pedro I na época da Independência**. 56 (88): 6, 1893.

<sup>215</sup> *Ibidem*.

<sup>216</sup> *Ibid.*, p. 11.

justificativa da ação de D. Pedro I. Porém, a sua força não estava propriamente em sua *razão*, mas em seu *berço*. A Imperatriz, então, aparece por sua origem, seria mais um elemento *moral* enriquecedor da independência.

Riam-se os pretensos filósofos, que nós diremos com Pascal: O povo honra as pessoas de grande nascimento [...] Os doutos as consideram não pelo mesmo pensamento que o povo, porém por um mais elevado – a organização social sem dúvida<sup>217</sup>.

A Imperatriz e D. Pedro I apareciam como centro dessa “organização social sem dúvida”, um elemento pelo qual as *paixões* dos *partidos* se aplacavam. Apesar de a ideia conduzir os brasileiros, José Maria Pinto Peixoto considerava D. Pedro I o principal na independência. Seu argumento se construía pela imagem de como teria sido o processo sem sua presença, ou seja, *partidos*, *paixões*, lutas e separação. O caráter especulativo do argumento tinha como prova a experiência dos países próximos ao Brasil. Frente a essas repúblicas, o autor agradecia a presença de D. Pedro I, mesmo que não deixasse de criticar sua atuação posterior.

A ideia de *privilégio* tem aqui um contorno definido e positivo, contrastando fortemente com Alencar Araripe (Capítulo 1). A definição feita pelo letrado do *povo* que honra o *nascimento* faz com que o *privilégio* articule uma “organização social sem dúvida”. Esse *privilégio*, porém, não é dos interesses particulares de uns no espaço público, mas a configuração de um universo onde cores, gesto e a coroa são capazes de mobilizar a todos. O Rei (como diria Nabuco em 1895) colocava a todos na condição de súditos para, nesse movimento, reafirmar a posição desigual entre os homens. A “organização social sem dúvida” era a produção de sentido para a desigualdade e sua capacidade de expansão pelo contato com o Rei.

O que a *memória histórica* de Pinto Peixoto acrescenta é justamente essa dimensão, essa função dos corpos do Rei. Em Pinto Peixoto, essa centralidade tinha um perfil definido, inspirava um comportamento, “uma organização social sem dúvida”. Apesar de ele ser um letrado de pouca projeção, na verdade, para esta Tese, pouco importa a sua projeção ou qualidade, mas a natureza do texto. Justo por isso, esta citação, “uma organização social sem dúvida”, será retomada algumas vezes.

---

<sup>217</sup> PEIXOTO, José Maria Pinto. **Duas palavras sobre D. Pedro I na época da Independência**. 56 (88): 14, 1893.

### 3.6 Sobre a Proclamação

Se existia um consenso entre os sócios sobre o papel do IHGB para a *Nação*, ao percorrer esse consenso na escrita da história dos sócios do IHGB vemos um passado que dispõe elementos variados. Certos elementos presentes nas escritas da história, que se fossem o assunto próprio da *memória* seriam constrangedores (como as ações *despóticas* de D. Pedro I), eram palatáveis no fluxo de uma escrita e elogio da Independência.

Nesse sentido, é exemplar o jogo que Moreira de Azevedo fazia com atos e discursos de D. Pedro I em sua memória **A constituição do Brasil**, pois por meio desse artifício expunha que um monarca poderia usar a coroa para um fim próprio, o exercício do seu governo, rompendo seu papel de estar abaixo dos interesses da *nação*. Quando esses elementos se confundiram – o que aparece nos discursos de D. Pedro I – ficava explícito que uma *monarquia*, principalmente sem uma constituição, poderia degenerar em uma *tiranía*. Mais importante do que a posição política que Azevedo veladamente assumia, era o uso da história como meio de expor o que, se dito de forma direta, seria censurado.

A escrita de um passado para a *nação* – enquanto projeto consensual entre os sócios do IHGB – fazia com que certas palavras (como *tiranía*) e imagens pudessem ser expostas sem atrair para si a ideia de ação *partidária*. A fala sobre o passado era menos restrita do que a sobre o presente. Se na escrita de Moreira de Azevedo a Proclamação como moldura – como aquilo que faz certos acontecimentos serem lidos como eventos e terem cor própria – abria a possibilidade de tratar de assuntos que, a princípio, não faziam parte da vida letrada, mas *partidária*, Fernandes Pinheiro<sup>218</sup> construía uma narrativa na qual a linearidade aparece por movimentos cíclicos. Algo que já ocorreu pode dar lugar à novidade.

---

<sup>218</sup> PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes, 1825-1876. **Motins políticos e militares no Rio de Janeiro prelúdios**: da Independência do Brasil. 37 (49): 1874.

O passado tinha, nesse sentido, uma autoridade que a explanação conceitual por si só não teria. A *experiência* era determinante no entendimento do que eram decisões corretas<sup>219</sup>. O papel da história no IHGB, nesse sentido, é mais amplo que o da composição de um passado para a *nação*, embora esta fosse a motivação básica dos sócios. Na verdade, a história ia além da exemplaridade.

É justamente nesse sentido que a *memória histórica* de Fernandes Pinheiro apresenta a ação militar no espaço público. É pelo conhecimento do passado que este letrado definia a necessidade do militar ser um “bastão na mão de um cego”. O passado instruía sobre o homem e como este deveria agir. Não se trata, porém, de uma ausência de espaço para a novidade – e por isso destacamos a *memória histórica* de Fernandes Pinheiro que tem a *revolução francesa* como marco de um tempo novo, inclusive para o *povo latino* – mas de uma visão negativa da novidade. O que a história dispunha era tanto de sucessos quanto de insucessos, sendo que os insucessos na maior parte das vezes são o resultado do esquecimento das lições herdadas.

Deve-se entender que, por vezes, se desenha de uma antropologia política nessas *memórias*. O que se deduz do passado, as “lições” que dele se tira, não são exclusivamente exemplos, mas elementos para a definição do que interessa ou não a vida política, como se ao observar como o homem se comportou no passado se pudesse deduzir como se comportaria no presente. Ao se observar o passado, seria possível definir o que e quem é o homem. Não existe propriamente uma *virtude* a ser incorporada (como a *prudência* ou a *glória*), mas uma definição da natureza política humana pela história.

Novamente, o desenvolvimento de uma política por uma elaboração conceitual perdia espaço; não faria sentido desenhar um sistema filosófico político para esses homens, ou qualquer outro desenho que fosse fora da história. O passado

---

<sup>219</sup> Este ponto remete ao artigo **Existe um pensamento político brasileiro**, de Raymundo Faoro, de uma forma muito própria. A distinção feita neste artigo entre *filosofia* e *política* expõe justamente o limite de se pensar apenas enquanto política – não só no caso do Brasil – aquilo que se estrutura tal como um sistema filosófico baseado em premissas. Existem, na maior parte das vezes, movimentos devidos a interesses e contextos específicos que formam a vida e o pensamento político. Mais importa, neste argumento, a herança do que a coerência interna de um sistema político. O passado acaba por ser referência mais direta e efetiva para pensar uma tradição política do que uma dedução ou indução conceitual. “A redução do pensamento político à filosofia política leva a desfigurar a política e a converter a história à história das ideias. Toda uma categoria social se perderia. A Revolução Francesa teria nascido – para levar a tese à caricatura – dos filósofos” (FAORO, 2007, 32).

enquanto experiência aparecia como verdade, e não como um sistema ou conceito. Nesse sentido, a disputa pelo passado acaba se tornando central para a política.

Esse uso da história como referência para saber qual a natureza da *Nação* e que tipo de ação é adequado para um homem ter no espaço público nos leva, ainda, a rever uma imagem básica da escrita da história sobre a Independência.

Quando os sócios do IHGB compunham a imagem “os fatos encaminhavam os homens”, anunciando que as circunstâncias eram mais fortes do que as ações, e que de certa forma não havia ação propriamente, apenas reação, ficava claro que o espaço da ação política era limitado pela circunstância. Não existia autonomia naqueles que lutaram pela Independência. Eles foram como que coagidos a serem *brasileiros*.

Se nenhum sócio do IHGB deixaria de expor a Independência como positiva, a forma como esta era exposta – enquanto dualidade *colônia* ou *independência* – alienava dos indivíduos a escolha. O sujeito era a história, ou melhor, o *fato* (a posição das cortes portuguesas de quererem recolonizar o Brasil). Isso implicava em um recrudescimento do vocabulário, não havia palavras para dizer a ação dos *beneméritos*, embora o lugar destes estivesse sendo resguardado.

A Proclamação da Independência era, ela mesma, uma moldura que, ao se olhar para o passado, fazia certos acontecimentos terem cor – uma cor nacional única – apesar de suas diferenças. Seja enquanto elemento que define a natureza da *nação* ou a natureza humana, a história – escrita enquanto Proclamação – organizava o olhar de uma forma que, na República, foi aproveitado.

### 3.7 A República como proclamação

A moldura comum à recepção da República e da Independência é a Proclamação. Proclamar, nesse campo, era trazer à superfície algo que já está contido. Tanto a Independência, quanto a República, foram lidas enquanto Proclamadas na medida em que decorriam da natureza da *nação*.

As *memórias históricas* sobre a Independência não produziram uma narrativa onde a causalidade decorre do tempo. Não existia um processo formado por elementos que culminavam na Independência. A ideia de que a Independência decorria de um passado era, por vezes, exposta pela ideia de *progresso*, como diria Aquino e Castro:

**A independência era uma transformação preparada pelo progresso da sociedade**, pela força da opinião e pela influência das ideias que se desenvolviam com o andar dos tempos, apresentando aos olhos do observador um resultado **previsto e necessário**<sup>220</sup>.

Esse “andar dos tempos”, porém, não era construído por um início, meio e fim, mas deduzido por um conjunto de movimentos que se deram ao longo da colônia contrários à condição colonial. O que conferia unidade e identidade era o território nacional e, nesse movimento, as experiências das colônias se tornavam uma unidade homogênea, todos os enfrentamentos com a metrópole se tornavam a reafirmação de um mesmo movimento.

Esse tipo de teleologia comum a escritas nacionalistas da história não é, certamente, algo exclusivo do IHGB. Chamamos atenção não propriamente para a teleologia, o que se sabe fazer parte do universo da historiografia desses homens, mas para como esta se constitui.

---

<sup>220</sup> Olegário Herculano de Aquino e Castro. **Biografia do Conselheiro Manoel Joaquim do Amaral Gurgel**. 41 (57): 267: 1878.

A presença do presente no passado e a dedução de que o passado necessariamente daria no presente ganha sentido pela dualidade. O que estrutura a moldura Proclamação é justamente esse jogo entre ter ou não autonomia na vida política. Porém, não é apenas uma moldura que se estabelece na escrita, mas no próprio olhar. Além de ser meio de expor um evento, a moldura encaminha o olhar à procura deste. A necessidade de encontrar a confirmação da Independência no passado é o que o faz com que eventos – como a *conjuração mineira* ou *expulsão dos Holandeses* (esta última sempre exaltada no IHGB) – aparecessem como elementos pelos quais se poderia expor a natureza da *nação*.

O mesmo tipo de procedimento foi usado para construir um passado para a República por letrados como Tristão de Alencar Araripe ou Aristides Milton. Proclamar novamente aparecia como trazer à superfície a natureza da *nação* encoberta pela condição de colônia. A oposição ainda era autonomia ou colônia, liberdade ou tirania. Os eventos lidos pela geração de 1870 do IHGB, ainda no Segundo Reinado, enquanto passado que confirmava a tendência à Independência, se convertiam, nessa recepção da Proclamação da República, em passado republicano ao lado de outros eventos, como a *revolução pernambucana*, antes postos de lado – especialmente por seu caráter *separatista* e de crítica à centralidade do sudeste no processo de construção do Estado.

Esse procedimento de destacar o passado da colônia ao início do oitocentos esvaziava a ação de homens que agiram de forma direta no movimento republicano. É notável que publicistas como Silva Jardim em 1880 fizessem discursos muito próximos ao que Tristão de Alencar Araripe viria a dizer no interior do IHGB em 1895. Ambos afirmavam a República como inevitável e usavam o passado colonial – especialmente eventos nos quais se contestou a condição colonial – como forma de associar a *tirania* da *metrópole* com a *monarquia*. Nessa imagem eram todos governos baseados no *privilegio*. A diferença é que com a República proclamada, os publicistas – como Silva Jardim ou Lopez Trovão – foram postos de lado.

O Estado republicano cumprira o papel de esvaziar a força desses homens – Silva Jardim foi exilado e no exílio cometeu suicídio (entre tantos outros perseguidos nos governos de Deodoro e Floriano) –, o que Araripe elogiava na “mão de ferro” de

Floriano. Porém, justo por elogiar Floriano, Constant e Deodoro, Alencar Araripe, assim como outros letrados sócios do IHGB que valorizaram a ação desses militares, acabariam perdendo espaço quando o IHGB se aproximou dos governos civis.

Curiosamente, nesse movimento, os republicanos declarados eram afastados por terem apoiado e se envolvido com os governos militares. Ganhava força a parte dos sócios do IHGB – os possíveis “monarquistas contidos” – que se propunham a compor um passado Republicano que anulava o passado recente da República, inclusive os próprios governos militares. Definir a *nação* como República era uma forma de anular esta enquanto contingência, enquanto fruto de uma escolha. A história silenciava a ação e, com ela, a importância dos publicistas de 1880 e dos governos militares na imposição da “ordem”.

A teleologia característica da escrita nacionalista tinha, assim, um papel político: controlar quem eram os *beneméritos* anulando o passado recente e com ele as tensões que sua presença implicaria. Novamente, esse controle decorre de um uso da história como forma de definição do que são ações políticas adequadas. Ao mesmo tempo, o fim da *monarquia* enquanto fim do *privilégio* deixava de lado duas questões.

A primeira, bastante clara nas *memórias históricas* sobre a Independência, era a necessidade de se ter um elemento que produzisse, voltando à expressão de Pinto Peixoto, a “organização social sem dúvida”<sup>221</sup>. No caso da escrita sobre a Independência, esta organização decorria da presença do Imperador, capaz de conter as *paixões*. O *privilégio* tinha, aqui, sentido positivo. Nas *memórias históricas* sobre a Independência D. Pedro I – mesmo quando veladamente criticado – aparecia como elemento de união entre *partidos*, aplacando as *disputas*. A necessidade de uma “organização social sem dúvida” permanecia na República<sup>222</sup>.

Esta modalidade de *nação*, onde existe a necessidade de produzir o sentido de pertença e traduzir o coletivo, implica em uma centralização que a República não viria a romper, mesmo com o jogo político da *política dos governadores* que mais

<sup>221</sup> PEIXOTO, José Maria Pinto. **Duas palavras sobre D. Pedro I na época da Independência**. 56 (88): 14, 1893.

<sup>222</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense/CNPq, 1990; CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras 1990.

tarde se estabeleceria<sup>223</sup>. Essa centralização, então, não é propriamente de uma região apenas, mas do controle daqueles que poderiam participar do jogo político. Esse controle aparecia, sobretudo, nos limites políticos do vocabulário. O controle se dava na medida em que não havia interesse em dizer o que se passava como vida ativa na Rua. O que estava fora da vida do Estado ou da vida letrada era simplesmente um “ruído”. Como veremos (no Capítulo 3), a atividade política do cidadão não era a ação, mas o voto.

É necessário, para se ter controle da proporção deste argumento, retomar a imagem de Simmel sobre o funcionamento da sociedade como um corpo onde órgãos principais (enquanto conceitos sociológicos como “classe” ou “modo de produção”) são irrigados por sistemas periféricos. O IHGB se situa em um sistema periférico na República, por onde o vocabulário herdado do Império podia irrigar e circular. O lugar de maior destaque do Instituto no Estado republicano foi na diplomacia. Porém, não se deve perder de vista que a linguagem pela qual esses letrados operavam não lhes era exclusiva.

A forma de definição da *nação* enquanto algo que é e não algo que se tornou (ou seja, existe uma essência e não um processo de formação) tem um sentido político muito forte e abre a segunda questão anunciada acima.

Se a República necessitaria de uma “coesão social sem dúvida” tal qual a *monarquia*, o controle sobre esta deveria ser mais forte. O princípio hereditário da *monarquia* produzia uma confiabilidade que podia regular o acesso à esfera da política. Em um sistema representativo a *nação* aparece em aberto e, ao mesmo tempo, com necessidade maior de se impor (pois não havia mais os *dois corpos do Rei*), o que a torna restrita é o vocabulário, aquilo que em um primeiro plano é possível de ser dito enquanto nacional e, nesse movimento, o que pode ser dito enquanto política propriamente. Esses elementos distintos se imbricavam: a forma de negar a condição de política a uma ação era excluí-la da pertença à *nação*.

Nesse contexto, a imagem “os fatos encaminham os homens” tem uma força muito precisa, pois organiza na própria história (seja na Proclamação da República ou da Independência), o que se pode entender por um enfraquecimento da ação,

---

<sup>223</sup> LESSA, Renato. **A invenção republicana**: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: Iuperj, 1988.

centralizando a atenção para os “fatos”. Ou seja, não havia necessidade de escolha, mas de conhecimento. A política, a decisão de fazer a Independência como um Império, como uma *monarquia constitucional* e escravocrata, aparecia como fato, como a *nação*. Quem conhecia os “fatos” não estava no âmbito dos *partidos* ou das *paixões*, mas no governo da *razão*. Se a República não tinha o corpo do Rei como reforço à “coesão social sem dúvida”, seus homens – especialmente nos governos civis – iriam intensificar a aposta na *razão*, no conhecimento dos “fatos” como a construção de um governo autônomo. Não sem razão, o arranjo político montado em Campos Sales viria a aparecer como um mal necessário, uma estratégia de controle da *política* – da vida *partidária*, das *paixões* e de tudo o que ao olhar desses homens entrou em cena nas regências – para permitir a *administração* reinar.

“Os fatos encaminham os homens” era uma sentença que fazia sentido no passado, ganhava força pela escrita da história, mas que interagira diretamente com a vida dos governos. Porém, essa aposta em um governo racional não tinha o efeito na cidade que o “corpo do Rei” desempenhara. Era uma crise da autoridade, nas palavras da filósofa Arendt:

A origem da autoridade no governo autoritário é sempre dessa fonte, dessa força externa que transcende a esfera política, que as autoridades derivam sua “autoridade” – isto é, sua legitimidade – e em relação à qual seu poder pode ser confirmado<sup>224</sup>.

A *razão* (no singular e enquanto conhecimento dos “fatos”) enquanto uma “fonte externa” da esfera política que a legitima produzia autoridade, porém, apenas no próprio espaço interno da esfera política instituída pela representatividade. A clivagem dentro/fora que esses homens percebiam entre Estado e cidade, entre letras e Rua, era amplificado na República. O agir pelo Estado, pela *administração*, se convertia em uma negação quase necessária da vida ativa da Rua – o que em Campos Sales é explícito.

O caminho final desta Tese é identificar com mais detalhe a vida do Estado na República, para conhecer a cidade como contraste com o vocabulário desses homens, como contraste à escrita da história e suas molduras.

---

<sup>224</sup> ARENDT, Hanna. **O que é autoridade?** In: Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 134.

## 4 A palavra e a cidade

### 4.1 Reincidências de um vocabulário

As recepções da República entre os sócios do IHGB podem ser resumidas em dois tipos: 1) uma primeira foi o distanciamento, a imagem de que o presente de 1889 era tenso e movimentado, de que era necessário se afastar do “ruído dos interesses desencontrados”<sup>225</sup>; 2) em uma outra recepção, a República foi proclamada, era um paço necessário e irresistível da história.

Na reclusão, no distanciamento do “ruído dos interesses desencontrados”, a defesa do Império como passado nacional era uma nova fonte de inspiração, permitindo aos sócios defender o Império sem se expor à acusação de serem *restauradores*. A imagem de estarem no mundo das *letras* minimizava a chance de serem encarados como *partidários*, embora não excluísse totalmente a imagem do IHGB como retiro dos *monarquistas*. Nessa postura, os sócios participavam da disputa pela *nação* nesse novo momento, pois a República não tinha um repertório definido de cores que a caracterizasse, como Joaquim Norberto deixava claro ao discutir a história das *bandeiras nacionais* (Capítulo 1).

Embora esses letrados, entre eles o recém-sócio do IHGB Joaquim Nabuco, negassem que a República tivesse relação com o passado *nacional*, o presente que viviam não era desprovido de passado; muito pelo contrário, aquilo que compunha o horizonte era um passado específico: como se em um tempo cíclico, os anos da *anarquia regencial* pareciam ter voltado. O contexto de onde falavam era contra a *anarquia*.

---

<sup>225</sup> MELLO, José Alexandre Teixeira de. **Relatório**. Revista do IHGB. 53 (82): 561, 1890.

Esse horizonte se materializa principalmente no vocabulário pelo qual falavam desse presente. Existia uma proximidade entre a fala daqueles que escreveram sobre as regências, como o sócio Moreira de Azevedo, e aqueles que comentavam os anos intensos de 1889, o que se manteria até a reaproximação do IHGB com o Estado nos governos civis, quando certa “estabilidade política” foi alcançada. Nessa recepção da República, as causas e personagens da *anarquia* nas regências pareciam ter retornado. As *paixões*, a *turba*, os *partidos exacerbados...* e, como o elemento mais evidente, a intervenção militar na vida pública, a que eles chamariam usualmente de *sedição* (Capítulo 2). Foi o próprio passado do Segundo Reinado, ou o seu início, a referência que deu sentido à primeira recepção sobre a República, no mínimo disponibilizando palavras e molduras para que se falasse daquele momento.

Essa recepção foi, com o passar do tempo e especialmente com a aproximação entre o governo de Prudente de Moraes e o IHGB, se moldando em uma outra direção. Esse momento de *anarquia* inicial da República se tornava uma “época de transição”. As regências apareciam com um outro sentido, como moldura para a República, como se para esses homens existisse uma simetria entre o momento que deu origem ao Segundo Reinado e o momento inicial da República. Ambos foram momentos *apaixonados* por terem sido momentos de transição. Não havia espanto, então, com a *anarquia*. A periodização recompunha a história e, nesse movimento, deixava o momento e a escolha pela República encobertos, sem personalidade ou cor própria, silenciando as vozes que agiram pela República antes de 1889 e aqueles que, inclusive pela violência – como no governo de Floriano Peixoto –, “consolidaram a República”.

Nesse movimento de silenciar o passado recente, uma segunda recepção da República acabava também sendo posta de lado. Letrados como Alencar Araripe ou Aristides Milton contrastavam com a primeira recepção, argumentando que a República tinha laços com o passado nacional, o que era demonstrado pela associação de diferentes movimentos de oposição à “condição colonial” a uma “inspiração republicana”.

Essa recepção ganhou forma também em uma defesa dos governos militares que não se limitava à produção letrada. Tristão de Alencar Araripe sucedeu Rui

Barbosa como Ministro da Fazenda no início da onda especulativa conhecida como “encilhamento”. Além de defender os governos militares em suas produções, alguns sócios do IHGB trabalharam ativamente nesses governos. Quando se dá a aproximação entre o governo civil de Prudente de Moraes e o IHGB, esses homens que nas letras e no governo tinham se associado à República da Espada perderam espaço. Curiosamente, aqueles que defenderam a República desde seu início, nos governos civis foram afastados.

Essa recepção onde a República é americana e uma negação do Império perdia espaço nos governos civis. Nestes, um vínculo entre o governo republicano e o Império era composto, afirmando heranças como a forma de consolidar o Estado – o que Renato Lessa<sup>226</sup> destaca ao analisar a ação e pensamento político de Campos Sales, por exemplo. É nessa recomposição e afirmação da herança que iremos nos manter, por uma razão própria.

Essas leituras das recepções ficaram incompletas, pois o que elas fizeram – e este é um traço que lhes é comum – foi silenciar as vozes da Rua e da cidade, que agiram diretamente pela República, colocando-as sob a imagem turva da *anarquia* ou sob a imagem teleológica de que a República chegaria necessariamente (“os fatos encaminham os homens” e assim os homens importam menos que os fatos); se vozes foram silenciadas, esse movimento só será compreendido se colocarmos em questão o que foi silenciado. Se os sócios do IHGB se afastavam e negavam a vida da Rua, há de se conhecer esta vida, saber o que a escrita da história encobre ao chamar a ação de *revolta*, mesmo que em uma visão circunscrita.

O caminho das letras para a cidade não será direto, nem poderia ser por causa dessa pretensão de autonomia e distanciamento do mundo das letras no IHGB. Ele será, então, mediado por uma leitura da semelhança do vocabulário das escritas da história e do vocabulário e ações do Estado. Essa mediação é necessária porque as ações da Rua reagiram ao Estado e não a vida letrada propriamente.

É quando o Estado percebe a vida da cidade como *anarquia* e a cidade afirma sua voz que o uso político do vocabulário – próximo à vida das letras no IHGB e ao Estado – aparece de forma mais clara. A vida das letras no Instituto, como os próprios

---

<sup>226</sup> LESSA, Renato. **A invenção Republicana**. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: Iuperj 1988.

sócios do IHGB queriam, se mantinha autônoma e isolada da vida da cidade no fim daquele século, pelo menos o quanto era possível (em momentos como a Armada, o IHGB era obrigado a interromper suas atividades). O Estado, porém, não podia se manter no silêncio. Ele era forçado a lidar com a vida ativa, o que não foi uma particularidade da República.

Se cada palavra tem um uso dependendo do contexto, se a *voz* se assemelha ao jogo que se faz sempre em uma situação específica, as mudanças vividas nesses anos, de 1880 a 1890, interferiram de diferentes formas na linguagem. É o que um entendimento da linguagem nos faz supor; porém, não é necessariamente o que ocorre. Por mais que a intenção de quem fale seja circunscrita a uma situação, o vocabulário disponível muitas vezes é uma herança e um limite da ação que o *jogo* não rompe; pelo contrário, reafirma.

Aqui, novamente, vale reafirmar a postura de Gumbrecht sobre a ampliação da *situação* pelo passado. A *situação* – ou seja, o cenário onde se fala – se amplia quando a consciência política, como era o caso desses letrados, é formada pelo passado; é também uma *consciência histórica*. A ação desses homens não deve ser pensada na sua circunstância exclusiva, no contexto mais imediato da fala; o passado compunha um horizonte onde se compreendia quais ações eram positivas ou negativas, o contexto da fala também era este horizonte. O passado conferia identidade e sentido à ação tanto quanto a intenção imediata do discurso.

Foi assim possível a homens como os sócios do IHGB, nos anos próximos à Proclamação da República, se afirmarem afastados do presente e imersos no passado e, através desse artifício, agirem no presente minimizando a imagem de serem *restauradores* (Capítulo 1). Isso porque o passado tinha uma autoridade acima do que eles chamavam de *política* (Capítulo 2). No passado existiam lições que definiam tanto o homem – sua *razão* e suas *paixões* – quanto suas ações. É nesse sentido que o Estado e a escrita da história compartilham um vocabulário. De forma mais precisa, a escrita da história dos sócios do IHGB participava de uma disputa política por um

vocabulário que organizava a vida do governo; disputa essa entre diferentes grupos, dos quais os sócios do IHGB eram apenas um<sup>227</sup>.

Apesar da diversidade de atores, o que foi demonstrado nas escritas da história – uma permanência de vocabulários e de operações historiográficas nas recepções da República – tem semelhança com o que se deu na vida do discurso em jogo na República. Vale comentar um caso particular, o discurso de Deodoro da Fonseca em meio aos debates sobre a (re)elaboração da constituição como um exemplo no qual se encaminham essas permanências<sup>228</sup>.

A intenção é pontuar a herança no início dos governos militares, uma vez que o cientista político Renato Lessa, entre outros autores possíveis, já indicou por quais caminhos a herança imperial foi incorporada à construção republicana nos governos civis. Lessa chega a pensar a construção de um Estado pautado na *administração racional* de Campos Sales pela referência do Visconde de Uruguai: o governo civil restabelecia o vocabulário e a herança do Império sem necessariamente incorporar em seus governos os herdeiros ainda vivos do Segundo Reinado.

Também incorporando a herança, agora tratando do início dos governos militares, em meio aos diferentes projetos em discussão no governo provisório – especificamente no momento da polarização entre federalismos e centralização (WEHLING, 1994) –, o primeiro presidente da República dizia: “grave é também o perigo das inovações”<sup>229</sup>, ao se dirigir ao congresso em um discurso em que defendia a necessidade de moderação na (re)formulação da *constituição*. Deodoro argumentava pela transformação da *lei* e do *direito* sem que se começasse do zero. A *lei* aparece aqui como resultado da depuração do tempo na história de um povo, não é

<sup>227</sup> Em se tratando do fim do Império e início da República, se poderia citar como grupos em movimento: os republicanos federalistas ligados a São Paulo, membros do Partido Republicano Paulista; os *jacobinos* favoráveis à centralização e ao governo militar, defensores do *florianismo*; republicanos civis do Rio de Janeiro, como Rui Barbosa, de perfil mais liberal; e os monarquistas que aderiram ao novo governo, que – como os sócios do IHGB – não deixavam de ser monarquistas, mas como a *nação* deveria ser superior a suas ideias particulares, mantinham seus serviços na República.

<sup>228</sup> Sobre os debates e o processo próprio de escrita da constituição republicana, vale partir de Carone (1978) e de Wehling (1994). Embora especialmente Edgar Carone opere dentro da imagem da República Velha que vem sendo desconstruída – por exemplo, por Martha Abreu e Ângela de Castro Gomes (2009) – seu trabalho é, ainda, uma referência e um caminho próprio para conhecer as fontes sobre os debates políticos que marcaram a Primeira República.

<sup>229</sup> FONSECA, Deodoro. **Mensagem dirigida ao congresso**. Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1890, p. 7. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/presidential>.

algo ligado estritamente a uma forma de governo, mas à *nação*. O *direito* fazia parte da “trilogia sagrada” ao lado da *justiça e liberdade*. Sem ela, era a *anarquia*.

A mensagem ao Congresso não acontecia em uma situação ou data qualquer. Deodoro afirmava, em 15 de novembro de 1890, o triunfo da República. Era o resultado, dizia o então presidente, da “providência, que regulou por leis eternas e imutáveis tudo o quanto o universo encerra”<sup>230</sup>. Esse discurso tinha, nesse momento, duas direções e uma audiência.

A primeira direção era a forma como a República estava sendo encarada no “Velho Mundo”. A sua audiência era:

Para vós, que acompanhastes a celebridade e precisão das evoluções republicanas nos últimos anos do império, que fostes também obreiros impulsionadores do movimento que desde os tempos coloniais teve precursores e mártires, não passou de certo indiferente a injustiça com que foi julgada a obra meritória e redentora de 15 de novembro na quase totalidade do velho mundo<sup>231</sup>.

Ao discutir a legitimidade da República e a forma como esta era lida pelo “velho mundo”, Deodoro afirmava a república pelo passado, “que desde os tempos coloniais teve precursores e mártires”. Esse é o primeiro traço de semelhança entre o vocabulário em jogo no governo republicano e as escritas da história do IHGB, pois o argumento é muito próximo ao que Alencar Araripe usaria alguns anos depois em sua escrita dos **Beneméritos da República**. Deodoro mantinha essa tonalidade partilhada por alguns sócios do IHGB: “no mais sombrio da nossa existência colonial a aspiração da liberdade penetrou no íntimo de todas as consciências”; ou “tinham os nossos maiores um tal culto pela democracia que um só elo do despotismo antigo não

<sup>230</sup> FONSECA, Deodoro. **Mensagem dirigida ao congresso**. Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1890, p. 3.

Existe no conceito moderno de história uma percepção própria da providência, como nos mostra Koselleck em **História** (um exemplo bastante característico é **A educação do gênero humano**, de Lessing). Nessa percepção, a providência não aparece como um Deus de um povo, nem como a referência a uma fé específica, mas como um educador que tece um desenvolvimento gradual de todos os homens. A associação entre progresso e providência mostrava que certas verdades não podiam ser conhecidas antes do tempo, antes da maturidade. Assim, antes do amadurecimento, verdades provisórias eram necessárias para a educação da *humanidade*, eram instrumentos *pedagógicos* da *providência*. Essa era uma forma de pensar o progresso como contínuo, mas sem anular totalmente a força do passado, as verdades “antigas” foram necessárias um dia.

Essa é a forma como Deodoro da Fonseca enquadra a proclamação da República, pois se esta é a verdadeira face nacional, a natureza americana é republicana em seu discurso; isso não significa que o Império tenha sido um tempo perdido ou algo a ser negado. Foi uma etapa do desenvolvimento da *nação*. Alguns traços seus deviam ser incorporados, pois não eram do Império, mas da *nação*.

<sup>231</sup> FONSECA, Deodoro. **Mensagem dirigida ao congresso**. Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1890, p. 5.

era quebrado sem que não respondêssemos com a adesão armada”; seguia com a “inconfidência mineira” e a “revolução de 1817”, assim como Araripe ou Aristides Milton (Capítulo 1), associando a Independência à República. Eventos de enfrentamento com a antiga metrópole eram lidos como prova da aspiração nacional republicana.

Ao mesmo tempo, a República se afirmava como uma verdade americana. O “Velho Mundo” não a compreendia, mas na América, dizia Deodoro, a *democracia* era uma verdade. As escritas do IHGB que elogiavam e defendiam a República militar, muito semelhantes a esse discurso, parecem ter ouvido a fala do general, na qual a força do passado está em definir uma verdade que não comporta discussão ou escolha. Frente ao que o passado afirma como *nação*, o homem se curva. Esse era um dos usos políticos da história na República. A afirmação da República como americana e democrática conduzia à segunda direção de seu discurso.

Se a audiência era os “obreiros impulsionadores do movimento”, a circunstância do discurso era a escrita da nova constituição, sobre o que Deodoro alertava “grave é também o perigo da inovação”. Na verdade, Deodoro defendia uma reescrita. O então presidente afirmava que não só as leis herdadas do Império deviam ser mantidas, como foram graças a elas que a República conquistara estabilidade. Deodoro explicitava que fez uso dessas *leis* em seu governo, especialmente no que diz respeito ao controle da *anarquia*. As *revoltas* e *motins* que a República enfrentava, dizia o General Presidente, eram julgados por um *direito*, por *leis nacionais*. O *direito*, como herança, garantia a estabilidade da República. O *direito*, como já vimos (no Capítulo 2), conformava um vocabulário e, ao mesmo tempo, um *horizonte*. A construção se dava pela herança.

Novamente, assim como nas escritas do IHGB sobre as regências, a vida ativa da Rua tinha um nome só, e, novamente, esse nome, *anarquia*, não era apenas da Rua, mas também o dos *partidos*.

No discurso de Deodoro, *partido* e *facção* apareciam como elementos distintos; mas que, sem certas precauções, todo *partido* poderia virar uma *facção* – assim como fizera Moreira de Azevedo ao falar dos partidos regenciais. O que Deodoro afirmava à sua audiência é que existia um limite para a ação. Certas coisas,

como o *direito*, não podiam ser lidas na dualidade *monarquia* ou *república*, mas na perspectiva nacional, que não comporta disputas, pois não era o resultado de ideias, mas da história. Novamente, a autoridade da história era um argumento para limitar a necessidade do debate e da escolha.

Deodoro afirmava à sua audiência que deveria formar *partidos*, e não *facções*. Dizia o então presidente que era necessário reconhecer o limite da ação, caminhar dentro de limites. Para quem soubesse ouvir, era um aviso.

Nesta ordem de instituições os partidos políticos constituem a mais eficaz das garantias de estabilidade e de progresso; eles dilatam os domínios da liberdade e defendem a sociedade contra a tirania e as usurpações. **Convém, porém, não confundir os partidos com as facções**, nem substituir a missão que lhes é própria, humana e prática, pelas abstrações que acaso possam conduzir-nos à revolução ou à dissolução. **Demais, sob o regime que adotamos, os partidos ficam sem objetivo no dia em que proferem a sua sentença nas urnas**. Desempenhado o seu papel de soberania, todos são indistintamente operários do progresso e da civilização, visto que a aspiração do governo não depende mais nem das impaciências, nem das conspirações [grifos meus]<sup>232</sup>.

Esse discurso de Deodoro deixa claro que a escolha pela República não era, para todos os republicanos, um exercício de negação do passado. Deveria ser mantido o que era lido enquanto obra nacional, pois a *nação* está, no discurso desses homens, em um plano superior ao das escolhas. A *nação* operava como o artifício forte em um sistema representativo que se construía, permitindo que o passado fosse lido como herança, mesmo o passado de um momento que acabava de ser deposto e, ao mesmo tempo, limitando a ação, pois o que era tido como nacional não deveria ser discutido.

Ao mesmo tempo em que o passado deveria ser incorporado, os *partidos* deveriam ter consciência de que “ficam sem objetivo no dia em que proferem a sua sentença nas urnas”. Essa é a definição básica da ação política que Deodoro defendia: o voto. Fora do voto, a ação política deveria ser contida. Fora do voto, não se poderia mais se dirigir ao *bem de todos*, seria como agredir a *nação* por se movimentar por uma “abstração” ou causa *partidária*. A defesa da *nação*, ainda mais na voz de um militar, era uma forma de limitação da ação.

O que pode parecer, por si, específico de Deodoro, não o foi. Mesmo no governo que o sucedeu, com uma oposição muito mais intensa à obra do Império,

<sup>232</sup> FONSECA, Deodoro. **Mensagem dirigida ao congresso**. Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1890, p. 9.

nem Floriano Peixoto<sup>233</sup>, nem os *jacobinos* (como eram conhecidos aqueles que apoiaram Floriano mesmo após o fim de seu mandato), conseguiram desconstruir totalmente a *herança*, até porque operavam por ela, por seu vocabulário e por suas imagens. Em um primeiro nível pela negação delas – se opor às obras do Império dava unidade às ações dos *jacobinos* –, em um segundo, pela permanência inevitável de certos elementos. O território e sua unidade, para mencionar um dos aspectos fundamentais da *nação*, era necessariamente uma herança a ser preservada independentemente da oposição que se fizesse ou não ao Império. Mesmo os *jacobinos*, em um movimento claro de oposição às obras do Império, mantinham essa postura: o que era tido como *nacional* (e muitos elementos o eram) aparecia como superior a qualquer posição *política*.

Além disso, independentemente de todas as divergências que havia nesses momentos iniciais da República<sup>234</sup>, seja entre *jacobinos*, republicanos civis favoráveis ao federalismo liberal (como um Rui Barbosa) ou ainda moderados interessados em manter parte das estruturas do Império como o próprio Deodoro; independentemente de projetos distintos em disputa, existia uma semelhança, um traço único os envolvia: a vida ativa ainda era a *anarquia*. A presença de um mesmo traço para homens que discutiam e pensavam de formas contrastantes é algo significativo.

É evidente que essa percepção da vida ativa como *anarquia* podia servir inclusive para falar da “conjuração mineira” ou da “revolução pernambucana”, tendo em vista que a *paixão* e os *motins* estavam lá. O caso, porém, é que esses dois eventos serviam, na fala da Deodoro ou de Tristão de Alencar Araripe, a legitimação da República compondo um passado republicano. *Anarquia*, então, não era uma definição de um tipo de ação, de uma forma de agir, *anarquia* era o que aparecia como fora da história, como sem sentido, um prejuízo.

Fica explícito, assim, um vocabulário para silenciar a vida ativa, pois mesmo eventos como a “conjuração mineira”, que são lidos como dignos, não abrem para

<sup>233</sup> Sobre o governo de Floriano Peixoto, entre outros, ver SAES, Guilherme Azevedo Marques de. **A República e a Espada**: a primeira década republicana e o florianismo. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo, 2005.

<sup>234</sup> Para uma leitura do processo e dos diferentes grupos em movimento, ver FREIRE, Américo. Ensaio sobre o governo da (Primeira) República Brasileira. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). **Democracia e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: ed. Uerj, 2006, p. 39-49.

uma compreensão que dê densidade e transparência à vida ativa. Esses eventos têm um lugar apenas na história como legitimação do presente, mas não têm uma vida própria, muito menos enquanto uma abertura à vida ativa.

Se fossemos generalizar o silenciamento da vida ativa como prática comum à República, a vida da Rua não poderia ser compreendida – nesse horizonte – para nada além de *bestializados*. Não havia interesse em dizer que o que se passava na Rua que não era nada além da *turba*, o *gentio* ou, no caso, a *besta*. Não se pode deduzir, daí, que não existisse vida ativa; pelo contrário, quando há silenciamento, provavelmente alguma ação ocorreu. Essa postura era, ela mesma, uma herança, na qual a *anarquia* não era apenas a vida da Rua.

De forma semelhante ao que dizia Moreira de Azevedo ao comentar os *partidos* exacerbados das regências (Capítulo 2), nos espaços instituídos de política na República, a ação dos partidos ainda poderia ser a ação das *facções*, tanto nos governos militares quanto nos civis. Campos Sales aparece como autor de uma forma de governo construída por diferentes homens que pretenderam justamente possibilitar uma vida política sem a tensão *partidária*, um governo da *razão* e da *administração*, que ganhou forma na “política dos governadores”.

Não se está dizendo que não havia partidos na República e que estes não tiveram parte e importância no jogo político. De fato tanto o Partido Republicano Paulista quanto o Partido Republicano Federal tiveram força, especialmente no governo ainda em aberto de Prudente de Moraes. Porém, a cultura política que permeou os governos civis na “política dos governadores” não valorizava a vida dos partidos como uma possibilidade positiva de divergências. A pretensão de uma *administração racional* anulava justamente a necessidade de disputa. Campos Sales quando Presidente dizia:

Aquele que é elevado pela vitória das urnas à suprema direção dos destinos do País não é, de certo, o chefe de um partido, representante de suas paixões e animado do ódio contra os vencidos; mas representa antes de tudo e acima de tudo um triunfo de princípios e ideias, uma sanção pedida à maioria da nação e outorgada por ela. Ele é, pois, o chefe legítimo do Estado<sup>235</sup>.

---

<sup>235</sup> Apud: LESSA, Renato. **A invenção Republicana**. São Paulo: Editora Vértice; Rio de Janeiro: Iuperj 1988, p. 90.

Existia uma autonomia do eleito pela “maioria da nação” em relação ao seu *partido* justo por este não poder se levar pela *paixão* e pelo “ódio contra os vencidos”. No governo, aquele que fora eleito deveria se afastar dessa posição e se dedicar à “suprema direção dos destinos do País”. Se, como vimos, desde Deodoro o voto era a definição básica da ação política do cidadão, o voto permaneceria nos governos civis com esse mesmo sentido, e os *partidos*, de igual forma, ficavam sem função após as eleições. Ir além disso era correr o risco de se tornar uma *facção*.

O que se está destacando é que não é sem razão que os sócios do IHGB, por exemplo, iriam associar Canudos às *revoltas regenciais*<sup>236</sup>: o horizonte ainda se mantinha. Na primeira década da República, apesar da diversidade dos jogos políticos, o que existia como disponível para ser mobilizado para compreender a ação ainda era um universo finito e próximo aos dos últimos anos do Império. Mesmo que as intenções fossem por vezes contrastantes e distintas entre si, mesmo que estivessem em disputa diferentes projetos para a República, o que entrava em jogo ainda eram as palavras herdadas, nas quais a vida da Rua era a *anarquia*, e o partido, a *facção*.

### **O governo, a propriedade e os *partidos***

Se Deodoro exigia dos *partidos* que permanecessem “sem objetivo no dia em que proferem a sua sentença nas urnas”, dava-lhes também algo em troca: as “liberdades individuais” – palavras fortes no vocabulário de Deodoro. A *liberdade* não era a ação na Rua, nem o discurso na praça; enquanto ação política, era o *voto*, mas seu sentido mais forte, dito da forma mais simples e direta, era o direito à propriedade. O próprio sistema representativo tinha por objetivo permitir que o Estado se organize sem depender da intervenção direta daqueles que preferiam se dedicar ao seu *capital*. O sistema representativo tinha como justificativa a preservação do tempo dos *proprietários* que não desejavam se dedicar diretamente à vida política, daí a escolha por representantes que permitia uma atuação indireta no governo e, principalmente, uma dedicação mais intensa a seus *negócios particulares*.

<sup>236</sup> MILTON, Aristides Augusto. **A campanha de Canudos**: memória lida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 63 (102): 5-147, 1900.

Nesse movimento, a República se comprometia a manter um conjunto de condições sociais heterogêneas que puderam, porém, ser sintetizadas enquanto *propriedades*. Se os produtores do Vale do Paraíba, mobilizados por seus constantes **congressos** publicados nas páginas do **Jornal do Comércio**, tinham interesses distintos daqueles que produziam café em São Paulo, pois pediam mais recursos, especialmente para as áreas de degradação da terra pelo plantio do café, e não se interessavam na mesma proporção pela a imigração de mão de obra livre europeia; apesar de terem interesses diferentes e posições distintas sobre como o Estado deveria regular o preço do produto que vendiam, ambos tinham interesse na manutenção do *direito* que dava a estabilidade básica para suas *propriedades*. O *direito*, a *lei*, tinha uma relação direta com a defesa da propriedade. Aliás, essa aparecia sempre como “o direito à propriedade”.

A diversidade do grupo dos *proprietários*, assim, não diminuiu o traço que lhes é comum: a propriedade era ela mesma uma herança. Não só no sentido de uma transmissão de pais para filhos – o que não necessariamente acontecia – mas no sentido de ser uma condição construída no Império e que a República se comprometia em manter. Ser proprietário não era apenas uma questão legal sobre um determinado objeto, mas uma condição social e *financeira*. Assim, não era apenas ao território, ao nome e às cores ao que a República deveria dar continuidade.

A segurança da propriedade era uma das questões que mobilizava Deodoro, no discurso de 1890, a se manter no *direito* herdado do Império. Mesmo que este fosse alterado com a nova constituição, um conjunto variado de propriedades, entre elas a terra, era garantido e mantido por esse *direito*<sup>237</sup>. Se a República não reconhecia na vida da Rua nada além da *anarquia*, a vida dos indivíduos no seu sentido *liberal* – dizia o próprio Deodoro – ela afirmava e defendia explicitamente. Tanto em seu discurso de 1890, quanto no de 1891, nos dias de 15 de novembro, o compromisso da República é com o progresso da *propriedade*.

Assim, formava-se, na vida do discurso, uma espécie de acordo, onde os *partidos* facilitariam a estabilidade política enquanto que a República manteria a

---

<sup>237</sup> Ver, entre outros, SANCHES, Almir Teubl. **A questão de terras no início da República: o Registro Torrens e sua (in)pliação**. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Orientação: José Reinaldo da Lima Lopes.

estabilidade das condições sociais. No plano dos discursos, esse acordo se manteve, o Estado não abriria qualquer brecha à “ação excessiva dos partidos” nesses primeiros momentos da vida republicana, nem romperia seu contrato de defesa da *propriedade*<sup>238</sup>.

A defesa da *propriedade* era feita, por sua vez, por uma estratégia específica: pelo resguardo de uma parte da vida do Estado ao domínio da *razão* (no singular). Esta defesa da *administração* era mobilizada quando se pretendia afirmar decisões políticas como *racionais*. Não havia espaço para discutir o que era ou por que haveria *propriedade*, esta era lida como uma espécie de mola necessária para o *progresso*.

Afirmando construções e heranças, a oposição feita por Deodoro entre *partido* e *facção*, a tentativa de consolidar um espaço autônomo para o Estado sem a interferência da política, é o que, desde o Segundo Reinado, se compreendia pela oposição entre *administração* e *política* dos *partidos*.

Deodoro da Fonseca, em seu discurso presidencial de 1890, deixava claro que a República tinha definido a ação política básica do cidadão: o voto. Fora do voto o cidadão deveria deixar a cargo da *administração* as decisões sobre a vida pública. Por sua vez, a *administração* se comprometia a defender as *liberdades individuais*. Esse acordo, de fortes traços liberais, tinha algumas implicações sobre o que se compreendia como política.

Se o acordo ganhou contornos próprios na República, como veremos no caso das *sociedades comerciais modernas*, a noção de *administração* não era nova. Desde o Segundo Reinado, o que aparece por diversas vezes em periódicos muito diferentes

---

<sup>238</sup> Isso foi no plano dos discursos. Na vida da cidade, nas ações dos partidos e nas próprias ações do presidente, apenas a defesa da propriedade se manteve.

A vida dos partidos se manteve ativa sem dar ouvidos aos avisos do então presidente de 1890. Deodoro pretendeu fechar o congresso, e só pela violência os debates foram contidos no governo de Floriano Peixoto. O arranjo político que se deu em Campos Salles dependeu desse momento de *entropia*, usando a expressão de Renato Lessa (1988). Na verdade, a República da Espada, usualmente desassociada da “política dos governadores” que marcou a estrutura inaugurada em Campos Salles, teve uma forte associação com o que lhe sucedeu. Em um primeiro plano, conduziu a uma “pacificação” da República pelo uso da força. Em segundo, os desacertos tanto de Deodoro quanto de Floriano e a oposição que eles acabaram erguendo contra si, desbastaram, especialmente pela intervenção desacertada na vida dos estados, a defesa da centralização política do Estado. Os anos iniciais da República serviram de argumento favorável aos federalismos em discussão. Na formação do “pacto dos governadores”, especialmente pelo Partido Republicano Paulista, esse passado recente foi utilizado como “prova” de que a centralização era nociva, e que o federalismo era muito mais desejável.

e até mesmo no IHGB, a *administração* era pensada como um corpo que deveria ter autonomia em relação aos *partidos*.

Em um texto chamado “Administração depreendida da política”, impresso no **Jornal do Comércio** em 1878<sup>239</sup>, ficava claro que a interferência *partidária* na *administração* era nociva, pois se configuraria como o uso das ferramentas do Estado por causas *particulares*. A intervenção de *partidos* na *administração*, tanto no fim do Segundo Reinado quanto na República, era quando o *partido* se tornava *facção*. Mantinha-se a ideia de que era necessário para uma vida saudável do Estado um espaço reservado ao domínio da *razão*, no qual não teriam espaço nem o *partido*, nem a *paixão* e, muito menos, a *turba*. É notória, por exemplo, a aversão de Campos Sales à vida da cidade, e sua predileção por um Estado autônomo e controlado por uma *administração racional*.

Não se negava totalmente a vida partidária. A questão era a compreensão de que se um *partido* interviesse na *administração*, isso faria dele uma *facção*. Algo que Moreira de Azevedo identificava como *ação exacerbada* dos *partidos* também os comparando às *facções* – especialmente quando pretendiam intervir na constituição ou agir contra as leis instituídas – ganhava um contorno próprio e mais claro na autonomia da *administração* como um espaço de ação no Estado autônomo e centrado na *razão*.

A questão é que essa oposição entre *administração* e *partido* construía um corpo autônomo. A *administração* se mantinha assim em um campo resguardado das discussões sobre a forma de governo, perdurando na República. Era uma palavra que permitia ao Estado se manter autônomo, produzindo interesses e discussões fechadas nesse universo próprio. A forma como Renato Lessa, em **A invenção Republicana**, apresenta o que chama de convivência entre *realismo* e *construtivismo* em Campos Sales reafirma esse ponto:

O construtivismo de Campos Sales é evidente quando se consideravam os valores do seu modelo: aversão às paixões, ao tumulto da capital da República, aos partidos, enfim, a tudo aquilo que designa movimento, espontaneidade e incerteza. Daí sua obsessão por um Estado mergulhado no ideal científico de administração, infenso às ambições e, como ele gostava de dizer, à “pérfida das reservas mentais”<sup>240</sup>.

<sup>239</sup> Administração depreendida da política. **Jornal do Comércio**. Quinta-feira 3 de janeiro de 1878.

<sup>240</sup> LESSA, Renato. **A invenção republicana**: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: Ed. Iuperj, 1988, p.16.

A exclusão das *paixões*, a vitória sobre os debates *partidários*, o governo da *razão*: são todos indicativos de uma herança incorporada à construção do Estado republicano em suas diferentes fases de construção. Embora o jogo político fosse distinto e estivesse em constante movimento, certos traços do vocabulário se mantiveram, inclusive o “espontâneo” hábito do uso – diria Renato Lessa – da *administração* e de recursos públicos para fins particulares. Se a *administração* foi uma herança, assim como esse *habitus* – “a dificuldade histórica por parte das elites em discriminar entre o que é público e privado, quando se trata de administrar os recursos do Tesouro”<sup>241</sup> –, vale conhecer seu uso no Império.

É necessária, antes, uma ressalva. Apesar do investimento feito por homens como o Visconde do Uruguai nesse conceito – que certamente se destacaria em uma leitura mais detalhada da sua vida no Império –, não nos interessa, aqui, a sua densidade, mas o inverso. O que chama atenção é que *administração* ocupa um lugar intermediário, uma espécie de espaço resguardado de toda posição *partidária*, ou seja, não mobiliza ou produz nenhum tipo de identidade naqueles que falam com e por ela. Diferente de *monarquia*, *república*, *abolição* ou *federação*, *administração* não produzia identidades, e justo por isso permeava um conjunto variado de discursos. A leitura de um texto anônimo, que faremos a seguir, tem justamente esse sentido, o de mostrar o que acontece nessa posição intermediária, nesse conceito que não chama para si muito a atenção de quem o mobiliza, mas, nem por isso, tem menos força.

### “Administração depreendida da política”

Em 1878, o **Jornal do Comércio** publicou um texto chamado “Administração depreendida da política”<sup>242</sup>, que definia os conceitos pelos quais ela se construía, o que é pouco comum em jornais. Assim, esse editorial singular vai ser um caminho para uma síntese.

<sup>241</sup> Ibid., p. 17.

<sup>242</sup> Administração depreendida da política. **Jornal do Comércio**. Quinta-feira, 3 de janeiro de 1878.

A política e a administração caminham para um mesmo fim – a felicidade nacional; mas, no entanto, deve girar cada uma em sua órbita, especial e limitada, de modo que a política não sufoque a administração [...] tem-se a recear sempre que os interesses permanentes da administração pública sejam sacrificados às variantes da opinião, e assim fique prejudicado o progresso real do país.

A distinção é bastante clara: *política* e *administração* caminham juntas, mas não devem se confundir. Cada uma tem uma esfera. Na *política* se destaca a *opinião*, enquanto “a administração representa interesses que, para serem devidamente atendidos, reclamam seguimento lógico nas ideias e sistema na execução – é um trabalho nunca interrompido e encaminhado com perseverança”<sup>243</sup>. A *administração* não admite a “inconstante e variável política”.

Decorrem dessa distinção dois âmbitos: em um primeiro, a “felicidade nacional” depende da primazia da racionalidade, de uma esfera onde os assuntos públicos não são tratados por debates, mas pela *verdade* definida pela *razão*; em um segundo, a *política* deve ser livre em sua *inconstância*, porém limitada à sua esfera, sem poder intervir naquilo que a *administração* define. A *política*, aqui, é a vida dos *partidos*.

A defesa é por resguardar um espaço da vida do Estado ao governo da *razão*, excluindo o *interesse partidário* que é sempre aberto ao interesse particular. Sem esse espaço resguardado, governado pela *razão*, há, dizia o texto, a *degeneração*.

Começará a degeneração pelo parlamento, que sacrificando as suas funções legislativas às lutas políticas, não terá tempo de aplicar-se ao estudo e solução das grandes questões submetidas ao seu exame e decisão.

Na esfera governativa necessariamente há de manifestar-se em desastrosos efeitos a influência corrosiva da absorção: **zelo pelo interesse geral se embotará de encontro aos interesses políticos** [grifos meus]<sup>244</sup>.

A *paixão*, o *partido*, nesse texto do **Jornal do Comércio**, não tinham como ação negativa se expandir para a Rua, para fora dos espaços instituídos da política; a ação negativa dos *partidos* nesse texto era fazer uso da *administração* para seus interesses particulares. Desses usos, destacava-se a manipulação de empregos públicos. É incrível a recorrência desse argumento em outros textos e jornais – em **O País**, essas denúncias são sistemáticas –, nos quais se critica o uso de empregos públicos como moeda de troca em um jogo de favores, o que o texto do **Jornal do**

<sup>243</sup> Administração depreendida da política. **Jornal do Comércio**. Quinta-feira, 3 de janeiro de 1878.

<sup>244</sup> Administração depreendida da política. **Jornal do Comércio**. Quinta-feira, 3 de janeiro de 1878.

**Comércio** chama “empregomania”. “Os cargos de administração, deixando de ser criados para utilidade pública, só servirão para fornecer a políticos mais elementos de proselitismo”. Se a crítica mais imediata desse texto era a “empregomania” – ao que Renato Lessa, lendo Raimundo Faoro, chama de “a dificuldade histórica por parte das elites em discriminar entre o que é público e privado, quando se trata de administrar os recursos do Tesouro” –, a defesa do isolamento da *administração* dos interesses *particulares* não se limitava a esse aspecto, visava também a uma espécie de higiene da contabilidade do Estado, uma eliminação de gastos excessivos. Uma série de textos de **O País** nos anos de 1880 expunha o mesmo problema, a necessidade de diminuir os gastos do Estado pelo uso “particular” de seus recursos. O problema era que o enfrentamento dessa falta de distinção entre público e privado era feito pela defesa da *administração*, justamente o elemento básico que permitia, ao conferir autonomia excessiva ao governo, o uso do público pelo privado: desde que revestido da roupagem da *racionalidade*. A crítica a “empregomania” fortalecia o elemento que estruturava seu objeto de crítica. A defesa da *administração* era ainda constante em outros temas.

Artigos dedicados a discutir a educação no Império no **Jornal do Comércio** atestavam os problemas da interferência dos *partidos*; como se a livre discussão, mesmo no espaço limitado do Senado, fosse um entrave para o desenvolvimento de qualquer projeto. Ao acompanhar os vários momentos do **Jornal do Comércio**, até mesmo nas discussões sobre a Grande Seca, o que se vê é o mesmo: o *progresso* dependia do resguardo da *administração*.

O que chama ainda mais atenção, e esse é o ponto fundamental, é que esse conceito era generalizado entre os mais diversos atores políticos. Ele fica em uma espécie de plano intermediário, uma camada em inércia do vocabulário político autônomo e distinto de qualquer posicionamento como *abolição*, *República* ou *monarquia* e *Império*. Se existia no Segundo Reinado, especialmente na obra de Visconde do Uruguai, um investimento teórico nesse conceito, em seu uso mais ordinário, porém, ele não tinha densidade própria a ponto de impor uma identidade a quem o utilizasse, podendo se adequar a diferentes vozes. Era, nesse sentido, mais um

motivo, algo que dava movimento e autoridade ao discurso, do que propriamente algo que lhe conferisse identidade.

Desde Quintino Bocaiúva, já em uma defesa explícita da República ou desde José do Patrocínio, mais diretamente ligado aos debates sobre a *abolição* – para citar personagens conhecidos daquele momento – ou textos impressos no **Jornal do Comércio** em defesa do Império, em defesa do polêmico imposto do vintém; todos esses podiam falar, em certos momentos, pelo motivo *administração*, sendo contrários ou favoráveis ao Império. Na verdade, este não chamava para si a atenção desses homens, por isso a sua força. Assim como *propriedade*, ele se situava em uma zona de consenso que possibilitava o discurso, que lhe dava unidade e força, porém, a um custo.

A voz, ao operar por esse motivo, tem como marca a exclusão de qualquer pluralidade. O traço maior do motivo é justamente a defesa da *razão* no singular, uma negação de que o debate possa ter traços positivos e, mais do que isso, de que a vida política depende do debate. A *administração* entrava em uso em diversas ações políticas, limitando-as. Mesmo que esta não fosse a intenção de quem falasse, acabava reafirmando o confinamento da política a uma esfera autônoma. Isso, em um mundo no qual eram limitadas as possibilidades de penetração no Estado e nas esferas instituídas pela representatividade, implicava em uma limitação das esferas e possibilidades de ação. O vocabulário era um entrave para a ação. Mesmo quando usado para enfraquecer e se opor ao Império, ao falar pela e em defesa da *administração*, a voz reafirmava a força do Estado. Poder-se-ia criticar a *forma de governo*, mas não se colocava em discussão o que é e qual o papel do Estado. Essas perguntas básicas da ação ficavam excluídas pela presença da *administração*.

O traço que se mantém mais forte é o predomínio da defesa do *bem comum*, das causas nacionais como forma de conter debates sobre questões pontuais. O *bem comum* era o escudo da *administração*, o artifício que a fazia maior que os debates e tensões das vozes da Rua. As vozes da Rua e da cidade, porém, não se confinaram nesse conceito, mesmo quando descoloridas e enfraquecidas ao serem lidas na moldura genérica da *anarquia* ou da *facção*.

O curioso é que as respostas da vida da cidade expõem os traços constitutivos das ações da *administração*, pois seu caráter excessivamente autônomo tem como efeito uma espécie de alienação de si mesma. Na medida em que a *administração* apenas comporta a *razão* (no singular) como referência, não existe margem para uma observação de si, um exercício de crítica. A crítica, assim como a observação, fica no exterior da *administração*, naquilo que ela nega por ser *anarquia* ou *facção*. Para conhecê-la, basta ver aqueles que se opuseram a ela. Seja para conhecer ao que a vida letrada se opunha e chamava de “ruído dos interesses desencontrados”, seja para compreender este caráter de alienação da *administração*, vale ver o que está “fora”. E, assim, pela *administração* completamos nosso movimento de ter a vida do governo como intermediário entre vida letrada do IHGB e a Rua, a morada da *anarquia*.

Nesse sentido, para entender o que *administração* e vida letrada colocavam em silêncio ou como ruído, destacamos dois momentos: o Vintém e o Encilhamento. Eles têm, cada um ao seu modo, uma conexão com o IHGB (e com os capítulos anteriores). Em um primeiro ponto, serão as referências pelas quais iremos olhar para a vida da qual os sócios do IHGB se afastavam ao se dizerem *distintos*.

O encilhamento e o vintém, como respostas da vida da cidade ao Estado e à *administração* – como discurso *apartidário* e *racional* dos governantes –, são duas repostas e críticas distintas, que tem uma marca em comum: a vida da *administração* interfere na vida da cidade, e esta responde de uma forma que a *administração* não esperava, mostrando seus limites e sua natureza. O percurso é conhecer a *administração* pela resistência feita a ela.

A questão, então, não é apenas afirmar que a vida do discurso do Estado tinha semelhanças com as escritas do IHGB que vimos nos capítulos anteriores. De fato, assim como Moreira de Azevedo compreendia a *turba* de 1831 por meio de um vocabulário fortemente marcado pelo *direito*, que definia o que eram *motins* ou *sedições* (Capítulo 2), Deodoro lia a *anarquia* e a combatia, em 1890, a partir de um vocabulário e de uma conduta definidos pelo mesmo *direito* (muito embora em 1890 este estivesse em franca transformação). Assim como Moreira de Azevedo negava qualquer possibilidade de uso positivo da divergência, como se o *partido* a qualquer momento pudesse virar uma *facção*, Campos Sales construiria um governo e um

arranjo, a “política dos governadores”, reafirmando a oposição entre *partido* e *administração*. História e política partilhavam, pois, um vocabulário.

Apesar de toda a distância que há entre o governo de Deodoro e o de Campos Salles, a presença da herança é intensa, o que indica justamente a semelhança entre o vocabulário da vida letrada e o do Estado, em linhas gerais. Apesar das diferentes dimensões da vida letrada e do governo, tanto Estado quanto as letras falavam por um vocabulário herdado. A semelhança é fundamental para perceber o quanto a escrita da história expõe e coloca em jogo um vocabulário que é de uso muito mais extenso do que apenas a história. A questão, porém, não é apenas essa amplitude, mas um traço que lhes é constitutivo: a falta de instrumentos para perceber e lidar com a vida ativa que se resumia, nesse horizonte, à *anarquia* e à *facção*.

É necessário lançar um olhar para os momentos nos quais a vida ativa chama para si o direito de agir para compreender ao que a vida do discurso se opunha. Até este capítulo, lidamos com escritas da história. O objetivo, agora, é demonstrar o que o vocabulário dessa escrita – e não só o dela – encobre e desconhece. A questão é o uso político da história não apenas como formação de um passado para a *nação*, o que já foi bastante discutido e desenvolvido por outros trabalhos, como o notável trabalho do historiador Manoel Salgado.

A escrita do IHGB ia para além disso, mesmo que em um sistema periférico. Ela atuava na formação de um horizonte de compreensão dos eventos que se davam no presente, seja a República ou qualquer outro elemento novo, como Canudos – comparado diretamente às *revoltas regenciais* pelos sócios do IHGB. Podiam ser pensados e percebidos por um vocabulário reafirmado em suas escritas da história. Não é só na composição do passado que a história age, age também na composição do vocabulário político disponível em um dado presente. As palavras do historiador sobre o passado atuam no vocabulário, influenciando nas possibilidades de ação no seu presente.

A questão, agora, é compreender a vida ativa do fim desse século, a vida da cidade, para definir qual o sentido político de falar de *motins* e *revoltas*, compreendendo que elementos ficam turvos, sem identidade, ao serem compreendidos por essas palavras.

Começamos este capítulo pela fala de Deodoro, para mostrar como as escritas do IHGB se aproximam da vida dos discursos do governo. Tanto na forma de afirmação da República – como tendo um passado, os *mártires* que lutaram contra “toda forma de despotismo” – quanto na percepção da vida da Rua por um horizonte que a limita, por uma moldura que enquadra diferentes ações e personagens por um nome, a *anarquia*. Agora vale conhecer o que era silenciado, a vida da cidade.

## 4.2 O vintém e o peso da moeda

Nem todas as vozes falavam pela *nação*. Em certos casos, não se falava pela defesa do *bem comum*, mas por objetos bastante específicos, como o “pão de cada dia”. Foi assim com certas vozes contrárias a um novo imposto sobre o uso do bonde proposto em 1879. Tinham justamente esse traço, eram falas sobre questões pontuais, na maior parte das vezes colocações efêmeras que não construía um projeto político sistemático, mas uma posição circunscrita.

O anúncio da lei em 1879 já trouxe consigo alguns protestos no **Jornal do Comércio**. O primeiro momento do vintém foi uma tensão entre a câmara municipal e o ministério, que, ao se colocar enquanto *administração*, não deu ouvidos àqueles que falavam pela cidade<sup>245</sup>.

O desconforto ia ganhando outra forma no fim do ano quando as vozes da cidade vibravam na Rua, quando os *meetings* se somavam e a voz de Lopez Trovão – que viria a ser conhecido como *herói* por sua participação nesses eventos – ecoava na Rua. A **Gazeta de Notícias** publicou vários textos contrários ao *vintém*, como ficou conhecido o imposto.

A **Gazeta de Notícias**, diz-nos o historiador Werneck Sodré em sua **História da Imprensa no Brasil**, fez justamente uma transformação no formato e também no preço dos periódicos em circulação. Foi um periódico destinado a circular na cidade,

---

<sup>245</sup> Graham (2011) traça um panorama dos debates anteriores ao vintém e retoma algumas discussões que o antecederam para destacar uma tensão entre as decisões do ministério e as discussões tidas na câmara municipal. A questão maior, diz a autora, é que esta é uma tensão constitutiva de uma cidade que passava a se ver como tendo problemas próprios, fora da alçada dos “problemas nacionais”, com um governo que ignora suas demandas. Essa consciência de sua especificidade ficava exacerbada quando o ministério propunha um imposto que incidiria, sobretudo, na cidade do Rio de Janeiro. Essa tensão nos faz reafirmar que o âmbito da *administração* por excelência era o *nacional*, encobrindo e em detrimento de qualquer questão local. Era um artifício para o discurso se manter autônomo e resistir a pressões vindas de reivindicações concretas, como do município, que protestou sem resultado. Nem mesmo os espaços instituídos da política foram ouvidos, e o imposto foi implementado.

mais do que nas casas ou cafés, embora por lá também pudesse estar. Se outros jornais podiam ser lidos na praça, e de fato o foram, também podiam ser um elemento de *distinção*, papel que o **Jornal do Comércio** chamava para si, expondo as notícias da Europa e Estados Unidos, a vida cotidiana do Senado, os “mais notáveis” escritores e, enquanto era legal (e de forma implícita quando ilegal) anúncio da venda de escravos.

A **Gazeta de Notícias** não tinha nada disso. Os artifícios do periódico eram mais voltados para o uso público, era um jornal escrito para ser lido em voz alta, começando muitos textos por vocativos, era um parceiro para a performance. Se o **Jornal do Comércio** também podia cumprir esse papel, sua formatação era mais dirigida à leitura silenciosa, inspirava mais estar na casa, no café, do que na Rua. Não é sem razão que a **Gazeta de Notícias** traz consigo um material privilegiado para se compreender as críticas ao vintém. Aqueles que agiam na Rua provavelmente tinham mais acesso e gosto por este periódico. O **Jornal do comércio** não deixa de ter, em suas seções abertas à encomenda, posições contrastantes sobre o vintém.

A vida do governo se via envolvida em um debate na voz de homens que não se imaginava que fossem debater sobre ela. Os *distintos* membros do *ministério*, incluindo o então ministro Afonso Celso, se viam como objeto de ataques e de defesas. Mesmo que pretendessem ser *distintos*, os membros do governo tinham seus nomes nas vozes que debatiam o *vintém*. A cidade nem sempre respeitou a *distinção*.

Um evento singular se dava quando esses homens, anônimos em sua maioria, de ação efêmera e circunscrita, como se fazendo dos degraus de um edifício um palco e, assim, tendo a cidade por cenário, resolveram e se dirigiram diretamente ao Imperador. Não estavam nas letras nem no Senado, não eram um ministério ou sequer tinham uma formação que os definisse. Eram homens que falavam na cidade para a cidade, e desse local se dirigiam ao Império. A distância entre a vida do governo e a vida da cidade era clara nesse momento, e era essa distância que esses homens tentaram percorrer.

O **Jornal do comércio** expunha ambos os lados, novamente nas seções abertas à encomenda. Uns elogiavam o monarca que não apareceu para falar com essa

“massa”, dizia o texto “O Imperador e os meetings”<sup>246</sup>. Outros ironizavam, dizendo que ele prometera conversar, mas enviou foi a polícia.

O recurso à violência como forma de contenção da vida ativa era previsto. Sabia-se que a resposta mais provável a qualquer tentativa de ação seria essa. A **Gazeta de notícias** usava todos os insultos que conhecia para se referir à polícia, sempre com um adjetivo novo. Nesse momento, no qual o conflito ainda não tinha estancado, ainda eram mais vozes do que tiros e pedras, o que aparecia em disputa era o *militar*, de qual lado estaria.

Entra em cena um debate no qual uns afirmavam que seria desonra o militar ser tratado como polícia. “Os soldados do Brasil não são os caceteiros d'el-rei, nem pretorianos da advocacia administrativa”<sup>247</sup>. Na voz da **Gazeta de notícias** o militar era o último servidor da *nação*, era aquele que ainda não havia perdido a honra.

De todas as classes minadas lentamente por uma corrupção sistemática, a classe militar é a única que tem se mantido pura, conservando ilesos o caráter e a honra nacional [...] Aproximam-se os tempos em que o povo tem de apelar para os seus irmãos militares.

O exercito sabe que no dia em que ele quiser, esses governos aborridos e rapaces que tem flagelado a terra brasileira, desaparecerão. Sabem os militares também que as armas que empunham servem tanto a defesa do território e a defesa da honra nacional<sup>248</sup>.

Em meio aos debates sobre o vintém, a **Gazeta de Notícias** afirmava e defendia que os militares não eram “caceteiros d'el-rei”. Nesse movimento ia além, expunha que o militar podia desaparecer com um “governo aborrido”. Não é um texto excepcional. **O País** por vezes publicava textos dessa natureza, nos quais o elogio à honra do militar se convertia em um chamado à ação contra o Império e, acima de tudo, em uma crítica à policia.

Esse tipo de citação favorece algumas leituras do vintém como sintoma da crise do Império, o evento que conduziu e explanou a sua queda, como em Graham (2011). O vintém tem outro sentido, neste capítulo. O vintém é lido aqui justo como uma resposta a um ato da *administração*. Assim, da citação “os soldados do Brasil não são os caceteiros d'el-rei, nem pretorianos da advocacia administrativa”, nos

<sup>246</sup> **Jornal do comércio**. 31 de dezembro de 1879.

<sup>247</sup> **Gazeta de notícias**. 31 de dezembro de 1879.

<sup>248</sup> **Gazeta de notícias**. 31 de dezembro de 1879.

interessa mais a última parte, na qual a polícia é a “advocacia administrativa”. O vintém foi, em nossa perspectiva, uma resposta da vida da cidade à *administração*, foi um momento de consciência da relação entre as atitudes do governo e a vida mais simples, a cotidianidade mais mediana.

Nesse caminho, o militar era disputado como forma de expor e conter a presença da violência. De fato, a questão não era tanto um apelo para que os militares depusessem o Império, uma espécie de protótipo da proclamação; mas, sobretudo, uma denúncia das ações policiais. O militar aparecia como uma referência moral que contrastava com um governo que perdia a autoridade. Elogiar o militar era afirmar o que a polícia deveria ser, mas não era, o que os ministérios deveriam fazer – *honrar pela nação* –, mas não faziam.

De fato, a *moral* desempenhava um papel central nesse movimento. Era uma referência para o discurso condenar, ou elogiar, ou até mesmo convidar à ação. O vintém, ou revolta do vintém – e nesta Tese muito se duvida do uso da *revolta* como caracterização de um evento – começava a se mostrar como um momento de consciência da relação entre a vida da cidade e este universo autônomo e intocável do Estado, o que era exposto como sendo da *administração*. Se o imposto foi criado pela *administração* – inclusive ignorando a câmara municipal – era ela que era enfrentada.

Nesse âmbito, o militar aparecia em disputa. Para alguns, uns poucos, aliás, os militares poderiam ser chamados a lutar contra a *anarquia*, o que acabou acontecendo no momento da repressão. De uma forma geral, antes do conflito, as posições sobre o imposto eram duas.

De um lado, defendia-se o imposto e a necessidade de prudência no momento da contenção da *anarquia* que já se previa. Não era algo explícito como um projeto, posto em palavras claras, mas se sabia que a violência não só não era a resposta como, por vezes, era o fomento da *revolta*. Os encontros da *polícia* com a *turba*, quando terminavam em tiros, eram negativos. No **Jornal do comércio**, foram publicados alguns textos chamados “recomendação necessária” alertando para o perigo da intervenção violenta.

Do outro lado, duvidava-se do imposto. Afirmava-se a sua *imoralidade*.

Outro tanto não podemos afiançar a S. Ex. [Conde de Afonso Celso] no dia em que nossos filhos pedirem pão e nós não lhes pudermos dar. Nesse dia sim é muito

provável que os aduladores de S. Ex. tenham motivos para representar bem o seu papel: é bem possível também que a polícia possa fazer obra<sup>249</sup>.

No meio do movimento de enfrentamento ao vintém, surgia à consciência da relação entre a vida de cada indivíduo e as ações da *administração*. As decisões do governo tinham, porém, um limite, o “pão”. Usualmente protegida por sua autonomia, a *administração* escapava de debates e, de fato, o vintém se deu nesse âmbito, pois nem passou rigorosamente pelos processos políticos instituídos. Foi uma decisão autônoma do ministério. A vida do governo não prestava conta ou se relacionava com a vida da Rua ou da cidade. O caso do vintém, porém, foi outro. A cidade chamou para si o direito de discutir o imposto, afinal era a taxaço sobre uma de suas veias de circulação: o bonde.

Após a ida até o Imperador, que não teve resultados, os *meetings* se mantiveram. A violência estancou quando o imposto passou a valer no início de 1880 e um boicote foi planejado. O movimento ganhou outra proporção. Condutores foram agredidos, a passagem de acesso onde acontecia a ação foi fechada pelos mesmos bondes que eram destruídos. A polícia chegou com a cavalaria disparando tiros. A dispersão se deu em meio à violência. Tanto Graham (2011) quanto Jesus (2006) apontam a dificuldade de recompor a cena pela falta de relatos, inclusive de relatos oficiais. De qualquer forma, ambos os historiadores afirmam que na recepção do vintém todos criticaram os “excessos” da força.

A questão que se levanta sobre o movimento, inicialmente, é uma discussão travada pelos homens daquele momento sobre qual o papel e os limites de ação do Estado. O quanto o Estado tem direito ou não de intervir na vida da cidade, na vida de todos, era uma questão posta em discussão quando se dizia “no dia em que nossos filhos pedirem pão e nós não lhe pudermos dar” ou quando os excessos da polícia eram criticados.

Existia uma transformação na vida da cidade na qual os homens passavam a se afirmar como indivíduos, rompendo a condição de *súdito*. O enfrentamento do vintém

---

<sup>249</sup> **Gazeta de notícias**. 29 de dezembro de 1879.

se deu como um enfrentamento entre duas concepções de liberdade, por sua vez associadas a diferentes concepções de cidadania<sup>250</sup>.

Na perspectiva do Império, a condição de cidadão em jogo era de *súdito*. A formação do Estado imperial, pela forma de governo *monarquia constitucional*, tem um traço próprio no entendimento do papel do cidadão, relacionado diretamente com uma noção específica de liberdade. A liberdade de ação do *súdito* tem limites, assim como tem limites o acesso à condição de *cidadão* no Império. Fora dos limites tudo aparece na genérica imagem da *anarquia* quando em ação ou do *gentio* quando em inércia.

O primeiro limite era o próprio corpo do Rei – em suas variadas dimensões –, os elementos que representam a *monarquia*. A violação dos artifícios de distinção é impensável na *monarquia*, sem eles não há autoridade ou qualquer formação do que os sócios do IHGB chamariam de “a organização social sem dúvida”<sup>251</sup>. Faz parte desses elementos de distinção a própria noção de *privilégio* (que Nabuco ainda defendia em 1895, quando ainda se afirmava monarquista na República). O

---

<sup>250</sup> A distinção clássica entre *liberdade antiga* e *liberdade moderna* não dá conta desse cenário. De uma forma geral, ambas as liberdades em disputa são modernas, ambas se movimentam pela pergunta “o quanto eu sou governado”.

A distinção entre *liberdade antiga* e *liberdade moderna*, para não fazer citações a discussões sem expô-las, remonta a um debate sobre o uso desse conceito no pensamento liberal. O discurso de referência para esta distinção é o “Da liberdade dos antigos comparada a liberdade dos modernos” de Benjamin Constant, ao fim da Revolução Francesa. A oposição feita no discurso marca dois tipos de *liberdade*. A primeira seria a *antiga*, a liberdade de intervenção direta nos assuntos públicos, quando não há, para o cidadão, a escolha de não se fazer presente na vida pública. Constant estrategicamente preservava Atenas e tomava Esparta como referência do conceito *antigo* de *liberdade*. A obrigatoriedade da participação na vida pública já era por si negativa, mas Constant ia além, perguntava sobre o que os homens decidiam e respondia: decidiam se iriam ou não a guerra. Mas o que era a guerra, perguntava novamente, senão o movimento de ter do outro o que se quer para si, o que era o mesmo objetivo do comércio, só que este tinha muito menos prejuízos, era muito mais *civilizado*.

Se este é um entendimento correto ou não da vida espartana, não interessa aqui, o importante é o argumento de Constant, a forma como ele lê o sentido da liberdade antiga como obrigatoriedade de participação na vida pública, o que é negativo, pois os homens deveriam ter, defendia ele, o direito de se dirigir a seus assuntos particulares. A *liberdade moderna* era justamente resguardar o direito de cada um se interessar por seu capital, por sua fé ou gosto particular, sem ter a obrigação de participação diretamente da vida pública. A representação, a escolha de representantes políticos, era a forma de organizar a vida pública.

Nesse conceito de *liberdade*, não importa a pergunta *antiga* “por quem sou governado” – como nas definições aristotélicas das formas de governo – mas “o quanto sou governado”, ou seja, os limites entre vida pública e vida particular.

<sup>251</sup> PEIXOTO, José Maria Pinto. **Duas palavras sobre D. Pedro I na época da Independência**. 56 (88): 14, 1893.

*privilégio*, o direito de governo de nascimento, era uma forma de impor uma unidade a homens que viviam condições desiguais, como dizia Pinto Peixoto, sócio do IHGB:

[...] riam-se os pretensos filósofos, que nós diremos com Pascal: O povo honra as pessoas de grande nascimento [...] Os doutos as consideram não pelo mesmo pensamento que o povo, porém por um mais elevado – a organização social sem dúvida<sup>252</sup>.

Frente ao Imperador, frente a D. Pedro II, todas as distâncias – que de fato não eram poucas – se harmonizavam, todos eram *súditos*. Pelo menos no momento de suas performances enquanto Imperador essa era a ambiência, o que não significa que as distâncias fossem anuladas ou transformadas; pelo contrário, eram reafirmadas, só que posicionadas dentro dos elementos da monarquia; como, por exemplo, na posição que se ficaria para ver o passar da família real em uma cerimônia pública, ou o quão perto se poderia chegar, ou mesmo dirigir a palavra, em um dia comum.

A distância entre o *cidadão* e o homem livre e pobre não era apenas uma distância financeira, algo de natureza dinâmica; nessa ambiência, era também um conjunto de gestos e cores, roupas e títulos, uma materialidade que explicitava a estabilidade das relações sociais. Aquilo que o Imperador mobilizava, na perspectiva de quem o defendia nos debates do vintém, era a capacidade de manter uma ordem, uma coesão social entre homens que viviam em condições desiguais.

A liberdade aparecia em seu sentido moderno na medida em que uma vez garantida a “paz” pela figura do Imperador, uma vez construída a “organização social sem dúvida”, cada *cidadão* podia voltar a se dirigir a seus interesses próprios, a sua vida particular, sem ter de participar obrigatoriamente da vida do Estado.

O traço básico da liberdade moderna é essa autonomia do Estado que permite ao *cidadão* se dedicar aos seus interesses privados. O público passa a ser resguardado e organizado por homens que o *cidadão* escolhe para representá-lo. Se a autonomia do Estado se sintetizava em molduras como a *administração*, a autonomia do *cidadão* se afirmava pelo voto, como direito de participar indiretamente da política, sem ter de abrir mão do *direito* que realmente lhe importa, o *direito à propriedade*.

---

<sup>252</sup> PEIXOTO, José Maria Pinto. **Duas palavras sobre D. Pedro I na época da Independência**. 56 (88): 14, 1893.

Nesse contexto, porém, quando um grupo de homens anônimos que não gozava necessariamente da condição de *cidadão*, não tinha *distinção* ou *propriedade*, para alguns talvez não tivessem nem mesmo nome; quando um grupo de homens dessa natureza se dirige ao Imperador depois de um *meeting*, a liberdade entra cena como disputa. De um lado, está a condição de *súdito* que o Império esperava desses homens, de outro, a condição de indivíduo que esses homens afirmavam no Império.

Os homens que protestaram contra o *vintém* não estavam interessados em discutir a representatividade, nem mesmo formas de governos. O que eles discutiam era o resultado das ações da *administração* em suas vidas. O que afirmavam era uma ruptura com a condição de *súdito*, afirmavam-se enquanto indivíduos, no uso de um juízo particular – o que é ou não moral – na esfera pública. Entrava em cena uma tensão particularmente moderna: os limites de intervenção do Estado na vida dos indivíduos. O “pão” era o primeiro limite. A condição básica da vida era um limite à ação do Estado. O governo não tinha o direito de, para angariar recursos, limitar os recursos de todos.

Os limites da ação do Estado apareciam por uma expansão da liberdade individual na vida da cidade. Essa expansão não se limita ao caso do *vintém*, mas ainda pode ser compreendida nesse artifício, na oposição entre *súdito* e *indivíduo*.

O *súdito* se movimenta na cidade, no mínimo, prestando atenção a um conjunto de performances a serem realizadas quando os elementos de *distinção* aparecem. O súdito tem um comportamento próprio, um conjunto de ritos a serem desempenhados. Sua relação com a cidade se dá a partir de um reconhecimento desses elementos. A passagem da família imperial, por exemplo, implica em um conjunto de gestos e saudações. A vida é sentida em um ritmo no qual os elementos de distinção são conhecidos e sentidos, se curvar ao Rei não é um demérito, mas uma elevação. Não existe súdito que desconheça seu Rei ou não valorize o ato prestar-lhe reverência, do contrário não é súdito.

A expansão da liberdade individual na cidade, ao fim do século, se dá em uma outra direção. A defesa do “pão” enquanto um direito do indivíduo é uma expansão da liberdade individual, do direito do uso de um juízo privado na esfera pública. A associação nos *meetings*, a palavra na Rua, materializavam essa expansão da

liberdade individual. Por mais que a ação se desse em um grupo, o que aparecia em movimento nos debates do vintém era a premissa de que cada indivíduo tem o direito de discutir sobre o que interfere em sua vida e mobilizar a outros se for necessário.

A afirmação da autonomia do indivíduo na cidade resultou em uma tensão explícita com o Estado monárquico, quando o caminho foi se dirigir ao Imperador. A força da ação não estava mais na condição de súdito, mas na condição de indivíduo que não reconhecia mais a necessidade de tutela para a construção de uma ordem. Foi uma ruptura explícita com a condição de *súdito*, pois se um *cidadão/súdito* não poderia se afirmar como autônomo, como tendo um juízo próprio perante a Coroa, muito menos poderia um conjunto de homens desconhecidos.

Se como consequência do vintém se deu um aumento da pressão por parte dos *liberais* para uma ampliação do direito de participação na política, essa pressão ainda era feita e pensada dentro dos limites impostos pela dicotomia *administração/partido*. O que nos interessa destacar para a vida da cidade, então, não é exatamente as consequências do vintém na vida do governo – o que foi discutido por Graham (2011) – mas essa afirmação de uma condição autônoma perante o Estado, autonomia que a condição de *súdito* não comportava; era, então, uma outra posição que se afirmava, a condição de indivíduo. Esse indivíduo se via envolvido com um novo elemento que entrava em cena no vintém.

A questão central desse movimento não era, nem deve ser lida como apenas uma tensão entre a vida do governo em confronto com a Rua, mas uma ação sobre um novo elemento que ganhava força na cidade e passava a centralizar todas as relações, passava a limitar e reger as liberdades: a moeda. O vintém – e o nome já o diz – pode e deve ser compreendido dentro dos debates sobre a moeda que aconteciam, por exemplo, no **Jornal do comércio**<sup>253</sup>. Se o vintém foi uma afirmação da individualidade, esses homens tinham um meio material de exercitá-la, o uso do dinheiro.

A expansão do dinheiro não é difícil de observar e é conhecida: a substituição do trabalho escravo pela mão de obra livre impôs um aumento não previsto da moeda

---

<sup>253</sup> Ver, por exemplo, um conjunto de artigos impressos no **Jornal do Comércio** chamados **A nova experiência do papel-moeda: vantagens e inconvenientes da circulação fiduciária**, o do dia 6 de abril de 1878 é exemplar.

circulante. Como resultado mais imediato, passou a ser necessário pagar algo pelo trabalho, e não mais pelo trabalhador.

A expansão do dinheiro, porém, ia para além disso. A moeda passou a organizar as possibilidades dos homens na cidade. Ter ou não dinheiro era o que condicionava as possibilidades de consumo, até mesmo das mais básicas. Quando o imposto do vintém foi proposto, para a vida da cidade ficou claro que o ministério interferia nesse elemento, na condição particular de cada um. A *administração* aumentava o custo da locomoção para ter, para ela, mais recursos.

A generalização do uso da moeda acabava formando uma referência para se compreender as ações do Estado, pois “ter para si mais recurso” era algo compreensível por todos que tinham suas ações mediadas pela quantidade de recursos que tinham. No cotidiano, a moeda (uma caixa de pandora ou fogo de prometeu, ainda não se sabe) abria para uma “cultura contábil” que interpretava o imposto: o imposto era lido como uma tentativa do Estado de ter mais dinheiro para si.

Mesmo que o bonde não fosse utilizado por toda a população que se envolveu com o vintém, o envolvimento se deu pelo imposto ter despertado a consciência da relação entre *administração* e cotidiano, por ter sido colocado um imposto a serviço da *nação* que pesaria principalmente na cidade, por terem sido desconsideradas as diferenças entre os homens e suas posses; o vintém deixava claro para a Rua o quanto o Estado atuava na vida da cidade sem escutá-la.

Ao mesmo tempo, no cotidiano, na vida que transcorria nas ruas, lojas e casas, esse elemento se modificava materialmente: colocava-se em discussão se a moeda deveria ser de metal ou se passaria a ser de papel. O sentido dessa mudança é forte e faz parte do contexto onde o vintém se deu.

A moeda de metal traz em si o valor que afirma, o cobre, se derretido, vale cobre. O papel apenas funciona quando existe uma referência estável para a troca. O papel-moeda é muito próximo da linguagem – nos diz Luhmann<sup>254</sup> –, de um recurso que estabelece uma comunicação, um ato ou um gesto.

Um metal pode ser visto como metal mesmo que não se conheça seu valor na cultura em jogo. O papel-moeda, pelo contrário, só faz sentido em uma dada cultura e

---

<sup>254</sup> LUHMANN, Niklas. **Poder**. Trad. Luz Mónica Talbot e Darío Rodríguez Mansilla. México: Universidad Iberoamericana; Barcelona: Anthropos, 1995.

em uma dada circunstância na qual há estabilidade na troca, na qual há confiança em seu uso. O uso do papel-moeda só se generaliza quando certos entendimentos também se generalizam. A desvalorização do papel-moeda, por exemplo, faz a palavra inflação se tornar comum no vocabulário da cidade.

No **Jornal do Comércio**, são muitas as discussões sobre os usos do papel-moeda que esteve em circulação no Segundo Reinado. Porém, a partir de 1880, circulava ainda mais. Argumentava-se a favor do seu uso em épocas excepcionais. Dizia-se que o papel-moeda salvara o Império na Guerra no Paraguai, por exemplo, ao aumentar o meio circulante sem que, para isso, tenha havido um aumento na produção, facilitando a liquidez dos empréstimos. A possibilidade de emitir moeda e movimentar as *finanças* – como se dizia nesses debates – sem ter um lastro material para garantir a moeda era algo possível em momentos excepcionais. Porém, estabelecer o uso do papel-moeda como padrão, era uma tensão.

A moeda, nesse sentido, não era mais apenas o resultado de uma troca, era um novo elemento na cidade e, principalmente, nas vozes da cidade. As desconfianças em relação ao seu uso apareciam das mais variadas formas, desde reclamações sobre sua fragilidade até a insegurança quanto ao seu valor.

As discussões sobre a desconfiança em relação à moeda eram um índice de uma sociedade em transformação. A moeda, ao mesmo tempo, passava a ser o novo elemento de mediação das possibilidades. Gradativamente, a condição social de *cidadão*, ganha no nascimento ou mesmo quando construída em vida, deixava de ser a segurança de uma estabilidade *financeira*. Fazendeiros de café do Vale do Paraíba, para citar um exemplo consagrado, enfrentavam a perda. Não era a perda da *terra*, nem nesse momento da mão de obra. A propriedade ainda era a mesma, a produção diminuía, mas continuava; o que eles perdiam, de fato, era a moeda, o que aparece de forma bastante clara nas discussões dos “congressos do café” impressas no **Jornal do Comércio**.

O problema ia mais além. A moeda homogeneizava produtos de naturezas muito distintas. No início das discussões sobre o vintém, uma voz já citada da **Gazeta de notícias** dizia que enquanto o vintém não perturbasse o lar, tudo transcorreria bem, mas se faltasse o pão... O caso é exatamente esse. A moeda colocava como possível

pensar sobre comprar ou não comida, pão ou imposto, roupa ou livro; uma variedade incrível de produtos e serviços, todos mediados pela moeda e não mais por relações sociais. Ela acabava se tornando, assim, uma referência ao juízo: “o mais caro, o melhor”, não deixavam de dizer anúncios.

Em meio a esse cenário, um imposto sobre o uso do bonde explicitava à vida da Rua o quanto o Estado determinava a condição de cada um na medida em que controlava o valor da moeda, regulando o custo de diferentes produtos. O vintém foi um momento de consciência de que as atividades cotidianas básicas, como ir e vir, são mediadas por uma estrutura, que na maior parte das vezes não tem consciência, e não teria como ter, do impacto de suas decisões sobre a vida da cidade; afinal, para a *administração*, tudo o que não era ela mesma, era *anarquia* ou *facção*.

O que interessa a esta Tese é justamente o quanto o vocabulário em jogo no governo (e também nas letras de locais como o IHGB) para a compreensão da vida da Rua acaba por impossibilitar a compreensão dessa vida. Ao tratar da *razão* no singular, o governo perdia inclusive o controle e dimensão do resultado de suas escolhas, isso porque suas possibilidades discursivas se limitavam a conceitos perenes e claros, enquanto a cidade tem vida no efêmero e em movimentos que não necessariamente tem para si um nome facilmente atribuível. O vocabulário para comentar a vida da cidade só fazia esta aparecer como local do *ruído*.

Considerando que o movimento inicial da Tese foi a leitura desse vocabulário nas *memórias históricas*, o vintém não foi escolhido aleatoriamente. Inicialmente demos materialidade a um evento que era encoberto pela genérica imagem da *anarquia*. Todavia, a *turba* não só tinha *voz* como tinha consciência da vida da cidade. Em um segundo sentido, existe um elemento singular que associa o evento ao que foi visto antes. O mesmo sócio do IHGB que escreveu sobre as *regências* comentou o vintém. Manoel Duarte Moreira de Azevedo, apenas na República, pôde demonstrar o seu apreço pela vida ativa. De forma muito diferente daquela que Moreira de Azevedo, no Segundo Reinado, narrava em suas *memórias históricas* eventos passados nas regências, essa *memória*, endereçado ao IHGB em 1891 e

impressa em 1895, elogiava a ação na Rua, sem, no entanto, deixar de ter limites.

Vale ler a *memória* chamada **Imposto do vintém**<sup>255</sup>.

A lei de 31 de Outubro de 1879 lançou o imposto de transito sobre os passageiros de ferro-carris e sobre passageiros de vias férreas do Estado. Em 13 de Dezembro do mesmo ano foi expedido o regulamento para arrecadação dessa taxa.

Esse regulamento começaria a vigorar em 1 de Janeiro de 1880<sup>256</sup>.

Moreira de Azevedo iniciava sua narrativa, como sempre, pelos eventos que se davam no mundo da *administração*. Conde de Afonso Celso, futuro Visconde de Ouro-Preto, então ministro da fazenda, foi quem apresentou ao parlamento a proposta que, com exceção de algumas palavras no **Jornal do Comércio** – dizia o próprio Moreira de Azevedo – não teve quem se opusesse. “Mas logo que foi votado e entrou em execução o imposto, ergueu-se o povo contra a praticabilidade da ideia”<sup>257</sup>.

Desse ponto em diante, Azevedo justifica o *levante*. Os constrangimentos eram muitos. Não havia moedas em facilidade para múltiplos de 120 e 220. A taxaço era a mesma independente do valor que se pagaria.

Era severa, porque circulando nessa época cerca de trinta mil passageiros no Rio de Janeiro, ficou só nesta cidade a circulação sobre carris de ferro tributada em seiscentos contos de réis, soma assaz avultada, tirada de ricos e pobres, e estes, em maior número, como sempre acontece<sup>258</sup>.

O juízo era claro na continuidade do argumento. Se era injusto uma cidade arcar sozinha com essa cobrança, um mesmo imposto igual para “pobres” e “ricos” era um absurdo. O *levante* – ainda operando por um horizonte arquitetado pelo *direito* –, porém, não foi decorrido da *paixão* de um momento (como narrava nas regências) ou de uma *ideia* que a todos tomavam (como diria Alencar Araripe e o próprio Azevedo sobre a Independência), o *levante* teve lugar, hora e personagens definidos.

Tendo convidado o povo para reunir-se às 10 horas do dia de 1 de janeiro, na praça D. Pedro Segundo, hoje “Quinze de Novembro”, orou o Dr. José Lopez da Silva Trovão profligando o imposto do vintém e aconselhando a massa popular, que resistisse a essa contribuição, recusando o pagamento<sup>259</sup>.

Estamos em um outro universo, onde o que está “fora” tenta aparecer, seja a “massa popular”, seja a forma como apresenta Lopez Trovão, contrastando com tudo

<sup>255</sup> AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. **Imposto do vintém**. 58 (91): 321-326, 1895.

<sup>256</sup> Ibid., p. 321.

<sup>257</sup> Ibidem.

<sup>258</sup> Ibidem.

<sup>259</sup> Ibidem.

o que vimos até aqui na escrita do IHGB. Lopez Trovão aparece como aquele que movimentava a “massa” em seu justo *levante*. O enfrentamento com as forças do *governo* não termina com uma volta ao equilíbrio. O *povo*, na narrativa de Azevedo, foi *subjugado*. A volta ao estado anterior é negativa. Porém, mesmo após forte repressão, a resistência cotidiana a pagar o imposto levaria ao seu fim, que não foi o fim da narrativa de Azevedo. Este ainda apresentou um lundu e uma cena cômica onde se criticava o imposto e, o que lhe parecia ser mais importante, uma tentativa de comemoração da resistência. A vida da Rua aparecia por vezes anônimas, vozes nas quais a performance pode aparecer no canto ou na encenação. Mas sua escrita não era de todo distante do que vimos antes. Como era de costume no IHGB, pensava em converter este evento em uma celebração.

Essa *memória* participava justamente da tentativa de celebrar o *levante*, deixando clara uma disputa na República. Alias, é sintomático que essa *memória histórica* tenha sido impressa apenas no governo civil. Aparecia, dessa forma, como uma espécie de crítica à violência que marcara a República da Espada e defesa por uma ideia de República que não chegou a se instalar. Se Lopez Trovão aparece como agente capaz de mobilizar a “massa” e o *povo* aparece como os *pobres* e todos estes como legítimos atores políticos da cidade, se Moreira de Azevedo construía esta imagem, ela não chegou a vingar na República.

Ao mesmo tempo, apesar de todo o esforço de Azevedo, a permanência de um horizonte, modelado pelo vocabulário originado no *direito*, impunha limites à sua *memória*. Realmente, o argumento de José Murilo de Carvalho, em **Pontos e Bordados**, onde o autor afirma que um dos traços da história brasileira é uma estruturação jurídica anterior a um aprendizado político, serve à compreensão desse limite de compreensão da Rua, presente mesmo quando um letrado se esforça para conhecê-la.

A consequência é que no olhar para a cidade, mesmo quando se percebia a força da ação dos homens anônimos, não existia um investimento para dar nome e movimento a esses personagens. A história, ao se manter nas definições do *direito*, não abria para uma construção de um novo vocabulário político. O *vintém* de Azevedo ainda era um *levante*.

### 4.3 “Sociedades comerciais novas e antigas” e o encilhamento

A ênfase na *administração*, recorrente até aqui, não deve ser entendida como se esta fosse um elemento central na atenção desses homens – nem no fim do Império, nem no início da República. Pelo menos no que diz respeito à formação de identidades políticas, não foi assim. Na verdade, não existia propriamente quem se definisse por ela, nem como afirmação, nem como negação. *Monarquia* e *república* centralizaram atenções e produziram identidades. *Administração*, por sua vez, permanecia em uma espécie de campo neutro, em uma constante reafirmação de que a vida saudável do Estado depende de que este tenha um campo preservado para a atuação livre da *razão*, estabelecida por conceitos claros e perenes nos quais a vida ativa e efêmera da cidade e dos *partidos* não tem espaço. Talvez fosse até um elemento secundário e, justo por isso, teve uma presença. A vida da linguagem tem esse perfil. Às vezes é justamente o elemento que menos chama atenção de quem fala o que mais o regula.

No Vintém, ficou claro que aqueles que agiam na *administração* no fim do Império não alcançavam o resultado que imaginavam com a implementação de um “simples imposto” e, principalmente, não tinham meios, ou melhor, palavras para conhecer a cidade onde acontecia mais a ação efêmera, o debate circunstancial, do que discursos organizados necessariamente por conceitos e projetos com nomes como *república* ou *monarquia*. A *administração* operava justamente por uma expectativa de que o mundo da estratégia, a formulação de regras, pudesse dar conta da *nação* como um todo, inclusive da vida ativa.

A dissonância, o resultado do encontro de vozes em tensão, umas que defendiam o imposto pelo “bem da nação”, outras que falavam da “injustiça”, era o

resultado da autonomia do Estado em relação à cidade e vice-versa. A violência, porém, não foi tensão.

Quando a Rua se mostrou violenta, a *voz* do Estado pôde agir de forma igual. Uma vez que a Rua se mostrava da forma como era sempre vista, como *turba*, a violência aparecia como resposta legítima. Como a percepção da vida ativa era determinada por um vocabulário incapaz de lidar com o efêmero e, ao mesmo tempo, originado do direito – que impõe definições sobre os personagens da cena tolhendo-os da possibilidade de autodeterminação – quando a Rua passava a ser explicitamente o lugar dos “foras da lei”, a contenção pela violência, desde o início a resposta prevista, tornava-se uma resposta legítima. Foi quando a ação da Rua se tornou violenta que o Estado pode agir livremente.

Não foi apenas nesse sentido, porém, que a cidade respondeu à *administração*. Não foi apenas na vida ativa da Rua que a cidade se afirmava como sendo de indivíduos e não mais de *súditos*. Existia desde o fim do Império um outro movimento, noturno mas parte das sociabilidades instituídas: era o movimento de vendas e compras de ações que nem sempre são feitas de forma honesta, como nas apostas em corridas de cavalos, também muito frequentadas nesse momento.

Na República, o que era do âmbito do consentido, tornou-se permitido, pelo menos por um curto período de tempo, que coincide com uma onda especulativa e de inflação sem precedentes. Esse evento, o “encilhamento” – que tem o nome justo da imagem de “encilhar”, de montar tirando vantagem de alguém – marca um outro sentido das limitações da *administração*. As regras do comércio, a regulação das “sociedades anônimas”, por exemplo, seguiam os princípios da *administração*; os artifícios da *estratégia* (daqueles que atuam e definem diretamente as regras do jogo) não definem, porém, as ações da *tática* (os jogadores propriamente ditos). Especialmente nessa cidade que começa a se mostrar por uma liberdade individual em expansão se acentuava uma distinção entre a regra e o jogo<sup>260</sup>.

---

<sup>260</sup> Sobre a nova condição do indivíduo, partimos de: AZEVEDO, André Nunes de. **Da Monarquia à República**: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906. Orientador: Antonio Edmilson Martins Rodrigues. Departamento de História (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

A *administração* confiou na regra até o quanto pode, aliás, assim como os jogadores jogaram o quanto foi possível. Isso porque o encilhamento terminou, como tantas outras “bolhas especulativas”, em uma “crise financeira”. E antes que o passado seja todo preenchido por palavras e expectativas vividas no hoje (como a já citada “crise financeira”), vale um comentário: dos temas tratados até aqui, o encilhamento é o assunto no qual o presente em que se escreve esta Tese e o passado mais se aproximam na bibliografia<sup>261</sup>.

Nesta Tese, porém, não interessa nem demonstrar o encilhamento como “bolha especulativa” (e criticar a ênfase na forma como o capital financeiro é visto hoje), nem elogiar as medidas liberais de Rui Barbosa. Nossa postura segue a posição de Simmel<sup>262</sup>, onde o investimento na compreensão do que se vive vale mais do que uma discussão sobre o que se poderia ou deveria viver. Até porque discutir “bolhas” e “especulações” é mais estar na vida da cidade, em sua cultura objetiva, do que uma tentativa de sua compreensão.

O que nos interessa é mostrar a relação entre a cidade e o jogo para expor a natureza da regra e, ao mesmo tempo, uma dimensão mais sociológica e específica do que aconteceu relacionada ao que vem sendo discutido até aqui. Pois não era só a Rua que era encoberta, a própria cidade onde os sócios do IHGB viviam, e quem sabe onde jogavam, ficava na turva imagem do que está “fora”. A *anarquia* tinha como

---

<sup>261</sup> Existe nesse sentido dois usos básicos para o assunto. No primeiro, dá-se uma espécie de história mestra da vida, algo explícito no trabalho de Luís Nassif no qual se diz “como o pensamento econômico da era FHC repetiu os equívocos de Rui Barbosa”. Os equívocos, resumindo o argumento de Nassif, recorrem da incorporação de um pensamento econômico liberal de origem inglesa (origem do que ele chama de “cabeças de planilha”) sem atentar para o fato de esse pensamento ser uma estratégia da própria hegemonia inglesa. Nassif considera que o pensamento apenas fez sentido e ganhou corpo depois da Inglaterra ter se estruturado do ponto de vista produtivo, com a industrialização e com a expansão de suas redes de relação e comerciais com outras nações, fazendo parte justamente da estratégia dessa nação de se impor sobre outras. Dever-se-ia, assim, atentar para o momento anterior ao liberalismo, para o processo que fez a Inglaterra se tornar hegemônica e, na medida do possível – Nassif não perde de vista as particularidades de cada momento histórico – aprender com ele.

No segundo uso do encilhamento, existe um registro e investigação do fenômeno da “especulação” e “bolha” como tendo uma natureza própria, quase independente do momento histórico específico de cada “bolha especulativa”, em favor de se perceber o processo (no singular) do fenômeno. Nesse tipo de investigação, deduzem-se os movimentos gerais da Economia – em um registro próprio ao conceito moderno de história – onde o encilhamento ganha sentido, por exemplo, por uma “teoria dos ciclos mundiais de endividamento” (FILOMENO, 2010). Aliada a essa leitura, algumas vezes defensora das benesses do capital financeiro, aparece uma defesa do encilhamento, ou de parte dele, em uma tentativa de preservar e resguardar a memória de Rui Barbosa.

<sup>262</sup> SIMMEL, Georg. **As grandes cidades e a vida do espírito**. Mana, 11(2):589, 2005.

expressão mais clara a *revolta*, porém, mesmo quando calma, a cidade ainda estava “fora”.

Existe, e este é o primeiro dado, um cenário comum entre o evento recém discutido, o vintém e o encilhamento. Apesar de serem lidos como fatos e unidades sem relação entre si, inclusive por um ter acontecido no Império e outro na República, existe um elemento comum e forte entre o vintém e o encilhamento: a generalização do uso da moeda e a formação de uma “cultura contábil”.

Se o vintém, dentro de suas ações e falas efêmeras, foi uma resposta que mostra o quanto a Rua se movimentava pelo novo e crescente valor da moeda na sociedade independentemente da vida do governo, ou seja, a regra não controla a ação; o encilhamento vai demonstrar o quanto a pretensão da regra em controlar o jogo não se cumpre. A regra não controla nem a ação, nem o jogo. Pelo contrário, a *administração* acabava perdendo o controle de suas pretensões mais básicas e fundamentais: o controle do valor da moeda.

Não iremos, nesse sentido, nos manter na história da estratégia, das medidas de Rui Barbosa ou de Tristão Alencar Araripe, sócio do IHGB que o sucedeu como ministro da fazenda e teve de lidar com a *inflation*, como chamavam na época, mas sim na vida da cidade, das formas de sociabilidade nas quais novamente a distinção entre *súdito* e *indivíduo* é relevante.

O dado factual que nos remete ao início desse novo uso da moeda, ao fim do Segundo Reinado, é, novamente, o aumento do meio circulante quando começava a vigorar o trabalho livre. As formas como essa generalização da moeda se deram indica uma desfiguração da realidade social vigente até então: enriquecer se tornou disponível a homens que antes se mantiveriam em uma camada de recursos restritos. Seja pelo próprio *comércio das bolsas* (que se intensificou no fim do Segundo Reinado), seja participando dos *bancos* que entravam no cenário acelerando o processo de criação de *sociedades comerciais*, a maior parte delas *anônimas* (formadas por capitais originados da venda de suas ações e reguladas por um estatuto próprio), enriquecer era possível para quem soubesse jogar. Na verdade, os *bancos* e as *sociedades comerciais modernas* ou *anônimas* participavam de um mesmo movimento: os *bancos* facilitavam a fruição da venda e compra das ações mediante

empréstimos passando a depender do sucesso destas novas *sociedades comerciais* para que os empréstimos pudessem retornar. Esse movimento compunha um cenário de fluidez *financeira* no qual a condição de *cidadão* não implicava mais uma condição *financeira* estável.

Ao contrário desse cenário, desse novo uso da moeda, ao longo do Segundo Reinado se vivia em uma expectativa de proporção entre condição social e condição *financeira*. A própria definição do que era um *cidadão* costurava estas duas condições. Definia-se quem era *cidadão* pela propriedade. Assim, apenas os proprietários tinham espaço no sistema representativo, pois o direito ao voto e a candidatura estava relacionada à condição de proprietário. Um *cidadão* não estaria, a princípio, sob o risco de ficar sem riquezas. É evidente que isso poderia acontecer, mas seria um desvio, um acaso, algo não previsto nas relações sociais.

A questão é que esta expectativa de estabilidade *financeira* compartilhada pelos *homens da boa sociedade* e do Estado ia ruindo ao fim do Segundo Reinado. Não é apenas a deterioração do solo ou da produção, nem a inconstância do preço do café – para citar um produto de ampla produção e um argumento recorrente sobre a economia desse momento, quando se fala da deterioração do solo nas produções de café do Vale do Paraíba; a causalidade aqui não deve ser pensada como circunscrita à realidade da produção. A perda vivida não se devia a questões exclusivas da produção, mas a uma mudança nas *sociedades comerciais*. Dito de forma breve, uma mudança da ênfase na produção (autoral) para ênfase no lucro (sem autoria necessária).

Não se está dizendo que os produtores de café não pretendiam lucrar. Certamente pretendiam e lucravam, mas o lucro era pensado dentro de uma expectativa de que a produção o garantisse; de que as atividades produtivas impulsionavam a *indústria* e o *progresso* – como diriam sócios do IHGB ao associar expansão das terras produtivas ao *progresso da nação*<sup>263</sup>. O deslocamento da ênfase da produção para o lucro, das *sociedades comerciais antigas* para as *modernas*, implicava em uma valorização do lucro em si, independente de ter lastro produtivo ou

---

<sup>263</sup> Entre outros possíveis, ver: TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. **Relatório geral da comissão de engenheiros junto às forças em expedição para a província de Mato Grosso: 1865-1866**. 37 (39): 79-177, 209-339, 1869.

não. A *sociedade comercial anônima* era o jogo de fazer dinheiro com a venda de dinheiro.

A ênfase na produção das *sociedades comerciais antigas*, pelo contrário, dependia de uma autoria, o proprietário. Aquele que pretende lucrar, que personaliza a produção que, enfim, tem um nome. Este *súdito* jamais será anônimo. As *sociedades comerciais antigas* eram como os proprietários conhecidos, *cidadãos ativos*. Suas posses eram registradas e seus lucros comprometidos com a *indústria nacional*. Não se deve perder de vista que *indústria* para esses homens não era necessariamente algo distinto da agricultura, mas aquilo que se apresenta como produção que movimenta um *capital*.

Alguns desses homens associavam de forma intensa o uso de seu *capital* ao *progresso da nação*, como fizera Couto de Magalhães ao viajar para a Inglaterra na expectativa de impulsionar a construção de ferrovias no Brasil que, caso falhasse – como ele anotara em seu diário íntimo – pelo menos sobraria o suficiente para viver de pão e jornal por mais uns quinze anos<sup>264</sup>. Esse tipo de ação mostra o quanto esses homens operavam por um sentido próprio de lucro. Afinal, Couto de Magalhães pretendia o lucro, mas um lucro comprometido com um progresso, jamais um lucro pelo lucro. Poderíamos falar também em André Rebouças, amigo próximo de Couto de Magalhães.

As *sociedades comerciais modernas*, pelo contrário, não tinham face reconhecida necessariamente, pelo menos não do ponto de vista da sociabilidade que em algum grau tinha a corte como centro. As *sociedades comerciais modernas* podiam se formar por acordos noturnos, em conversas baixas em festas particulares ou mesas de jogos. Eram, nesse sentido, *anônimas*, sem uma autoria pública. Esse tipo de iniciativa ganhava corpo nas *sociedades comerciais modernas*, que eram sociedades de ações vendidas no mercado para quem as pudesse comprar e tivesse informações de que elas valeriam a pena. Não existia um dono propriamente, mas aquele que tinha as informações privilegiadas sobre o investimento, que poderiam ser falsas ou não. Daí a imagem do encilhamento: era comum enganar um jogador, o “blefe” fazia parte do jogo. Na prática, as *sociedades comerciais anônimas* eram

---

<sup>264</sup> MAGALHÃES, Couto de. **Diário íntimo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

lançadas no mercado e as ações vendidas e revendidas antes de seu capital ser todo integralizado e de suas atividades produtivas terem início.

No Império, esse tipo de iniciativa causava constrangimentos justo por essa particularidade. Em uma organização social onde a *distinção* era fundamental, a riqueza circular no anonimato, por acordos noturnos, gerava constrangimentos. A tentativa de contê-las tinha este caráter, era uma tentativa de regulação da mobilidade social, tanto de quem poderia falir, quanto de quem poderia enriquecer. A justificativa superficial até os anos de 1880 do controle das *sociedades modernas* era o perigo da *inflation*. O termo aparece em inglês no **Jornal do Comércio**, demonstrando o quanto se conhecia as “crises financeiras” vividas e o pensamento internacional sobre o assunto<sup>265</sup>. Porém, o caso ia além. Existia uma expectativa de proporção entre condição social e *financeira*.

A questão é que ao longo dos anos de 1880 esse caráter foi mudando. As regras em certa medida permaneciam as mesmas nos anos de 1880, assim como as expectativas de controle de quem ganharia com elas. Porém, os jogadores não eram mais os mesmos, não eram apenas os *súditos fiéis da monarquia*. Eram indivíduos, homens voltados para o lucro, para o ânimo do jogo. Existia uma constante expectativa de que se poderia enriquecer subitamente pela compra das ações de uma *sociedade comercial* cujos papéis valorizariam rapidamente. Compravam-se ações para vender sem pensar ou temer o perigo do *comisso* (um termo presente nos estatutos dessas sociedades que permitiam que as parcelas iniciais dos sócios fossem tomadas caso estes não cumprissem suas atribuições programadas de contribuição à *sociedade comercial*).

Usualmente se enfatiza a vida do governo, as ações da *administração* que levaram ao encilhamento, porém, estas ações parecem ser mais o resultado do fluxo da vida da cidade, desses homens estimulados pelo jogo, do que propriamente da vida do governo, das regras e da estratégia. Quando em 1888 entram em cena medidas claras de reconfiguração do cenário financeiro<sup>266</sup>, o jogo já havia sido incorporado

---

<sup>265</sup> Para uma leitura ampla do pensamento *financeiro* desse momento, SCHULTZ, John. **A crise financeira da abolição**. 1875 – 1901. São Paulo: Edusp, 1996.

<sup>266</sup> FRANCO, Gustavo Henrique Barroso. **Reforma monetária e instabilidade durante a transição republicana**. Rio de Janeiro: BNDES, 1987.

fazia anos. O que Rui Barbosa fez foi escrever o que já estava sendo dito e praticado. A autoria não cabe ao ministério, mas à vida da cidade onde o jogo era constante.

Afinal, aqueles que administravam estavam na cidade, viveram a sua vida e a produziram: muitos deles também jogavam. O Estado, por mais autônomo que se diga na vida do discurso, na prática do cotidiano é feito por homens. Aqueles que estavam no governo participaram do encilhamento em suas diferentes fases. Ney Carvalho (2004), em seu capítulo chamado **Personagens**, enumera e percorre muitos exemplos desses jogadores que de dia atuavam na *administração*, mas à noite se revelavam jogadores. A pergunta é, então, que cidade é essa e que vida se vivia, e não que decisões do governo criaram a circunstância. O encilhamento é um caso claro de o quanto a vida do governo escondia a importância da cidade e o quanto o efêmero tem mais penetração e força do que usualmente se supõe.

O aumento da população é um indicativo inicial. As novas tecnologias, como o próprio bonde ou a nova forma de impressão da **Gazeta de Notícias** também são indícios de uma vida nova. Talvez mais forte que o índice demográfico ou dos novos objetos, seja o domínio de homens livres que tinham suas vidas reguladas por ter ou não dinheiro. Em certo sentido, a nova condição enfraquecia os elementos de *distinção* como uma forma de gerar o que o sócio do IHGB Pinto Peixoto chamava de “organização social sem dúvida”. Se alguém podia acordar com ou sem *finanças* ou ser forçado a conviver com um *desconhecido* como vizinho, ou se o “pão” não estava garantido e todas essas condições dependiam do mesmo objeto, da moeda, certamente havia dúvida.

O dinheiro, por sua natureza, é um valor em algo que materialmente não tem valor, equipara diferentes objetos – todos passam a ter um preço independente de sua natureza – na formação de uma cultura contábil na qual a segurança do “ter mais” encobre a questão “ter para que”, na qual as distâncias sociais não são sentidas por elementos de *distinção* que têm valor por si, mas por uma nova forma de estabelecer *distinção*, na qual seus objetos de valor têm pela pergunta: “o quanto custa”? Ostentar uma joia por ela custar caro é radicalmente distinto de ostentar uma joia por ela ser um elemento de *distinção* de uma família, como o brasão de uma Casa, ou por ser a materialidade de um título conferido por D. Pedro II. Os objetos de distinção que vem

do Rei têm valor por sua origem, é como se materializassem parte da presença real naqueles que os carregam. Daí a distância radical para com objetos que chamam as vistas por “custarem caro”. Essa valorização do que “custa caro” é um resultado e um fermento da busca pelo dinheiro, como se o afrouxamento da relação entre condição social e condição financeira deixasse em aberto quais eram os elementos de distinção e, assim, o “ter mais” gerava a segurança do “ser alguém”, ser *distinto*.

Nesse movimento, a busca “por ter o quanto mais possível”, o lucro pelo lucro, acabava inviabilizando o projeto daqueles que pretendiam estabilizar a relação entre condição social e condição financeira, impondo uma fluidez no que se compreendia como “ter muito” e nos personagens que poderiam ostentar *distinção*. O dinheiro se tornava tão forte que poderia, nos salões e bailes do fim do Império, ostentar uma condição social independentemente de sua origem.

A diferença básica entre as *sociedades antigas* para as *modernas* foi uma mudança da ênfase na produção (autoral) para a ênfase no lucro (sem autoria necessária). Uma mudança da *distinção* como parte de uma “organização social sem dúvida” para uma *distinção* que ostentava o quanto se tinha, o que mostra justamente uma mudança de uma cidade que viveu um mundo onde a condição social emanava da vida da corte, para uma cidade que poderia ter a festa no mais alto estilo, desde que se pudesse pagar por ela. O estilo passava a depender de forma mais acentuada e clara da moeda, e não mais apenas da condição social.

A vida da corte aprendeu a conviver com os novos homens de negócio. O baile da Ilha Fiscal é um bom exemplo. Até mesmo as exigências legais das *sociedades anônimas* foram flexibilizadas no fim do Segundo Reinado na prática da bolsa. Ao invés de uma oposição, os donos da *distinção* e os jogadores da bolsa se tornaram aliados, talvez até tenham se confundido, afinal, a habilidade no jogo pode ser elegante.

Aliás, essa aliança é um traço que permaneceria na República quando o próprio IHGB abriria sua porta a sócios sem destaque no mundo das letras, mas com recursos para mantê-lo ativo, homens que se destacaram no encilhamento. A cidade entrava no IHGB, mesmo que os sócios, em suas falas, não chamassem atenção para esse movimento. Seja no fim do Império, seja na República, aqueles que tinham

recursos flertaram com aqueles que traziam consigo o gesto e a *distinção*. Essa aproximação não era bem vista por todos.

Alguns debates no **Jornal do Comércio**, constantes desde 1880 como os artigos sob o título “A lei de 1860”, mostram os argumentos daqueles que se contrapunham à aproximação. Existia, no início desses textos, uma desconfiança de que as *sociedades anônimas* seriam um paço para a *inflation*. Ao lado da desconfiança, existia um debate sobre o uso do papel-moeda. A questão recorrente era o perigo da flutuação do valor da moeda, especialmente fora de um lastro. O argumento era simples: se é necessário um lastro metálico para o uso papel-moeda, por que não usar o metal diretamente. O papel-moeda era aceitável apenas em momentos excepcionais, como na Guerra do Paraguai. Os *cheques* em circulação na Inglaterra também geravam certa polêmica. Ambos – o *cheque* e o papel-moeda impresso por *bancos* – indicavam uma desconfiança do banco como mediador de transações comerciais.

O banco era um novo, e ao mesmo tempo velho, personagem. No caso dos bancos já estabelecidos, que não prestavam esse tipo de serviço de cheques necessariamente, os nomes e rostos com os quais se convivia eram conhecidos. Eram autores de transações, famílias estabelecidas. Porém, para os novos bancos no cenário internacional – e no fim do Império e principalmente na República novos bancos no próprio Brasil – a circulação de pessoas não permitia esse tipo de expectativa de relacionamento. Existe um traço propriamente sociológico na generalização do uso de bancos: a expansão bancária conduz a uma impessoalidade nas transações quando se generaliza. Aquele ritmo próprio do Segundo Reinado, quando os bancos estavam imersos em uma rede de sociabilidade, de negócios entre homens da *boa sociedade*, começava a se tornar impossível no fim de século.

Existia um pensamento próprio nas páginas do **Jornal do Comércio** ao fim do Segundo Reinado, associado a uma forma específica de sociabilidade comercial na qual o anonimato dos agentes era condenado. No Império, a vida econômica que entrava em cena na cidade, que influía nos jogos políticos, assim como nas letras, era de homens *distintos*. Eram personas que passavam pelas Ruas, mas não estavam nelas. O lugar dos *cidadãos* ainda era a Casa ou a propriedade. Esse perfil não

desapareceu subitamente, mas foi rompido ao fim do Império e principalmente com a República.

O indício mais forte foi um novo tipo na cidade, distinto dos *produtores*, alguns poderiam ser *cidadãos*, outros não; por um breve momento, o especulador se tornou um novo tipo social, andando pela cidade com um ar próprio e altivo. O especulador era um homem jovem ou rejuvenescido pelo jogo da bolsa. Sua expansão se deu no fim do Império e ao ver Rui Barbosa pôr em movimento a bolsa na República, intensificou o jogo. Vivia em uma necessidade de construir riqueza mesmo que, no dia seguinte, fosse perdê-la toda. Andava interessado em bailes e conversas informais onde informações preciosas poderiam circular. A cidade gestou o especulador, o especulador pariu o encilhamento.

A perda na segurança do valor da moeda, já pelos anos de 1892, fez daquele tipo simpático um tipo odioso. Nos jornais, era possível ver pedras arremessadas naqueles que eram provavelmente boa parte dos homens com posse da cidade. Na crise, porém, ninguém afirmava suas especulações, todos se convertiam em homens prudentes. O caso é que não só a moeda perde o valor, quanto os compromissos com as *sociedades comerciais* não são cumpridos. Pelo *comisso* os primeiros investimentos são tomados e se inaugura um jogo de compra de ações de *sociedades comerciais* falidas, mas que tinham seu capital ainda guardado, embora não fosse integral. Aqui, nos anos iniciais da República, o encilhamento estava à solta. O não compromisso com as *sociedades comerciais* levou a uma quebra dos bancos que ao tentarem recolher os empréstimos nada conseguiam. Na medida em que a natureza inconstante do jogo ficava embaraçosamente evidente, o valor da moeda desestabilizava.

A correria em direção aos bancos pelo saque dos valores que supostamente eles tinham, a venda de ações de *sociedades anônimas* que se sabia que não existiam, todos formaram um clima onde os debates de 1880 poderiam regressar, uma espécie de volta aos conselhos de prudência do passado.

O encilhamento, porém, não produziu uma volta ao que lhe antecedeu. A cidade não voltou a ver os rostos dos *homens da boa sociedade*, nem mesmo de seus filhos necessariamente. Isso não porque todos experimentaram a falência, ou porque a

República fez emergir uma nova “elite”. A questão está longe de ser essa. O jogo foi contido, mas não houve regresso porque o elemento estruturante, aquilo que permitiu o encilhamento, não foi contestado: a *razão* como referência exclusiva à *administração* das *finanças*. Ao invés de produzir um efeito de revisão, o que se deu foi uma radicalização da expectativa de que a *razão* fosse capaz de resolver a crise que ela mesma criara. O que aconteceu foi um investimento sistemático em uma linguagem capaz de resolver as questões que ela mesma elegia, como a *inflação*, a *especulação*, o *problema da expansão fiduciária*... pois o constrangimento maior não era a inflação propriamente, mais ficar evidente que aqueles que *administravam* não a controlavam. Como o controle do jogo não existe, a inconstância é, por definição, inconstante: o que se afirmava era um repertório para ocultar o caráter inconstante do jogo.

Não era só no **Jornal do Comércio**, porém, que se procurava avidamente por uma cultura objetiva capaz de esconder a inconstância do jogo e se “normalizar” a economia. Novamente, no IHGB a vida da cidade aparece como assunto, nesse caso de maneira singular: sem defasagem alguma. A **Reconstituição das finanças brasileiras**<sup>267</sup>, do Visconde de Rodrigues de Oliveira, foi apresentada em 1897, justo quando finalmente se recompunha a *economia*. Trata-se de uma peça típica dessa vida do discurso onde a *economia* é pensada por palavras próprias e autônomas, onde a *dívida* e a *valorização do meio circulante* são objetos em si, em total desconexão com a vida da cidade. O IHGB, como espaço dedicado à *razão*, colocava-se a serviço da *administração*.

Para o argumento desta Tese, na verdade, não importa o quanto essa peça do IHGB foi utilizada ou não pelo governo, pois não importa a vida do governo, mas a cidade que passou a estimular e depender de um discurso *financeiro* para se normalizar.

Nesse sentido, o encilhamento não foi um problema para a *administração*. A crise passou a fazer parte do discurso *financeiro*. Quanto mais se perdia o controle da vida *financeira*, mais aqueles que deixavam as *finanças* escapar pretendiam monopolizar a política.

---

<sup>267</sup> OLIVEIRA, Luís Rodrigues, 1838 – 1906. **Reconstituição das finanças brasileiras**. 62 (100): 28-28, 1899.

O que o encilhamento, por fim, produziu, foi um fortalecimento do elogio à *administração*. Revigorou a necessidade do controle matemático das finanças, da complexificação de um corpo intelectual como forma de se normalizar a vida da cidade, o que pode ficar claro com uma pergunta: mas o que causou, afinal, o encilhamento?

As respostas básicas são duas, assim como são duas as posições sobre em relação a esse evento. Ou se critica a ênfase no capital financeiro, afirmando que dele só decorrem inflações e crises, ou se elogia esse capital e se responsabiliza as ações do governo, especialmente de Tristão de Alencar Araripe, por ter “autoritariamente” tentado controlar o “jogo” (CARVALHO: 2004). Novamente, qualquer dos dois caminhos é estar na cidade sem contestar ou estranhar sua natureza. Vale, para que isso fique claro, fazer uma referência a um uso do intelecto na vida da metrópole que Simmel identifica. É possível apresentar o argumento pelo próprio encilhamento: a complexidade da vida financeira da cidade chega a um ponto que escapa à compreensão dos homens e passa a excitar e depender de um discurso para se naturalizar.

Por aparato intelectual, compreende-se um conjunto de instrumentos intelectuais que mediam a relação do indivíduo com a vida na cidade, neste caso instrumentos ainda mais próprios da metrópole, pois nos discursos financeiros a cultura contábil se encontra com este aparato, pois uma fortalece a outra. Para conter o constrangimento com a impossibilidade de compreensão de como a economia da metrópole se estrutura, naturaliza-se o uso de um discurso que oculta a incompreensão. Ao invés de servir à indagação, essas palavras servem à anulação da pergunta, entre elas a mais básica: o que é o dinheiro? O dinheiro circula na cidade com uma tal naturalidade que não existe a necessidade de pensar sobre o que ele é. Na verdade, o dinheiro depende de que não se pergunte sobre sua natureza para poder exercer sua função. O valor só se torna coletivo nesse movimento naturalizado, no hábito. Existe, aqui, uma distância grande entre o encilhamento e o vintém.

No vintém, como um momento quando o novo uso da moeda ainda não era natural, a ação do governo era absolutamente compreensível: ele criava um imposto para ter para si mais recursos. Isso era compreendido de forma direta, não era

necessário nenhum tipo de aparato intelectual para além da própria experiência do uso da moeda. A cultura contábil ainda não havia ganhado forma em uma modalidade própria de discurso. Porém, a associação de valores a empresas que ainda não existem e o jogo através destes valores chegar ao ponto de ser possível enriquecer e transformar em matéria escapa à compreensão imediata. Por mais naturalizada que a bolsa pudesse estar, a compreensão do jogo financeiro só se dá por um aparato abstrato. Na verdade, o que se compreende é o discurso sobre o jogo, e não o jogo propriamente. Até porque o jogo está, assim como a ação, no âmbito do efêmero. Ele está aberto ao acaso, está no universo dos objetos de difícil conceituação para a *razão* no singular.

Dito de outra forma, na impossibilidade de uma compreensão de como se dá valor a algo que não existe ainda e pode vir a não existir (como as ações das *sociedades comerciais modernas*), ou por qual razão um objeto “custa caro” se nada além de ser caro o faz ser *distinto*; seja qual for a realização cotidiana dessa cultura contábil e objetiva da cidade, produz-se um discurso, este sim coerente, onde a inquietação com a inconstância do jogo encontra um repouso. Não que ela se resolva, mas ela fica encoberta, escondida e, se irrompe, a crise aparece como moldura para contê-la.

Esse tipo de discursos, as longas discussões no **Jornal do Comércio** ou até mesmo no IHGB, são o inverso do efêmero, o inverso da ação que resulta em um vintém ou no próprio encilhamento; são a expressão daqueles que vão compor a *administração* e, nesse sentido, são mais do que aqueles que estão diretamente no governo. São aqueles que pretendem produzir um universo de discursos e ferramentas para que se possa agir no governo sem ficar aberto à inconstância da cidade.

A questão é que o *problema do aumento do meio circulante e do novo papel da moeda* não era algo que esses discursos ignorassem. Eles discutiam e lidavam com essas questões, existia uma clara preocupação com o novo papel da moeda, porém em uma completa desconexão com a vida da cidade. Discutia-se o comércio, por exemplo, sem ser relevante quem eram e o que diziam os comerciantes. A *moeda*, o *dinheiro*, as *ações*, a *inflation...* eram todos objetos de reflexão como se existissem

neles mesmos, objetos perenes de discussão e interesse e não objetos que só têm vida quando os homens lhes dão vida, algo necessariamente de natureza inconstante.

A *economia* podia ser regida por um discurso *financeiro* no qual a realidade prática e básica do comércio como parte da vida da cidade não era vista, não era absolutamente relevante conhecer aqueles que davam movimento à vida comercial para discutir os *problemas financeiros*. O discurso *financeiro* começava a ser uma nova chave para a *administração* se manter autônoma frente à vida da cidade. Algo que os sócios do IHGB não só partilhavam como incentivavam, atuando na produção desses discursos. Poderia dizer *finanças* de lugar nenhum – pois não tinham corpo, personagem, cenário... –, ou talvez, de um lugar só delas.

#### 4.4 Dois momentos uma mesma *administração*

Se o vintém foi uma resposta da vida da Rua a uma medida da *administração* que levantou uma *turba*, o encilhamento despiu a *administração* entre aqueles que administravam. Ambos os casos não foram fortes, porém, a ponto de quebrar a confiança na *razão*. A economia retomaria seu rumo e a *administração* permaneceria resguardada de qualquer outra esfera.

Não foi sem razão, nesse sentido, a proximidade entre o vocabulário que os sócios do IHGB usaram para descrever e narrar as regências e o vocabulário em jogo na República. De uma forma geral, o mundo da política, as ações *partidárias* e suas *paixões* eram lidas enquanto nocivas ao governo que deveria ser *racional*. Isso porque a *razão*, sempre no singular, afirmava a impossibilidade da polifonia, de lidar com o efêmero, de se contaminar com os personagens da cena; ao invés disso, se interessava apenas pelas causas. Assim, qualquer debate fora de espaços *modestos* e *distintos* era negativo. De uma forma geral, essa avaliação levanta a pergunta de se a República não manteve o mesmo traço de exclusão da vida ativa que marcou o Segundo Reinado por uma limitação do próprio vocabulário.

Se a República herdou para a construção de sua estabilidade política certos argumentos e entendimentos do Império, importa a esta Tese especialmente essa *razão* no singular e associação do *partido* à *facção*, algo semelhante se deu para a conquista da *estabilidade financeira*. Isso porque *estabilidade*, aqui, quer dizer um controle da proporção entre condição social e condição financeira. Todo o apreço de Campos Sales por uma *administração racional* e controle das *finanças*, que o cientista político Renato Lessa comenta, pode ser compreendido como a retomada da proporção entre condição social, associada à penetração na vida política instituída, e

condição financeira. Werneck (2001) argumenta justamente que a “política dos governadores” não tinha como objetivo principal o controle do governo federal, mas uma busca por estar no governo federal para manter uma hegemonia em seu estado de origem, busca diretamente ligada às condições de produção.

Isso não significa que não havia disputas ou tensão. A “política dos governadores” não foi um mundo de acordo entre iguais e sem divergências, havia disputas; mas os projetos políticos em debate – como as tensões sobre o que é federalismo que Campos Sales teve de enfrentar e anular, dando uma fisionomia definida ao federalismo – entravam em cena por aquele motivo intermediário que permitia que as disputas se dessem sem que se colocasse demasiadamente em questão o lugar do Estado, a unidade do território, a propriedade como meio da *indústria* e do *progresso*, entre tantos outros consensos entre aqueles que disputavam o cenário político do início de República.

Toda essa vida política, da qual aqui descrevemos apenas a superfície, era permeada, novamente, por aquele motivo intermediário que não chamava para si muita atenção nem mobilizava, necessariamente, uma identidade política; entrava em cena a *razão* como construtora da “administração depreendida da política”.

Dito de outra forma, apesar de todas as diferenças do jogo político dos *ministérios* do fim do Império, da “política dos governadores” e da República dos conselheiros que ganha forma com ela, em todos, a cidade, especialmente a Rua, era a *anarquia*, e o *partido* – o único local que restaria como espaço de divergências –, a *facção*.

Esta Tese não pretende, porém, reformular as formas de compreensão de um período da história nacional. O objetivo foi discutir o quanto a escrita da história produz e organiza o vocabulário político disponível, pondo em discussão o que é que se está fazendo quando se fala em *proclamação* ou *revolta*, molduras básicas da História do Brasil e talvez de outras escritas de histórias nacionais.

## 5 Conclusão

A conclusão terá dois momentos. No primeiro, será feita a usual síntese do que foi discutido ao longo da Tese. Em segundo, será feita uma discussão dessa síntese com alguns autores, parte da bibliografia que motivou a escrita.

“Olhamos em torno de nós e [...] logo um dos primeiros sentimentos despertados em nós é o de querermos saber o que foi essa região onde nos achamos e porque modo chegou à presente situação”<sup>268</sup>. Foi com essa citação de Tristão de Alencar Araripe, sócio do IHGB e ministro da Fazenda no governo de Deodoro da Fonseca em 1891, que iniciei a Tese. A citação abre como questão o quanto a história foi e é orientada pela *nação*. A própria curiosidade do homem sobre o passado do mundo em que ele nasce é percebida por Alencar Araripe como “o de querermos saber o que foi essa região onde nos achamos”. A pergunta sobre o passado se condensa e limita, na sua perspectiva, a uma pergunta sobre a *nação*.

Não foi uma particularidade desse letrado, mas um traço de sua geração. Esta Tese, porém, se manteve em um objeto mais específico do que o traço geracional. O que investigou foi um conjunto de *memórias históricas* de homens comprometidos com a escrita da história nacional e o sentido básico dessa escrita: o silenciamento da vida ativa. A escolha do objeto se deve, ainda, a uma experiência que os letrados viveram: a dissolução do futuro; a perda da expectativa da continuidade do Império em um terceiro reinado quando a República foi proclamada.

O início da Tese foi em dois momentos vividos por Joaquim Nabuco. No primeiro, em 1895, ele afirmava seu compromisso, seu *dever* como monarquista em uma crítica ao presente republicano. Foi o momento em que ingressou no IHGB e quando se dedicava à escrita de **Um Estadista do Império**. No segundo momento, em 1906, Nabuco dizia que a República era **incontestável**, quando já atuava na

<sup>268</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. **Indicações sobre a história nacional**. 57 (90): 259, 1894.

diplomacia ao lado do Barão do Rio Branco, o *dever* se deslocava da monarquia para a *nação*, mas se mantinha enquanto *dever*. Esses dois momentos de Nabuco produziram uma tipologia básica, duas posições sobre a República que, em certa medida, resumem o que foi vivido no IHGB: um desconforto e uma crítica à República; e, depois, uma aproximação.

O que é necessário compreender sobre o Instituto, e de que esta tipologia não dá conta, é a expectativa de futuro partilhada pelos sócios: a continuidade do Império em um terceiro reinado. Em 1888, ao lado da exaltação da abolição, a comemoração dos cinquenta anos foi justamente um momento quando a expectativa de continuidade se materializava nas vozes dos sócios, especialmente do então Presidente do IHGB, Joaquim Norberto, e do Orador, Visconde de Taunay. A fala de Taunay é bastante clara:

E jamais, em todas as páginas da nossa história laços mais íntimos, nem ligações mais estreitas, prenderam o nobre povo brasileiro, que os experimentava, ao excelso trono em que se assenta a augusta família de V. M. Imperial. Foi, senhor, o ano da Abolição<sup>269</sup>.

Taunay generalizava para fora do Instituto uma imagem que Joaquim Norberto havia mobilizado, enquanto Presidente do IHGB, nesse momento, para o seu interior: “Assim fechou-se com a extinção da escravidão o primeiro ciclo do Instituto Histórico; assim abre-se o novo ciclo com a liberdade de todos”<sup>270</sup>. A história do IHGB integrava e sintetizava a história do Império, o quinquagenário era comemorado ao lado da abolição. Ambos abriam para um tempo novo, o da continuidade do Império por um terceiro reinado como a escolha da *razão*. A República chega, porém, e anula a expectativa. A primeira fala de Norberto é decisiva:

Senhores! Imperioso dever do meu cargo me força a anunciar-vos que jamais nessa cadeira se assentará aquele que durante quarenta anos desempenhou verdadeiramente o título de protetor de nossa associação, elevando-a a face das nações cultas a grande consideração, que goza atualmente. Das atas das sessões de nossos trabalhos e das nossas sessões magnas, celebradas na sua casa com todo esplendor e solenidade, consta, e constará sempre, o que foi o imperador D. Pedro II para com o Instituto

<sup>269</sup> TAUNAY, Alfredo d’Escragnolle. **Alocução pelo sócio Honorário o Sr. Senador Alfredo de Escragnolle Taunay**. Revista do IHGB. Suplemento em homenagem ao quinquagenário do IHGB. 51 (78): 39, 1888.

<sup>270</sup> SILVA, Joaquim Norberto de Souza. **Discurso de Abertura**. Suplemento em homenagem ao quinquagenário do IHGB. Revista do IHGB. 51 (78): 12, 1888.

Histórico, que lhe retribui numerosos favores com a maior gratidão, por considerá-lo como seu primeiro aluno e por tê-lo sempre como seu desvelado protetor<sup>271</sup>.

Ao invés de apontar para o futuro que aparecia em 1888, o *dever* com o Império e com o protetor imediato era, ao fim de 1889, dirigido ao passado. A marca dessa postura foi a *gratidão* com D. Pedro II. A questão, nessas circunstâncias, era afirmar a defesa do Império sem assumir uma posição restauradora. O argumento era explícito: o IHGB era uma associação “meramente literária”, sem interesses *partidários*. Dizia o sócio Teixeira de Mello:

Senhores.- Achamo-nos em um campo neutro, onde não entra a política com as suas tergiversações e sutilezas. Lá fora esbraveja de noite e de dia o ruído dos interesses desencontrados e antagonistas; o sorriso que mascara o rancor e o despeito; a frase açucarada que encobre o pensamento; o patriotismo, que é santo e nobre, encarado por prismas diversos. Aqui o silêncio de que medito; a paz e a serenidade de ânimo do que se afadiga por honrar o renome nacional, zelado o renome de seus filhos ilustres e arquivando os fatos memoráveis da história pátria<sup>272</sup>.

A imagem do “campo neutro” onde se honra o “renome nacional” permitia uma disputa pela *nação* sem que na disputa os sócios do IHGB fossem acusados de partidários da monarquia. Isso porque o objeto de disputa não era o futuro, nem exatamente o presente, mas o passado. O argumento constante nessa recepção da República marcada pela *perda* e pela *gratidão* era de que o passado pertencia ao Império. Nessa recepção, a República não tinha corpo nem alma, era o retorno dos “ruidos dos interesses desencontrados”. O vocabulário pelo qual as regências tinham sentido reaparecia nas falas sobre o presente republicano. Nessa recepção, a República era o retorno da *anarquia*.

Concorria com essa imagem, especialmente presente nas sessões do IHGB, uma outra recepção da República, na qual esta era o resultado de uma história, de um passado e apontava para um futuro. A República, aqui, não é a *perda*, mas uma conquista, a *proclamação*. Eram escritas da história nas quais a República aparecia como a verdadeira face nacional, por uma teleologia muito próxima àquela que dava corpo à Independência. *Proclamação*, aqui, tem duas citações-chave que se complementam: “os fatos encaminham os homens”<sup>273</sup>; “a ideia estava lá”<sup>274</sup>. A

<sup>271</sup> SILVA, Joaquim Norberto. **Discurso** em 29 de novembro de 1889. 52 (79): 534 – 535, 1889.

<sup>272</sup> MELLO, José Alexandre Teixeira de. **Relatório**. Revista do IHGB. 53 (82): 561, 1890.

<sup>273</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. **Patriarcas da Independência**. 57 (89): 169, 1894.

direção era a mesma, a história agia sobre o homem como um movimento irresistível, apresentando-se como uma verdade formadora de um consenso: a América, e com ela o Brasil, era republicana.

A segunda recepção, apesar de ter sido sempre favorável à República, vai perder espaço quando o IHGB se reaproxima do Estado, o que acontece no governo civil de Prudente de Moraes. O caso é que os letrados e a própria escrita desses elogios à República estavam vinculados aos governos militares. Tristão de Alencar Araripe chamava Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto e Benjamin Constant de os **Três beneméritos da República**<sup>275</sup>. A posição da maioria dos sócios do Instituto, porém, vai ser a mesma dos governos civis: tratar dos anos iniciais da República como anos de transição. O elogio à República perdia espaço na composição de um nexos entre o Império como passado e República como presente e futuro. A própria aproximação com o IHGB é sintomática dessa postura dos governos civis de se apropriar das heranças e herdeiros do Império, algo que viria a se tornar ainda mais intenso na “República dos conselheiros”.

A questão principal da Tese, porém, não é esta história da circunstância, da sincronia; mas da ampliação da situação pelo seu passado. Assumindo o caminho de Gumbrecht, o momento inicial que se compreende por uma perspectiva pragmática da linguagem foi desdobrado em uma pergunta sobre o horizonte que compôs essas recepções. Existe um entendimento ampliado de situação que não se resume ao sincrônico, um desdobramento do “motivo-para-que”, a intenção imediata da ação, em um “motivo-por-que”, o horizonte no qual a situação aconteceu: “É a partir dele que o nosso conceito de situação, inicialmente direcionado apenas para a situação comunicativa, é ampliado pelo seu passado”<sup>276</sup>.

A pergunta sobre o passado dessas recepções tem como material principal as escritas da história desses letrados. A República foi pensada enquanto *anarquia* por um vocabulário muito próximo ao das escritas sobre as regências. A segunda

<sup>274</sup> Ibid., p. 168.

<sup>275</sup> ARARIPE, Tristão de Alencar. **Três cidadãos beneméritos da República**. 60 (96): 385, 1897.

<sup>276</sup> GUMBRECHT, Hans Ulrich. **As funções da retórica parlamentar na revolução francesa**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003, p. 30.

recepção da República teve outra moldura, a *proclamação*, e, nesse sentido, muito próxima da Independência.

A leitura das *memórias históricas* sobre as regências expõe o uso de um vocabulário dando voz à postura política do IHGB, indicando nas palavras algo que os sócios demonstravam no corpo, no gesto, na sociabilidade: o que acontecia “dentro” era, voltando às palavras de Teixeira de Mello, o “silêncio de que medito”; enquanto que “fora” era “o ruído dos interesses desencontrados”. Existia, no vocabulário e na vida do corpo, uma constante negação da vida ativa: da cidade e da Rua. O que aparecia dentro era a *razão*, enquanto que fora era a *anarquia*. A *anarquia*, por sua vez, tinha dois campos: a Rua e o *partido*. Na Rua se dava a *revolta*, enquanto que os partidos, tomados pela *paixão*, pretendiam a *conspiração*. O que se definia era uma antropologia política, um entendimento de o que é o homem e a partir dele definir quais são as ações desejáveis. Em síntese, é essa antropologia política, na qual o homem se levado ao confronto tende necessariamente à *paixão*, que percorre as escritas sobre as regências.

As escritas sobre a Independência expuseram outra moldura para a compreensão da República: a *proclamação*. Se ambas eram pensadas enquanto inevitáveis, a questão, aqui, é problematizar a natureza da teleologia e não apenas indicar seu uso. Nesse sentido, a *proclamação* também foi uma negação da vida ativa, porém em um outro movimento. O caso era a produção de sentido para a história a ponto de se dar uma anulação da presença<sup>277</sup>. A história existia plenamente em uma rede causal, nos desdobramento de um ponto fixo (a tentativa de recolonização das cortes portuguesas) do qual se formava a imagem de que “os fatos encaminham os homens”. Dizia-se que a “ideia já estava lá”. O que fazia a história aparecer como irresistível e como agente de si era a anulação da força dos homens, dos personagens da cena, como se o sentido – enquanto produção de uma verdade estável revelada pela escrita – anulasse a presença – enquanto ação aberta ao contingente e ao inconstante. Os debates eram secundários, importavam os resultados. Nesse tipo de tessitura, não existe espaço para se ver a vida ativa. O interesse de quem escreve uma

---

<sup>277</sup> GUMBRECHT, Hans Ulrich. A presença realizada na linguagem: com atenção especial para a presença do passado. **História da historiografia**. Ouro preto, n. 3, p. 10-22, 2009.

história da Proclamação, assim, é a formação de um consenso acerca da inevitabilidade da mesma.

A vida ativa era encoberta, então, pela *anarquia*, que esvaziava qualquer ação na Rua ou debate *partidário*, e pela *proclamação*, que dava sentido à história sem depender dos homens que agiram nela.

Este quadro geral da Tese se afirma, ainda, pela consciência de que essas molduras, como *proclamação* ou *revolta*, ainda estão disponíveis e em uso. Essas escritas da história dos sócios do IHGB podem falar ao presente, expondo a natureza do que herdamos enquanto compreensão do passado, ou melhor, das formas de compreensão do passado. Vale agora situar esse quadro geral dentro de algumas referências sobre a República.

Ao invés de uma discussão com autores do século XIX, vou partir, agora, de um ensaio de Carlos Lessa, chamado **Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira**<sup>278</sup>, para recolocar os argumentos desta Tese por um posicionamento com a parte da bibliografia que permitiu a escrita deste texto.

O argumento inicial de Lessa, sobre qual o interesse que a *nação* enquanto tema deve suscitar, é muito caro a esta Tese:

O interesse deve estar no escrutínio do acontecimento, e não na busca estéril de uma essência nacional. O Estado Nacional é quem condensa, explicita e formata a nacionalidade brasileira<sup>279</sup>.

Carlos Lessa continua seu ensaio afirmando, por uma narrativa, a particularidade da trajetória de uma *nação* monarquista na América, escravocrata inserida em uma economia mundial, fruto de um movimento no qual as estruturas do mundo colonial (que desde a transferência da corte se expandiam e se transformam em algo distinto da condição colonial) se reafirmam dando vida a um corpo que “plasmou uma economia nacional muito antes de ser uma nação”<sup>280</sup>. Dito de outro modo, talvez mais claro, a escolha pelo escravagismo e pela economia voltada para um mercado consumidor e produtor estrangeiro antecederam a definição da nação,

<sup>278</sup> LESSA, Carlos. Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. *Estudos Avançados* [online], vol. 22, n. 62, p. 237-256, 2008.

<sup>279</sup> Ibid., p. 238.

<sup>280</sup> Ibid., p. 241.

especialmente se considerarmos que essa definição se deu no correr do Segundo Reinado.

O que esta Tese coloca é o que, de forma sintética, Lessa diz: “O Estado Nacional é quem condensa, explicita e formata a nacionalidade brasileira”<sup>281</sup>. Participa desses três movimentos (condensar, explicitar e formatar) a produção de uma cultura histórica que tem um âmbito maior do que o IHGB, mas a que esse Instituto serve como referência, uma amostra de algo que, na verdade, não tem como ser investigado em sua totalidade.

O caso é que essa cultura histórica institui um conjunto de molduras, de formas de compreensão da vida política ao postular marcadores para um passado que se mantém com tal força que Carlos Lessa os reafirma mesmo pretendendo uma crítica dessa *nação* condensada e formatada pelo Estado. A imagem que percorre seu ensaio é justamente o que me parece ser fundamental desconstruir. Ela pode ser vista nesta citação:

Desde o primeiro momento, a elite política procurou consolidar um Estado que preservasse intacto o território nacional e intocado o patrimônio das oligarquias oriundas da colônia. Seu denominador comum foi a fidelidade ao governante e, por extensão, ao governo. Conferiram maioria ao sucessor de Pedro I com o propósito de cancelar debates políticos embrionários com potenciais disruptivos no período da Regência.

**O Estado brasileiro não vivenciou nenhum desastre coletivo. O conservadorismo inicial de sua formação será uma constante histórica ao longo de sua evolução.** O Brasil conseguiu abolir a escravidão sem nenhum conflito social relevante; proclamou a República sem a presença de nenhuma forma jacobina significativa; modernizou o Estado encerrando a República Velha, sem nenhum trauma relevante; promoveu a industrialização sem ruptura com a velha oligarquia primário-exportadora; atravessou a guerra fria instalando uma ditadura militar e um Estado de exceção, que foi substituído pelo estado de direito sem nenhuma criminalização dos autoritários; tenta plasmar uma democracia sem discutir as origens do seu autoritarismo [grifos meus]<sup>282</sup>.

Nessa citação, está condensado um conjunto de questões que anima minha escrita, especialmente o que diz respeito aos anos que são mais próximos, expondo o quanto, apesar de lidar com um objeto de um passado, esse passado ainda trás questões ao presente. O ponto principal, porém, não é a síntese sobre o

<sup>281</sup> LESSA, Carlos. Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. *Estudos Avançados* [online], vol. 22, n. 62, p. 238, 2008.

<sup>282</sup> LESSA, Carlos. Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. *Estudos Avançados* [online], vol. 22, n. 62, p. 244-245, 2008.

contemporâneo, mas o que foi destacado em negrito. Existe nessa compreensão de que “o Estado brasileiro não vivenciou nenhum desastre coletivo” a noção que motivou a escrita desta Tese, a ideia recorrente de uma história “sem conflito social”.

O caso certamente não seria de enumerar diferentes conflitos para desarmar a imagem. O que me parece fundamental é colocar a pergunta: como os letrados, como os sócios do IHGB que atuaram na construção da *nação*, engendraram uma forma de silenciamento da ação? Voltando à proposição inicial de Lessa, perguntaria: por quais mecanismos “o Estado Nacional é quem condensa, explicita e formata a nacionalidade brasileira<sup>283</sup>”?

O tom de Carlos Lessa da citação anterior deixa claro o quanto a noção de história “sem conflito social” está impregnada, apesar de todo o movimento do campo acadêmico de crítica. A pergunta sobre os meios pelos quais essa noção se mantém não é uma questão menor, especialmente porque eles são constitutivos da nacionalidade. Em diferentes medidas, eles estão disponíveis quando se fala em Brasil.

Não existe, porém, uma matriz única que possa ser confrontada, uma referência central que se desarmada torna possível que a ação apareça. Ao mesmo tempo, não considero que seja o caso do campo acadêmico procurar um novo método ou instrumento para revelar a ação. Não é o historiador quem deve descobrir, em meio a fontes e arquivos, ações perdidas e esquecidas, embora esse possa ser o seu papel. O que interessa a esta Tese é o quanto o estudo da história, especialmente da escrita da história, pode explicitar nosso horizonte de compreensão, que é, em diferentes níveis, uma herança. O problema de destacar a ação do passado sem pôr em questão como ela foi silenciada é deixar ativo o risco dos mecanismos de silenciamento ainda serem vigentes. Importa, a esta Tese, mais saber o que apaga a ação do que detalhar uma ação específica.

As diferentes recepções da República entre os sócios do IHGB tornam possível matizar algumas das molduras que produzem a história “sem conflito social” que Carlos Lessa paradoxalmente incorpora. O caminho ao correr da Tese foi ver como os letrados perceberam o presente republicano por mecanismos que tinham

---

<sup>283</sup> LESSA, Carlos. Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. *Estudos Avançados* [online], vol. 22, n. 62, p. 238, 2008.

usado em suas escritas da história. A escrita da história condensa posturas e palavras que não são apenas suas.

Nesse caminho, dois polos básicos nessas recepções e nessas escritas foram definidos: a *proclamação*, que tem como referência a Independência; e a *anarquia*, que tem as regências como molde. A proclamação é uma forma de compreender o consentimento como apatia. A *anarquia* é uma forma de tornar confuso qualquer momento em que a ação acontece; aqui não há ação, mas *revolta*. Os dois polos se completam formando a história “sem conflito social”. Não é algo que esteja confinado ao fim do oitocentos. A questão, neste momento do texto, é posicionar a Tese frente à bibliografia que, em um sentido distinto daquele do IHGB, mantém a proclamação como apatia.

A proclamação da República configura um exemplo típico da compreensão do consentimento como apatia. A interpretação de José Murilo de Carvalho a partir da fala de Aristides Lobo, “o povo que pelo ideário republicano deveria ter sido protagonista dos acontecimentos, assistira a tudo bestializado, sem compreender o que se passava, julgando ver talvez uma parada militar”<sup>284</sup>, é, para esta Tese, mais um testemunho de si do que do momento, uma exposição de por qual perspectiva se produz uma recepção da República que nega a ação. O exemplo não é, exatamente, uma crítica ao autor, mas a tentativa de explicitar o que forma a imagem da apatia.

**A República consentida** é a referência principal para este ponto. Existe, no argumento de Maria Tereza Chaves de Mello, uma desconstrução de **Os Bestializados** de José Murilo de Carvalho. Isso porque José Murilo assume como ponto de referência para a compreensão da República uma perspectiva e um momento nos quais a vida ativa que se abre para a possibilidade de se pensar a República como consentida já havia se esvaído.

Certamente, não é na citação de um fragmento da fala de Aristides Lobo que se vai encontrar a vida política que movimentou a cidade do Rio de Janeiro e mobilizou um conjunto variado de homens em defesa da República, nem mesmo nas ações que ao fim de seu livro José Murilo percorre. Se foi na Rua, na vida da cidade, que a República se afirmou, seria incorreto dizer que José Murilo não estava atento à

---

<sup>284</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 9.

vida da Rua que marcou a República, ao que acontecia na cidade, a questão é qual momento o seu olhar destaca.

A República não foi consentida sobre a forte repressão que marcou os governos militares e se manteve nos governos civis, a República foi consentida ao fim do Império: na dúvida sobre se a monarquia seria capaz de abolir a escravidão (e quanto finalmente o faz, descarta todos os debates que afirmam que a abolição deveria ser associada a um processo que envolveria, por exemplo, uma reforma agrária); contra a expectativa de um terceiro reinado, onde a figura do Conde D’eu era vista como negativa; e na deposição da regência da Princesa Isabel. A cíclica crise de sucessão, própria à monarquia, foi o momento quando a linearidade se impôs, o terreno em que a República aconteceu. É nesse terreno que se pode conhecer o quanto ela foi consentida. Em meio à repressão e aos desencontros da vida dos governos militares ou civis, a insatisfação e a crítica atacavam a República. Porém, esse momento já é, para muitos homens, o da desilusão com a República, e não da sua afirmação.

Publicistas como Silva Jardim, Lopez Trovão ou José do Patrocínio já não estavam na expectativa de participar do governo. Se alguma coisa pretendiam era sobreviver ao governo militar. E nem todos sobreviveram. As suas atuações anteriores, ainda no Império, porém, desarmam a imagem da proclamação como apatia. Na verdade, a violência que marcou o processo de consolidação da República, a falha da autoridade como forma de produzir uma “organização social sem dúvida”<sup>285</sup> fez ver o quanto existia uma vida ativa. O uso da violência pelo Estado não pode ser considerado como um momento de apatia, ou usando a expressão de Renato Lessa, de entropia, até porque não se limita aos governos militares.

Essa imagem da Proclamação da República como apatia se desdobra, ainda, em uma segunda questão: existe uma expectativa de que a República devesse ter uma fisionomia própria; e esta expectativa não se cumpre. Não só o “povo” não aplaudiu a República, quanto aqueles que a proclamaram aparecem como sem projeto. Tanto José Murilo quanto Renato Lessa, em **A invenção republicana**, vão afirmar uma

---

<sup>285</sup> PEIXOTO, José Maria Pinto. **Dois palavras sobre D. Pedro I na época da Independência**. 56 (88): 14, 1893.

indefinição nos primeiros anos, como se o grupo de homens que proclamaram a República não tivesse nenhuma ideia clara do que deveria fazer.

Talvez realmente não tivessem. Certamente não seriam o único grupo político a agir dessa forma, pois a ação não se faz ou deduz de uma “ideia” que toma os homens (Capítulo 2), mas dentro de circunstâncias específicas (no caso, como os debates sobre o federalismo). A questão é que essa ausência de projeto é confirmada por uma não oposição ao Império. O que produz a impressão de falta de projeto é o fato desses homens não terem se oposto sistematicamente ao Império. Na verdade, a República se afirma enquanto construção, por uma herança.

Nesse sentido, dando materialidade ao argumento, a abertura que a República trouxe colocou um conjunto amplo de homens em disputa com projetos políticos variados. Quintino Bocaiúva com sua voz ativa em **O País** atuava com os militares, tendo de lidar com homens como Prudente de Moraes, que o Partido Republicano Paulista colocava em cena. Rui Barbosa institucionaliza uma vida da bolsa e do dinheiro que já estava em movimento ao fim do Império; embora tenha sido substituído, as consequências da vida da cidade que suas escolhas formalizam permanecem configurando o encilhamento. O conjunto de debates que o federalismo suscitou por sua vez não cabe em uma síntese; de toda forma, o que importa daí, como vimos no terceiro capítulo, é que Deodoro da Fonseca, enquanto Presidente do Governo Provisório, disse em meio aos debates sobre a escrita da constituição: “grave é também o perigo das inovações”<sup>286</sup>. A República não aconteceu enquanto negação do Império, mas por sua incorporação enquanto passado *nacional*.

Isso porque homens, entre eles o próprio Deodoro da Fonseca, se valeram de um argumento pelo qual se resguardavam do que eles chamariam de debate *partidário* (no caso, República ou Monarquia) certos instrumentos políticos (como as *leis*) afirmando que eram *nacionais*, não pertenciam a monarquistas ou a republicanos. A *lei* e a *justiça* aparecem no discurso de Deodoro de 1890 nesse sentido, como um elemento nacional superior a qualquer posição *partidária*. A *nação* foi uma matriz da continuidade, desde elementos mais evidentes, como o território,

---

<sup>286</sup> FONSECA, Deodoro. **Mensagem dirigida ao congresso**. Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1890, p. 7.

até a propriedade, as *leis* e, algo que os militares não poderiam abrir mão por completo, as patentes e títulos que o Império havia organizado.

O problema é que o quanto mais se investe em conhecer esse âmbito da vida do governo, mais se apresenta o que o próprio Carlos Lessa definiu em seu ensaio como o “Estado Nacional é quem condensa, explicita e formata a nacionalidade<sup>287</sup>”. Não me parece possível deduzir da vida do governo, de uma análise da política dos governadores, por exemplo, a vida política.

Existem dois momentos da produção da historiadora Angela de Castro Gomes<sup>288</sup>, dois balanços historiográficos sobre a República, que, além de levantar a hipótese sobre o quanto esta compreensão da República de José Murilo e de Renato Lessa deriva de uma produção do Estado “Novo”, quando a negação do passado recente legitimava o presente (foi daí que nasceu a expressão República “Velha”), mostram o quanto a compreensão política da República é limitada à vida do governo, pois basta a imagem de uma República onde se dava, por exemplo, eleições com fraude para anular toda uma vida política da qual a vida do governo era apenas uma parte. O que se pode chamar de “experiência republicana” a partir de Angela de Castro Gomes não é, nesse sentido, um conjunto de práticas da vida do governo; mas as ações propriamente:

Quer dizer, marginaliza-se, nunca ingenuamente, todo um conjunto de vivências, envolvendo diferenciados grupos sociais, que demandavam políticas às autoridades públicas, propondo e implementando uma série de iniciativas através de suas formas de associativismo, fossem elas na área da educação, da saúde, da política econômica, da regulamentação do mercado de trabalho e da expressão cultural, entre outras. Um processo de escolhas do que lembrar e do que esquecer que é obra política articulada desde os anos 1920, mas que permanece tendo vigência na historiografia e no ensino de história sobre a Primeira República<sup>289</sup>.

A República “Velha” é um dos motes da história “sem conflito social”, um silenciamento da ação que produz uma imagem excessivamente centrada na vida do governo como compreensão da política. E, mesmo assim, não dá conta da vida do

<sup>287</sup> LESSA, Carlos. Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. **Estudos Avançados** [online], vol. 22, n. 62, p. 238, 2008.

<sup>288</sup> GOMES, Angela de Castro; ABREU, Martha. A nova “Velha” República: um pouco de história e historiografia. **Revista Tempo**, n. 26, janeiro de 2009. GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Marieta de Moraes. Primeira República: um balanço historiográfico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 4, p. 244-280, 1989.

<sup>289</sup> GOMES, Angela de Castro; ABREU, Martha. A nova “Velha” República: um pouco de história e historiografia. **Revista Tempo**, n. 26, p. 4, janeiro de 2009.

governo na medida em que não expõe as tensões, dito de outra forma, a inconstância das decisões políticas. O que essa história política centrada na vida do governo realiza é uma produção de sentido, uma fisionomia do governo que nega a inconstância da vida política; onde não há espaço para a vida do corpo, não se percebe a densidade do que se dá no efêmero: não há ação. O que esta Tese argumenta é que a vida do governo mais esconde a vida da cidade do que a fez ver. Supor que a política esteja nela é esquecer a ação.

Para que o argumento não fique exclusivamente em uma proposição, ao lado da investigação das escritas das histórias – como referência para compreender como é que se produz uma história que encobre os conflitos e a ação – o terceiro capítulo percorreu dois momentos de caráter político distintos: 1) o vintém como um enfrentamento com as medidas do governo, uma ação que não pretendia mudar a forma de governo ou qualquer coisa, mas que não é, por isso, sem densidade política; 2) e o encilhamento, como um momento no qual o jogo praticado pelos próprios homens do governo expõe os limites da *administração*.

Ao fim da Tese, o que me parece mais importante é reafirmar o quanto a vida ativa não está só na resistência ou no enfrentamento. Seria uma compreensão equivocada ter o vintém como tipo básico da vida ativa. A ação não é aquilo que se opõe às medidas do governo, ela é o que há de efêmero na vida, como, por exemplo, o jogo.

É nesse sentido que se disse que a questão não é apenas investigar momentos em que a ação foi encoberta, como aconteceu no vintém, um momento no qual a cidade chamou para si o direito de discutir um novo elemento que passava a ser vigente com muita força, a moeda; mas, também, a experiência mais íntima de sociabilidades como aquelas que deram vida a uma forma de economia – centrada no lucro, onde dinheiro poderia fazer dinheiro sem lastro produtivo – que na República desaguou no encilhamento. A vida ativa, a política que deve ser posta em questão, é o que se dá no fluxo da vida que nem sempre tem palavras próprias para ser exposta.

Foi nesse sentido que a escrita da história não foi encarada exclusivamente como um interesse próprio do seu campo, como se falasse algo apenas à própria escrita da história. Esta Tese, aliás, não pretende de maneira alguma que os letrados

discutidos aqui disputem um lugar na historiografia brasileira. No que diz respeito ao século XIX, ficamos melhor com Capistrano de Abreu. Porém, como o estudo da escrita da história não é como a crítica literária – na qual a qualidade do objeto que se investiga é uma questão central – esta Tese lidou com autores de *memórias históricas* que não são sempre peças densas, a densidade está na experiência e no que elas permitem conhecer, na exposição de uma tradição que vigora no olhar para a política.

O que fica como indicação para o futuro é necessidade de reflexão sobre as recorrências dessa tradição – o falar sobre *proclamação* e *revolta* – no século XX e seus usos no ensino da história.

## 6

**Bibliografia****Artigos e documentos da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em geral**

ARARIPE, Tristão de Alencar, 1821-1908. **Exposição sobre a catalogação dos manuscritos do Instituto Histórico**. 47 (69): 547-553, 1884.

AZEVEVO, Manuel Duarte Moreira de, 1832-1889. **Biografia dos brasileiros distintos por letras, armas, virtudes, etc.**: João Caetano do Santos. 33 (41): 337-357, 1870.

\_\_\_\_\_. **Biografia dos brasileiros distintos por letras, armas, virtudes, etc.**: padre José Maurício Nunes Garcia. 34 (43): 293-304, 1871.

\_\_\_\_\_. **Biografia dos brasileiros distintos por letras, armas, virtudes, etc.**: José Elói Ottoni. 35 (45): 501-518, 1872.

\_\_\_\_\_. **O Duque de Caxias**. 44 (63): 163-166, 1881.

\_\_\_\_\_. **O visconde do Rio Branco**. 44 (63): 157-162, 1881.

\_\_\_\_\_. **Índice geral alfabético das memórias, documentos e biografias publicados nos volumes 1 a 44 da Revista do Instituto Histórico**. 45 (65): 237-326, 1882.

\_\_\_\_\_. **Domingos José Gonçalves de Magalhães**. 46 (66): 247-250, 1883.

\_\_\_\_\_. **Imposto do vintém**. 58 (91): 321-326, 1895.

CASTRO, Olegário Herculano d'Aquino. **O Instituto H e G B desde a sua fundação até hoje**. *Revista do IHGB*. 60 (96): 171, 1897.

CORREIA, Manuel Francisco. **Discurso do Vice-Presidente**. 60 (96): 417, 1897.

**Estatutos da Academia Brasílica dos Acadêmicos Renascidos**. 45 (64): 49-67, 1882.

FONSECA, João Severiano, 1835-1897. **Relatório apresentado pelo 1º Secretário interino Dr. João Severiano da Fonseca**. 51 (78): 15-38, 1888. Suplemento em homenagem ao quinquagenário do IHGB.

MELLO, José Alexandre Teixeira de. **Sessão Imperial**. Suplemento em homenagem ao quinquagenário do IHGB. *Revista do IHGB*. 51 (78): 1-4, 1888.

OLIVEIRA, Luís Rodrigues, 1838-1906. **Reconstituição das finanças brasileiras**. 62 (100): 28-28, 1899.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes, 1825-1876. **O que se deve pensar do sistema de colonização adotado pelos portugueses para povoar o Brasil**. 34 (43): 113-122, 1871.

**Preliminares para os estatutos da Real Sociedade Bahiense dos Homens de Letras.** 47 (68): 87-105, 1884.

RAFFARD, Henri. **Apontamento sobre pessoas e coisas do Brasil.** 61 (98): 5-67, 1898.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza e, 1820-1891. **Biografia dos brasileiros distintos por letras, armas, virtudes, etc.:** Casimiro de Abreu. 33 (40): 295-320, 1870.

\_\_\_\_\_. **Tiradentes perante os historiadores oculares de seu tempo.** 44 (62): 131-186, 1881.

\_\_\_\_\_. **Discurso de abertura pelo presidente o Sr. Comendador Joaquim Norberto de Souza e Silva.** 51 (78): 5-13, 1888. Suplemento em homenagem ao quinquagenário do IHGB.

SOUZA, Augusto Fausto de, 1835-1890. **Índice dos artigos contidos nos 50 tomos da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em relação a cada uma das províncias do Império.** 51 (76): 379-404, 1888.

TAUNAY, Alfredo d'Escragnole, Visconde de, 1843-1899. **Alocução pelo sócio Honorário o Sr. Senador Alfredo de Escragnole Taunay.** 51 (78): 39-47, 1888. Suplemento em homenagem ao quinquagenário do IHGB.

TÁVORA, Franklin. **O tomo cinquenta da Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** 50 (74): XVII-XXIII, 1887.

\_\_\_\_\_. **A extinção da escravidão no Brasil: o jubileu do Instituto Histórico.** 51 (76): XVII-XXVII, 1888.

### **Escritas da história sobre as regências na RIHGB**

ARARIPE, Tristão de Alencar, 1821-1908. **Notícia sobre a maioria.** 44 (63): 167-268, 1881.

AZEVEVO, Manuel Duarte Moreira de, 1832-1889. **Sedição militar na Ilha das Cobras em 1831.** 34 (43): 276-292, 1871.

\_\_\_\_\_. **Os tiros no teatro: motim popular no Rio de Janeiro.** 36 (47): 349-358, 1873.

\_\_\_\_\_. **Motim político de 3 de abril de 1832 no Rio de Janeiro.** 37 (49): 367-381, 1874.

\_\_\_\_\_. **Sedição militar de julho de 1831 no Rio de Janeiro.** 37 (49): 179-190, 1874.

\_\_\_\_\_. **Motim político de 17 de Abril de 1832.** 38 (51): 127-141, 1875.

\_\_\_\_\_. **Motim político de dezembro de 1833 no Rio de Janeiro: remoção do tutor do Imperador.** 39 (53): 25-49, 1876.

- \_\_\_\_\_. **O dia 30 de julho de 1832.** 41 (57): 227-235, 1878.
- \_\_\_\_\_. **Declaração da maioria do Imperador.** 42 (58): 5-37, 1879.
- \_\_\_\_\_. **Movimento político de Minas Gerais em 1842.** 47 (69): 5-37, 1884.
- \_\_\_\_\_. **Sabinada da Bahia em 1837.** 47 (69): 283-306, 1884.
- \_\_\_\_\_. **Os precursores.** 51 (78): 49-53, 1888. Suplemento em homenagem ao quinquagenário do IHGB.

BLAKE, Augusto Vitorino Alves do Sacramento, 1827-1903. **A revolução da Bahia de 7 de novembro de 1837 e dr. Francisco Sabino Alves da Rocha Vieira.** 48 (71): 245-263, 1885; 50 (75) 177-195, 1887; 60 (96) 47-52, 1897.

### **Escritas da história sobre a Independência impressas na RIHGB**

- ARARIPE, Tristão de Alencar. **Patriarcas da Independência.** 57 (89): 167-184, 1894.
- AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. **O dia 9 de janeiro de 1822.** 31 (37): 33-61, 1868.
- \_\_\_\_\_. **A constituição do Brasil.** 32(39): 71-112, 1869.
- CASTRO, Olegário Herculano de Aquino e. **Biografia do Conselheiro Manoel Joaquim do Amaral Gurgel.** 41 (57): 267: 1878.
- PEIXOTO, José Maria Pinto. **Duas palavras sobre D. Pedro I na época da Independência.** 56 (88): 5-33, 1893.
- PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes, 1825-1876. **Motins políticos e militares no Rio de Janeiro: prelúdios da Independência do Brasil.** 37 (49): 341-366, 1874.

### **Memórias, discursos e falas nas quais a República toma parte na RIHGB**

- ARARIPE, Tristão de Alencar, 1821-1908. **Movimento colonial na América.** 56 (88): 91-115, 1893.
- \_\_\_\_\_. **Indicações sobre a história nacional.** 57 (90): 259-290, 1894.
- \_\_\_\_\_. **Três cidadãos beneméritos da República.** 60 (95): 385-396, 1897.
- CASTRO, Olegário Herculano de Aquino e. **Discurso do Presidente do Instituto: Sessão magna aniversária.** 58 (92): 321, 1895.
- CODOCEIRA, José Domingues. **Exposição que comprovam a prioridade de Pernambuco na independência e liberdade nacional.** 53 (81): 333, 1890.
- MARQUES. Cezar. A. **Discurso em 9 de Outubro de 1891.** 54 (84): 267, 1891.

MELO, José Alexandre Teixeira de, 1838-1907. **Relatório do 1º secretário Dr. Jozé Alexandre Teixeira de Mello**. 53 (82): 561- 83, 1890.

MILTON, Aristides Augusto. **A República e a federação no Brasil: acontecimentos na Bahia**. 60 (96): 5-33, 1897.

\_\_\_\_\_. **A campanha de Canudos**: memória lida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 63 (102): 5-147, 1900.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. **Discurso em 29 de novembro de 1889**. 52 (79): 534-535, 1889.

\_\_\_\_\_. **A bandeira nacional**. 53 (81): 243-266, 1890.

SILVEIRA, Argemildo da. **Alguns apontamentos biográficos de Líbero Badaró e crônica do seu assassinato**. 53 (82): 309-384, 1890.

### **Outras obras e textos**

FONSECA, Deodoro. **Mensagem dirigida ao congresso**. Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1890.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Livros e fontes de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2010.

JARDIM, Antônio da Silva. **Propaganda Republicana (1888-1889)**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1978.

MAGALHÃES, Couto de. **Diário íntimo**. São Paulo: Companhia das Letras 1998.

NABUCO, Joaquim. **Porque continuo a ser monarquista**: carta ao Diário do Comércio. Londer: Abraham Kingdon & Newnham, 1890.

\_\_\_\_\_. **O dever dos Monarquistas**: carta ao Almirante Jaceguay. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1895.

\_\_\_\_\_. **A república é incontestável**. Gazeta de Notícias, 19 de setembro de 1906.

SALES, Campos. **Da propaganda à Presidência**. Brasília: Ed. UNB, 1983.

TAUNAY, Visconde de. **O encilhamento**. São Paulo: Ed. Itatiaia, 1971.

### **Periódicos consultados**

**Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro. 1878 – 1885.

**Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro. 1870 – 1900.

**O País**. Rio de Janeiro. 1885 – 1895.

## Dicionários

ALMEIDA, D. José Maria de; LACERDA, Araújo Corrêa de. **Grande dicionário português ou tesouro da língua portuguesa**. Rio de Janeiro. 1873 [BN R 4693 V 658 v.3].

\_\_\_\_\_. **Dicionário da língua portuguesa**. Lisboa: Escritório de Francisco Arthur da Silva, 1859 [BN R 469. 3 L 131].

\_\_\_\_\_. **Dicionário da língua portuguesa**. Lisboa: Escritório de Francisco Arthur da Silva, 1878 [acervo do IHGB 469. 3 F224 d 1858].

\_\_\_\_\_. **Dicionário Enciclopédico ou Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Lisboa: Escritório de Francisco Arthur da Silva, 1879 [acervo do IHGB 99, 6, 8-9].

CARDOSO, Tavares; CAMÕES, Largo de. **Novo dicionário Universal Português**. Lisboa, 1891 [acervo do IHGB 113, 1, 1-2].

SILVA, Antonio de Moraes. **Dicionário da língua portuguesa** recopilado dos vocabulários impressos ate agora e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Natural do Rio de Janeiro. Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1813 [BN R 469.3. 5586d].

SOARES, Antonio Joaquim de Macedo. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa** Elucidário Etimológico-Crítico das Palavras e frases que, originais do Brasil, ou aqui populares, se não encontrarão nos dicionário da Língua Portuguesa, ou neles vêm com forma ou significação diferente. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1889 [acervo do IHGB 108, 6, 8].

## Bibliografia sobre IHGB e historiografia brasileira:

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Ronda Noturna: Narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 28-54, 1988.

\_\_\_\_\_. História e Narrativa. In: MATTOS, Ilmar Rohloff de (org.). **Ler e escrever para contar: documentação, historiografia e formação do historiador**. Rio de Janeiro: Access, 1998.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. **A experiência do tempo modernidade e historicização no Império do Brasil (1813-1845)**. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2003.

\_\_\_\_\_. Cairu e a emergência da consciência historiográfica no Brasil (1808-1830). In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das; GONTIJO, Rebeca; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; GONÇALVES, Marcia de Almeida (orgs.). **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 75-92.

DIAS, Fabiana Rodrigues. **Por entre legados e demandas: um estudo sobre os programas históricos** apresentados no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

(1838-1856). Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2009.

ENDERS, Armelle. “O Plutarco Brasileiro”. A Produção dos Vultos Nacionais no Segundo Reinado. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 2000/1.

GOMES, Angela de Castro. **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. **Em terreno movediço**: Biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2009.

GUIMARÃES, Lucia Maria Pascoal. **Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial**. R. IHGB. 156 (388): 459-614, 1995.

\_\_\_\_\_. Um olhar sobre o Continente: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Congresso Internacional de História da América. **Revista de história**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 217-229, 1998.

\_\_\_\_\_. **Da Escola Palatina ao Silogeu**: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da Republica, 2007.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e Civilização* nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

\_\_\_\_\_. A Revista do IHGB e Os Temas de Sua Historiografia: Fazendo A História Nacional. In: WEHLING, Arno (org.). *Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ideias filosóficas e sociais e estruturas de poder no Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: IHGB, 1989, p. 21-41.

\_\_\_\_\_. Entre o amadorismo e o profissionalismo: o Instituto Histórico de Paris no século XIX. In: XXI Simpósio Nacional de História, 2001, Niterói. **Livro de resumo**. Niterói: Associação Nacional de História, 2001. v. 1. p. 59-60.

\_\_\_\_\_. Para reescrever o passado como História: o IHGB e a Sociedade dos Antiquários do Norte. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (orgs.). **Ciência, Civilização e Império nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Access, 2001, p. 1-28.

\_\_\_\_\_. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). **Nação e Cidadania no Império**: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 1, p. 93-122.

HRUBY, Hugo. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra**: a História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912). Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 2007.

\_\_\_\_\_. **O século XIX e a escrita da história do Brasil**: diálogos na obra de Tristão de Alencar Araripe (1867-1895). Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2012.

KODAMA, Kaori. **Martius e o IHGB**: um naturalista e os letrados na construção de uma história. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio, Departamento de História, 1999.

\_\_\_\_\_. **Os filhos das brenhas e o Império do Brasil:** A etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860). Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2005.

MACEDO, Adriana Mattos Clen. **As corografias e a cultura histórica oitocentista.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 2007.

MESQUITA, Daniel. **Descobrimientos de Capistrano:** a História do Brasil “a grandes traços e largas malhas”. Rio de Janeiro: Apicuri; Ed. PUC-Rio, 2010.

OLIVEIRA, Maria da Glória. Traçando vidas de brasileiros distintos com escrupulosa exatidão: biografia, erudição e escrita da história na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (1839-1850). **História**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 154-178, 2007.

\_\_\_\_\_. **Escrever vidas, narrar a história:** a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011.

SOARES, Sônia Regina Pinto. **Joaquim Norberto de Souza Silva:** historiador – um olhar sobre Minas Gerais Colonial. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Campinas, 2002.

TURIN, Rodrigo. **Tempos cruzados:** escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

\_\_\_\_\_. Entre antigos e selvagens: notas sobre os usos da comparação no IHGB. **Revista de História** (USP), p. 131-146, 2010.

\_\_\_\_\_. Tipos, primitivos, decadentes: escrita etnográfica, secularização e tempo histórico no Museu Nacional. In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; GONÇALVES, Marcia de Almeida (org.). **Estudos de Historiografia Brasileira.** Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 183-206.

VALE, Renata William Santos do. **Lições da história:** as concepções de história dos fundadores do IHGB. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2003.

### **Bibliografia Brasil Império e República**

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Através do espelho: subjetividade em *Minha formação* de Joaquim Nabuco. **RBCS**, vol. 19, n. 56, 2004.

ALONSO, Angela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração de 1870. **RBCS**, vol. 15, n. 44, 2000.

\_\_\_\_\_. **Ideias em movimento:** a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. Arrivistas e decadentes: o debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana. **Novos estudos**, Cebrap, n. 85, p. 131-148, 2009.

AZEVEDO, André Nunes de. **Da Monarquia à República**: um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 190. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. **A construção da ordem**. Teatro de sombras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. República, democracia e federalismo: Brasil, 1870 – 1891. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 27, n. 45, p. 141-157, 2011.

CARVALHO, Ney. **O Encilhamento**: anatomia de uma bolha brasileira. São Paulo: Bovespa, 2004.

CASTRO, Celso. **Os militares e a República**. Um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik. **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: FGV; Bom Pastor, 2004.

DANTAS, Mônica Duarte. **Revoltas, Motins, Revoluções**. São Paulo: Alameda, 2011.

FAORO, Raymundo. **A República inacabada**. São Paulo: Globo, 2007.

FREIRE, Américo. Ensaio sobre o governo da (Primeira) República Brasileira. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). **Democracia e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: ed. Uerj, 2006, p. 39-49.

GOMES, Amanda Muzzi. Monarquistas restauradores e jacobinos: ativismo político. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 21, n. 42, p. 284-302, jul.-dez. de 2008.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GOMES, Angela de Castro; ABREU, Martha. A nova “Velha” República: um pouco de história e historiografia. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, n. 26, jan. de 2009.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Marieta de Moraes. Primeira República: um balanço historiográfico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 4, p. 244-280, 1989.

GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (orgs.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; CPDOC, 2002.

HARDMAN, Francisco Foot. Silva Jardim: A República e o Vulcão. **Estudos Avançados**, São Paulo, p. 277-288, 1998.

LEAL, Elisabete da Costa. O Calendário Republicano e a Festa Cívica do Descobrimento do Brasil em 1890: versões de história e militância positivista. **História**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 64-93, 2006.

LESSA, Carlos. Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. **Estudos Avançados** [online], vol. 22, n. 62, p. 237-256, 2008.

LESSA, Renato. **A invenção Republicana**. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: Iuperj 1988.

LIMA, Ivana Stolze. A língua brasileira e os sentidos de nacionalidade e mestiçagem no Império do Brasil. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 334-356, jul.-dez. 2003.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). **Democracia e Ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2006.

MARTINS, Eduardo Vieira. **A fonte subterrânea: José de Alencar e a Retórica Oitocentista**. Londrina: Edufel; Edusp, 2005.

MATTOS, Ilmar Rohloff. **O Tempo Saquarema: A Formação do Estado Imperial**. Rio de Janeiro: Access, 1994.

\_\_\_\_\_. **Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política**. São Paulo: Almanack brasiliense, 2005. Disponível em: <<http://www.almanack.usp.br>>.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A Modernidade Republicana. **Tempo**, vol. 13, n. 26, p. 15-31, 2009.

\_\_\_\_\_. **A República Consentida**. Rio de Janeiro: Editora da FGV; Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Eduf), 2007.

\_\_\_\_\_. A República e o sonho. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 27, n. 45, p. 121-139, jan/jun 2011.

NASSIF, Luís. **Os cabeças-de-planilha: como o pensamento econômico da Era FHC repetiu os equívocos de Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

NEDELL, Jeffrey D. **Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século**. São Paulo: Companhia das Letras 1993.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As Festas que a República Manda Guardar. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 4, p. 172-189, 1989.

\_\_\_\_\_. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense; CNPq, 1990.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Paixão e morte de Silva Jardim**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SAES, Guilherme Azevedo Marques de. **A República e a Espada: a primeira década republicana e o florianismo**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2005.

SALLES, Ricardo. **Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

\_\_\_\_\_. **Joaquim Nabuco: um pensador do Império**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

SANCHES, Almir Teubl. **A questão de terras no início da República**: o Registro Torrens e sua (in)pliação. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2008. Orientação: José Reinaldo da Lima Lopes.

SCHULZ, John. **O exército na Política**: Origens da Intervenção Militar, 1850-94. São Paulo: Edusp, 1994.

\_\_\_\_\_. **A crise financeira da abolição**. 1875 – 1901. São Paulo: Edusp, 1996.

SEVCENKO, Nicolau. **A literatura como Missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SIMAS, Luiz Antônio. **O evangelho segundo os Jacobinos**: Floriano Peixoto e o mito do salvador da república brasileira. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 1994.

SOUZA, Roberto Acízelo Quelha de. **O império da eloquência**: retórica e poética no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Ed. Uerj; Eduff, 1999.

TANNURI, Luiz Antônio. **O encilhamento**. Campinas: Unicamp, 1981.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras 1991.

WEHLING, Arno. **Pensamento político e elaboração constitucional no Brasil**: Estudos de História das Ideias Políticas. Rio de Janeiro: IHGB, 1994.

### **Teoria da história, filosofia e sociologia**

ARAÚJO, Valdei Lopes. Para além da autoconsciência moderna: a historiografia de Hans Ulrich Gumbrecht. **Varia História**, v. 22, p. 314-328, 2006.

\_\_\_\_\_. História dos Conceitos: problemas e desafios para uma releitura da modernidade Ibérica. **Almanack Braziliense**, v. 7, p. 47-55, 2008.

ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

AUERBACH, Erich. **Mimesis**: a representação da realidade na literatura ocidental. 5. ed. rev. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BALAKRISHNAN, Gopal. **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BANN, Stephen. **As invenções da história**. São Paulo: Unesp, 1994.

\_\_\_\_\_. **Romanticism and the rise of history**. New York: Twayne, 1995.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

DELACAMPAGNE, Christian. **História da filosofia no século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FRISBY, David; FEATHERSTONE, Mike. **Simmel on culture**: selected writings. London: Sage Publications, 1997.

GADAMER, Hans Georg. **Verdade e Método**. Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. **O problema da consciência histórica**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

GADAMER, Hans Georg; KOSELLECK, Reinhart. **Historia y hermenêutica**. Barcelona: Paidós, 1997.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **As funções da retórica parlamentar na revolução francesa**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

\_\_\_\_\_. **Production of presence**: What meaning cannot convey. Stanford: Stanford University Press, 2004.

\_\_\_\_\_. A presença realizada na linguagem: com atenção especial para a presença do passado. **História da historiografia**, Ouro preto, n. 3, p. 10-22, 2009.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Petrópolis: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. **Ensaaios e conferências**. Petrópolis: Vozes, 2010.

\_\_\_\_\_. **A origem da obra de arte**. São Paulo: Edições 70, 2010.

JASMIN, Marcelo Gantus. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. **RBCS**, Rio de Janeiro, vol. 20, n. 57, 2005.

JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João (orgs.). **História dos conceitos**: debates e perspectivas. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Edições Loyola; Iuperj, 2006.

\_\_\_\_\_. **História dos conceitos**: diálogos transatlânticos. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Ed. Loyola; Iuperj, 2007.

JAUSS, Hans Robert. **Toward na Aesthetic of Reception**. Minneapolis: University of Minneapolis Press, 1982.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise**: uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: Ed. Uerj; Contraponto, 1999.

\_\_\_\_\_. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Contraponto, 2006.

\_\_\_\_\_. **Los estratos del tiempo**: sobre la historia. Barcelona: Paidós, 2001.

\_\_\_\_\_. **The Practice of Conceptual History**. Stanford: Stanford Press, 2002.

\_\_\_\_\_. **historia/Historia**. Madrid: Trotta, 2010.

LIMA, Luis Costa. **A aguarrás do tempo**: estudos sobre a narrativa. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

\_\_\_\_\_. A questão da narrativa. In: **Pensando nos trópicos: (dispersa demanda II)**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

\_\_\_\_\_. **História**. Ficção. Literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LUHMANN, Niklas. **Poder**. Cidade do México: Universidad Iberoamericana; Barcelona: Anthropos, 1995.

\_\_\_\_\_. **A realidade dos meios de comunicação**. São Paulo: Paulos, 2005.

\_\_\_\_\_. **Risk: A sociological theory**. New York: A. de Gruyter, 2005.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Teoria dos Sistemas**. Petrópolis: Vozes, 2010.

MADÉLÉNAT, Daniel. **La biographie**. 1. ed. Paris: Puf Littératures modernes, 1984.

MOMIGLIANO, Arnaldo. L'histoire ancienne et l'Antiquaire. In: **Problèmes d'historiographie: ancienne et moderne**. Paris: Gallimard, 1983, p. 246.

\_\_\_\_\_. **The classical foundations of modern historiography**. Berkeley: University of California, 1990.

MOTZKIN, Gabriel. A Intuição de Koselleck acerca do tempo na história. In: JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João (orgs.). **História dos conceitos: debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Editora Loyola; Iuperj, 2006.

PEREIRA, Luisa Rauter. O debate entre Hans-Georg Gadamer e Reinhart Koselleck a respeito do conhecimento histórico: entre tradição e objetividade. **História da Historiografia**, n. 7, p. 245-265, 2011.

POCOCK, J. G. A. **Politics, languages and time: essays on political thought and history**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1989.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: **Enciclopédia Einaudi**. Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984, vol. 1.

\_\_\_\_\_. **Collectionneurs, amateurs et curieux: Paris, Venise: XVIe-XVIIIe siècle**. Paris: Gallimard, 1987.

RAMOS, Antonio Gómez. Introducción. In: KOSELLECK, Reinhart. **historia/Historia**. Madrid: Trotta, 2010.

SIMMEL, Georg. **Essays on interpretation in social science**. Manchester: Manchester University Press, 1980.

\_\_\_\_\_. **Sobre la aventura: ensayos filosoficos**. Barcelona: Ediciones Península, 1988.

\_\_\_\_\_. **As grandes cidades e a vida do espírito**. Mana, 11(2), p. 589, 2005.

\_\_\_\_\_. **Questões fundamentais da sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

\_\_\_\_\_. **Psicologia do dinheiro e outros ensaios**. Lisboa: Texto&Gráfica, 2009.

\_\_\_\_\_. **The philosophy of money**. Translated by Tom Bottomore and David Frisby. London and New York: Routledge, 2011.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. **Visions of Politics**. Regarding Method. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

WAIZBORT, Leopoldo. **As aventuras de Simmel**. São Paulo: Editora 34, 2000.